

O U R O P R E T O

O Homem e a Época

830

1949

IMPRESSO NOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
PRINTED IN THE UNITED STATES OF BRAZIL

HERMES VIEIRA

*Do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo,
do Instituto Heráldico Genealógico e do P. E. N.
Clube.*

OURO PRETO

O Homem e a Época

★

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

ALGUMAS OBRAS DO AUTOR

O ROMANCE DE CARLOS GOMES —
1.º prêmio do Grande Concurso Carlos
Gomes, instituído pela antiga Radio Edu-
cadora Paulista — 1936 — 2.ª edição
exgotada.

HUMBERTO DE CAMPOS — estudo de
sua expressão literária — 1937 — ex-
gotado.

**A PRINCESA ISABEL NO CENARIO
ABOLICIONISTA** — 1941 — exgotado.

VICENTE DE CARVALHO, biocrítica —
1943 — 2.ª edição.

A

AFFONSO CELSO DE PAULA LIMA,

que honra com o seu caráter e a sua competência a ilustre ascendência ouropretana,

— *homenagem de sincera afeição.*

Ha alguma cousa de mais glorioso que o triunfo: ser vencido na defesa do direito, — o sacrificio pelo cumprimento do dever.

OURO PRETO

INTRODUÇÃO

Tentou salvar a Monarquia por impulso patriótico; e sobre os escombros do regime decaído, se destaca a dignidade integral de um homem, que faz jus à nossa homenagem, e ao respeito da história.

CLOVIS BEVILAQUA

Ouro Preto é figura das mais incompreendidas e injustiçadas de nossa história política. Já o demonstrou Agenor de Roure e o confirmo sem receio de incorrer em engano. E, como é de relêvo incomum, dada a rizeza de sua fibra moral e a sua inteligente ação nos círculos parlamentares e administrativos do país, na segunda metade do Segundo Império, volta e meia ei-lo relembrado ou evocado, mas sempre sob as restrições dos julgamentos apaixonados ou da parcialidade de analistas pouco conhecedores da formação mental e da atuação desse homem realmente extraordinário, que soube imprimir fundo por onde passou, em constante e luminosa ascensão política — pela Câmara, pelo Senado, pelos ministérios da Marinha e da Fazenda e pela presidência do Conselho — o cunho de sua vigorosa personalidade.

Indubitavelmente, não é êle merecedor do juízo restritivo de nossos homens de hoje. Que o apreciassem mal os seus adversários políticos de ontem, os seus contemporâneos, explica-se. Falavam sob o calor da paixão partidária. Mas que os acompanhem nesse indébito refrão os atuais evocadores de nossa evolução histórica, não. Não e não. Do largo e sereno estudo que fiz, através da farta documentação que me foi dada a compulsar sobre o grande político, outra impressão não me ficou sinão a de que lhe não têm feito justiça os que o responsabilizam

e mesmo o incriminam pelos sucessos de 15 de novembro de 1889. A razão está, não há dúvida, com Euclides da Cunha e Alvaro Lins: o advento da República se verificaria com êle ou sem êle à frente do Conselho de Ministros. Naqueles dias agitados, em que militares e civis se deram as mãos para derrubar a Monarquia, quem quer que estivesse no govêrno seria afastado, ou melhor, constrangido a ceder à nova ordem das concepções políticas.

O que se deve — isso sim, porque será um gesto de justiça — é louvar a atitude apolínea do eminente mineiro no instante em que se operára a metamorfose do regime governamental patricio.

Por assim entender, assim agi.

Resta-me agradecer, com particular desvanecimento, a colaboração que me prestaram: d. Maria Eugênia Celso, que elaborou o formoso depoimento que ilustra o último capítulo dêste trabalho; dr. Afonso Celso de Paula Lima, meu particular estimulador na realização dêste estudo e que me pôz à disposição, e me doou depois, todas as obras do avô estremecido; dr. Vilhena de Moraes, que me franqueou o Arquivo Público Nacional, de que é competente diretor, e me ofereceu valiosas fotocópias documentais que enriquecem as páginas que se vão ler; dr. Valentim F. Bouças, que por intermédio de seu assistente dr. Aché Pillar teve a gentileza de ceder-me as cópias dos relatórios feitos por Afonso Celso, quando ministro da Fazenda; dr. Julio de Barros, chefe do Arquivo da Faculdade de Direito de S. Paulo, e d. Conceição Negrão, bibliotecária-chefe substituta dessa Academia, que me possibilitaram o conhecimento de tôda a fase de estudo de Ouro Preto nêsse cenáculo do jurismo bandeirante; e o cientista e sábio Afrânio do Amaral, revisor constante de minha literatura histórica.

H. V.

OURO PRETO

A cidade e o homem

VILA RICA DE OURO PRETO, ponto de origem das manifestações de nossa independência política e, posteriormente, berço de Afonso Celso de Assis Figueiredo, representa relíquia das mais custosas e das mais nobres do patrimônio territorial do Brasil. E, assim como o estudo da vida dêsse seu filho, que é dos maiores que ela gerou em todos os tempos, importa na análise política, social, econômica e mental do país, na época em que êle viveu, tão notável foi a sua atuação, tão altos os seus sentimentos, tão retilíneos os seus atos, assim também a evocação histórica dessa cidade-monumento sugere largas lembranças do remoto passado brasileiro. É cidade que surgiu na fase primeva da nacionalidade e que, desde a abertura dos veios auríferos jorrados da opulência de suas entranhas, na alvorada da civilização ameríndia, até o instante da libertação política nacional, ou melhor, da formação de nossa raça e do surgir de nossa nação até os nossos dias, vem ocupando lugar de assinalado relêvo de glória. Fértil na produção do ouro que, abundantíssimo, saiu das Gerais para o esplendor da Côrte portuguesa, foi, por igual, ninho das mais legítimas aspirações de independência do Brasil. Sua história é sugestiva e bela. Emerge dos sonhos de grandeza das bandeiras antigas. E a verdade incontestante é que Ouro Preto só alteou, perante

o Velho Mundo, a então colônia de Portugal. Cresceu com a evolução natural do território florescente e o impeliu depois à emancipação, firmando-lhe o conceito de Pátria. E, mais: modificado o sistema de governo, passando o Brasil de colônia a Império, tais e tantas eram as suas prerrogativas que se transformara na Capital das Minas Gerais. Sessenta e sete anos após, ao sobrevir o regime republicano e transferirem a Belo Horizonte o título que lhe viera desde a implantação do sistema monárquico nacional, nem por isso ficou diminuída ante a posterioridade: é, hoje, cidade-museu do Brasil. Não há, a nosso ver não há, designação mais justa nem mais precisa. É cidade das mais representativas no quadro de nossa evolução social. Ressalta do conjunto das que contribuíram para a revelação da riqueza deste recanto sul do Continente. Natural, portanto, é que, de opulento tesouro de minas de ouro e de diamante, se transmudasse em fecundo tesouro dos tradicionais movimentos libertários da terra cabralina.

Recapitulemos, em síntese, o seu surgimento, que remonta ao ciclo econômico-social mais notável que tivemos: o da mineração e da faiscação. Mas, assinalemos de logo: revivendo tão expressivo período, como que sentimos o tropel de toda uma multidão de nativos e forasteiros em pleno arrojo da conquista do metal obcedante, conquista característica de uma época de aventuras novelescas pelos tenebrosos matagais do Brasil ainda despovoado. O episódio tem tonalidades indescrivíveis no painel da evolução nacional. E é de triplice aspecto, abstraída a prêa do índio, porque não só o ouro acicalou a coragem e a ambição daqueles ciclopes formidandos, mas, igualmente, a prata e as esmeraldas. O metal branco e as pedras verdes foram também miragens deslumbradoras. Atraíram ao âmago da terra selvática os homens mais bravos e de maior repu-

tação do dealbar da nacionalidade, verdadeiros titãs que, com a retina cheia das visões dos fabulosos açaços, talarão em todos os sentidos o território brasileiro e foram, assim, promovendo o recuo do meridiano demarcador, constante do tratado de Tordesilhas. Constitui, como se vê, o ciclo bandeirante, epopéia das mais belas que já se escreveram no Continente. É página forte da história nacional, escrita com fé e sangue, com os mais altos requintes do sonho e as mais aberrantes asperezas das trágicas realidades. Página feita com ousadia e desfalecimentos, com esperanças e desolações, com a ânsia de fortuna fácil e as desilusões mais dolorosamente esmagadoras, naqueles tempos de homens tão singularmente obstinados, homens de coragem cabocla, de bravura selvagem. E foi dessa coragem cabocla, dessa bravura selvagem, e da quimera impar das pedras e dos metais que resultou o metamorfoseamento do Brasil-colônia em Brasil-Império, de mera povoação inculta, perdida nas fraldas da terra sul-americana, em celeiro de ouro para o Velho Mundo. Uma frase basta para consubstanciar a assertiva: É de Humboldt, e conceitua: "O Brasil deu mais de metade do ouro de toda a América". Equivale isso a dizer que as bandeiras representam o "abre-te, Césamo!" da famosa lenda do El Dorado...

O ciclo, não há negar, é estupendo. Basta recordá-lo em traços largos, em toques sumários, para lhe sentirmos a opulência.

Abre-se logo após a fixação dos primeiros núcleos portugueses ao longo da costa Atlântica. E mais se desenvolve e mais cresce, à medida que as ambições dos navegadores e piratas se vão revelando sobre a "Terra Nova". Era compreensível. Portugal necessitava de outras fontes de produção. O que a Índia lhe vinha rendendo não compensava sequer os gastos com as viagens entre o Oriente

e a Côrte. Daí as sugestões que de lá se dirigiram aos principais elementos do recôncavo da Bahia, do litoral de S. Vicente, do altiplano paulista e da zona centro-oriental, o Espírito Santo. Sugestões, a princípio, moderadas. Mais tarde, com alguma assiduidade. Por fim, com insistência, e tanta, que geraram o contágio, fustigaram as inteligências, ataçaram as vontades mais firmes, acenderam a cubiça. E' que por lá, pela Europa, as notícias correram, com extraordinário efeito, sôbre as amplas riquezas que se entesouravam ao Sul da América. Construíram-se lendas fascinantes, perturbadoras, sobre o El-Dorado, que, diziam, ficava, com certeza, na Atlântida; e a Atlântida, por sua vez, ficava para as bandas dos alcantis das serras centrais da cidade de Manoa, que se estendia por entre o "país do Amazonas e a terra do Maragnon", assentada em tórno a um lago todo de prata, com as suas margens de prata, cavado num chão de prata, tão grande como o próprio mar oceano... (1).

Com tamanhas sugestões, chegou-se ao deslumbramento.

(1) Walter Raleigh, *The discovery of the large, rich and beautiful empire of Guyana, with a relation of the great and golden city of Manoa (which the spaniards call El Dorado)*. Paulo Setubal traduziu e citou no seu "*El-Dorado*" os trechos de maior entusiasmo de Raleigh, que achava ultrapassar o país de Manoa o próprio Perú em riquezas e fulgores. Para se ter ligeira ideia de como era visto o El-Dorado naquela época, basta reparar como o ilustre inglês assinala as propaladas riquezas. "Já ouvistes — exclamava ele — já ouvistes contar as suntuosidades de Guainapac? Pois todos os utensílios do seu palácio, tudo o que serve à mesa ou à cozinha deste rei, é de ouro e prata. Na sala grande do palácio, vêem-se, talhadas em ouro, estátuas de tamanho gigantesco. E pássaros, e animais, e árvores, tudo de ouro. E não se contentou o rei com tamanhas prodigalidades: mandou construir na ilha de Puna um novo jardim inteiramente calçado de ouro e prata. Eu, apesar disso, estou convencido de que o príncipe que reina em El-Dorado possui mais ouro e mais prata do que o próprio Guainapac"...

E o ouro, a prata e as esmeraldas tornaram-se, por isso, os três fatores decisivos da conquista, da posse e da expansão das terras que configuram o mapa brasileiro. A *Serra Branca*, serra da Prata, acenara então aos homens com a misteriosa sedução de sua mésse. A *Serra Verde*, serra das Esmeraldas, atraíu-os com o encanto de suas pedras às penetrações da mata inhóspita. O El-Dorado, rebrilhando gemas alucinadoras no fundo selvoso das Gerais, nos serros impenetrados dos Cataguazes, exacerbara a coragem dos mais atilados. A miragem agigantara as esperanças. Desmesurara as aspirações. E todos se sentiram dominados por irresistível impulso para atingir Sabarabuçú, Itabaiana, Jacobina, Vupabuçú.

Começou, então, o imenso desfile, imenso e ininterrupto, de bandeiras sôbre bandeiras a penetrarem a terra desconhecida, num peregrinar verdadeiramente incomum na história das conquistas humanas. Animados pelos sonhos de fortuna rápida, homens inúmeros, de gibão de couro, saporras de cordovão ou botas altas de bezerro, trabuco à mão, garruchas nos cöldres e calumbé ao colo, arcabuz e almocafre ao ombro, e sombreiros, e petrechos rústicos, e demais utensílios — com a sua multidão de arcos e minas, cabos e peões, mamelucos e cafusos, frades e capitães, índios e cargueiros com víveres fartos — abalaram, uns após outros, numa sucessão que hoje nos estarrece, para o ignoto dos sertões fechados, e, erradios, investiram os matagais sem fim, à procura dos tesouros brancos, dos tesouros verdes, dos tesouros auríficos. Pervagaram, nas suas entradas afoitas, pelas aguadas, pelas barrocas, pelas caatingas, por chapadões, planícies estensas e tremedais traiçoeiros, ora vadeando rios ou furando cerradões, ora subindo montanhas ou descendo ribanceiras, abrindo caminhos, vencendo distâncias, traçando a medida da terra ampla e fecunda, expostos às flexas ervadas, aos

bichos peçonhentos, às febres palustres, às feras, aos arês pestilentos, às picadas de cobras, às mil surpresas da jornada investigadora, que, afinal, os foram transformando, e os definharam, e os envelheceram, e os consumiram.

Singulares adentristas! Os perigos, os agrôres, as vicissitudes mais imprevistas que o mistério das selvas lhes oferecia, longe de os atemorizar até parece que os animavam nas atrevidas e incertas caminhadas pelas solidões do interior agreste do Brasil alvorecente. Em sua desabalada cubiça, aqueles homens não viam percalços nem derrotas possíveis, mas, só e só, o alcance da empresa. Daí, as constantes e penosas rondas pelo recesso da floresta brava. Daí, o cruzamento de bandeiras em todos os sentidos do território.

* * *

O primeiro que afundou no seio da mata, com esse propósito, foi Aleixo Garcia, companheiro de Solis (2). Foi ele o inaugurador da fase das bandeiras no Brasil, fase que, aberta em 1526, se estenderia por quase dois séculos, colorida pelos mais vivos matizes da afoiteza humana e profusamente pontilhada de heroicas penetrações

(2) Diz Carvalho Franco no seu bem documentado "*Bandeiras e Bandeirantes de S. Paulo*": "Aleixo Garcia foi incontestavelmente o iniciador do movimento sertanista nessa costa (de Santa Catarina), por onde se estendia a ainda imprecisa capitania vicentina. Escapando a varias vicissitudes, permaneceu algum tempo em Laguna — e aí, a lenda sedutora do Rei Branco, junto a uma serra de prata, nas mesmas paragens do grande rio, que remontára em parte com Solis, o atraiu irresistivelmente com quatro companheiros, sertão a dentro, buscando alcançar a sua miragem, através do continente".

na selva bruta (3). Porque, embora ele viesse a sucumbir nas mãos selvagens dos guaranis revoltados, quando retornava, pelo Paraguai, com algum ouro e muita prata captados no Peru, teria continuidade em Pero Lobo, outro infeliz que, tendo saído, cinco anos depois, a procura de ouro, também perecera entre os carijós, ao atingir Curitiba. E, daí por diante, outros mais lhes seguiram as pegadas em impressionante sucessividade, até a obtenção real dos rutilos tesouros das Gerais.

Os desaparecimentos de Aleixo Garcia e Pero Lobo foram bem o prólogo dos destrechos chocantes das bandeiras. E determinaram o arretecimento temporário do entusiasmo na busca do ouro guardado na negridão da mata. Houve quem continuasse a procura-lo nas bordas das povoações mais desenvolvidas (4), mas o inte-

(3) Ainda há pouco, no ano retrazado (1946), Honório de Sylós, quando diretor-geral do Departamento Estadual de Informações de S. Paulo, promoveu interessante curso de *Bandeirologia*, cabendo as palestras, que eram aulas, a mestres da matéria, como Afonso de E. Taunay, Sergio Buarque de Holanda, Afonso Arinos de Melo Franco, Virgílio de Lemos, Cassiano Ricardo e outros. Por elas, mais uma vez se teve oportunidade de recordar o que foram essas entradas, com as suas asperezas, os seus infortúnios, o seu heroísmo e as suas vantagens para a configuração do mapa brasileiro.

(4) Braz Cubas foi um deles. Partiu de S. Vicente e, pouco depois, achou ouro de lavagem. Luis Martins seguiu-o com êxito. E a cata prosseguiu: em Santos, em Apiaí, pela Serra do Cubatão, por certo trecho do litoral, até Paranaguá. E não foi pouco o ouro que acharam, ao tempo. Ouro de lavagem, mas ouro. Eliodoro Eobanus foi outro que achou ouro em grão em Iguape e Curitiba. Jerônimo Leitão, capitão-mor de S. Vicente, foi igualmente bem sucedido, como o foram, ainda, Manoel Pereira nas rechãs de Paranaguá e Gabriel de Lara nas lavras de Peruna. Houve, porém, os que não foram felizes, já então. Sebastião Marinho e Antonio Pedroso de Alvarenga, por exemplo, foram a Goiás e nada encontraram. Antonio Castanho da Silva aprofundou-se tanto que foi dar no Perú, onde morreu.

fêsse se voltou, então, para a prata e as esmeraldas, que se transformaram, repentinamente, em força misteriosa e fizeram que os homens patriarcais, os homens rudes mas poderosos do amanhecer da nacionalidade, investissem os sertões longínquos, rasgassem a renda da mata, tomassem contacto com o seio exúbere da terra virgem e moça, e promovessem com isso a fecundação da colônia ultramarina. Achá-las-iam? Não. Todos quantos as procuraram sucumbiram sem a conquista da posse entressonhada. Nem um só escapou! Dir-se-ia que a morte, nessas sondagens por caminhos ainda não pisados, era a única vitória das bandeiras. Tão inexorável fôra o mistério da prata e das esmeraldas, quanto indescritível a persistência do sonho de riqueza desses penetradores audazes. Sonho alucinante. Sonho irresistível. Fascínio fetichista. Tão poderoso que arrancou de sua placidez, um a um, esses respeitáveis tipos patriarcais e os arrôjou, hipnotizados, às veredas intermináveis.

Tudo, fruto da influência das opiniões e das sugestões dos governadores e dos vice-reis, cada qual mais empenhado em descobrir a imensidade da prata, a imensidade das esmeraldas, a imensidade do ouro ocultas no recôndito da terra de Santa Cruz. Por causa dessas nossas reservas naturais, D. Francisco de Souza, senhor de Beringel e governador-geral do Brasil, não acreditando estivesse a prata na Bahia, e sim em São Paulo, passou o govêrno a outro, visitou o planalto, armou duas bandeiras respeitáveis (5), e como ambas não surtисsem efei-

(5) Foram elas: a de Nicolau Barreto, com o fito no ouro, e a de André de Leão, que saiu na picada de Sabarabuçú, aliás a mais importante de tôdas as bandeiras até ali orientadas, porque "rasgou a primeira trilha entre S. Paulo e as Minas Gerais", como refere Setubal.

to, lá se foi a Madrid (6), onde se avistou com Henrique II, conseguindo, em sua volta, dividir o Brasil em duas zonas — norte e sul, para melhor incentivar as bandeiras piratininganas (7). E teria ele proprio varado o sertão se não morresse subitamente (8). Outro notável estimulador das entradas foi Afonso de Castro e Rio Comprido Furtado de Mendonça, aqui chegado em 1671 para assumir o govêrno da colonia e promover novas expedi-

(6) Ao tempo o Brasil vivia sob o domínio de Castella, domínio que se estendeu de 1581 a 1640.

(7) Convém salientar que a zona norte, não obstante a divisão de D. Francisco de Souza, continuou submetida ao governador geral; a do sul, separada única e exclusivamente para melhor incrementar a pesquisa dos metais, englobava num só bloco as capitánias do Rio de Janeiro, de S. Paulo e de S. Vicente, com a denominação de "Administração geral das minas descobertas e por se descobrirem". Este titulo diz suficientemente do espirito que ditou a divisão administrativa do país àquella altura de nossa vida colonial, e mostra o empenho a que se tinha chegado, por parte dos administradores, na cata do ouro e da prata.

(8) Há um aspecto digno de ser ressaltado sobre os demais na orientação dada às monções por esse homem público. Jamais sob sua ordem ou seu consentimento foi formada bandeira escravagista, isto é, expedição para a prêa dos índios. Impediu-o quanto podê. Só depois de sua morte, como no-lo mostra Carvalho Franco, no seu livro citado, é que "seu filho d. Luiz de Souza Henriques mandou a Paranambú, logo em agosto de 1611, uma diligência chefiada por Pero Vaz de Barros, a qual em fins dêsse mesmo ano, atacava a aldeia e vinha trazendo a S. Paulo cêrca de quinhentos índios ali aprisionados, quando foi alcançada pelo militar espanhol d. Antonio de Añasco, que lhe retomou a presa".

Infelizmente, uma vez realizada a primeira tentativa de escravização do índio, outras inúmeras se sucederiam na mesma senda criminosa e deshumana e passariam a atacar as reduções das províncias jesuíticas que lhes fôssem possíveis. Guayrá foi das mais sacrificadas, neste particular. Dentre os que desenvolveram tão dolorosas atividades, animando esse aspecto sombrio da fase das bandeiras, tão sombrio que era rigorosamente proibido pelas autoridades civis e eclesiásticas, ocupam posição de destaque os irmãos Manoel e Sebastião Preto, Raposo Tavares, Manoel Morato

ções. O primeiro que se viu enrodilhado na ânsia desse tenáz administrador foi Fernão Dias Pais Leme. Tanto fez Afonso Furtado que a soberba figura do velho Pais Leme terminou organizando a maior de quantas bandeiras se armaram no Brasil e investiu em dias de julho de 1674, à procura do reino dos *Mapaxós*, varando as brenhas de além-Mantiqueira, com os olhos na prata e nas esmeraldas (9).

Essa confiança dos homens de govêrno na existência da prata, do ouro e das esmeraldas aguçara grande-

Coelho, Braz Leme, André Fernandes, Antonio Bicudo de Mendonça, Pedro Vaz de Barros (o iniciador da cata ao índio), Mateus Luiz Grou, Salvador Pires de Mendonça e os irmãos Luiz, Valentim e Antonio Pedroso de Barros.

E' bem verdade que a falta de elementos de trabalho foi que incentivou a busca dos nativos em suas malocas para a zona ocupada pelos colonizadores, o que fez o índio atundar cada vez mais no sertão, ficando a costa inteiramente para o branco. E mais não se prolongou a caça ao bugre, porque não tardou aos colonizadores o esclarecimento quanto à superioridade de ação do negro. Gilberto Freire foi incisivo na percepção dos méritos desses dois elementos de trabalho na fase primêva do país. "A princípio — diz ele em *Casa Grande & Senzala* — a princípio, o índio. Quando este, por incapaz e molengo, mostrou não corresponder às necessidades da agricultura colonial — o negro. Sentiu o português com o seu grande senso colonizador, que para completar-lhe o esforço da agricultura nos trópicos — só o negro, o operário africano disciplinado na sua energia intermitente pelos rigores da escravidão".

(9) Muitos historiadores, entre eles Paulo Setubal, dizem que o velho Pais Leme palmilhou a trilha coberta por André de Leão. Outros discordam, como Salomão de Vasconcelos, no seu livro *Bandeirismo*, que traça, para a primeira etapa, os seguintes pontos alcançados pelo másculo bandeirante: S. Paulo, Paraíba, Taubatê, Guaratinguetá, Embaú, Pouso-Alegre, Baependí, Ibituruna e rio das Mortes, "seguindo a montante esse rio, galgando depois os serrotes da região, passando nas imediações da Lagôa Dourada e continuando pelo norte até às proximidades do rio dos Bois, formado do Pará ou Pitangui, ganharia Gambá de Pedra;

mente a esperança dos “rompedores-de-sertão”. Diante dela é que se desdobrou a maravilhosa sucessão das bandeiras (10.). E observe-se que o feito foi tanto mais extraordinário quanto se compunham, a rigor, de homens inexperientes, que não procuravam vieiros nem jazidas de bêtas, por desconheçê-los, mas apenas as aluviões metalíferas, razão por que não havia areia nem cascalho de ribeiras topadas no caminho que não fossem provados (11). E, apesar de tais entradas terem sempre o infortúnio por desfêcho, além de não propiciarem êxito econômico aos bandeirantes — antes os empobreciam — nem por isso deixaram de ser um grande bem para o futuro do Brasil. E’ verdade que os vaqueiros do norte e do nordeste madrugaram na abertura dos caminhos para as Gerais, sendo incontestavel que no setor centro-leste, como

daí atingiria as nascentes do Camapuã, descendo pela margem esquerda deste até certo ponto, rumando depois mais para a esquerda, atravessando a serra do Camapuã e detendo-se aí na baixada, onde fundou a feitoria de São Pedro. Deste ponto procuraria a bandeira o curso do Paraopeba, que corre a dois quilômetros de distância, margearia este rio à esquerda e o atravessaria no Funil de baixo, tomando então o rumo leste e lançando logo adiante a feitoria de Piedade do Paraopeba. Daí, tomaria o norte, galgando a serra da Moeda nas proximidades dos Três Irmãos, passando depois pelas imediações de Betim e Lagôa Santa, para ir ter afinal ao Sumidouro, novo ponto de estacionamento, onde fundou Fernão Dias a sua Quinta predileta e teve de curtir os mais amargos revezes”. Terceira etapa: sumidouro, rio das Velhas, região do Serro, Itacambira, Vupabuçú, Itamarandiba, direção nordeste, serra das Esmeraldas e novamente o Serro.

Damos tais pormenores para que os apaixonados da matéria os estudem e cheguem ao ponto final da questão.

(10) Afonso de E. Taunay, que é mestre na matéria, pormenoriza com documentação farta e proibida, em a sua “*História Geral das Bandeiras*”, os lances capitais dessa epopéia nacional, que tambem mereceu de Cassiano Ricardo — *Marcha para Oeste* — estudo amplo, vigoroso e profundo.

(11) J. Pandiá Calôgeras, “*Formação Histórica do Brasil.*”

acentua a segurança do conhecimento histórico de Capistrano, ao bandeirismo do "ouro" antecedeu de muito o bandeirismo do "couro" (12). Mas foi também por elas que os demais trechos do sertão brasileiro ficaram quase inteiramente devassados (12a.). Pois, saindo umas do Amazonas, outras do Maranhão, ou de Pernambuco, ou

(12) Capistrano de Abreu, "*Caminhos antigos e povoamento do Brasil*" e "*Capítulos da história colonial*".

Salomão de Vasconcelos também fundamentou o fato histórico, argumentando: ... "sabido que as igrejas coloniais do porte dessa (refere-se à Matriz de Morrinhos, e exemplifica com a citação das igrejas de Mariana, Ouro Preto, São João Del-Rei, Serro, Sabará e outras), levaram no geral vinte a trinta anos em construção, recuando-se pelo menos trinta anos de 1703 para trás, tem-se como começada a sua edificação aí pelas alturas de 1673, o que coincide razoavelmente com o tempo das guerrilhas do norte. Tendo-se, porém, ainda em vista que as igrejas desse vulto só começaram nos povoados e arraiais já formados e desenvolvidos, lícito é dar mais 10 anos, pelo menos, para o início do arraial de Morrinhos, que teria tido, pois, lugar, provavelmente, aí por volta de 1683. Mais uma razão, portanto, que autoriza a afirmação de que os caminhos do norte e, conseqüentemente, o povoamento, precederam, de fato, e inquestionavelmente, à própria bandeira esmeraldina".

(12a.) A simples enunciação dos que primeiro talaram, em direções diferentes, o território, demonstra a magnitude das conseqüências desses duros jornadas pelo sertão a dentro. João Coelho de Souza, que vivia à beira do rio Real, em Porto Seguro, abandona o conforto de seu engenho de Jequiricá e passa a peregrinar pelo interior da Bahia e de Sergipe. Pouco depois, seu irmão, Gabriel Soares, autor do notável "Tratado Descritivo do Brasil", sai do mesmo ponto em demanda da resplandecente montanha Sol da Terra, essa perturbadora Itaberaba-açú dos Tupiniquins, que levou Gandavo, no seu entusiasmo, a atear-lhe, nos cimos invisíveis, incêndios de esmeraldas... Marcos de Azevedo parte do Espírito Santo, atravessa o rio Doce, nas Gerais, e alcança a serra do Rio das Contas, na Bahia. Domingos Rodrigues, que aqui chegou do reino trazido por d. Francisco de Souza, rumo para a bacia do S. Francisco, penetrando em solo goiano e indo deter-se nas regiões do Paranaíba. André de Leão vai de São Paulo aos chãos de além-Mantiqueira e daí aos serros das

da Bahia, ou do Espírito Santo, ou de São Paulo (13), entrecruzaram em sentidos os mais vários todos os pontos cardiais da gleba cabralina — através dos principais rios navegáveis, como o Capibaribe, o Doce, o Guaporé, o Itapecurú, o Madeira, o Paraíba do Sul, o Paraíba, o

Gerai, ligando S. Paulo e Minas. Alvaro Rodrigues aprofunda o interior Paulista. Sebastião Pinheiro atravessa o território de S. Paulo, corta de ponta a ponta os Cataguazes, vara o S. Francisco, imponta para Mato Grosso, atinge o Rio das Contas, onde acha ouro, mas, sem se deter, prossegue pelos sertões das Alagôas, de Pernambuco e do Piauí. Do ponto de vista da extensão percorrida, essa bandeira só encontra similares na de Pascoal Moreira, que foi, indubitavelmente, o maior andarilho das brenhas brasileiras, e na de Pascoal Pais de Araujo, substituto de Sebastião Pais de Barros, que varou S. Paulo, venceu Minas, transpôs Goiás, ganhou as margens do Tocantins, talou o Piauí e foi repontar no Grão-Pará.

E não somente esses procuraram as pratas e as pedras. Nos intervalos, ou mesmo antes, outros se fizeram a caminho dos tesouros das fabulosas jazidas aluvionais. As pedras foram também procuradas por Bruno Espinosa e Aspilcueta Navarro, Martim Carvalho e Sebastião Tourinho, Martins Cão e Antonio Dias Adórno, Padre Inácio de Siqueira e os filhos de Marcos Azevedo, Matias Cardoso e Salvador Correia de Sá, que arrastou, empós si, o filho João Correia de Sá, Agostinho Barbalho de Bezerra, Raposo Tavares, Lourenço Castanho Taques e D. Rodrigo de Castel Blanco, que terminou nas garras crispadas de Borba Gato. A prata fascinou outros tantos potentados, como Melchior Dias Moreira, primo de João Coelho de Souza e Gabriel Soares, e neto de Caramurú; Francisco Dias d'Avila, Lopo de Albuquerque, Niemeyer e Barbosa Leal. Como esses, Sebastião Marinho e Antonio Pedroso de Alvarenga foram a Goiás, mas com os olhos no ouro. Pelo ouro, Antonio Castanho da Silva alcançou o Perú. Pelo ouro, Garcia Pais, com a morte do pai, Fernão Dias, retornou às zonas trêdas do sertão e Borba Gato reconquistou a garantia da liberdade, comprometida no conflito com D. Rodrigo. Pelo ouro, ainda, é que Pascoal Moreira penetrou em Cuiabá, sendo seguido pelos Pires de Campos, por Antunes Maciel, Miguel Sutil e João Lopes.

(13) Paulo Prado, no seu "*Retrato do Brasil*", diz-nos, baseado em nota inédita que Capistrano de Abreu magistralmente çla,

Parnaíba, o S. Francisco, o Tapajós, o Tieté e o Tocantins. Com isso propiciaram o maior e mais rápido volume de nossa população que, formada, inicialmente, de índios apenas, contou com a contribuição dos reinóis, que para aqui vieram atraídos inclusive pela cata do ouro, donde os grupos raciais mistos, isto é, os meios-sangues: primeiro, o mameluco ou euro-índio, filho de páis brancos e mães autóctones; depois, o afro-índio; mais tarde, o mulato; por fim o cafuso. Com a infiltração desses novos elementos étnicos, não mais a influência exclusiva de caciques e morubixabas, pagés e curandeiros fetichistas. Por elas, pois, a transformação dos costumes e dos utensílios, o desaparecimento dos machados de pedra polida, dos tacapes de madeira, dos arcos, das armas ponteadas de osso ou pedra, das lascas cortantes, dos anzóis primitivos. Por elas, ainda, é que passou o Brasil a pagar seu custeio, deixando de onerar o Real Erário, de vez que, com as consequentes manifestações do desenvolvimento da colônia, começou a produzir rendimentos, que cresceram rapidamente, provenientes de taxas, arrendamentos, contratos e monopólios régios (14). Por elas, enfim, é que se povoou o interior do Brasil colonial — esse Brasil predador, agrário, criador e mineiro (15), pois, com os pousos formados nos rastilhos das penetrações, foram surgindo as cabanas, as choças, as taperas, e, com as taperas, as choças e as cabanas — as aldeias, os arraiais, os pequenos aglomerados, que se transformariam, após, em vilotas, futuros distritos, futuras cida-

borou para ele, que as entradas pioneiras, abrindo-se em leque das costas marítimas em diferentes diretrizes à procura dos sertões, formaram o grande processo de exploração e povoamento que é a própria história do país.

(14) J. Pandiá Calógeras, *op cit.*

(15) Afrânio Peixoto, "*História do Brasil.*"

des, com a sua intendência, as suas igrejas, suas quintas, e sítios, e fazendas, e engenhos, cheios de casas coloridas e de seixos rolados, onde se guardavam as burras, as arcas, os almofarizes, as prensas de cunhagem, as canastras revestidas de couro e pregaria, e os cofres de jacarandá. . .

Foi assim, exatamente assim, que se lançou a semente da Civilização no seio imenso e fecundo da Terra de Santa Cruz.

* * *

Numa dessas investidas é que Ouro Preto foi revelada com a abundância de seus veios auríferos.

Antonio Diás Arzão partiu um dia, de Taubaté, a bôca do sertão, no rumo dos Cataguazes. Não ia buscar esmeraldas, nem prata, nem ouro, mas única e exclusivamente prear índios. Levava entre os peões um mestiço, homem obscuro, humilde, sem relevo: Duarte Lopes, que já havia estado nas minas de Paranaguá e de Curitiba. Em pleno mataréu acampou. Estavam entre majestosas serranias. No vertice de uma delas, imensa pedra, e, imediatamente abaixo, outra menor. Era o Itacolomí. Cenário soberbo. Duarte Lopes sai a ver o ambiente. E observa, no vale que as divide, um ribeirão serpeante. Lembra-se de que há precisão de agua no acampamento e decide-se a ir buscá-la. Encontra, então, uns granitos escuros, granitos côr de aço. Nota-lhes singularidade. São diferentes de todos quantos tem visto em suas marchas pelos êrmos da selva hispida. E guarda-os. Acontece que a bandeira, em plena miséria, esfomeada, desprovida, desanimada, se desfaz. Há a dispersão. Cada qual segue o rumo que lhe convém. Arzão, com o organismo minado pela terçã, endireita para o Espírito Santo. Era mais perto. Duarte Lopes retorna a Taubaté, onde submete os grânulos a exame e verifica, com alegria, serem ouro. Ouro puro. Ouro finíssimo. Ouro preto.

A notícia do achado provoca sensação. Todos em Taubaté se alvoroçam. Bandeiras, armadas sôfregamente, lançam-se, sob a vertigem do entusiasmo coletivo, aos campos dos Cataguazes, ao El-Dorado famoso. Arzão, ante o êxito dos glânulos trazidos por Duarte Lopes, mal chega a Taubaté, depois de ter tentado curar-se em Espírito Santo, chama o concunhado Bartolomeu Buêno e dá-lhe o roteiro da mina. O bravo Anhanguera abala. Vai a Itaverava e, como descobrisse ouro em Pitanguí, por lá se fica. E' Antonio Dias de Oliveira quem, num lance afortunado, se embrenha pelo sertão, ávido e firme, e encontra a gigantesca serra. Ao vê-la, estranho presentimento acelera-lhe a pulsação. Os olhos brilham. Encara-a maravilhado. Será a Itacolomé falada por Duarte Lopes? Mas — teria pensado — onde o Tripuí, o ribeirão coleante? Avança um pouco mais: as águas passam, turvas, ligeiras, entre as serras imensas. Abeira-se e encontra, extasiado, estilhaços escuros. Trinca-os nos dentes. Fita-os de novo. E a exclamação rebôa pelos ermos sem fim das Gerais:

— Ouro! Ouro Preto!

Sim, era ouro, ouro velho, ouro preto, o chamado ouro excelentíssimo. Agora, não mais as falas proôlematicas, o êxito hipotético, mas a rútila realidade da fortuna.

Surgira ali, naquele instante, a futura Vila Rica de Ouro Preto.

Estávamos no ano do Senhor de 1698.

* * *

Era a compensação. A recompensa, larga e régia recompensa aos que ali, no momento, como os que se achavam nos veios próximos do Ribeirão do Carmo e de

Sabarabuçú, hoje por abreviatura Sabará, descobertos quase ao mesmo tempo, e do Ribeirão do Garcia, ou Gualaxo do Sul, encontrado quatro anos antes, representavam quantos haviam vagado no decurso de quase dois séculos pelos sertões agrestes, atraídos pela quimera da pedra, pela miragem da prata e pela rutilância do ouro, esta, afinal, conseguida. O contentamento era tanto maior quanto os achados foram de proporções inestimáveis. Ouro a valer! Ouro de pasmar! Em tal profusão, que as bandeiras se conglobaram para dar vencimento. Transformara-se, subitamente, o planalto central brasileiro. De zona rude e inteiramente deserta, passou, da noite para o dia, a aglomerado febril. Imagine-se que convergiram para ali, em dois anos, cerca de trinta mil lavageiros! E o ouro a jorrar, abundantíssimo. Quantidades fabulosas começaram a ser remetidas para além-atlântico.

E a Mãe-Pátria distante reanimara-se ao milagroso influxo do El-Dorado, da Atlântida enigmática (16).

(16) O Brasil, no período culminante da mineração, produziu, anualmente, mais de tresentas arrobas de ouro, ou sejam 1.228.000 oitavas, sendo que a produção global, durante os primeiros cem anos, como demonstra Calógeras, atingiu à cifra de 1.024.000 quilos. Foi ouro à farta. Desse total, contribuiu Minas Gerais com 80%. Oliveira Martins, servindo-se dos informes do visconde de Santarém, deu esta massa de metais e pedras preciosas que D. João V recebeu do Brasil: 130 milhões de cruzados, 100 mil moedas de ouro, 315 marcos de prata, 24.500 marcos de ouro em barra, 700 arrobas (10.500 quilos) de ouro em pó, 392 oitavas de pêso e 40 milhões de cruzados em diamantes. Havia, ainda, a renda anual, oriunda dos impostos e quintos, assim como o monopólio do pau-brasil, que carream, para o tesouro, cerca de um milhão e meio de cruzados. Tudo isso, afinal, testificava a existência do El-Dorado lendário, da Atlântida misteriosa, do país de Manoa, entrevisto por Walter Raleigh. Mas habituara mal os magnatas da Corôa portuguesa. Porque, quando a mineração e a faiscação declinaram, eles, para não se absterem das gordas vantagens de seu maior celeiro, tornaram maiores os

Pouco durariam, porém, as vantagens dos paulistas nesses achados formidandos. Não tardou, o ouro tornou-se um bem e um mal. Um bem, porque revelara a grandeza da colônia ao Velho Mundo, compensando os esforços que Portugal fizera para mantê-la. E um mal, porque provocara o êxodo dos homens do centro e do interior de São Paulo, suscitara o abandono dos engenhos e a paralização das moendas, fê-los desinteressados pelas culturas e os arrebanhou para as Gerais em desenfreada transmigração, daí sobrevindo o inevitável: a crise. Crise horrenda. Os gêneros, raríssimos, porque ninguém os cultivava, chegaram a preços escorchantes. Manifestou-se a fome. Com a fome, as desinteligências. Com as desinteligências, o estouro, no cenário agreste, entre forasteiros e paulistas, de encarniçada luta onde o trabuco e a foice giraram de tôdas as formas nas mãos exasperadas dos contendores (17).

Página de surpresas, essa das bandeiras! Página caracteristicamente episódica, como bem acentuou Paulo Setubal. Se foi a prata, os que a buscaram morreram sem alcançá-la. As esmeraldas, quando encontradas por Fernão Dias Pais Leme, depois de oito anos de buscas obstinadas, não eram esmeraldas: eram turmalinas. O ouro, aqueles que o descobriram foram, de um momento para outro, despojados de seus direitos. E, mais: Pascoal Moreira, depois da guerra dos Emboabas, caminha para Cuiabá e, tendo descoberto ouro na serra dos Martírios, termina desamparado, maltrapilho, e morre mise-

impostos, maiores os rigores administrativos, mais rígidos os atos governamentais para com a colônia ultramarina. E daí as lutas desencadeadas até a libertação definitiva.

(17) Paulo Setubal, em "*El-Dorado*" dá os pormenores impressionantes dessa luta que passou para a história com o nome de Guerra dos Emboabas.

ravelmente (18). Melchior Dias descobre minas de prata, mas por elas é preso, e, quando se põe em liberdade e de novo afunda no sertão, morre subitamente (19). D. Francisco de Souza, senhor de Beringel e ex-governador-geral do Brasil, depois de ter incentivado a procura da prata, experimenta tamanhos revezes que, de tão pobre, não fôsse a piedade de um teatino, teria morrido sem sequer uma vela para lhe pôrem às mãos (20). Houve, é verdade, os que enriqueceram. Mas foram poucos. A página é exdruxula. Nem lhe faltaram as mais extravagantes figuras de embusteiros, como as de Moribeca, de João Leite de Barros, de Lopo de Albuquerque, de Manoel Lemos Conde, nem de intrujões, de que se salienta esse inquieto D. Rodrigo de Castel Blanco, nem de desalmados, como aquele Manoel de Almeida, o famoso "mata-bugre".

* * *

Não obstante todos esses incidentes, todas essas aberrações, o Brasil foi crescendo através das entradas, que promoveram o desenvolvimento e a multiplicação gradativa de suas vilotas, de seus povoados, de seus distritos, de suas cidades. Expandiu-se e os seus chãos foram tomando feição diferente, as culturas reverdeceram áreas extensas, os campos floriram, as safras e os rebanhos se renovaram com vantagem para os agricultores e pecuaristas e para as populações que se foram formando e crescendo. E, como as demais falanges territoriais brasileiras, também Ouro Preto se foi ampliando, mercê das constantes imigrações de nacionais e estrangeiros. Recebeu, logo que a povoaram na febre da colheita aurífera, o nome de São João Batista de Ouro Preto, nome que

(18) Paulo Setubal, "*O Ouro de Cuiabá*".

(19) Paulo Setubal, "*O Romance da Prata*".

(20) Frei Vicente do Salvador, "*História do Brasil*".

conservára até 1711, quando a apelidaram de Vila Rica de Albuquerque. Nove anos mais tarde, passou a Vila Rica de Ouro Preto. Assim ficou denominada até 1823. Depois, dada a independência política nacional, para a qual tanto contribuiu, engalanara-se com o pomposo título de Cidade Imperial de Ouro Preto, ficando como capital da Província de Minas Gerais. Com o advento da República, os mineiros procuraram sítio mais amplo e menos escarpado para a séde do Estado, sendo, para tal fim, escolhida, em 1896, a vila do Curral-del-Rei, hoje Belo Horizonte.

Derivando evolutivamente de um dos mais ricos campos de mineiração de ouro jamais estabelecido no interior das Gerais, tem a cidade de Ouro Preto características muito interessantes. Plantada às fraldas do norte do Vale do ribeirão do Tripuí, hoje ribeirão do Funil, cercam-na, de um lado, a serra atualmente denominada de Ouro Preto, cujo pico atinge perto de 1.600 metros de altitude, e, de outro, a majestosa cadeia de montanhas em que sobressái, altaneiro, o pico de Itacolomé. Assim cravada na serra, porém não muito longe das matas orientais e das terras banhadas pelo Atlântico, possui temperatura amena, que varia em média, entre 14.º graus, no inverno, e 20.º no verão. Desenvolvida em época em que o urbanismo tudo deixava a desejar, não apresenta as condições fundamentais da escôlha de topografia adequada à boa hygiene urbana. E' irregular, estreita e sinuosa, o que bem reflete a desorientação construtiva da colonização portuguesa, quando as ruas eram abertas ao longo dos caminhos mais faceis, ou das rotas mais curtas, trilhados pelos cargueiros portadores de mantimentos. Outro particular, próprio daqueles tempos: as casas foram edificadas muito próximas umas das outras, de sorte que só nos quintais, muitas vezes íngremes, pode medrar a vegetação. Da zona central distinguem-se as igrejas — vinte

è uma são elas — que emprèstam à cidade o caratèr de museu de arte colonial.

* * *

Para conclusão dessas evocações da gênese de Ouro Preto e da formação da nacionalidade, importa assinalar a principal resultante das penetrações, que é da maior importancia na ordem das considerações em tórno de nossa evolução social: a emancipação politica, feita por imperativo da situação economica conquistada nos vieiros aurificos das Gerais. Esse aspecto jamais pode ser deslembrado, mesmo porque representa uma das mais poderosas determinantes de nossa independencia.

A história fundamenta o fenômeno.

Depois de quase cem anos de mineração consecutiva, as minhas começaram a escassear. E a maioria dos mineadores, em consequencia, atrazou-se nos impostos. De Portugal, os administradores, ávidos de maiores lucros da colônia, não admitiram a diminuição da renda. Veio então chefiar o executivo das Minas Gerais, para fazer a cobrança, o visconde de Barbacena, Luis Antonio Furtado de Mendonça. E veio disposto a executar a tarefa. Mal assumiu o govêrno, em 1788, resolveu proceder à derrama, fôssem quais fôssem os sacrificios da população mineira. Houve, como era de esperar, descontentamento. O govêrno percebeu e, longe de recuar, o que fêz foi restringir a liberdade de quantos habitavam as Gerais. Redobrou, aí, a insatisfação. Da insatisfação nasceu a revolta. Da revolta, a perquirição dos exemplos no passado, o acender da consciência do valor próprio dos homens nacionais e dos radicados na colônia, consciência que surgira das lutas pela defesa da terra, na expulsão dos holandeses, primeiro, na Bahia, depois, no Recife, em 1654,

quando, por nossos próprios elementos, havíamos obrigado a retirada dos flamengos (21). Dessa consciência, a trama da libertação, da independência política nacional (22), na qual rebrilha, em esplêndido relêvo de glória, o mais humilde da pleiade, o alferes que se imortalizara com a alcunha de Tiradentes. Mas, como em quase todos os movimentos revolucionários, os traidores apareceram. E os inconfidentes foram atirados ao degredo perpétuo na Africa, enquanto Tiradentes, pela firmeza inabalável, pela suprema elevação moral que teve ao inocentar os

(21) As lutas então travadas para repelir o invasor, de que se sobressairam Felipe Camarão, Matias de Albuquerque, Henrique Dias, André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira, foram, na realidade, de suma importância na história pátria, pois delas é que nasceu a consciência do valor próprio dos homens nacionais, consciência que se manifestaria em sua plenitude em 1789, no movimento ouropretano em questão, e que seria confirmada na Confederação do Equador, em 1817, e, por fim, nas manifestações que levariam o primeiro imperador à abdicação, a 7 de abril de 1831. Lembremo-nos, ainda, de que Vieira, em suas *Cartas*, diz que, em 1654, a certa altura da luta entre Portugal e Espanha, a rainha-mãe Luiza de Gusman chegou a mandar ao Brasil Francisco de Brito Freire, não só a governar Pernambuco, como para prevenir a seus filhos uma retirada segura no caso em que algum sucesso adverso, que então muito se temia, necessitasse deste último remédio. Ora, isso, sobre mostrar o conceito que passamos a merecer dos próprios portugueses naquela época — pois coincide precisamente a intenção da rainha-mãe com a ocasião em que desalojamos em definitivo os holandeses de Pernambuco, sugere ter tal notícia também concorrido para a maior confiança em nós mesmos, pois deveria ter revelado, aos que porventura ainda não se houvessem apercebido, a importância do nosso esforço ao expelir os bánavos por nós próprios, sem nenhum auxílio oportuno da Corôa.

Data daí, sem dúvida alguma, o comêço de nossa autonomia.

(22) Basta recordar que a *Inconfidência* visava a nossa independência política com a automática implantação da República.

correligionários, atraindo a si, inteiramente a si, a responsabilidade do suposto crime, sofreu morte afrontosa, não faltando aos administradores portugueses o remate com requintes de perversidade: salgaram-lhe a carne, expuseram-lhe a cabeça em frente à sua residência, em Vila Rica de Ouro Preto, e, no campo da Lampadosa, onde o enforcaram, extraíram-lhe o sangue do corpo esfacelado para lavrar, com ele, a certidão de enforcamento e esquartejamento de seu cadáver! Mal sabiam os vice-reis e governadores, mal suspeitavam D. Maria I e os seus juizes que, com o sangue desse heroi, desse simbolo da Liberdade do Brasil, é que se aprofundariam em solo pátrio as raizes da independencia acalentada pelo mártir insigne. Porque, diante do grave, doloroso epílogo da Inconfidência, não mais foi possível a concordância dos brasileiros em face do predomínio da Côrte lusitana. Não houve, é certo, e felizmente, a divisão dos povos de Portugal e do Brasil. Não se verificou o cisma étnico. Os portugueses continuaram migrando para aqui, conscios de encontrar neste pedaço da América o prolongamento de sua pátria, os novos compartimentos de seus lares. Os administradores, porém, não mais eram tolerados. Tanto que, depois de ter convivido conosco doze anos, dada a mudança da Côrte para o Rio, D. João VI, ao regressar ao Porto, em 1820, em virtude do movimento constitucionalista ali triunfante, advertiu o filho Pedro I sobre a inevitabilidade de ser o Brasil separado de Portugal, concluindo por sugerir-lhe a posse da corôa, antes que outró o fizesse, aventureiramente. A advertência foi sensata, diante da evidência dos sintomas. A precipitação, porém, do desligamento foi ainda provocada pelos próprios portugueses, que fizeram o seu constitucionalismo surgir carregado de ressentimentos contra a antiga colônia, por força da decadência a que fôra Portugal ar-

rastado em consequência da mudança da família real para cá (23), donde a tormentosa série de convulsões desencadeada por quase todas as províncias, convulsões tão tremendas e de reflexos tão fundos que nos fez passar pela declaração de nossa independência sem a conquista da paz e sem a legítima noção de autonomia política, noção que só obtivemos nove anos mais tarde, quando coube à Vila Rica de Ouro Preto concluir, em parte, o objetivo da Inconfidência (24).

O fato é singular.

Havia estourado na bela capital mineira grave rebeião, e Pedro I, pensando em acalmar com a sua presença os descontentes, resolveu ir até lá. Ao receber a notícia, os vila-riquenses se prepararam para celebrar, no dia em que o soberano chegasse, solenes exéquias pela alma de Líbero Badaró, que acabava de ser prostrado pelas balas dos opressores do pensamento liberal. De sorte que, quando o príncipe pisou o chão ouro-pretano, os sinos gemeram em dobres de finados... (25). D. Pedro sentiu o significado da recepção e retornou ao Rio sem disfarçar o acabrunhamento. Daí a célebre “Noite das Garrafadas”, em que os portugueses, para desagrává-lo, agrediram os brasileiros com pedras e cacos de garrafas, e que culminou com o movimento que levou o primeiro Imperador do Brasil, na madrugada de 7 de abril de 1831, a abdicar em favor do filho Pedro II, criança de cinco anos e quatro meses de idade, verificando-se então, e só então, a emancipação política do Brasil. Porque o 7 de setembro de 1822 foi apenas a declaração de nossa inde-

(23) Otávio Tarquínio de Souza, “*Diogo Antonio Feijó.*”

(24) Em parte, porque o objetivo da *Inconfidência* era não só libertar o Brasil de Portugal, mas proclamar, também, a República; e fizemos a independência sem mudar de regime político.

(25) Viriato Correia, *Mata Galego e outras histórias.*

pendência. Ficou nos domínios das coisas teóricas. Ao passo que o 7 de abril de 1831, sôbre ter ratificado o objetivo do grito do Ipiranga, importou na nossa verdadeira emancipação politica (26).

Esta a representação, alta e nobre representação de Vila Rica de Ouro Preto no painel histórico da nacionalidade brasileira.

* * *

Se tão eminente é, como provada fica, a significação dessa cidade nos trâmites evolutivos da emancipação da Pátria, não menos importante nem menos bela se nos afigura a atuação da vigorosa personalidade de Afonso Celso de Assis Figueiredo, no cenário político do Segundo Império. Manteve-se ele de tal forma entre os seus pares legislativos, realizou feitos de tal transcendência, trabalhou tanto, com devoção e inteligência, pelo engrandecimento comum do país que, ao agraciá-lo, lhe dera o Imperador Pedro II o titulo de visconde de Ouro Preto, precisamente para nivelar-lhe a expressão do mérito individual à do valor histórico do berço natal. E agiu com acêrto o soberano. Com acêrto e justiça. Afonso Celso foi dos mais legítimos representantes da magnífica floreação de estadistas que surgiu após a emancipação da nacionalidade e dos que mais contribuíram para o esplendor do periodo governamental do Segundo Reinado.

Foi um estadista perfeito.

Antes, porém, da revelação de sua capacidade administrativa, quanto esforço, quantas lutas, quantos sacrificios, quantas renúncias, quantas vigílias! Imensos os percalços vencidos, árdua é trabalhosa a escalada ascensional. Nem se suponha que lhe foram fáceis a menini-

(26) Viriato Correia, *op cit.*, além de vários artigos em periódicos da capital do País, sobre o assunto, isto é, confirmando este ponto de vista, no que estamos inteiramente de acôrdo.

ca, a adolescência, os estudos, a formatura. De origem modesta, sentiu privações sensíveis na idade em que os sonhos florescem e da alma brota poesia. Entretanto, ninguém, na madureza dos anos, obteve maiores triunfos do que ele no âmbito político em que atuou como expressão das mais límpidas e prestigiosas do pensamento, da administração e do saber brasileiros. A par dessas ponderáveis prerrogativas — uma moral sem discrepâncias, fôrça motriz do desassombro e da energia, da decisão e da clareza com que sempre agira.

Cabe aqui, para imediato conhecimento do leitor, a exemplificação de sua robustez moral e mental, com alguns instantâneos de sua vida, mesmo porque por eles melhor se verificará a precisão dos conceitos expendidos nesta premissa biográfica:

Era primeiro oficial de gabinete do Conselheiro Fernandes Torres, presidente da Província de S. Paulo. Esse Fernandes Torres era homem de nobre caráter, belo coração, como refere o conde de Afonso Celso, mas de gênio impulsivo, irritadiço, de rompantes esquisitos. E, porque assim o era, pôs-se a depreciar, certa feita, o antecessor, o Conselheiro Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, irmão de Bernardo Pereira de Vasconcelos. Afonso Celso, reconhecido pelo apoio que recebera do antigo presidente da Província, contestou, com polidez, os conceitos pouco honrosos de Fernandes Torres. O Conselheiro exaltou-se fepentinamente. Mas o primeiro oficial de seu gabinete não recuou. Reprovou-lhe, mais grave e mais firme, o gesto deselegante. Fernandes Torres encolerizou-se:

— Cale-se!

— Perdão, peço-lhe. Mas não me posso conter, ouvindo acusar aquele com quem vivi e a quem devo este lugar.

— Cale-se! Já ordenei que se cale!

O Conselheiro tinha os olhos chispantes. A voz saíra fortíssima. Afonso Celso, a expressão comedida, respondeu:

— Faço mais do que me calar; retiro-me, conselheiro. Saiu e não mais voltou (27). \

* * *

Fins de 1866. Estava com trinta e um anos incompletos, e ocupava a pasta da Marinha. O Brasil empenhava-se na luta contra o Paraguai. Às onze horas da noite, recebe em sua casa, em Laranjeiras, um correio, a cavalo, de parte do Imperador, lembrando-lhe a conveniência de aproveitar certo navio chegado à tarde, para levar os objetos pedidos pelo almirante Tamandaré, então no teatro da guerra.

Responde sem vacilar:

“Senhor: os objetos pedidos pelo almirante seguiram ontem. Fique vossa majestade tranquilo, certo de minha vigilância no pronto cumprimento de todos os meus deveres, mesmo quando não m’os lembram”.

A impressão causada no soberano foi tão profunda que, às duas horas da manhã, volvia o portador com esta declaração:

“Senhor Celso: não fui bem compreendido. Sei que a sua vigilância patriótica é tão grande quanto a minha. Mas, nesta quadra de dificuldades e preocupações, devemos todos, mais do que nunca, ajudar-nos uns aos outros” (28).

Respostas dignas de ambos. Do soberano que tão belo govêrno realizou ao longo de meio século e do mi-

(27 e 28) Conde de Afonso Celso, “Visconde de Ouro Preto”.

nistro que tão alto soube colocar-se pela probidade e eficiência administrativa.

* * *

Ao assumir a pasta da Fazenda, em fevereiro de 1879, em substituição a Gaspar da Silveira Martins, vai à Câmara para expor a orientação que daria às questões economico-financeiras do país. A certa altura da explanação, um deputado exclama, entusiasmado.

— Isso, sim, isso é liberal e é digno!

Felício dos Santos ajuntou:

— Aí está onde eu já vejo algum melhoramento evidente.

Afonso Celso interrompe a oração para observá-lhes:

— Se V. Excias. fôsem mais justos, haveriam de reconhecer que entre o novo ministro e seus distintos colegas não há diferença alguma ... (29).

Dignificava, assim, a linha de conduta do partido.

* * *

Dias antes, Bezerra Cavalcanti insinuara desprimor na atitude de Lafayette, ministro da justiça do gabinete Sinimbú, a que Afonso Celso pertencia. A insinuação era dessas que se tornam mais graves quando a pessoa atingida não responde imediatamente. Acontece que Lafayette não assistia à sessão, razão por que não poderia revidar de pronto. Afonso Celso, velho companheiro de Lafayette, amigo desde os tempos acadêmicos, conhecendo-lhe de perto a mentalidade, não se conformou com a intenção velada do acusador, e, no dia seguinte, como Lafayette não pudesse comparecer, ao assumir a tribuna

(29) Sessão da Câmara, de 11 de fevereiro de 1879.

para fazer o seu *Voto de Graças*, conduziu, a certa altura, o assunto de maneira a tomar a defesa do colega de ministério e a constranger o crítico a definir-se, formulando as hipóteses do alcance da alusão feita. Bezerra Cavalcanti sente então a gravidade da insinuação e recua:

— Não disse isso.

— Então, a que veio a alusão?

— V. Excia. compreende-a perfeitamente.

— Não a compreendo, redargue Afonso Celso, e se não envolve uma censura passo adiante.

Bezerra Cavalcanti silencia. Ele prossegue, mas não sem justificar, primeiro, perante a Câmara, a atitude liberal de Lafayette, atentos os interesses nacionais (30).

* * *

Estava como líder dos liberais. Na Câmara, fala-se em interesses do norte e interesses do sul. Ele sentencia com a austeridade que lhe era peculiar:

— Não sei onde o Sul acaba, nem o Norte começa; só conheço no Império provincias, todas irmãs, com iguais direitos e iguais deveres! (31).

* * *

Na alvorada de 15 de novembro de 89, quando o Brasil não mais era, praticamente, monarquia, mas ainda não era, também, república, Afonso Celso, como chefe do último Gabinete do Império, estava no arsenal de Marinha, onde o encontraram os primeiros clarões da matina. Pronunciada a crise política, sugeriram-lhe uma entrevista com Deodoro, o que repeliu energicamente. Súbito, ouviu-se o passo firme e pausado do marechal e, logo após,

(30 e 31) Sessão da Câmara, de 24 de janeiro de 1879.

apareceu o seu perfil no retângulo da porta da sala. O momento, do ponto de vista histórico, torna-se decisivo. Ambos se defrontam com energia e altivez. Deodoro evoca, com frases duras, os sofrimentos passados no Chaco, na guerra do Paraguai: Ouro Preto, na plenitude de sua dignidade e de seu desassombro, revida:

— Não sofreu mais do que eu, neste momento em que sou obrigado a ouvi-lo! (32).

* * *

Recolhido ao quartel de S. Cristóvão, no fim da tarde de 15 de novembro, o ex-ministro presidente do Conselho, fatigado das emoções da véspera e daquele dia, repousava sob profundo abatimento. Era meia noite. De repente, acorda com um grito de Mena Barreto, um dos dínamos revolucionários que mais trabalharam para a implantação da República, e que pensára com isso intimidá-lo:

— Acorde e prepare-se, que mais tarde tem de ser fuzilado!

Sem vacilar o eminente mineiro respondeu:

— Só se acorda um homem para o fuzilar, não para o avisar que tem de ser fuzilado. O senhor verá que para saber morrer não é preciso vestir farda! (33).

* * *

Experimentava o exílio em terras portuguesas, carregado de calúnias, vilipendiado, incompreendido, enxovalhado, denegrido principalmente pelos que mais o deveriam compreender e louvar-lhe a fibra moral. Um

(32 e 33) Tobias Monteiro, "*Pesquisas e Depoimentos para a História*".

amigo português que, depois de ter obtido fortuna no Brasil, voltou a residir em Lisboa, convidára-o a ir à sua casa. Onde estava um outro amigo português do exilado, que também havia adquirido fortuna no Brasil, e que, naturalmente para ser agradável a Ouro Preto, após cumulá-lo de gentilezas, teve a inabilidade de, sem conhecer a envergadura do grande político brasileiro, fazer alluções desfavoráveis ao nosso povo, lamentando a queda do regime monárquico e a expatriação de elementos como D. Pedro, Isabel e o próprio visconde. Ao vê-lo e ouvi-lo assim maldizente para com o Brasil e os brasileiros, súbito rubor se fez na face do antigo ministro do Império. Transtornou-se bruscamente, e, sem conter o impulso, com a dignidade cívica mal ferida, replicou:

— O senhor não tem competência para julgar a gente de minha terra. Ela é tão digna, altiva e capaz de bravura quanto a portuguesa. Pelo menos lá não há quem deixe o Brasil para vir ganhar dinheiro em Portugal e regresso ao Brasil a falar mal dos portugueses.

Refere o conde de Afonso Celso, testemunha da ocorrência, que tais palavras de seu pai foram proferidas de modo vibrante, sucedendo-se longo silêncio, rompido, ainda, pelo ilustre exilado, que se ergueu, acrescentando:

— E já que ninguém protesta contra a injustiça feita ao meu país, retiro-me como um novo protesto!

E não houve quem o detivesse (34).

* * *

Havia regressado ao Brasil e vivia entre os seus afetos quando, devido ao *Manifesto* monarquista, de 12 de janeiro de 1896, firmado por ele, João Alfredo, Lafay-

(34) Conde de Afonso Celso, *op. cit.*

ette, Andrade Figueira e o irmão Carlos Afonso, surgiu a ameaça de uma campanha contra ele. Pensaram, com isso, amesquinhá-lo, o que era de todo impossível. O proecto homem público, ao saber do que se tramava, e vendo claramente nas entrelinhas de certa publicação o objetivo dos adversários, lançou está advertência, que vale pelo mais nobre diploma de sua retidão moral:

— Poderei ser vencido, fraco que sou; mas ainda não nasceu quem possa humilhar-me! (35).

* * *

No leito, vivia os últimos instantes. Por sentir-lhe o desenlace iminente, alguém aproxima-se e pergunta-lhe se consentiria fôsse chamado um sacerdote para ministrarlhe os sacramentos. Como é sabido, ele se manteve, sempre, livre pensador, embora nunca deixasse de acatar as respeitáveis figuras do clero, enquanto que a viscondessa era muito religiosa. Tocado da divina flâmá da harmonia que presidira sua longa vida matrimonial, lembra-se de prestar à companheira desvelada e constante a sua derradeira homenagem. E balbucia, a voz doce, trêmula, mas clara:

— Só o pensar que com isso satisfação plenamente a Francisca, é-me o bastante para que os aceite.

Confessou, comungou e, dias após, expirou na santa paz do Senhor (36).

* * *

Está ligeira resenha de fatos ocorridos na vida do visconde revela, com suficiência, a fôrça de sua persona-

(35) Monteiro Lobato, referência feita ao autor.

(36) *Revista do Instituto Histórico de Ouro Preto*, número comemorativo do centenário do visconde.

lidade. Sagra-o com uma das expressões mais luminosas e mais representativas da raça brasileira. Por ela, bem se vê não ter sido ele homem que subisse ao poder por concessões subalternas. Ao contrário, inteiramente diversos os elementos que o impeliram às culminancias politicas e sociais do país, elementos derivados, todos eles, da inteireza de seu caráter, da firmeza de seu estôfo psicológico. Daí, a autoridade com que manifestava sua opinião nas assembléias de que participava e a altanaria com que se portava nas circunstâncias mais difíceis.

Por seu feito assim superior é que se manteve, desde a iniciação de suas atividades político-administrativas, no clima agitado e fêrvido em que se colocam os autênticos propugnadores do engrandecimento do nosso patrimônio histórico, econômico, social, intelectual e moral. Não descurou, jamais, da norma inflexível de conduta a que se impôs, agindo, sistematicamente, com retidão e sobranceira, para evitar caminhos sinuosos. Foi altivo nas suas manifestações de pensamento e resolutivo nas pugnas parlamentares que manteve. Travou, por isso mesmo, batalhas árduas, sagrando-se um de nossos maiores administradores, notadamente no fim do período mais brilhante e produtivo do parlamentarismo brasileiro, que foi o em que, através do rotativismo dos dois partidos — o *Conservador* e o *Liberal* — lucilaram verdadeiras constelações mentais, sob a serena e fecunda orientação de Pedro II.

É bem de ver que a época e o ambiente em que viveu lhe ensejaram a memorável escalada na esfera política do país. O imperador, que era brando, sensato e oportuno — filósofo por temperamento — teve a habilidade e a fortuna de atrair aos círculos de nossa administração pública personalidades realmente notáveis, com as quais pôde tranquilizar o ambiente nacional e realizar, ao longo

de seu reinado, governo dos mais convenientes à unidade e ao desenvolvimento do país.

Contudo, não só floresceram cerebrações políticas nessa éra da vida brasileira. Em todos os ângulos, houve o desabrochar de mentalidades nobilíssimas, cuja rutilância jamais se extinguirá do panorama histórico do Brasil. O romance e a poesia, o teatro e a pintura, a sociologia e o jurismo, a filosofia e a medicina, a oratória e a engenharia, o pensamento e a ação política, tanto interna como externa, a música e a organização militar e naval, e até os domínios da invenção, todos esses setores tiveram, à data, seus altos representantes, dignificadores dos trâmites evolutivos da raça e da sociedade a que pertencemos. Luziram, e luzem ainda, José de Alencar e Machado de Assis, Gonçalves Dias e Castro Alves, Fagundes Varela e Alvares de Azevedo, José Maurício e Carlos Gomes, Pedro Américo e Vitor Meireles. De lá vieram Farias Brito, Benjamin Constant e Clovis Bevilacqua. De lá, Rio Branco, o barão, Euclides e Rui. De lá, os versos esculturais de Bilac, a intuição filosófica de Raimundo Correia, a lírica de Vicente de Carvalho, o paisagismo de Alberto de Oliveira. De lá, ainda, Alberto Nepomuceno e Francisco Braga, Murinho, David Campista e Leopoldo Bulhões, Osvaldo Cruz e Alvaro Alvim, padre Francisco João de Azevedo e Santos Dumont.

No que tange às manifestações parlamentares, foi a fase zenítica do Brasil. Preparada pela vigorosa mentalidade cívica de Tiradentes e seus companheiros de jornada libertadora, por Cairú e Feijó, pelos Andradas e Gonçalves Ledo, Barbacena e Clemente Pereira, a época em que se firma e evolve e declina o Segundo Império é, não há desmentir, a mais interessante, luminosa e bela que temos tido. Haurindo nas lições dessa pleiade de homens ardentes e realizadores os melhores estímulos à

expansão de seu patriotismo, Jequitinhonha e outros transmitiram, por sua vez, o exemplo da firmeza de sua idealidade aos que, dali por diante, na sucessividade das imediatas gerações porvindouras representariam os interesses da coletividade brasileira. E a verdade é que os continuadores das aspirações desses elementos nobilitaram os seus maiores, animando, admiravelmente, meio século da vida política nacional. Aí estão, insculpidos e glorificados no bronze evocativo da história, os esforços de Olinda pela solidificação da autoridade política do Segundo Reinado e a sabedoria jurídica de Nabuco de Araujo, Lafayette e Teixeira de Freitas. Aí estão o traquejo político, o discernimento e o prestígio do visconde do Rio Branco e o senso econômico de Mauá; o dom conciliatório de Paraná, dom que não faltou também a Nabuco de Araujo, e o implacável espírito combativo, a frieza marmórea e a mordacidade de Zacarias; a figura marcial de Porto Alegre e o traço ideal, de pureza e honestidade, do velho Paula Souza; as frases transcendentais de José Bonifácio, o Moço, e a índole pacifista de Caxias; a poderosa dialética de Fernandes da Cunha e a austeridade, a firmeza e a argúcia de Cotegipe; a habilidade de Saraiwa e o conservadorismo de João Alfredo; o gênio arrebatado de Sales Torres Homem e a precisão tática de Dantas; a bravura de Barroso, de Tamandaré e de Osório; as aspirações do solitário Tavares Bastos e do poeta-estadista Francisco Otaviano; a experiência de Abaeté e de Paulino de Souza, de Andrade Figueira e Saldanha Marinho, além de outros.

Como se vê, o período governamental de Pedro II, no que respeita ao elemento humano, foi devéras opulento. Período de sonhadores impenitentes em que, no entanto, se objetivaram as maiores realizações em proveito do enaltecimento do patrimônio territorial, artístico, econô-

mico e cultural do país. Fase, com efeito, de lutas intensas, lutas proveitosas, em que imperou a oratória, com a qual se venceu a mais renhida e fascinante campanha de todas as éras: a abolição da escravatura. De fato, o movimento abolicionista, feito como o foi aqui, ficará não só como trecho de luz da história nacional, mas, ainda, como instante de glória plenitudinária nos fatos das realizações sociais do Continente. E, como elementos decisivos para a sua concretização, imortalizados pela impoluta significação do feito, além do visconde do Rio Branco, com a lei do ventre livre, resplandecerão a princesa Isabel e Patrocínio, Nabuco e Rebouças, Antonio Bento e Luiz Gama, Castro Alves e Fernandes da Cunha, Ferreira de Menezes e Martinho Campos, Vicente de Souza e Sinimbú, Nicolau Moreira, João Clapp e o conde de Afonso Celso.

Essa foi a época, esse o meio em que atuou Afonso Celso de Assis Figueiredo, visconde de Ouro Preto. E diga-se, de consonância com a verdade histórica, que muito ele contribuiu para a magnificência desse período da vida nacional, tanto pelas suas realizações políticas e pelas obras publicadas, como pela retilineidade de sua moral, que indelêvelmente lhe enobrecem a personalidade. Basta ver o crescendo de suas realizações para lhe sentirmos, de pronto, a extraordinária capacidade. Ainda estudante, em S. Paulo, desempenhou as funções de primeiro oficial de gabinete de Fernandes Torres, presidente da Província. Formado, fez-se secretário de polícia de Minas, inspetor da Tesouraria Provincial, juiz de paz, procurador fiscal da Tesouraria Geral e deputado provincial. A seguir, eleito por Minas, à deputação geral, na Côrte, nas 12.^a, 13.^a e 17.^a legislaturas, tendo, durante a primeira, ocupado com brilho incomum o cargo de 1.^o secretário da Câmara. No interrêgno dessas legislaturas,

foi nomeado presidente da Paraíba, cargo que deixou de ocupar por ser designado, imediatamente após, ministro da Marinha, em cujo posto organizou, rápida e eficientemente, a nossa esquadra, continuando a obra de Pinto Lima. Contribuiu poderosamente para que transpusessemos a difícilíssima passagem de Humaitá, que tanto influiu para a vitória final de nossa causa com o Paraguai. Depois, tornou-se o líder dos seus correligionários na Câmara. Com a volta dos liberais ao poder, substituiu a Silveira Martins no Ministério da Fazenda, onde, sobre aplicar todas as medidas que havia aventado a bem das finanças nacionais, quando na oposição, promoveu a reforma do método para a apresentação dos orçamentos, fez um empréstimo interno de 50 mil contos ouro em ótimas condições, criou e regulamentou novos impostos, com o que estabeleceu o equilíbrio da receita com a despesa, e, exercendo, interinamente, no mesmo ministério, a pasta dos Negócios do Império, reformou e ampliou a Escola de Minas, de Ouro Preto. Passou-se, daí, ao Senado e ao Conselho de Estado, foi veador de Sua Majestade a Imperatriz, titulado visconde com grandeza e, finalmente, presidente do Conselho de Ministros, isto é, chefe de Gabinete, o último da monarquia brasileira, que trabalhou no pequeno espaço de 160 dias como raros govêrnos o fizeram em toda a existência administrativa do país. Entrementes, e mesmo após sua renúncia política, colaborou no "*Correio Paulistano*", redigiu o *Progressista*, de Minas, e a *Reforma*, a *Tribuna Liberal* e a *Liberdade*, do Rio, os dois últimos por ele fundados. Escreveu vários livros de caráter administrativo, social, jurídico, histórico, econômico, polêmico e de viagens (37). Pro-

(37) Ouro Preto escreveu os seguintes livros: A Esquadra e a Oposição Parlamentar, Assessor Moderno, Algumas Ideias Sobre Instrução, Reforma Administrativa e Municipal, Stato Li-

moveu a publicação da *Década Republicana*, em colaboração com ilustres elementos fieis ao regime extinto, reservando para si a análise, que realizou com segurança e serenidade, sobre a *Marinha* e as *Finanças* nacionais. Fez mais: advogou no fôro civil e comercial do Rio de Janeiro. Foi, assim, político, jornalista, jurisconsulto, professor, polemista, literato e historiador de mérito assinalado, o que o levou à presidência do Instituto Histórico Brasileiro, em substituição a Rio Branco, o barão. Justissimo, pois, o agraciamento do título que recebeu das mãos do imperador e as grã-cruzes de Isabel, a Católica, de Espanha; de Cristo, de Portugal; de Leão Neerlandês, da Holanda; de Oficial da Instrução Pública, de França, e da Ordem da Rosa, do Brasil.

Há, como facilmente se percebe, luzes e sombras na sua vida agitada e fecunda. São essas luzes e essas sombras que irão pontilhar as páginas deste livro em que se evocam, com a fidelidade possível, os atos e as ideias desse homem notável que tomou por lema o — *Res non verba; agere non loqui*...

berí, Reforma das Faculdades de Direito, Marcas de Fábrica, Aos Mineiros, Finanças da Regeneração, Razões de Defesa, A Construção do Couraçado Independência, 3.^a Secção Política, Económica e Aduaneira, Advento da Ditadura Militar no Brasil, O Visconde de Ouro Preto aos seus Concidadãos, Excursão na Itália, A Marinha de Outrora e o Crédito Móvel.

PRIMEIROS ANOS

AS LUTAS, as acirradas lutas entre portugueses e brasileiros, na fase férvida da busca de nossa emancipação política, não chegaram, felizmente, a atingir os limites da intolerância entre os dois povos. Acarretaram, é certo, o cisma político, mas não prejudicaram o fator étnico de nossa florescente nacionalidade. Ameríndios e lusitanos continuaram perfeitamente integrados no mesmo ambiente social e o entrelaçamento das famílias continuou da mesma forma como na época anterior ao desencadeamento da tormentosa série de conflitos em que portugueses porfiaram pela manutenção do seu domínio colonizador e brasileiros se rebelaram, na ânsia, afinal conseguida, de sua inteira liberdade política. O mais interessante, porém, a ser assinalado, em todo esse desequilíbrio social que precedeu à consubstanciação de nossa independência, é que a corrente de portugueses emigrados para o Brasil, precisamente naquelas éras convulsas, de tal sorte se irmanou às aspirações de nosso povo, que também eles terminaram lutando pela afirmação do nosso conceito de pátria livre, e, uma vez conquistado esse objetivo, valeram-se ainda dos dispositivos da Constituição de 25 de março de 1824 para se tornar brasileiros.

Esse foi o caso de João Antonio Afonso, natural de Braga, e que viria a ser pai de Afonso Celso, futuro visconde de Ouro Preto. Um dia, acompanhado de outros irmãos, rumou para o Brasil; ficando no Rio com

alguns deles, enquanto outros se domiciliaram em diferentes províncias, como aquele que emigrou para o Rio Grande do Sul e prosperou extraordinariamente, tornando-se mais tarde barão de Vila Isabel. Sendo muito moço ainda, criança quase, João Antonio Afonso cuidou de ultimar os estudos, optando, depois, pela carreira comercial. Feita a nossa independência, valeu-se do que facultavam os termos constitucionais e naturalizou-se, juntamente com os irmãos. Indo, posteriormente, a Minas Gerais, a serviço da casa de José Francisco de Mesquita, que foi, sucessivamente, barão, visconde, conde e marquês de Bonfim, instalou-se em Ouro Preto como negociante. A seguir, fez-se tesoureiro da Caixa Econômica e da Agência do Banco do Brasil da localidade. Nos entremeses de sua atividade nessas repartições, desempenhava o cargo de delegado de polícia. Mereceu, pela relevância de seus serviços, a patente de capitão da Guarda Nacional. São curiosas as notícias a seu respeito. Era homem dinâmico, de feitio alegre, com acentuados pendoros para a literatura. Tendo lido e assimilado os clássicos portugueses, de preferência Camões, demonstrava aguda e ágil inteligência, aplicando às palestras, com oportunidade, os conceitos neles hauridos e os decassílabos dos *Lusíadas*. Conta o conde de Afonso Celso, seu neto, que ele sabia o poema camoneano quase todo de cor. (38).

Talvez tenham sido o dinamismo e a manifestação do gosto pela forma literária os mais acentuados traços de sua transmissão psicológica aos filhos. É indiscutível que, de seu matrimônio com d. Maria Madalena de Assis Figueiredo, de antiga família ouro-pretana, tanto o primogênito Afonso Celso, nascido a 21 de fevereiro de 1836,

(38) *O Visconde de Ouro Preto.*

(39), como os dois outros filhos varões, João Afonso e Carlos Afonso (40), foram homens de larga inteligência e grande capacidade de trabalho. João Afonso, tendo seguido a carreira militar, muito moço alcançou o posto de tenente, e não galgou imediatamente outros graus, porque deu baixa por moléstia de que veio a falecer. Carlos Afonso teve atuação política brilhante, não tão brilhante como a do irmão mais velho, porém bastante expressiva: formado em Direito, foi deputado provincial, deputado geral, ministro da guerra no Gabinete Parana-guá, e era presidente da Província do Rio de Janeiro e da Mesa Provisória da Câmara dos Deputados quando caiu o regime monárquico (41).

(39) Do livro V.º de assentos dos batizados da Paroquia de N. S. do Pilar de Ouro Preto, Arcebispado de Mariana, consta o batismo de Afonso Celso nos seguintes termos e na seguinte grafia: "Aos vinte de março de mil oitocentos e trinta e seis, nesta Matriz de Nossa Senhora do Pilar desta Imperial de Ouro Preto, baptizei e puz os Santos Oleos a Afonso innocente, nascido aos vinte e um do mez passado, filho legitimo de João Antonio Affonço e de sua mulher Dona Maria Magdalena de Figueiredo; forão Padrinhos o Major José Baptista de Figueiredo, solteiro e o Tente. Narcizo Tavares Coimbra, casado, todos desta Freguezia, de que para constar faço este assento, que assigno. O Vigario encomendado *Francisco José Ferreira da Silva*".

Quer dizer que Afonso Celso adotou o sobrenome de sua genitora, enquanto que passou a predominar o sobrenome Afonso, do pai, em quase toda a descendência masculina da família. Outro pormenor: teve elle por madrinha Nossa Senhora, pois um dos figurantes como padrinhos outra personalidade não poderia representar sinão a Virgem Santíssima.

(40) Além destes três filhos, o casal teve ainda três filhas: uma que faleceu solteira, outra que se casou com o juiz de direito, Antonio Joaquim de Souza Paraizo, de illustre família bahiana, e a que foi desposada pelo barão de Ouro Branco, coronel João José de Magalhães, proprietário da famosa casa de Marília, onde por longo tempo habitou.

(41) Carlos Afonso era oito anos mais moço do que Afonso Celso e faleceu, no Rio, a 5 de abril de 1907, aos 63 anos de

Certo, o temperamento corajoso e resolutivo do pai e o espírito superior da genitora criaram clima decisivamente favorável à sadia formação mental, cívica e moral da prole. Os exemplos de tenacidade e de retidão com que agiam ambos abriram-lhes caminhos que os conduziram a brilhante futuro. Sem fortuna, apenas contando com modestos vencimentos, à medida que as necessidades do lar cresciam mais o pai se encorajava na porfiosa conquista da subsistência da família. Era sensato. Honesto. E, como jamais procurasse manifestar condições maiores do que as realmente possuídas, os filhos, uma vez chegados à idade da compreensão, sentiram claramente os seus esforços, daí decidindo-se, porque possuíam boa índole, a compensar-lhes os labores e os sacrifícios com a rigorosa aplicação nos estudos.

Talvez tenha sido esse o principal motivo da notável carreira que fizeram.

Quanto a Afonso Celso, desde as primeiras letras, ministradas pelos professores públicos de sua cidade, revelou-se de compreensão rápida e imaginação aguda. Fez curso brilhante, mercê não só das aptidões intelectuais, que nele eram consideráveis, como de sua aplicação aos cursos encetados. Sóbrio nas brincadeiras, quase nada

idade. Segundo a *Coletanea de Autores Mineiros*, de Mário de Lima, estudou as primeiras letras com os professores públicos de Ouro Preto, José Marques de Oliveira e Ernesto Silvestre da Costa, no Liceu Mineiro. Suprimido este, rumou para São Paulo, onde se matriculou no curso jurídico em 1863. Durante os estudos superiores, residiu em casa do major Joaquim Floriano de Toledo, sogro do visconde de Ouro Preto. Formado, passou a residir na cidade natal, onde se dedicou à advocacia e ao jornalismo político do partido liberal, a que era filiado. Mais tarde, após ter sido procurador fiscal da antiga Tesouraria de Minas, transferiu residência para o Rio, onde desenvolveu brilhante carreira política. É bem verdade que muito lhe valeu o prestígio do irmão mais velho.

existe na voz da tradição sobre os seus atos e gestos propriamente infantis. Era dócil, cordato, obediente. Nunca, ao que se sabe, fez cousa alguma que desgostasse aos pais. Aos nove anos, para satisfazê-los, entrou e professou na Ordem Terceira de Nossa Senhora das Mercês e Perdões (42). Tornando-se, mais tarde, e para o resto da existência, livre pensador, jamais desconsideraria a crença de quem quer que fôsse. Ao contrário, acatava-a. Notadamente as verdades fundamentais da fé romana lhe inspiravam respeito. Tanto assim que, entrado na anciania, ao desejar sua filha Noemy ingressar numa ordem religiosa, apenas lhe pediu deixasse para depois de sua morte, por lhe pezar a separação (43).

Não há exagêro em dizer-se que, menino ainda, era Afonso Celso grave sem afetação, coerente sem ser cal-

(42) Poucos terão conhecimento desse pormenor da vida do visconde. Entretanto, êle foi, realmente, Irmão das Mercês. A certidão, contida no opúsculo do Instituto Histórico de Ouro Preto, consagrado ao centenário do visconde, e exarada por Manoel José de Paiva Junior, secretário da Venerável Ordem 3.^a de Nossa Senhora das Mercês e Perdões, assim reza: "Certifico que revendo os livros dos assentamentos dos Irmãos da Ordem 3.^a de Nossa Senhora das Mercês e Perdões, deles o de número seis a folhas 85 verso e 86 vê-se o termo de teor seguinte: a 3 de julho de 1845 entrou e professou nesta Ordem Terceira de Nossa Senhora das Mercês e Perdões, Afonso Celso de Figueiredo, filho legítimo do sr. Cap. João Antonio Afonso, o qual se sujeitou ao determinado nos Estatutos da referida Ordem. E para constar se lavra este Termo em que se assina com o Secretário atual Bernardino Moreira da Silva, Afonso Celso de Figueiredo. Definidor de 1859 a 1860. Prior em 1863 para 1864. Vê-se acima (9 anos). Vê-se ainda um haver na sua conta de 128\$000.

Eis o que se continha em dito termo para aqui bem e fielmente transcrito. Ouro Preto, 12 de janeiro de 1936".

(43) Essa filha é hoje Madre Maria Paula de Jesus, do Convento e Escola de Nossa Senhora de Lourdes, na Mangueira, à rua Oito de Dezembro, na chácara de residência do visconde, doação feita pela religiosa.

culista, donde a irrepreensível conduta que teve tanto entre os seus afetos, como no seu pequenino mundo estudantil. Isso mostra, por outro lado, que aquela inflexibilidade, aquela inamolgabilidade que seria, na madureza dos anos, a característica principal de sua personalidade, já lhe viera do berço. Como Osvaldo Cruz, foi um disciplinador da própria vontade desde os instantes inaugurais da existência. Vittoz nos fala de uma espécie de vagabundagem cerebral, que ocorre na infância, suscitadora de certos males psicológicos, comuns à maioria dos nervosos e psicastênicos (44). Pelo que nos conste, Afonso Celso não se perdeu nesses devaneios juvenis. Não teve tempo, ou melhor, não se permitiu experimentá-los. Dedicou-se quase que demasiadamente às manifestações concretas da existência tão logo o entendimento lhe veio. E talvez por isso, não teve os nervos mais tarde martirizados, nem se viu afrontado pela nevrosenia...

Por essa formação psicológica, teria, ao emancipar-se, perfeita identificação, em dados aspectos, com outros marcantes valores patrícos. Igualar-se-ia, por exemplo, a Cotegipe, na austeridade e na independência. Ombrear-se-ia ao visconde do Rio Branco na infatigável capacidade de trabalho. Demonstraria, por igual, possuir a coragem de Tavares Bastos, a dialética de Fernandes da Cunha, o amor de Rui à respeitabilidade jurídica.

E' interessante a infância de Afonso Celso, precisamente porque apresenta aspectos pouco comuns, singulares mesmo. O normal, bem o sabemos, é que a criança cresça para definir-se. Ele, não. Revelara-se, de logo, o que viria a ser na plenitude de suas forças físicas. A avolumação dos anos como que apenas lhe ayigorou as linhas mestras do caráter, servindo-lhe à na-

(44) Em "*O Romance de Osvaldo Cruz*", Gastão Peçeira da Silva fundamenta esse fenômeno.

tural consubstanciação das poderosas reservas psicológicas.

* * *

Uma vez concluído o curso primário com distinção, enveredou pelos preparatórios, no Liceu Mineiro de Ouro Preto (45), para a futura iniciação do curso jurídico, obtendo de todos os seus mestres as mais lisonjeiras referências. Ao completar dezoito anos, esperou a passagem das férias acadêmicas, e, na época oportuna, entre as bênçãos dos pais e os adeuses dos manos e amigos, empreendeu viagem para São Paulo, a fim de ingressar na Faculdade de Direito piratiningana. Para outros, a separação teria sido dolorosíssima. Para ele, foi apenas a anunciação de melhor futuro para si e os seus genitores. Sentiu, evidentemente, a falta que lhe iriam fazer os carinhos domésticos, tanto mais quanto eram muito unidos e viviam em plena harmonia naquele lar modesto mas muito bem organizado. A perspectiva do meio estranho confrangeu-o, mas por ligeiros instantes. Compreendera que era preciso partir, ganhar as paragens abençoadas por Anchieta e Nóbrega, para que, no porvir, fôsse melhorada a situação de sua família. Realista e afeito ao contrôlo das expansões sentimentais, sabia ser comedido e superior nas ocasiões azadas. Sufocou a emoção, e, de ânimo forte, montou o animal que o esperava à porta de casa, aquela mesma casa onde nascera e passara toda a infância, à atual rua Direita n. 33, esporeou-o e foi descendo, vagarosamente, as ruas ingremes da sua querida Vila Rica, de coloridos tão caprichosos e características coloniais tão definidas, a caminho de Piratininga... No íntimo, vinha feliz. Trazia

(45) Mario de Lima, *Coletanea de Autores Mineiros*, vol. I, *História e Oratória*.

apenas, no coxim da cela, pequeno volume com escassas roupas brancas, e o único fato que possuía era aquele que vestia, surrado e desbotado pelo uso constante. Mas, animava-o grande esperança. Pressentia a conquista de um futuro mais amplo. E estava certo. Iria subir. Ganhar as alturas. Voar ao largo. Vencer.

* * *

Em São Paulo fixou domicílio numa república modesta, à rua São José, hoje Líbero Badaró. (46) Inscreveu-se na Faculdade, onde logo iniciou os exames. (47) Quando faltava o último, o de retórica e poética, adoeceu gravemente de febre tífica. (48) Recém-chegado e com pouco conhecimento, ou quase nenhum, experimentou instantes de funda tristeza pela solidão em que por vezes se achara. Não foi, todavia, abandonado. Os companheiros lhe prestaram a assistência que lhes foi possível. E, para o seu maior conforto moral, certa manhã, já convalescente, sentiu parar à porta magnífica

(46) Almeida Nogueira assim traça o seu perfil de recém-chegado à Paulicéa: "Era bem moço em 1854. Ainda em 1858 era quase imberbe. Ligeiro buço, um sofisma de bigodes, lhe sombreava levemente os lábios superiores. Estatura regular, fino, esbelto, fronte descoberta, cabelos crescidos e atirados para trás. A sua fisionomia franca e resoluta de lutador modificava-se, entretanto, quando êle falava, por um espontâneo sorriso, cheio de meiguice".

(47) A matrícula de Afonso Celso foi feita a 21 de março de 1854, e recebeu o n.º 55.

(48) Diz ainda Almeida Nogueira a propósito dos singulares efeitos dessa enfermidade no seu organismo. "Restabelecido da perigosa enfermidade, operou-se nele curioso fenomeno psicologico. De muito inteligente que era, tornou-se... mais inteligente ainda. Toda a gente notou esse estranho desenvolvimento mental, tanto mais de se assinalar por ser frequente após tal enfermidade a modificação intellectual em sentido inverso."

carruagem, enquanto uma senhora, de formosos traços, acompanhada de duas escravas, lhe veio ao encontro. Era a Marquesa de Santos. Ao mesmo tempo que a ilustre dama ordenava às criadas que arranjassem melhor a cama do estudante enfêrmo, ia ela própria endireitando o travesseiro e os lençóis. Falou-lhe, depois, com uma ternura comovedora, retirando-se após ligeira permanência. Pouco mais tarde, quando menos Afonso Celso esperava, mandou-lhê ainda a Marquesa frutas frescas e saborosas. Aliás, não só ele, no largo surto epidêmico que então grassou, mereceu os cuidados carinhosos da famosa amante de Pedro I. Por todo esse período ela foi uma espécie de fada bôa para todos os estudantes pobres, que encontraram na sua solicitude e na sua assistência desvêlos extraordinários (49).

Outro fato desagradável ocorreu logo no início de sua estada em São Paulo. Foi quando, ainda combalido pelos efeitos da febre tifóide, defrontou o famoso Conselheiro Cabral, lente da Academia, para fazer o exame restante. Esse homem excêntrico, cujas exquisitices animariam grosso volume anedótico, tinha solene implicância com as pessoas, particularmente com os alunos que lhe pareciam ser paradoxais entre o nome de que eram portadores e a aparência. Para êle, nome e fisionomia deveriam coadunar-se. De sorte que, quando Afonso Celso compareceu à sua presença, erecto mas esverdeado, magríssimo, olhos quebrados, e no seu fato realmente pouco apresentável, o Conselheiro Cabral, depois de perguntar-lhe o nome, fitou-o com insistência, e interrogou:

- De onde é você?
- De Minas Gerais.
- De que cidade?

(49) Conde de Afonso Celso, *op. cit.*

— Ouro Preto.

O Conselheiro, entre as perguntas que fizera e as respostas do aluno, alterara o semblante enormemente. Ficara, de súbito, possesso. E, agressivo, com inopinada impolidez:

— Pois então, seu caipira mineiro, você se atreve a usar o nome de Celso, um nome ilustre, o de um grande médico da antiguidade, denominado o Hipócrates latino, o Cícero da Medicina, e o de um grande filósofo epicuriano, e ousa vir a exame com essa roupa que já foi preta e se tornou verde, roupa que é até um desrespeito à ciência e à Academia?...

Houve uma espécie de torpor no ambiente. Todos ficaram como que desarticulados na sala. Menos Afonso Celso. Quem o auscultasse, sentir-lhe-ia no semblante, animando-o, corrigindo repentinamente as deficiências da falta de saúde, reação violenta. Os olhos perderam o amortecimento, antes pronunciado, e um brilho intenso aflorou-lhe às pupilas. Sem titubear, a voz firme, com polidez e dignidade, respondeu:

— Senhor Conselheiro, falta-me somente este exame. Se eu não o fizer, perderei o ano, o que será para mim enorme prejuízo.

Cabral redarguiu com aspereza:

— Não, não pode ser! Retire-se! Você não será examinado, ou, se o fôr...

Abriu as órbitas exageradamente e, acentuando as sílabas:

— ... será re-pro-va-dís-si-mo!

O aluno, apesar dos brios ofendidos, quis falar. Mas, impossível. O lente cortou-lhe a oportunidade com maior azedume ainda:

— Nada! Não cogite de formar-se. Outro ofício...

E, conclusivo:

— Rua, com êsse casaco e êsse nome intoleráveis! . . .

A cena foi gritante, embora rápida, mas não desorientou Afonso Celso. Num minuto, seguro do expediente que ainda poderia dar, correu à Secretaria da congregação. Infelizmente, porém, o diretor havia saído e não mais voltaria. Só no dia seguinte. Então, acabrunhado, falto das energias que a moléstia consumira, caiu prostrado numa cadeira, com as lágrimas a correrem, quentes e grossas, pelo rôsto macerado e trêmulo.

São Paulo, contudo, não lhe seria adverso. Tivera a febre tífica, é verdade, mas fôra confortado pelos companheiros e pela visita e os cuidados da Marquesa de Santos. E, quando a neurastenia do Conselheiro Cabral pretendia fechar-lhe as portas a melhor futuro, uma alma nobre apareceu para salvá-lo da situação difícil em que se achava. Era o Conselheiro Silveira da Mota, que também era lente da Academia. Inteirando-se do ocorrido, tenta demover o colega, no que não é atendido. Por fim, propõe substituí-lo na banca, a fim de examinar o rapaz. Foi a sorte de Afonso Celso. Cabral cedeu o lugar, e Silveira da Mota passou a arguir o futuro acadêmico, a quem o incidente não tirara a lucidez nem tol-dara a calma necessária à prova. Imagine-se que, após tudo isso, Afonso Celso ainda obteve distinção! (50).

Influiu, assim, Silveira da Mota, de maneira decisiva, na iniciação do curso jurídico de Afonso Celso. Mais tarde, quando ambos, lente e discípulo, se sentassem juntos no Senado, e mesmo antes, em 1879, quando Afonso Celso desempenhou as funções de ministro da Fazenda, e interinamente do Império, portanto em situação política superior à de Silveira da Mota, os dois comentariam, entre

(50) Conde de Afonso Celso, *op. cit.*

sorrisos e frases leves, os desagradáveis apuros em que se vira o jovem*ouro-pretano.

* * *

O certo é que tais embaraços então passados serviriam de séria advertência ao estudante. Deram-lhe a comprovação de que os estudos em que se empenhara para fazer face aos exames constituíram a base de seu êxito preliminar na Academia. Côncio da importância que os conhecimentos lhe davam, aferrou-se mais do que nunca aos livros, o que de logo o fez credenciado entre os colegas calouros, alguns brilhantes e de futuro largo, como Homem de Melo e Ataliba Nogueira, José Tito Nabuco de Araujo, Delfino Cintra e Cardoso de Melo, assegurando Spencer Vampré, entretanto, ter sido Afonso Celso, sem dúvida, o mais ilustre dos seus companheiros de Academia. (51).

O meio ambiente, não ha negar, contribuiu também para que o moço ouro-pretano mergulhasse profundamen-

(51) Spencer Vampré, *Memórias para a História da Academia de São Paulo*. Assinale-se, para complemento histórico, que Afonso Celso obteve notas distintas em todo o seu curso jurídico. Verificamos pelo Arquivo da Faculdade de Direito de São Paulo, graças à amabilidade do dr. Julio de Barros, chefe dessa dependência, que nos exames feitos em 14 de novembro de 1854, 19 de novembro de 1855, 7 de novembro de 1856 e 11 de novembro de 1857 alcançou Afonso Celso em todas as matérias a nota máxima então conferida aos acadêmicos. Foram seus lentes: primeiro ano, Avelar Brotero, lecionando Direito Natural e Direito Público, e Crispiniano Soares, inaugurador, a 20 de agosto daquele ano de 1854, do ensino de Direito Romano; 2.º ano: Brotero, em continuação, e Anacleto Coutinho, em Direito Eclesiástico; 3.º ano: o Conselheiro Cabral, em Direito Civil e Manuel Dias de Toledo, em Criminal; 4.º ano: ainda Cabral em Direito Civil e Falcão, o velho, em Direito Comercial; 5.º ano: Ramalho, em Processo Civil e Criminal; Furtado, em Direito Administrativo, e Ribas, em Economia Política.

te nos estudos. Cioso dos seus deveres, não queria que, entre os de seu convívio, alguém o surpreendesse algum dia desprevenido nas matérias concernentes ao curso. E as possibilidades lhe foram altamente vantajosas, pois, tendo vindo para São Paulo na fase mais brilhante da Academia, que é a que vai de 1850 a 1870, em que pontificaram os mais representativos talentos nacionais, como Gonçalves Dias, Montalverne, Joaquim Manoel de Macedo, Porto Alegre, Gonçalves de Magalhães e outros (52), pode ele haurir o que de melhor lhe foi possível no clima acadêmico da Paulicéa antiga. Basta saber que foram seus contemporâneos na Faculdade homens da envergadura de Ferreira Viana e Paulino de Souza, de Vicente Mamede e Evaristo da Veiga, de Andrade Figueira e Bittencourt Sampaio, de Lafayette e Couto de Magalhães, de Pedro Luis e Teófilo Otôni, de Tavares Bastos e Quintino Bocaiuva, de Batista Pereira e José Maria do Vale Junior, de Bernardo Guimarães e Américo Brasiliense, de Galvão Bueno e Silveira Martins, Antonio Joaquim de Macedo Soares, Rodrigo Otavio de Oliveira Menezes, Antonio Carlos de Andrada e Silva e Cerqueira César.

Diz Spencer Vampré que quem imaginar românticas melenas à Alfred Musset, ou à Theophile Gautier, barba à Napoleão III, à nazarena, ou ainda à Mefistófeles, terá, perfeito e acabado, um tipo de estudante do tempo. Assim era, na verdade. Mas Afonso Celso em nada se parecia com os seus colegas, quanto ao aspecto exterior. Tinha barba, sim, barba rúiva, mas nunca deixou o cabelo crescer, à semelhança de Castro Alves. Usava óculos, que em nada lhe empanavam o brilho dos olhos castanhos claros nem lhe alteravam a harmonia estampada no rosto oval muito claro. Por outro lado, compenetrado das suas

(52) Spencer Vampré, *op. cit.*

obrigações e preocupado com o sacrifício dos pais para mantê-lo nos estudos, não só evitava habilmente os gastos que as brincadeiras boêmias estudantis provocavam, como quase nunca se afastava dos livros. Estava em São Paulo para estudar, e disso ninguém o demovia. Raro era vê-lo entre colegas a caminho das diversões usuais. Mesmo nas noites de temporada teatral, em que tantos companheiros de estudo se deliciavam, quem penetrasse na sua república humilde encontrá-lo-ia isolado e meditativo, sob a luz frouxa das velas postas nos gargalos das garrafas de cerveja, à falta de melhor castiçal, debruçado sobre o livro aberto.

No entanto, na brumosa paisagem social de Piratininga daqueles remançosos e longínquos tempos, os estudantes eram a nota alegre, o movimento; a vida (53). Eles é que a tornavam álcere e divertida com as suas patuscadas e as serenatas, ao som da flauta, do violão ou do cavaquinho. Tempos áureos, de despreocupação e espontaneidade! Um quase nada, um motivo qualquer, um caso fortuíto, uma ocorrência mínima — e eis o bastante para os arrebatam às efusões do entusiasmo ou às desabridas manifestações de desgosto, e os levar, num segundo, em mutações regidas pela sensibilidade, do riso claro e sonoro à tristeza pesada e sombria, da galhofa descuidada às atitudes solenes, da ironia leve ao sarcasmo ferino, dos trotes boêmios aos protestos capazes de confundir um govêrno. Tudo feito com naturalidade, ao sabor dos caprichos do talento, da poesia, do sonho, na quase aldeola de então, naquela pequenina cidade onde

(53) Almeida Nogueira em *Tradições e Reminiscências*, e Spencer Vampré, em seu livro citado, dão-nos instantâneos interessantes sobre esse período da vida acadêmica de São Paulo. Sílvia Romero também o reflete, com aquela precisão de analista agudo, em sua *História da Literatura Brasileira*.

apenas existiam, a leste, além do Tamanduateí, segundo a autorizada evocação de Spencer Vampré, a *Chácara do Ferrão* e a do *Ozório*, antiga do *Menezes*. Ao sul, a *chácara do Fagundes* e a do *Cônego Fidélis*. A oeste, os *Campos do Bexiga*, assim chamados do estalajadeiro Bexiga, que dava pouso aos tropeiros, logo depois da Ponte do Lorena, sobre o Anhangabaú. Desses campos é que se desmembraria, ao sul, para trás da Academia, a chácara, que se chamaria do Barão de Limeira, e da qual nasceria a Avenida Brigadeiro Luiz Antonio e, por ela acima, todo o bairro do Paraíso e da Avenida Paulista. Entre o leito do Anhangabaú e a rua de S. Bento, havia apenas a rua de S. José, hoje Líbero Badaró, onde Afonso Celso residia. Um pouco inclinado ao Norte, estava para surgir dos lados da Ladeira do Açú, atual início da Avenida S. João, e da rua do Seminário, o bairro de Santa Efigênia, cuja igreja se fundara em 1794. Desse lado, o Bêco do Sapo e o Tanque do Zúnega. Para além do Morro do Chá, onde se plantaria mais tarde a esplanada do Teatro Municipal, o Campo dos Curros, em que mal se poderia supôr passaria um dia a rua Barão de Itapetininga, e viria a criar-se o bairro de Vila Buarque. Cemitérios, não os havia ainda: os cadáveres eram inhumados dentro das igrejas da Misericórdia, do Rosário e da Boa Morte. Hoteis, só então começaram a aparecer, e a verdade é que não passavam de pequenas hospedarias. Mas, as vantagens decorrentes de suas instalações logo contribuíram para transformar o nosso hábito de excessiva hospitalidade. Pedro Taques de Almeida Alvim reflete a evolução nestes versos precisos:

Hóspede mais de três dias,
instalado em casa alheia,
pagando com cortezia

almoço, jantar e ceia,
afora o quarto, que habita.
má visita...

Essa a cidade acadêmica dos tempos em que Afonso Celso frequentou a Academia, quando as ruas eram escassamente iluminadas por lampeões de azeite de peixe, sobre postes de madeira, e o abastecimento de água se fazia nas fontes, nos chafarizes ou nas cisternas, e as casas, construídas de taipa sólida, caiadas, cobertas de telhas curvas, embora não denunciassem magnificência, respiravam alegria e limpeza, com suas rótulas coloniais, donde, de quando em quando, espiava para a rua alguma curiosa cabeça feminina... (54).

Pois bem. Era aí que os estudantes exerciam o seu império. Era aí que dominavam a valer. Não raro, improvisavam passeios a pé ou a cavalo pelos bairros e arrabaldes ainda despovoados, desertos quase, como Penha, Freguezia do Ó, Pinheiros, Santana, Ipiranga e Bela Vista. Além dessas jornadas, promoviam excursões de canôa ou faziam natação no Tamandateí e no Tieté. Vida simples, aquela! Pela manhã, visitavam as igrejas, onde apreciavam o elemento feminino. As damas só saíam trajadas de sêda preta e cobertas com um longo véu também de sêda, franjado de largas rendas. Isso, se o dia fôsse de sol. Se acaso a bruma acinzentava o ambiente, os véus eram substituídos por grossa capa de lã, ornada de veludo, rendas de ouro, fustão ou pelúcia, sendo rigor de moda um chapéu redondo, que exibiam fidalgamente quando viajavam ou faziam passeios à tarde. As jovens usavam flôres nos lindos cabelos longos... Após o almoço, se não passeiavam, iam às corridas de cavalo e às modestas confeitarias existentes. Às noites

(54) Spencer Vampré, *op. cit.*

de quarta-feira, de sábado ou de véspera de feriados — às quintas-feiras eram as folgas da Academia — afluíam ao Teatro S. José, no Largo de S. Gonçalo, hoje Praça João Mendes, ou se divertiam nas barracas de lona dos circos do Largo do Bexiga e de S. Bento. Afora isso, os bailes, as rondas noturnas sôb o coruscar argênteo das estrêlas e os palôres nostálgicos da lua...

Quanto ao jornalismo político, o "*Correio Paulistano*" e a "*Lei*" sugerem bem o que ia pela região planaltina daqueles dias. Dificil encontrar-se uma produção assinada com o verdadeiro nome do autor. Tudo vem sob pseudônimo, as mais das vezes extravagantes, ou sob iniciais apenas. Imagine-se toda uma série de trabalhos ora de polêmica, ora de mera divulgação, ou de doutrina jurídica, filosófica e sociológica, ou de literatura, ou de crítica, assinada por "Um que mora no largo", "Ratão", "O Justo", "O Higiênico", "O Metódico", "O Assustado", "A Alma de Talmá", "Uma Vítima", "O Vigia", "O Caixa d'óculos", "O Cujo", ou, simplesmente, Z, G, Til, e ter-se-á noção do que era a imprensa política do tempo.

Já o mesmo não ocorria nas publicações acadêmicas, onde o colaborador aparecia com o nome a descoberto, como no "*Ensaio Filosófico*", que por sinal exercia predominância nos círculos intelectuais da época, condensando o que de melhor havia entre a mocidade estudiosa. Basta observar isto: Gonçalves Dias comandava, em suas páginas, a crítica literária. Os estudos de história e linguística estavam a cargo de Teixeira Junior. Tavares Bastos cuidava do Direito Criminal, abrangendo a teoria e o direito positivo. Rodrigo A. da Silva doutrinava sobre filosofia. Guanabara escrevia sobre política. J. Pinto Moreira tecia comentários à Constituição. José Rodrigues Coelho de Macedo estudava os aspectos capi-

tais do Direito Eclesiástico. Teófilo Otoni realizava ensaios históricos e comentava, ainda, Direito Público Constitucional. Pedro Martins Pereira dedicava-se à Economia Política. Macedo Soares aprofundava conceitos sobre filosofia do Direito, sobre literatura musical e fazia poesias. Pedro Luis também fazia crítica literária e, com Salvador de Mendonça, Bernardo Guimarães, Bittencourt Sampaio, Silveira Martins e outros, ia expandindo suas manifestações sentimentais e seus poemas épicos. Enquanto isso, J. I. de Carvalho Rezende andava nas considerações sobre as consequências das Cruzadas e, com Afonso Celso e Joaquim Gomes de Menezes, se preocupava em apurar se os fenícios fizeram ou não a volta à África... (55)

Em 1854, ano em que Afonso Celso chegou a São Paulo, é que Azevedo Marques fundou o "*Correio Paulistano*", que sobreviveria até nossos tempos. Pouco antes, em 1850, Alvares de Azevedo havia fundado o "*Ensaio Filosófico Paulistano*", que contara, depois, com a presidência de Lafayette, tendo como orador Gaspar

(55) Os três, J. I. de Carvalho Rezende, Afonso Celso e Joaquim Gomes de Menezes integravam, ao tempo, a Comissão de História do "*Ensaio Filosófico*", e foram, por isso, incumbidos de dar parecer sobre "Se os Fenícios fizeram a volta da África", o que ocorreu na sessão de 14 de julho de 1858. É trabalho curioso, denso, refeito de considerações que vão desde a origem e o desenvolvimento do intercâmbio comercial no mundo, até à comprovação da presença dos fenícios no continente africano. Nesse estudo, eles deram cabal refutação aos pontos de vista de Mannert, Gosselin e Malte Brun, que se opuseram ao documento de Heródoto, o que equivale dizer que fundamentaram largamente a tese defendida. Valeram-se, para tanto, das melhores fontes então existentes, tais como o "*Ensaio sobre as instituições sociais*," de Ballanche, o "*Direito das Gentes*" de Laurent, a "*História dos Gaulizes*", de Amadée Thierry e das "*Idéias sobre o comércio e a política dos povos da antiguidade*", de Heeren, além de Herder e do sábio orientalista Lassen.

da Silveira Martins e adjunto Afonso Celso. Em 1852, Felix Xavier da Cunha, poeta, jornalista e orador de largos vôos, lançara, com Quintino Bocaiuva, o "*Acayaba*", que teve a colaboração de Francisco da Costa Carvalho, Leandro Barbosa Castilho e outros; e um grupo de estudantes publicára o "*Ateneu Paulistano*", que exercera, também, grande influência no espírito acadêmico contemporâneo, versando literatura, história, questões politico-sociais e jurídicas: Naquele mesmo ano, ainda, Ferreira Viana, atraíndo para o seu grupo a Quintino Bocaiuva, lançara a "*Hora*", cuja vida não ultrapassou de um ano. Um quatriênio mais, e formosa plêiade, de que se salientavam Couto de Magalhães, Tavares Bastos, Ferreira França, Bittencourt Sampaio e Homem de Melo, lançaria o "*Guayaná*", de feição científica, política e literária, e a "*Academia*", jornal filosófico, jurídico e literário. Em 1857, com Pedro Luis e Flávio Farnese, fundara Lafayette a "*Atualidade*", onde Bernardo Guimarães expandiu o seu talento, ao mesmo tempo que surgiram a "*Revista Paulistana*", o "*Acadêmico do Sul*", a "*Arcádia Paulistana*" e o "*Iris*". Eran, porém, todos eles, na realidade, periódicos pequeninos, de impressão modesta e curta existência, como o foram, de resto, outros órgãos da imprensa política de então, entre os quais o "*Arassoyaba*", o "*Publicador Paulistano*", e a "*Lei*". Mas, de qualquer sorte, através de jornais dessa ordem e de sessões como as promovidas pelo "*Ensaio Filosófico*", pelo "*Ateneu Paulistano*" e pela "*Arcádia*", onde vários valores se revelaram e se firmaram, é que a sociedade paulista ganhou o caminho da sua emancipação, a vida nacional se elevou e o Brasil tornou-se a nação que hoje é, reconhecida pelas maiores expressões mundiais.

Esta, a síntese do panorama social, estudantino e cultural de São Paulo dos Campos de Piratininga, na

época em que Afonso Celso frequentou o templo jurídico do Largo de S. Francisco.

E como São Paulo, à data, eram os demais pontos principais do país. Modesta, bem modesta, a vida das províncias e mesmo da Capital do Império. Humilde, bem humilde, o panorama social brasileiro. A opulência apenas na expressão da natureza e no elemento humano, no seu tríplice aspecto moral, político e mental. Quanto ao urbanismo, paupérrimo. O meio circulante diminuto. A produção agrícola e pastoril, pequena. A indústria, inexistente quase. A economia, inteiramente por desenvolver-se. Havia, sim, as matas exúberes, os morros alcantilados, o brilho de cristal dos rios claros, o ímpeto das cachoeiras, as amplas rôtas marítimas, os campos férteis e novos. Mas tudo por ser utilizado pelo homem, na sua perpétua captação das forças da natureza. Era, ainda, das casas grandes e das senzalas sombrias. Do predomínio dos engenhos de açúcar, das fazendas de café, dos solares patriarcais, com baixelas e candelabros de prata, mas também dos humildes casebres de chão de barro socado e dos cochicholos de pau-a-pique e sapé. Dos serões aristocráticos, dos recitativos sentimentais, sob a Dalila, dos punhos de renda, do declínio dos hábitos mouriscos, mas do ruído das moendas e da batida rítmica da mão-de-pilão. Da ociosidade dos “senhores” e das séstas burguesas, nas rêdes, às varandas ensombradas, mas do trabalho estafante dos escravos, sob os rigores do eito. Dos tálburis, das caleças, das seges, e das longas caminhadas em carros de bois, em lombo de burro, ou a pé descalço. Das quadrilhas e das mazurcas, dos “shottishs” e das sonatas ao cravo, dos lundús e das modinhas apaixonadas, ao som da viola, e dos cantos lamentosos nos terreiros banhados da luz das estrêlas. Fase da juventude de nossos avós, fase animada das largas

abstrações nas aladas esferas do sonho, quando ainda se usavam os namoros às janelas dos sobrados, as serenatas em noites de plenilúnio, as pitorescas repúblicas estudantis e a tristeza boêmia dos poetas românticos.

Entretanto, a contrastar com a pobreza urbanística do tempo, com êsses acentuados desníveis sociais, com a pouca produção e a inexistência de nossa indústria, enfim, com a modéstia econômica do meio ambiente, desabrochou, então, esplêndida floração de autênticos pontífices do pensamento filosófico, jurídico, literário, sociológico, diplomático e artístico brasileiro.

Entre eles, Afonso Celso de Assis Figueiredo.

Dotado de grande força persuasiva, não tardou em grangear a confiança dos que se lhe aproximavam. Sendo dos mais pobres de sua "república", era, no entanto, o principal dela. Era o chefe, por sufrágio unânime dos que a habitavam (56). Nada, porém, mais natural. Tendo madrugado na investigação dos valores humanos e das coisas do nosso passado, quando ainda em meio à pequenina mas brilhante e conceituada Vila Rica, sua palestra era sempre pontilhada de exemplificações hauridas nas leituras sôbre a nossa formação histórica. Tinha, além do mais, consciência do nosso desenvolvimento econômico-social (57). Por isso impressionava os que o ouviam, atraía a atenção dos colegas e os cativava.

(56) Almeida Nogueira, em suas "*Tradições e Reminiscências*", diz também que Afonso Celso, como era natural, suscitara êmulos na Academia. Duque Estrada Teixeira era dos que lhe tinham ciumes dos triunfos obtidos tanto nas aulas, como nas associações literárias e na imprensa. Explica-se, assim, o porque da oposição que esse colega, ao defrontar-se com ele no Parlamento, lhe movera tenaz e constantemente.

(57) "Até hoje — depõe ainda Almeida Nogueira — se conserva na memória dos colegas que ainda vivem uma bellissima lição do Afonso elogiada pelo Ribas" (uma aula de Economia Política).

Cativava-os sobretudo pela jovialidade, pela nobreza do seu coleguismo, de sua palavra fácil, colorida e objetiva. Teófilo Otoni chegou a chamá-lo de Afonso Excelso (58). E Euclides da Cunha viria a denominá-lo de predestinado (59). Sempre positivo, lia e apreciava os versos de nossos poetas, animava os companheiros que os compunham, gostava da forma polida, burilada, mas não traía a predileção pelos estudos incisivos, pelos ensaios sociológicos, pelas análises das nossas realidades. Interessava-lhe, mais que tudo, o exato conhecimento dos fatores determinantes da nossa evolução política e cultural. Desde essa época era ele contra as frases puramente literárias, sem conteúdo de pensamento e sem finalidade prática. Há um discurso seu, pronunciado na sessão magna de abertura do "*Ensaio Filosófico Paulistano*", a 11 de maio de 1856, que consubstancia a nossa interpretação, e mais ainda, demonstra a sua perfeita conduta de estudante, através da recriminação por êle feita de público aos que, supondo-se gênios, pouco estudavam, porque — diziam — o gênio não aprende, o gênio cria. Essa sua peça oratória não deve ter agradado muito. Em todo caso, êle falou o que sentia, numa crítica sincera aos que apenas aguardavam o "canudo" no final do curso. Eis a parte essencial do seu discurso:

"Olhai — é um jovem a quem a natureza dotou com um belo talento, e que, se melhor soubesse aproveitá-lo, seria um homem útil a si, ao seu país e à ciência. Vêde, porém, que ambição, que loucas pretensões, que projetos gigantescos! Ele tem facilidade em exprimir-se, conhece o segredo de arranjar com arte

(58) Diz Vampré que Otôni, assim denominando-o, queria aludir, ao mesmo tempo, ao talento e aos instintos autoritários, mais tarde tantas vezes revelados na vida pública.

(59) *À Margem da História*.

bonitas frases, e por isso já se julga um orador consumado, capaz de tudo, e a que nada pode resistir; ao mágico som de sua voz movem-se os homens e abalam-se as cousas: é Mirabeau — a águia sublime que adeja nos ares. Verguiaud, Burke e Sheridan são apenas míseros vermes que rastejam pela terra! Em seus sonhos de glória futura, já lhe parece ouvir o estrondo das corôas e tronos que desabam aos acentos vibrantes de sua voz onipotente!

Examinai, agora, os seus discursos e escritos. Analisai-os e encontrareis muita palavra escolhida, muita frase arredondada — muito sangue, muita morte, muito despotismo e cadafalso; porém, nem uma só ideia, nem um só pensamento. E' a púrpura brilhante que encobre o mirrado esqueleto que desaparece ao menor sôpro, como o fumo se some nos ares!

Olhai ainda — é outro jovem igualmente talentoso, a natureza também lhe concedeu qualidades para tornar-se, senão um grande homem, ao menos um bom cidadão. Suas tendências e suas aspirações já são diversas das do primeiro. É um novo Bruto, um Camilo, um Guilherme Tell, a quem está reservada a glória de arrancar a pátria das garras do despotismo. Ele brada contra os opressores do povo, contra os algozes da liberdade; lamenta as desgraças da pátria que é levada ao abismo por aqueles que a dirigem. E' o único capaz de salvá-la, porque só ele ama a liberdade e deseja o progresso da nação; mas, em vez de procurar no estudo os meios próprios para felicitá-la, em vez de trabalhar para adquirir as habilitações necessárias para algum dia bem dirigí-la — gasta o seu tempo entoando hinos de glória em louvor dos Felix Pyat, Vitor Hugo, dos Kossut e Mazzini! Em honra desses a que chamam mártires da liberdade — estraga e aniquila suas forças cobrindo de baldões e insultos os homens do poder que tudo transtornam, que tudo pervertem e tudo corrompem!

Vêde mais outro: este só fala em prados, bosques, ninfas e faunos. Leva os seus dias e noites a pensar e a sonhar na palmeira isolada no meio do deserto — na brisa que suspira maviosa

por entre as flôres — e nos raios melancólicos da lua que prateiam as águas do regato a deslizar-se murmurante pelos campos. É um literato: Klopstok, La Harpe, Villemain, Herculanó e Mendonça nada são, comparados com o seu mérito. Quereis agora saber quais são os seus conhecimentos? Eu vo-lo digo: eles se reduzem à leitura de romances de Dumas e Paulo de Kok, dos “*Girondinos*” de Lamartine e de alguns versos de Shakespeare e Byron que decorou e que a cada passo repete.

Dizei-me agora, senhores, quando o tempo das ilusões, dos sonhos e dos prazeres houver passado e quando a vida real e positiva, com todo o cortejo de trabalhos, sofrimentos e privações se apresentar em face desses que tão mal empregam os belos dias de sua mocidade, e que assim gastam o melhor tempo de sua vida, que não cuidam de amontoar o cabedal necessário para uma subsistência honrosa e feliz; dizei-me, poderão eles realizar essa liberdade, essa absoluta independência de caráter de que tanto se alardeiam? A necessidade os obrigará a subir e descer muita vez as escadas desses potentados, cujo limiar protestam e juram nunca transpôr. E vergados assim ao pêso dessa dependência que por sua própria culpa os esmaga, obrigados a incensar o ídolo do dia, nada poderão fazer, nada produzir; e por isso permanecerão nesse atraso que todos lastimamos, porque não era esse o futuro que Deus lhes destiara.

Bem haja, pois, o “*Ensaio Filosófico*” que se não deixou levar de vencida por essas ideias que entusiasмам e exaltam a nossa mocidade; mas que lhe acabam o vigor do espírito, assim como a febre as forças do corpo.

Meus colegas: se é verdade que o *Ensaio* já tem conseguido muito, é também verdade que ainda tem muito a realizar; e por isso é necessário que nos unamos e que não deixemos o desânimo penetrar em nossas fileiras. Sim, unamo-nos e trabalhemos para sua sustentação, trabalhemos para sua prosperidade, seu brilho e sua glória; e, finalmente, senhores, tenham nossos desejos, nos-

sas vontades e pensamentos um só fim — frustrar os planos desses zoilos que, quais corvos famintos, aguardam e desejam o dia da sua morte para se banquetear com os seus restos...” (60).

Aí está o insuspeito comprovante do que já era então a norma de conduta intelectual de Afonso Celso. Sente-se o moço que, ainda nos primórdios das atividades mentais, busca, objetivamente, decididamente, a trilha das indagações da ciência, da perquirição das realidades político-administrativas e histórico-sociais de sua terra, rebelando-se contra os que, ao invés de estudar, incompetentes portanto para julgar, se arvoravam em reformadores e mentores de sua época e de seu meio.

* * *

Pode-se dizer que o único embaraço que Afonso Celso encontrou, ao longo do seu curso de direito, foi o oriundo da recusa do Conselheiro Cabral em examiná-lo. Tudo o mais lhe foi normal. Não houve exame em que não assinalasse a sua aplicação, o seu conhecimento da matéria versada. Parece, todavia, que mais ainda se esforçava para melhor agradar aos pais, que lhe não saíam da lembrança. No segundo ano, já ambientado, passou a lecionar humanidades e a defender no juri. Seu pensamento constante era o de poder ele próprio assegurar sua subsistência, a fim de suavizar os labores do genitor amigo. E conseguiu. Foi uma festa para o seu espírito quando escreveu ao pai comunicando melhores conquistas no terreno das atividades remuneradas, e pedindo para suspender as remessas, pois que já podia manter-se sem dificuldade.

(60) *Ensaio Filosófico Paulistano*, junho, 1856.

No terceiro ano, ocorrendo a designação do Conselheiro Francisco Diogo de Vasconcelos, irmão de Bernardo Pereira de Vasconcelos, para a presidência da Província de S. Paulo, houve oportunidade de Afonso Celso melhorar ainda mais sua situação. O Conselheiro era ouro-pretano e amigo da família do acadêmico. Informado da capacidade do estudante e de sua linha de conduta, chamou-o para servir no gabinete presidencial. E não se arrependeu. Afonso Celso tornou-se o seu braço direito. Tudo fazia. Tudo providenciava. Tudo resolvia. Desde os comessinhos deveres de oficial de gabinete até as defesas pela imprensa, quando se atacavam as normas administrativas do govêrno. O Conselheiro compreendeu e estimou tanto o auxiliar que, ao ser sucedido por Fernandes Torres, também Conselheiro, também ex-magistrado, também mineiro, de Mariana, o recomendou sem reservas, antes com obstinado empenho ao novo chefe do executivo paulista, mercê do que pouco depois era ele promovido a primeiro oficial de gabinete.

Não foi difícil a Afonso Celso impôr-se ao novo Presidente. Era retilíneo. Sóbrio. Tinha expediente e competência. Por outro lado, ao ser Fernandes Torres vítima da crítica imoderada de seus adversários políticos pelas colunas da "*Lei*", por não lhe compreenderem as iniciativas. Afonso Celso tomou-lhe a defesa, aparou-lhe os golpes e revidou à altura, pelo "*Correio Paulistano*", o que suscitou do Conselheiro não só amizade, mas admiração.

É, aliás, interessante conhecer-se a produção jornalística do futuro visconde de Ouro Preto nesse espaço de sua vida. Mesmo porque ela reflete, cristalinamente, a firmeza das concepções filosóficas, o razoável lastro sociológico já então adquirido pelo acadêmico. Sobre tudo, o domínio do vernáculo, a lógica do pensamento, o

poder de argumentação nela se concretizam com segurança. É mais: até certas expressões por ele usadas quando no apogeu de sua carreira política, são encontradas com frequência nos artigos escritos para defender a administração do antigo magistrado Fernandes Torres.

A princípio não os assinava. Aparecia sob a inicial *A.* Depois, *A. C.* Desse período, quando mal contava vinte e um anos, há dois trechos de trabalhos feitos em ocasiões diversas, sobre assuntos diferentes, que o identificam com o argumentador e o ímpoluto homem público que predominou no cenário político do Segundo Reinado, notadamente em 1879, como ministro da Fazenda, e interino do Império. O primeiro está na resposta oferecida ao jornal da oposição, "*A Lei*", que dizia ter descoberto delapidação, por parte do governo, dos dinheiros públicos, se não autorizada, pelo menos consentida pelo presidente da Província. Afonso Celso respondeu: "Na verdade, quem haverá na Província que conscienciosamente negue o zelo com que o sr. Fernandes Torres tem procurado fiscalizar os dinheiros públicos, que até o presente iam encher a barriga dos amigos da "*Lei*"?... (61). O segundo consta da resposta ao mesmo órgão, sobre a administração e as estradas existentes. Após ligeira introdução, esclarece: "Duas palavras, porém, antes de tudo: — não sabemos recuar quando agredidos, qualquer que seja o contendor com que tenhamos de medir-nos, uma vez que o julgemos digno de receber nossos golpes; mas os miseráveis que se acobertam com o manto do anônimo para atirar-nos em face injúrias já vitoriosamente repelidas, só nos inspiram um sentimento — o desprezo" (62).

(61) *Correio Paulistano*, de 25 de janeiro de 1858.

(62) *Correio Paulistano*, de 4 de fevereiro de 1858.

Como estes revides, outros inúmeros existem, todos demonstrando a improcedência das acusações dos adversários do governo e fundamentando as realizações de Fernandes Torres. Fez-se Afonso Celso, assim, elemento precioso à colaboração do governo, o que lhe possibilitou a penetração mais íntima nos círculos políticos não apenas da Província, mas, também, do país.

* * *

No terceiro ano, ocorreu-lhe um fato interessante: após ligeiro susto, a reconciliação do Conselheiro Cabral com ele. Foi na abertura das aulas. Ao penetrar com os colegas na sala, divisou na cátedra o antigo e excêntrico professor. Estremeceu. Quase deixou o recinto. Mas não teve tempo. O Conselheiro Prudêncio Giraldes Tavares da Vieira Cabral procedeu à chamada, e, ao ouvir-lhe o nome, perguntou:

— Será o senhor o mesmo Celso do exame de retórica?

— Sim, senhor Conselheiro, o mesmo.

Cabral tinha, agora, leve sorriso nos lábios e certa brandura no olhar.

— E foi aprovado?

— Naturalmente, bem como no primeiro e segundo ano, sem o que não estaria aqui...

Cabral balançou a cabeça, convindo com o aluno. (E, após curto silêncio:

— Pois então fale...

Afonso Celso assustou-se:

— Sôbre o que, professor? Nada há explicado...

— Sôbre o que quiser — tornou o Conselheiro. E, com amável inflexão na voz:

— Quero verificar quanto vale o senhor, que, aliás, está agora decentemente vestido.

Predominava, ainda, o velho complexo... O terceiranista, porém, controlou-se e, sem embaraço, improvisou serena alocação sobre matéria jurídica ocorrida no momento. Cabral impressionou-se. O aluno foi feliz na exposição. Contudo, o Conselheiro não deu a perceber.

No dia seguinte, antes da preleção, determinou, com novo espanto dos alunos:

— Senhor Celso, fale outra vez. Desejo firmar o meu juízo.

O estudante ergueu-se, desta vez mais senhor de si. Previdente, havia-se preparado, após a surpresa da primeira aula, para qualquer eventualidade futura. E foi bem avisado. Poude, assim, com brilho e certa eloquência, dissertar sobre direito civil, de que Cabral era lente. O resultado foi surpreendente: o professor satisfez-se, e, tanto, que terminou cumulando o aluno de tôdas as gentilezas possíveis. Fez mais: certa feita, indo Afonso Celso à residência do mestre, ele o recebeu com todos os requintes de fidalguia, na sala principal, que só abria para acolher altas personalidades, designada *sala dos viscondes!* (63). Mal sabia Cabral que, com êsse gesto, estava homenageando, por antecipação, o futuro visconde de Ouro Preto.

A vida tem dessas coisas...

* * *

No fim do curso, já fruindo situação vantajosa para a sua fase de estudante, vestindo e morando melhor, dois olhos femininos começaram a brilhar nos seus olhos acastanhados... À noitinha, salvo quando afazeres urgen-

(63) Conde de Afonso Celso, *op. cit.*

tes de Pálacio o impossibilitavam, era de vê-lo descer em direção ao Largo do Piques, atual Praça das Bandeiras, esquina da rua João Adolfo, e dirigir-se ao belo solar do coronel Joaquim Floriano de Toledo, que, além de ter tomado parte nas ocorrências que culminaram na proclamação de nossa Independência, foi várias vezes deputado geral, depois conselheiro, e mais tarde vice-presidente da Província. Homem valente, êsse Joaquim Floriano de Toledo! Basta saber que possuía vinte e um filhos: dez homens e onze mulheres. Uma delas é que era a bem amada de Afonso Celso. Chamava-se Francisca, e dela viria a ser sobrinho o estadista Pedro de Toledo.

Estava para formar-se quando ocorreu o incidente a que já nos referimos no primeiro capítulo, entre ele e o conselheiro Fernandes Torres, o que determinou o seu afastamento das funções que exercia junto ao govêrno provincial. Não há dúvida, porém, de que o conselheiro o estimava e tinha em boa conta os seus préstimos de secretário zeloso e competente. Tanto assim que, na noite da formatura, precisamente no instante em que o estudante se encaminhava para a sala, a fim de receber o gráu de bacharel em ciências jurídicas e sociais, notou que todos se voltaram para determinado ponto do recinto. Olhou também. Era o conselheiro que chegava. Havia sido lente de direito criminal e teoria do processo criminal na Academia, fôra deputado geral, ministro da Justiça e da Fazenda, no gabinete de 2 de maio de 1846, senador dois anos após, e viria a fazer parte — coincidência curiosa! — do gabinete de 3 de agosto de 1866, do qual Afonso Celso seria ministro da Marinha. Personalidade assim destacada, natural é que sua presença chamasse mesmo a atenção de todos. Pois bem. Esse homem, que no momento chefiava o executivo da Província, ali comparecia especialmente para assistir à colação de grau do seu ex-

primeiro official de gabinete, que encerrava o curso com notas distintas.

Após a cerimônia, o conselheiro abraçou-o como se nada houvesse ocorrido entre ambos:

— E agora, que tenciona fazer?

— Ir para a nossa terra e lá trabalhar.

— Vai já?

— Não. Irei primeiro ao Rio, a fim de procurar uma colocação, da qual depende a data do meu casamento.

— Faz muito bem em ir trabalhar em nossa terra. Mas antes de partir para o Rio, vá ao Palácio. Quero dar-lhe uma incumbência...

Ao conselheiro não escapara que Afonso Celso iria à procura do velho amigo e chefe, Francisco Diogo de Vasconcelos, por quem foi posto no gabinete governamental paulista, e por quem, afinal, saíra. No instante em que Afonso Celso o procurara, advertiu-o, dando-lhe uma carta fechada para o marquês de Olinda, presidente do Conselho de Ministros:

— Entregue-a em mão própria. O senhor tem no Ministério um amigo, o ministro da Justiça, conselheiro Francisco Diogo, também meu amigo, apesar de certas divergências, mas a carta para o marquês pode servir-lhe...

O moço partiu. Foi ao marquês, que, tendo-o recebido friamente, após a leitura da carta limpou os olhos, mirou-o de alto a baixo, para dizer-lhe, num sorriso cordial:

— Senhor Celso, o meu particular amigo e colega Fernandes Torres afirma tais coisas a respeito do senhor, que só tenho uma resolução a tomar: é propôr-lhe que me substitua, com o que ficarei muito grato, e assumo a

Presidência do Conselho de Ministros e a Pasta do Império... (64).

Como dá voltas o mundo! Mal suspeitaria o marquês de Olinda, naquele minuto, que estava defronte de um homem que também seria no futuro o Presidente do Conselho de Ministros e, conseqüentemente, ocupante da Pasta do Império.

— Não pretendo tanto — tal foi a resposta de Afonso Celso. Desejo, apenas, ser nomeado secretário da Polícia de Minas, lugar que está vago.

E sabem quanto vencia, mensalmente, um secretário da Polícia de Minas, ao tempo? Tudo isto: oitenta cruzeiros! Pois foi com a segurança dessa nomeação que ele tornou a São Paulo e contraiu núpcias com a filha do coronel Joaquim Floriano de Toledo, seguindo, ato contínuo, para Ouro Preto, aonde foi iniciar sua bela carreira política.

Acompanhemo-lo de perto...

(64) Conde de Afonso Celso, *op. cit.*

INICIAÇÃO POLÍTICA

DE VOLTA a Ouro Preto, Afonso Celso passou a desenvolver suas novas atividades. Dali saíra em plena adolescência, em busca de maiores estudos e melhores conhecimentos. Agora retornava casado, com o prestígio do grau de bacharel e nomeado para um dos postos mais representativos, naquela data, da administração pública local. Fixou residência à rua Nova, n.º 1, hoje rua Gorceix, que ficava entre o antigo Palácio dos Governadores, atual Escola de Minas, e a Capela de Nossa Senhora das Mercês, onde professara na infância e em cuja fachada existem, ainda em nossos dias, ornatos em pedra sabão realizados pelo Aleijadinho (65).

(65) Nêsse prédio o visconde residiu por longos anos, tanto que, ao ser nomeado ministro da Marinha, em 1866, ainda lá conservava seu domicílio. Pertence, atualmente, ao dr. Jefferson de Araujo Dias, que o reconstituiu, respeitando-lhe, porém, a fisionomia arquitetônica. Nele, nasceu o conde de Afonso Celso, a 31 de março de 1860 e, para assinalar a ocorrência, afixaram-lhe ao muro uma placa de bronze, que o ministro Protogenes Guimarães inaugurou por ocasião dos festejos consagrados ao centenário natalício do visconde de Ouro Preto, consoante refere o opúsculo do Instituto Histórico de Ouro Preto comemorativo da efemeride.

O visconde teve ainda os seguintes filhos: d. Gloria, casada com o dr. Feliciano de Mesquita Barros, engenheiro natural de Itú, S. Paulo; d. Paula, casada com o dr. José Freire de Parreiras Horta, engenheiro, natural de Minas; d. Dulce, casada com o dr. Miguel Arcanjo de Paula Lima, médico, que sempre residiu em S. Paulo; Vicente, casado com d. Elvira Belford; Noemy,

Dinâmico como o pai, austero como só ele mesmo, pautou sua atuação no meio ouropretano dentro daquela irrepreensibilidade de conduta que manifestara como acadêmico. Retilíneo, jamais deu ensejo a que o surpreendessem num gesto menos refletido, numa atitude menos lisa. Nos vários casos em que interveio, como secretário de Polícia da terra natal, demonstrou, sempre, acuidade na percepção dos fatos, serenidade nas equações traçadas, espírito de justiça nas disposições tomadas. Por outro lado, afeito aos círculos mais largos de São Paulo, onde fruiu o contacto com a formosa e luzida plêiade de contemporâneos já mencionada, fácil lhe foi mover-se com segurança e descortino. Impôs-se ao ambiente administrativo das Alterosas.

religiosa da Irmandade de Nossa Senhora de Lourdes, e João Afonso que, dentre os filhos mortos ainda criança, ou em plena mocidade, foi o que mais se destacou. São seus netos: por parte do conde de Afonso Celso: d. Maria Eugenia Carneiro de Mendonça, que se assina Maria Eugenia Celso, poetisa e escritora eminente; Afonso Celso de Ouro Preto, que faleceu como capitão de Mar e Guerra; d. Maria Elisa Parreiras Horta, casada com o seu primo-irmão Afonso Celso de Parreiras Horta; e Carlos Celso de Ouro Preto, Embaixador do Brasil junto ao governo do Chile. Por parte de d. Gloria de Mesquita Barros: d. Mercedes, casada com o sr. Arthur Dodsworth; Gastão Afonso, casado com d. Elisa Trindade; d. Marcília Bevilaqua, casada com o sr. João Bevilaqua, e d. Zelia, falecida. Por parte de d. Paula Parreiras Horta: dr. Paulo, médico, casado com d. Ruth Magalhães; sr. Afonso Celso, casado com d. Maria Elisa Celso; d. Carmen, falecida solteira; d. Dina, idem, e d. Izilda. Por parte de d. Dulce de Paula Lima: dr. Afonso Celso, autoridade policial das mais competentes de S. Paulo, casado com d. Adalgisa Camargo Penteadó; d. Maria de Lourdes, casada com o dr. Adalberto Exel; dr. Miguel Afonso; sr. Luiz Felipe, casado com d. Angela Aranha; d. Izabel, casada com o sr. José Alves Carneiro; d. Zoé e d. Dulce, solteiras. Por parte do sr. Vicente de Ouro Preto: sr. Afonso Celso de Ouro Preto, sr. Luiz Vicente de Ouro Preto; d. Madalena, casada com o sr. Rubens Carvalho Lima, e D. Elvira.

. E começou a ascensão.

Fez-se sem tardança inspetor da Tesouraria Provincial. Logo a seguir, procurador fiscal da Tesouraria Geral e juiz de paz. Por fim, deputado provincial. Toda essa escalada, no estreito espaço de um ano e alguns meses.

Assim, 1860, ano em que penetra na Assembleia de sua Província, assinala o início de sua carreira parlamentar, que se prolongaria até o advento da República, quando ocupava o mais alto posto da política nacional, qual o de primeiro ministro do Império, isto é, chefe de Gabinete e Presidente do Conselho. Iniciara-a com ardor. Escrupuloso e honesto, não se permitia negligenciar qualquer que fôsse o ângulo da vida provincial. Era um legítimo representante de sua coletividade. Tudo lhe merecia atenção e análise. Agia com eficiência e ombridade, versando, sistematicamente, temas substanciais para o meio social em que vivia e apontando soluções para os problemas que se lhe afiguravam de necessária realização. Dir-se-ia talhado para as lutas decisivas. Foi, talvez, dos homens que nasceram em 1836 e que se revelaram no cenário artístico, ou político, ou intelectual do país — como Carlos Gomes, Benjamim Constant, Bittencourt Sampaio, Quintino Bocaiuva, Pereira Passos, Guilherme Cândido Bellegarde, Antonio Joaquim Franco de Sá, Paulo Eiró e João Zeferinô Rangel de Sampaio — o de maior resistência física e moral. Tinha organismo resistente. Ânimo de ferro. Fibra de gigante.

Já então dotado de poderosa argumentação, fluente e sugestivo, impressionava, convencia, brilhava entre os que mais se salientavam nas fileiras liberais provincianas, em defesa dos interesses comuns do planalto central brasileiro, colaborando, resolutamente, para a melhora de sua terra e de sua gente. Como era natural, todos terminaram por acatá-lo, respeitando-lhe a visãc, o discerni-

mento e a segurança das proposições aventadas. E, coincidindo precisarem os liberais de elemento de seu porte na órbita central da política da Côrte, pensaram em aproveitá-lo, no que foram felizes, porque ele fazia jus às aspirações dos que o prestigiavam. Tinha capacidade e ambição bastante para corresponder à indicação dos próceres. Enquanto para muitos a posição de deputado provincial constitui o ápice de suas possibilidades e desejos, para ele era, apenas, a iniciação de seus anhelos. Bem por isso, nada, ou quase nada, lhe passava despercebido. Estudava sem desfalecimentos, empenhava-se em perquirições contínuas, em busca de maior poder de penetração, de mais sólida consciência dos fatores que consubstanciaram a nacionalidade, principalmente os de ordem econômica e administrativa. Vinha-lhe do íntimo da consciência e da vontade criadora essa constância nos estudos. Já em São Paulo, como acadêmico, os seus trabalhos eram mais expressivos pelo fundo do que pela forma. Interessava-lhe a substância, o fundamento dos fatos e das cousas. Compreendia que sem isso jamais adquiriria fôrça capaz de levá-lo ao empreendimento de prélios decisivos, através dos quais se impusésse. E pensava bem. Para um político que se préze do nobre sentido que a carreira representa, como para o estudioso da evolução social, econômica e administrativa do Brasil, é essencial, imprescindível o conhecimento das éras em que se firma e desenvolve o panorama político do Império, porque dele é que nos vêm, de fato, os primeiros núcleos parlamentares consistentes.

Foi o que ele fez. Meditou em todas as agitações da Regência, seus antecedentes, suas consequências. Aprofundou o estudo da formação psicológica, não só de D. João VI e de D. Pedro I, como também dos homens que nos períodos administrativos desses monarcas ocu-

param posição preeminente e dos que formaram a linha de resistência, nas hostes da opposição. Analisou os caracteres que circundaram e protegeram a infância de Pedro II, através da organização política verificada no advento do Segundo Império. Meditou na atuação do gabinete da Maioridade e nas lutas mantidas pelo subsequente, ainda com Aureliano Coutinho na pasta de Estrangeiros. Penetrou nas realizações do primeiro gabinete de Honório Hermeto, marquês de Paraná e nos motivos da criação do Conselho de Ministros, ao ocorrer o fim do professorado de Aureliano. Observou os ângulos mais salientes do primeiro gabinete de Olinda, formado a 29 de setembro de 1848, quando da subida dos Conservadores, acompanhando-lhe a evolução e a decaída. Assenhoriou-se da atuação de Monte Alegre, como presidente do Conselho e de Paulino de Souza, como ministro de Estrangeiros, passando, daí, à consideração das demais mutações políticas que se sucederam até os seus dias presentes, tais como a organização do segundo gabinete, o de Conciliação, de Paraná, em setembro de 53; o segundo gabinete de Olinda, em abril de 57; a substituição dêste pelo de Abaeté, em dezembro do ano seguinte; a formação do de Angelo Ferraz, barão de Uruguaiana, no fim de agosto de 59; o de Caxias, no início de março de 61; o de Zacarias, que apenas durou seis dias, em maio de 62; a volta, novamente, de Olinda, que se manteve no poder por sete meses e meio; e, finalmente, o retôrno de Zacarias, a 15 de janeiro de 64. Tudo isso Afonso Celso deve ter apreendido, sem perder de vista, por igual, as causas determinantes dêssas alterações tão várias, essas idas e vindas dos homens ao poder, e sem desprezar os essenciais aspectos da política externa, os desentendimentos no Prata, as oscilações comerciais e cambiais do país.

De sorte que, ao chegar ao Rio, eleito pelo 7.º distrito de sua Província, como deputado à 12a. legislatura, em 1864, fácil lhe foi integrar-se nos novos círculos políticos da Côrte, pois conhecia, de perto, todo o movimento nacional.

A primeira sensação experimentada foi de alegria, pelo reencontro com antigos companheiros de vida acadêmica. Depois, batalhador insaciado de conquistas no campo das ideias, aprazia-se com as perspectivas do cenário, onde três homens dominavam de pleno: Zacarias, presidente do Conselho e chefe do Gabinete recém-constituído, que gozava a influência das esperanças na ressurreição do quanto desejara fazer, e não pôde, com o seu ministério anterior, dada a falta de duração; Teófilo Otôni, que contava com a popularidade da rua; e Nabuco de Araujo, que tinha por si a popularidade das inteligências e das ilustrações (66). Dos três, o maior, como político, naquele momento, era Nabuco. Ele é que havia feito a reforma hipotecária, de vasta repercussão no país. Dele eram, sabidamente, todos os atos que Furtado e Carneiro de Campos expediam. Ele, ainda, é que auxiliara Pinto Lima na elaboração do projeto de lei sobre o patrimônio dos príncipes Gastão de Orleans e Saxe Coburgo Gotha e das princesas brasileiras. Era o legislador por excelência. E mais: era o criador da situação, como fôra o criador da famosa Liga liberal-conservadora, de que resultára o êxito dos liberais nas eleições recém-findas e das quais saiu sufragado o nome de Afonso Celso. Nabuco, entretanto, não objetivou simplesmente, com as hábeis manobras da Liga, o êxito dos liberais. Quis, antes, que vingassem, mais uma vez, as ideias conciliatórias, comprometidas sensivelmente depois da morte

(66) Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*,

de Paraná, pelas contínuas dissensões dos grupos políticos. Equivale dizer que Nabuco provocou, e conseguiu, a queda dos conservadores para conseguir o equilíbrio político brasileiro. Os liberais haviam sido arruinados em 48. Agora, era a vez dos conservadores, que tombavam fragorosamente, desorientando a todos, menos a Nabuco, que, calcuadamente, preservou, com isso, a unidade da pátria, quebrando o ritmo crescente das hostilidades entre os partidos (67).

Na Câmara, Afonso Celso encontrára ambiente sedutor, pela riqueza de mocidade e tradições: nela figuravam, então, segundo Nabuco, homens distintos já na Regência, notáveis na Maloridade, cansados, deslocados, espectadores distraídos de novos tempos e de novos costumes, ao lado da última geração acadêmica, pronta para

(67) Diz-nos Joaquim Nabuco, em substancioso trabalho que escreveu sobre a formosa personalidade de seu pai, — talento político dos mais altos e nobres do Segundo Império e cuja capacidade oratória bem legitimava a sua procedência baiana — que tão desnorteadora foi a situação, que, em cada província, os ministeriais explicavam a seu modo a aproximação que se tinha operado. Em umas, como Minas e São Paulo, onde os elementos liberais eram os mais fortes e a defecção conservadora quase nula, dizia-se que era o partido liberal que tinha atraído o grupo de conservadores convertidos às ideias de progressos e lhes abrira os braços; em outras, como a Bahia, onde o contingente liberal histórico era insignificante e a força do partido era dos moderados, a explicação era que, tendo passado a época das revoluções, tinha passado também a de repressão, e que a minoria esclarecida do antigo partido conservador não hesitaria em aceitar o concurso de seus adversários de outras épocas, para iniciar, a despeito da oligarquia do partido encastelada no Senado, uma fase de reformas liberais; por último nas províncias, como Pernambuco, onde a antiga tradição liberal conservava ainda força entre o povo, mas onde também a resistência conservadora era grande, explicava-se a coalisão como uma aliança, em pé de igualdade, dos dois antigos combatentes, conservando cada um sua individualidade, suas aspirações próprias.

o exame vago em matéria de govêrno, para assumir todas as responsabilidades com o garbo da inconsciência, sorrindo para a galeria, como, a um olhar de admiração, o elegante que nunca boleou, toma as rédeas do velho cocheiro em um trecho difícil da estrada... (68). No mesmo recinto, portanto, elementos díspares, extremos, profundamente antagônicos, o que o desequilibrava, tornando-o ingovernável. Eram brilhantes, contudo, as sessões. Movimentava-as, de um lado, Teofilo Otôni; de outro, Saraiva. Com Otôni, estavam seu irmão Cristiano, Martinho Campos, Urbano Pessoa, Furtado e Otaviano, que, por seu turno, congregava a bela pleiade constituída por Tavares Bastos, José Bonifacio, Pedro Luis e Joaquim Manoel de Macedo. Com Saraiva, os velhos praieiros, capitaneados por Feitosa, então ministerial, e toda a massa dos antigos conservadores, dos progressistas, como Lopes Neto, José Antonio de Figueiredo e Leandro de Godoy, que, com Urbano Pessoa, formariam, mais tarde, a oposição a Zacarias e passariam à história como precursores do rompimento entre as duas metades da Liga. Entre Otôni e Saraiva, ou melhor, entre os dois grupos, servindo-lhes de medianeiro e de *lingua* — a expressão é de Joaquim Nabuco — estava Silveira Lobo, com Afonso Celso infalivelmente ao lado. Junqueira, novo elemento da Liga, personificava as idéias da fração conservadora, enquanto Dantas disputava com Pinto Lima a lugar-tenência da nova situação na província, e, por causa dela, a precedência ministerial (69). Em primeira plana, ainda, o barão, depois visconde de Prados, Porto Alegre, Sayão Lobato, Bittencourt Sampaio, Paula Souza, Saldanha Marinho, Henrique Limpo de Abreu, filho de Abaeté, cognominado o místico da República, e Frederico

(68) *Um Estadista do Império.*

(69) Joaquim Nabuco, *op. cit.*

Carneiro de Campos, que terminaria nos cárceres paraguaios, sob a fúria de Lopez.

Estavam, pois, representados na Câmara a poesia, o romance, a medicina, o direito, a matemática, o comércio, a oratória.

* * *

Afonso Celso, como temos acentuado, era homem de luta. Combativo, resistente, feito para os embates, para as refregas árduas, para os prélios decisivos. Ao perceber a marcha dos acontecimentos, sentindo o curso das dissensões reinantes, longe de se atemorizar ou retrair-se, prepara-se para o avanço necessário no momento oportuno. Não erraria mesmo quem dissésse que ele gostava de viver instantes procelosos, onde e quando os renovados perigões exigissem movimentos mais céleres, pensamentos mais ágeis, coragem nas ações, ousadia nos gestos, prontidão nas invectivas. É por isso que, tão logo chega, ambienta-se, reanima-se, reaviva-se, predispõe-se aos trabalhos parlamentares com a decisão de quem já traz consigo determinado programa a desenvolver.

Viera disposto à peleja política. Contudo — note-se mais esta indicação do seu equilíbrio — não procurara, ao iniciar-se na esfera central, as extremas das hostes partidárias. Ficara no meio termo, entre os dois fógos dos partidos.

E o Brasil precisava de elementos assim. De temperamentos de degladiadores políticos da têmpera de Afonso Celso, pois, com eles é que tivemos assegurado o avanço da linha ascensional de nossas realizações sociais sem a perturbação da soberana unidade territorial e sem a perda da noção de dignidade diante das múltiplas alterações externas que nos levaram a uma vida realmente agitada, no período em que, em compensação, mais suaves

foram as nossas lutas internas, qual o que se estendeu entre 1850 e 1870. Tamanhas foram as investidas contra o Brasil nesse espaço de tempo, que Rocha Pombo chegou a dizer que a impressão que hoje se tem é a de que a nossa chancelaria outra coisa não fez nesses anos sinão andar em constantes afãs, a explicar e resistir, satisfazendo exigências desarrazoadas e aplacando indignações calculadas (70). E, como se não nos bastassem todas essas alterações e preocupações, fomos ainda forçados a intervir mais uma vez na política do Estado Oriental, onde, não obstante os ingentes esforços do Governo brasileiro e a habilidade e tolerância de Saraiva, tivemos de agir pelas armas em favor, não só dos brasileiros ali residentes, como da soberania do Uruguai, o que, por sua vez, pretextou a dolorosa e longa luta de Lopez contra o Brasil. Pretextou é bem o termo. Porque Lopez se atirou, com o seu país, contra nós, por motivos outros que não o de defender o Uruguai, mesmo porque ele sabia, mais do que ninguém, que a nossa atitude, ao ajudar Flores a depôr Aguirre, não redundaria noutra coisa sinão no benefício do proprio territorio paraguaio (71).

(70) Rocha Pombo, *História do Brasil*.

(71) Caudilho inteligente e ambicioso, de valor incontestado e iniciativas arrojadas, Lopez foi, neste particular, vítima da própria ambição desmedida. Vendo o seu pequenino país encravado no interior do continente, ignorado da civilização internacional, pensou em projetá-lo à consciência do mundo. Foi à Europa, estudou a fisionomia das velhas nações, e, ao suceder ao genitor, em 1862, pensou em ligar-se ao Império brasileiro, pelo matrimônio com a filha de Pedro II, a princesa Isabel, para fundar uma dinastia legítima, à semelhança da de Napoleão I, e construir a União Platina, com a absorpção de toda a América Espanhola, em que o Paraguai tivesse a hegemonia. Daí, a febril atividade administrativa paraguaia desenvolvida por Lopez e as cartas confidenciais que, em 1863, ele escreveu a Pedro II, nas quais manifestava desejos de possuir a princesa Isabel por esposa, ao tempo que ia dando ciência do que se passava a Napoleão III, a quem

Mas vamos ao ambiente político interno.

Zacarias de Góis e Vasconcelos era o chefe de Gabinete, quando Afonso Celso chegou à Côrte. Subira ao poder a 15 de janeiro de 64, em substituição a Olinda, que o havia sucedido a 10 de maio de 62. Predominava, então, certa harmonia entre os partidos, mercê da habilidade, da tática conciliatória de Nabuco de Araujo, a que fizemos alusão. Os dissídios, que tanto prejudicaram outrora, e continuariam a prejudicar mais tarde, a tranquilidade da vida administrativa de Côrte, cederam passo a melhores entendimentos. Por instantes apenas, é bem verdade. Mas cederam. Este trecho, profe-

já havia confiado o plano de construção de uma América ajustada aos moldes europeus. (Leia-se William E. Barret, *Woman on Horseback*, biografia de Lopez e Elisa Linch, que Alejandro A. Rosa traduziu sob o título *Uma Amazona*). Com o casamento, porém, das princesas, em fins de 1864, veio-lhe a exasperação, donde o início das hostilidades contra o Brasil. Não nos esqueçamos de que Lopez era dos que mais sabiam que o Brasil, ao vencer a batalha de Monte Caseros e ao destituir Rosas da supremacia de sua caudilhagem, em 1851, destruindo-lhe a sacrílega tirania, só fizera desoprimir Buenos Aires e garantir a liberdade dos povos platinos, notadamente a do Estado Oriental e a do Paraguai. Sabia, também, que a nossa atitude junto aos *colorados* uruguaios era limpa, honesta e sobranceira, tanto que, ao chegar Saraiva a Montevideu, se apressou em oferecer a sua mediação.

Com a impossibilidade de execução de seu plano porém, ante o casamento da herdeira presuntiva da Coroa Brasileira com Gastão de Orleans, o último Conde d'Eu, resolveu lançar-se contra o Brasil pela guerra. Era a desfôrta de um homem de reais qualidades, de grandes méritos, muito vivo e inteligente, corajoso e esforçado, mas também de temperamento desabrido, violento, vingativo e odiento. Por isso é que Francisco Solano Lopez nos arremessou o seu intempestivo cartel de desafio.

Na próxima edição de nosso livro sobre a *Princesa Isabel*, pormenorizaremos com documentos extraídos dos arquivos de Washington, e constantes da correspondencia confidencial, ou reservada, de William E. Barrett, ao govêrno norte-americano, esse curioso aspecto psicológico da guerra do Paraguai.

rido por Zacarias no ato da apresentação de seu Gabinete, é significativo: "Entre o programa — disse êle — entre o programa do Gabinete de 24 de maio de 1862 e o de 15 de janeiro do corrente, há uma diferença, que eu devo assinalar. Em 1862, o ministério aludia ao concurso de duas opiniões com que contava para levar adiante o seu pensamento político. As duas opiniões políticas, porém, que este salão viu naquela quadra, após debates políticos e solenes, aliaram-se, sem quebra de princípios nem de dignidade de ninguém: formam hoje, assim, uma só opinião, um só partido, cujo alvo é promover, sinceramente, sem nada alterar da Constituição do Império, a prosperidade do país" (72). Infelizmente, porém, a calma estava destinada a duração precária. A guerra do Paraguai, que a princípio também contribuíra para congregar todos no louvável sentimento comum de defesa da integridade da Pátria violentada, não tardaria, pela sua protelação aparentemente demasiada, a gerar novos descontentamentos, que redundariam no ressurgir das divergências dos partidos. Por outro lado, ao sair Zacarias do poder, Furtado, que o substituiria em 31 de agosto de 64, talvez pelas dificuldades que de pronto encontrára, entregou-se, segundo Nabuco, à monopolização do governo por um dos partidos cindidos, afastando-se do círculo da influência Progressista e procurando criar, em todo o país, uma situação favorável aos liberais, situação tanto mais exdrúxula, paradoxal, quanto êle era conservador. Isso determinára a separação entre os antigos liberais e os antigos conservadores, donde repontou de novo a desunião, que suscitou a crise a que o proprio Furtado não resistiu e que mais ainda escaudaria o ambiente quando do

(72) *Anais da Câmara*, 1864, vol. I, pags. 304 e segts., sessão de 18 de janeiro.

retôrno de Zacarias, ao substituir novamente a Olinda, em 3 de agosto de 66. O crescendo das desinteligências seria então de tal sorte impetuoso, que nos chega a dar a impressão, às vezes, de pouco ter valído homens de senso baterem-se, com habilidade e inteligência, para impedir que tais dissensões se alastrassem, e, por fim, viciassem o clima político nacional. Contudo, aprofundando-se a análise da época, vê-se que êles foram úteis, que evitaram dissidências maiores, de resultados imprevisíveis. E' bem de ver que os seus esforços, tão sensatos e tão nobres, não tiveram a duradoura influência entressonhada nos círculos desavindos. Mas foram providenciais, não há dúvida, êsses que teimaram em pugnar pela pacificação, pela harmonia, como Paraná inicialmente, e Nabuco, por fim, que, como bom discipulo do primeiro, fizera a Liga para refúgio dos conservadores condenados pela oligarquia, e que serviria, ao mesmo tempo, de verdadeira ressurreição aos liberais de 48 (73).

Numa coisa, entretanto, Zacarias e Furtado estavam de acordo e foram profundamente benéficos ao país: na ampliação das nossas possibilidades economicas. Olinda, vindo depois, quando o Brasil estava sob a deprimente impressão da guerra, só pensou em debelá-la (74). Zacarias e Furtado, não obstante todas as intempéries, timbraram em cuidar do aspecto economico bra-

(73) Joaquim Nabuco *op. cit.*

(74) São do programa de Olinda estas expressões: "A questão do dia é a guerra. Debelar essa guerra, guerra empreendida contra todos os direitos divinos e humanos, guerra inaugurada com a expoliação, o roubo e o assassinato, debelar uma guerra tal — é o grande programa do govêrno".

sileiro. (75). Em Zacarias, particularmente, era essa atitude legítima noção das necessidades mais imperiosas do ambiente. Depois, conhecendo o idealismo da ala moça, tendo nela muita confiança e mesmo indisfarçável predileção, suas palavras quase que se dirigiam diretamente a ela, para levar a termo as realizações decisivas. Atirára por isso o convite ao “sangue novo” da Câmara e aguardara, confiante, a manifestação, que, por sinal, não se deu durante o seu gabinete, devido a certa atitude de José Bonifacio, o moço, da qual resultou a sua prematura retirada do govêrno. Mas a semente ficara lançada e a germinação se fizêra pouco depois, quando, tendo à frente Afonso Celso, os recém-eleitos se revelaram.

* * *

(75) Zacarias declara em seu programa: “... o govêrno contrái, solenemen e, o empenho de observar em todos os seus atos a mais escrupulosa justiça; de considerar como um dever indeclinável e de honra a economia, a mais severa, em ordem a que os orçamentos se tornem no país uma verdade, e o equilíbrio entre a receita e a despesa do Estado se possa restabelecer...” Prometeu mais: “Rever a legislação sobre a guarda nacional, no intuito, particularmente, de aliviar o mais possível o onus do serviço ordinário; auxiliar a lavoura e o comércio, que lutam com tão grandes embarços, por todos os meios que lhe parecerem mais adequados, distinguindo entre eles a reforma da legislação hipotecária e o desenvolvimento das vias de comunicação”.

Furtado mencionou: “Será um dos primeiros empenhos do gabinete procurar restabelecer o equilíbrio entre a receita e a despesa. Para alcançá-lo, procurará promover por todos os meios que estão na órbita das atribuições do govêrno, o aumento da riqueza pública; cortará todas as despesas que forem dispensáveis, sem prejuizo do serviço público, e, além disto, promoverá a reforma das leis e regulamentos que entendem com a arrecadação e fiscalização das rendas públicas, em ordem a tornar os processos menos dispendiosos ao Estado, menos vexatórios aos particulares”.

Foi em 65 que surgiu a grande oportunidade para Afonso Celso no parlamento do Rio de Janeiro.

Tavares Bastos, com aquela lucidez sociológica que lhe era peculiar, aspirando novos caminhos para a abas-tança do país, redigira, com os de sua pléiade, um projeto permitindo aos navios estrangeiros o serviço de trans-portes costeiros de mercadorias de produção e manufa-tura nacional e estrangeira entre os portos do Império onde havia alfândega. Até ali, essa modalidade de trans-porte estava confiada, exclusivamente, à marinha mer-cante nacional, o que entravava, com efeito, o desenvol-vimento econômico do Brasil. A discussão cresceu, aba-lando as opiniões. Quando o projeto entrou em segunda discussão, coube a Afonso Celso capitaneá-lo a defêsa, justificando a necessidade da inovação. Começa por dizer que pertencia à escola econômica que enxerga na lei da livre concorrência o meio único de aumentar a pro-dução, garantindo o seu aperfeiçoamento e barateza.

E, desassombrado:

— Eu declaro que de bom grado anuiria a qualquer projeto que tivesse por fim acabar de uma vez para sempre com o pri-vilégio de cabotagem, que a esse respeito collocasse o estrangeiro em perfeito pé de igualdade com o nacional, porque, Sr. Presidente, o navio é uma máquina de locomoção, a navegação um meio de transporte, e, sendo as comunicações rápidas e fáceis a primeira necessidade deste país, não descubro outro recurso para que as obtenhamos senão abrindo espaço a capitais estrangeiros.

Ha aplausos dos que eram favoráveis à medida em exame. Uma voz, porém, se destaca para lembrar-lhe que a prosperidade da marinha inglesa datava das leis proibitivas de Cronwell, e que são geralmente conhecidas por — Ato de navegação. Afonso Celso não vacila. In-cisivo na resposta, seguro na exemplificação, expõe:

— É verdade, senhores, que foi depois da promulgação dessa lei que a marinha britânica começou a prosperar e engrandecer-se; é verdade que representada apenas, sob o reinado de Carlos II, por 95.266 toneladas, elevou-se ela, no tempo da rainha Ana, a 243.693, cifra essa que quase triplicou nos primeiros anos do govêrno de Jorge III. Mas o nobre deputado deve atender a que, no próprio país em que tão brilhantes resultados eram atribuídos ao Ato de navegação, os princípios nele consagrados se foram modificando, até que deixaram de vigorar. O nobre deputado sabe que a reação contrária ao Ato de navegação começou sob a direção de Huskisson, em 1822, e recebeu maior impulso no tempo de Roberto Peel, até que a completou uma notabilidade inglesa que ainda vive, lord Russell, sem que, todavia, a marinha daquela nação deixasse de progredir sempre, até o ponto em que hoje a vemos, abrindo as águas de todos os mares com as quilhas de seus navios, e escurecendo-os com a sombra de sua bandeira orgulhosa.

Os apoiados se repetem e os apartes escaldam o recinto do parlamento. Suas palavras conseguem dividir a Câmara. E não perde a calma o tribuno mineiro. Prossegue respondendo a todos, um por um, sem evasivas nem tergiversações. E quanto mais o contradizem e procuram confundí-lo, mais êle adquire um tom melhor, mais persuasivo, mais claro, e mais aprofunda a justificativa da tése que defende:

— Objeta-se — continúa êle — que a Inglaterra só admitiu a concorrência depois de achar-se a sua marinha em condições de não receiá-la; a isto, porém, eu responderei com um fato citado por Dunoyer. Quando a Suíça, sr. Presidente, consentiu em franquear suas fronteiras aos produtos das outras nações, não se achava certamente nas condições de exercer nenhuma indústria importante, visto como não só era obrigada a ir procurar no estrangeiro a maior parte dos objetos necessários ao seu trabalho e consumo, senão também porque só com grande custo podia obtê-los, situada,

como ela é, no centro da Europa e em regiões montanhosas do mais difícil acesso. Entretanto, que aconteceu? A Suíça não só conseguiu conservar suas indústrias próprias, como ainda pode apropriar-se de algumas das que mais adiantadas se achavam nos países mais florescentes; ela chegou a rivalizar com a França no fabrico das sedas e com a Inglaterra no de algodões, sustentando sem desvantagem a concorrência dessas duas grandes e industriosas nações. Em vista disso, senhores, e porque observo que nunca a prosperidade da marinha inglesa foi tão considerável e desenvolveu-se com tanta rapidez como depois que se modificaram as disposições do Ato de navegação, não posso concordar com aqueles que julgam descobrir nas medidas proibitivas de Cronwell a explicação desse engrandecimento, que certamente é devido a muitas outras e variadas causas.

Já aí o tribuno estava positivamente senhor da discussão, disposto a não a encerrar sem conclusões convincentes. E tornou:

— E se não, como explicar-se o fato de terem outras nações conseguido resultados iguais, se não maiores, adotando e seguindo princípios diametralmente opostos? Como explicar-se o fato de haverem as mesmas medidas, os mesmos princípios, produzido consequências inteiramente diversas em outros países?

Pereira da Silva, um dos contrários à adoção do projeto, inquire:

— Quais?

— Eu lh'os vou apresentar, redargue Afonso Celso. A França, desde a revolução de 1789, adotou também medidas proibitivas, procurou amparar-se com o privilegio de cabotagem, mas debalde, porque a sua marinha mercante longe de engrandecer-se, ficou estacionária, e como que até retrogradou. Em 1853, Reybaud escrevia que, enquanto no decurso de meio século, as outras nações atesta-

vam a sua vitalidade por desenvolvimentos inauditos, a marinha mercante da França permanecia no mesmo pé. Em 1789, antes dos desastres que as guerras da república e do imperio fizeram pesar sobre o comércio, os seus diversos portos apresentavam uma navegação de 500.000 toneladas, e hoje, que são já decorridos 52 anos, aquella cifra elevou-se apenas a 680.000.

Para melhor fundamentar a autenticidade da citação, abre o livro de Reybaud e traduz o seguinte trecho:

“Não só a nossa marinha — diz o escritor francês — não só a nossa marinha apresenta uma imobilidade inquietadora, senão também ha decrescido a certos respeito. Em 1835 o seu efetivo era de 15.599 navios, lotando 680.631 toneladas, e em 1840 esses navios achavam-se reduzidos a 14.800, número igual ao de 1829. Sobre aqueles 15.000, apenas 10.000 excediam a 30 toneladas, e 3.000 a 100, sendo rarissimos os de maior lotação, entretanto, que outrora os vasos de 600 toneladas e mais eram numerosos”.

Como se vê, êle estava aparelhado para discutir o assunto e ponderar:

— Eis aqui, senhores, resultados diametralmente postos emanando dos mesmos princípios. Agora vou demonstrar que causas diversas produziram resultados idênticos, se não mais importantes: A União Americana, povo de ontem, nação jovem ainda, conseguiu em poucos anos aquilo que a Inglaterra levou dois séculos a criar. Abolindo o privilégio, condenando o monopólio, os Estados Unidos, na frase eloquente de um escritor, abraçaram-se ainda no berço com o gênio da liberdade, e em menos de meio século fizeram surgir do nada 25.000 navios mercantes e 180.000 marinheiros! A tonelada, que em 1789 era ali de 200.000, chegava em 1860 a 5.451.928; entretanto, a França, que naquela época, como disse, tinha já uma navegação de 500.000, em 1868 viu-a elevar-se apenas a 1.049.344!

Não se ateve, porém, apenas ao aspecto externo do movimento de cabotagem. Voltou-se para o que ocorria no Brasil, onde o privilégio, datando dos tempos coloniais, era quase tão antigo como o país, e, depois de deixar evidente que o seu resultado não correspondia às nossas aspirações e necessidades, acentuou:

— Em conclusão: voto pelo projeto, sr. presidente, em falta de coisa melhor; voto por êle, porque estou convencido de que a extinção do privilégio de cabotagem ha de produzir na ordem econômica a mesma influência benéfica que na ordem política produziu em 1808 a abertura de alguns portos ao comércio estrangeiro, o que incontestavelmente apressou a nossa independência. Quero a extinção do privilégio da cabotagem, senhores, para que no futuro não nos sejam mais precisos seis meses para chegarmos ante os muros de alguma nova Paissandú, e derrubá-los; quero a extinção do privilégio, afim de que, se os écos de nossas montanhas repercutirem um segundo bombardeamento de Coimbra e Corumbá, êles não se calem antes que sôe também o estrépito imenso da queda de Assunção e Humaitá1 (76).

Foi extraordinário o efeito dessas palavras. Toda a Câmara exultou na sua ala moça, ansiosa de maiores empreendimentos que possibilitassem melhores e mais rápidas vantagens ao país. O próprio Saraiva, então ministro da Marinha, e que se achava presente à sessão, não conteve o entusiasmo pela causa abraçada por Tavares Bastos, Afonso Celso, Aristides Lobo e Madureira, e declarou:

(76) Sessão da Câmara, de 19 de maio de 1865.

— Sr. Presidente, nestes assuntos o meu princípio é o da liberdade; adiro francamente à escola da livre concorrência. Portanto, entendo, e o governo também, que o projeto em discussão é aceitável, perfeitamente aceitável.

* * *

Era, desde logo, a sanção moral do projeto.

Afonso Celso estava satisfeito: fôra uma oportunidade para demonstrar seus conhecimentos a respeito e assegurar aos de seu partido uma vigilância nos assuntos substanciais do Brasil. Por outro lado, todos sentiram sua maneira de defender a dignidade da pátria afrontada pela invasão paraguaia e empenho em tornar-nos um povo com economia mais sólida, mais elástica, mais ampla. Revelou-se o deputado, e tanto, que, ao voltar o assunto a ser discutido na sessão de 14 de junho, os de sua ala política fizeram-no ocupar novamente a tribuna para invalidar, com a sua dialética e suas irrespondíveis exemplificações, os elementos contrários à medida de libertação do movimento de cabotagem em aguas nacionais. Ele acertaram os que lhe ofereceram a representação. Porque, na fase final das discussões, não apenas êle fundamentaria as vantagens que nos adviria com a extinção do privilégio, vantagens da própria defesa da integridade brasileira, mas abordaria, também, o lado eminentemente economico do caso.

Junqueira, filiado à opposição, manifesta-se contra o projeto. Afonso Celso, para responder-lhe, e aos de seu grupo, volta à tribuna e declara:

— Sr. Presidente, se para a sustentação e defesa dos brios nacionais ha sacrificios de dinheiro ou de sangue, ante os quais recuemos; se a todos êles, por maiores que sejam, prestar-nos-emos de bom grado, com entusiasmo e fervor, é preciso também que não

nos descuidemos de aumentar as fontes da riqueza pública, melhorando a sorte do nosso comércio e lavoura. Ao contrário, os créditos da nossa nacionalidade não serão comprometidos no campo de batalha, nem perante os gabinetes do Prata, porque estão confiados à bravura de nossos soldados, ao patriotismo e ilustração do nosso representante mas sê-lo-ão infalivelmente, nas praças europeias, por não podermos satisfazer os compromissos pecuniários a que nos houvermos sujeitado. A Câmara dos srs. Deputados cumpriu já, em parte, o seu dever, concedendo ao govêrno tão depressa e amplamente quanto era possível, os meios necessários para fazer a guerra ao inimigo; já iniciou, e brevemente completará, eu o espero, medidas tendentes não só a tranquilizar o ânimo daqueles que se vão expôr aos perigos dessa guerra, sôbre o futuro de suas famílias, como a recompensar condignamente os que se distinguirem por atos de bravura e merecimento; mas para que satisfaça completamente a árdua e nobre missão que lhe incumbe na atualidade, cumpre que dê refletida e madura solução a êsses tantos problemas econômico-sociais, que, como a navegação de cabotagem, entendem com os interêsses mais vitais do país.

E se assim procedermos, senhores, não receiemos que a história algum dia nos compare, como disse o ilustre deputado pela Bahia, aos defensores de Bysantium, que se entregavam a discussões inúteis, enquanto os inimigos escalavam as muralhas da cidade. Procedendo nós assim, o que a história registrará algum dia — será um tributo de admiração ao país, que no meio das perturbações e sofrimentos de uma invasão estrangeira teve bastante fé na justiça de sua causa, bastante consciência de si mesmo, e conservou a serenidade de ânimo necessária para, ao mesmo tempo que repelia com denodo o inimigo, melhorar a sua administração, favorecendo a sua lavoura e o seu comércio.

Após estender-se em considerações dessa ordem, volta-se o orador para os paralelos, afim de trazer melhor luz sobre a matéria discutida, declarando saber, perfeitamente, que os argumentos estatísticos, as demonstra-

ções de algarismos não agradam, mas convencem. Valesse, por isso, de pormenores indispensáveis a uma exposição austera, convincente. Exemplifica com os índices de importação e exportação de Cuba, então com uma população igual à da Bahia e inferior à de Minas, mas que, tendo facultado ao seu comércio nada menos de quinze portos, apresentava desenvolvimento extraordinário. E textualmente:

— Ora, se atendermos a que Cuba tem apenas 166 léguas no seu maior comprimento e 26 na maior largura, ao passo que o nosso território é 15 vezes maior que o da França; se atendermos a que o fumo em folha ou preparado é ali o principal, senão o único ramo de comércio, enquanto que nós exportamos também e não em pequena quantidade, e, mais café, açúcar, arroz, algodão, ipecacuanha, couro, madeiras, ouro, pedras preciosas, etc.; se compararmos finalmente nossa população de 8 ou 10 milhões com o milhão e meio de habitantes dessa ilha, reconheceremos que, guardadas as devidas proporções, o nosso comércio devia avantajarse a dela, em 800 ou mais por cento. Entretanto, e triste é dizê-lo! — nunca obtivemos diferença superior a 25%!

Carvalho Reis, não bem apercebido do plano e ordem de argumentação de Afonso Celso, aparteia:

Se compararmos a prosperidade do Brasil com alguns Estados secundários da União Americana ha de se achar também grande diferença.

O orador inquire:

— Mas o que prova isso?

— E' bem cabida a comparação, intervém Silveira Lobo, desde que não ha portos de mar.

E Carvalho Reis:

— Quero dizer que isso não depende só do sistema: ha outras muitas causas.

Afonso Celso fita-o com segurança e dá-lhe esta resposta incisiva :

— A v. excia. compete mostrar que os resultados que assinalei não são devidos às causas a que os atribúo; quanto a mim, não vejo outras.

Os aplausos da bancada liberal estrugem, rebôam. Vozes de “muito bem” e “apoiado”, segundo consignam os *Anais*, enchem o recinto. A opposição recolhe-se. O orador prossegue, apresentando o movimento da navegação de longo curso, no porto de Havana, em cotejo com o do Rio de Janeiro.

E analítico :

— Diferenças para mais a nosso favor em 1856/57, 352 navios e 344.173 toneladas; em 57/58, 240 navios e 287.174 toneladas, e em 58/59, 297 navios e 277.085 toneladas. Este quadro, senhores, não é por certo animador. Ainda mais: quanto à navegação de cabotagem, só o porto de Havana occupava 3.640 embarcações; a cidade e província do Rio de Janeiro empregava nesse mesmo ano, segundo o importante relatório do ilustrado sr. Fernando de Barros, 218 de cabotagem propriamente dita, e 1.529 de tráfego de portos e rios, ao todo, 1.747 isto é, menos 1.893 embarcações que Havana, cuja população não excede a 150.000 almas!

Onde ir-se-á buscar, sr. presidente, argumento mais eloquente em favor da liberdade de cabotagem? Eis aí os dois sistemas, em frente um do outro. Já não é o privilégio no Brasil, comparado com a liberdade na Inglaterra ou nos Estados Unidos, nações ricas, poderosas, mais civilizadas que nós; é o Império,

comparado com essa pequena ilha do golfo mexicano; é este gigante do Sul da America, comparado com um ponto insignificante no mapa do globo, com uma nesga de terra perdida na vastidão do oceano! Pois bem: ali reina a abastança, a riqueza e a prosperidade, enquanto que nós assistimos ao triste espectáculo do definhamento progressivo da nossa lavoura! Onde, repito, ir-se-á buscar argumento mais convincente contra a escola da protecção?!

Depois de outras considerações, termina Afonso Celso:

— Sr. Presidente, vou concluir para satisfazer ao meu ilustre amigo, deputado pelas Alagôas — Tavares Bastos — que deseja sustentar as suas emendas, publicadas em o “Jornal” de ontem, e que eu adoto inteiramente, porque consagram todo o meu pensamento a respeito da matéria, e terminarei repetindo o que disse Fonteyrand acerca da abolição das leis inglesas, sobre os cereais. Mais um dia de demora, escreveu êle, e a reforma far-se-ia por si mesma, como por explosão. E’ que tratava-se de saber se ficaríamos eternamente presos aos baixios do sistema *mercantil* e *fiscal*, ou se entraríamos desassombrados nos largos caminhos dos Cannings, dos Liverpool, dos Huskisson, guiados por esses clarões divinos, que o gênio acende diante dos povos! É que de um lado estava a obra gigantesca de Smith, de outro a alfândega e seus sofismas; de um lado, um grande princípio generoso e humanitário, e de outro, preconceitos infundados e anacrônicos! (77).

* * *

Não ha exagero em dizer-se que, com estas discussões, Afonso Celso se impôs nas altas camadas politicas, firmando-se definitivamente no parlamento do Im-

(77) Sessão da Câmara, de 14 de junho de 1865.

pério. Seu nome passou a ressoar, claro e sonoro, até dentro da Quinta da Boa Vista, onde vivia Pedro II. árbitro supremo da nossa evolução política e social, vigilante no aproveitamento dos valores morais e mentais que se iam revelando... O deputado, talvez, tenha sido quem menos sentisse o próprio êxito, que não se circunscrevera, apenas, ao recinto onde sua revelação se verificou, mas alcançara limites largos. Êle, no momento, fiel ao seu programa político, vivia mergulhado em estudos e meditações de problemas substanciais e preocupado na obtenção de conquistas que enaltescessem mais ainda a nossa sociedade e ampliassem a nossa economia, de sorte que não se apercebeu bem da acústica da sua atitude parlamentar.

Não era homem, porém, que só quisésse ver suas ideias dominarem. Não. Era cordato, consciencioso. Se alguém as apresentava com bom fundamento, aplaudia-as. Se circunstâncias superiores determinassem a concessão de certas medidas, êle o fazia sem constrangimento. Era pelo evolver do país. Pela tranquilidade do govêrno. Pela conveniência do grupo a que pertencia. Disciplinado pois, até nisso. Declarou certa feita, diante da impossibilidade da sanção de um projeto pelo qual pugnára: "Fui um dos signatários do projeto em discussão; mas, ministerialista como sou, declaro com franqueza que dele desisto, não faço questão de sua passagem, desde que o gabinete, pelo órgão do ilustre sr. ministro da guerra, nos vem dizer que dele lhe podem provir sérias dificuldades" (78). Não obstante, aí de quem sugerisse medidas susceptíveis de críticas! Não se continha, e era de vê-lo na tribuna a rebater e corrigir.

Foi por motivo dessa ordem que a 24 de maio de 65 ocupou a atenção da Câmara. Entrando o projeto que

(78) Sessão da Câmara, de 4 de julho de 1865.

autorizava o govêrno a mandar trocar sem desconto algumas notas, de valores diferentes, pertencentes a pessoas que as não levaram ao trôco nos prazos prescritos, vários deputados apresentaram emendas, que vinham beneficiar a outros tantos indivíduos de suas relações. Afonso Celso, com aquele espírito de equidade que possuía, redigiu uma outra, em que sugeria se fizesse extensivo o favor do projeto não aos portadores nominalmente citados nas emendas aventadas por seus pares legislativos, mas a todos os que possuissem notas dos mesmos valores e padrões durante o espaço de um ano. Justificando-a, declarou entender que, se havia razões que justificassem os favores concedidos no projeto em discussão e nas emendas apresentadas aos indivíduos nelas mencionados, esses mesmos motivos deveriam prevalecer relativamente a todos quantos se achassem em idênticas circunstâncias. E, num assomo de dignidade:

— Uma vez, sr. presidente, que se quer favorecer a certos e determinados indivíduos, amplie-se a medida de modo a compreender todos quantos se achem nas mesmas condições. Ao contrário, dir-se-á que só podem obter contemplação da câmara os que tiverem padrinhos. Desde que se vai abrir uma exceção à lei, o meio único de torná-la menos inconveniente é generalisá-la, e não, como se quer, limitá-la a êste ou áquele indivíduo.

Um deputado aparteia-o para dizer que a sua proposta importaria no favorecimento da falsificação das células. Afonso Celso, porém, desárma-o com a lógica deste argumento:

— O nobre deputado disse que a emenda iria favorecer a falsificação das notas. Sem discutir a proposição, observarei ao meu amigo que esse mesmo inconveniente resulta das emendas que s. excia. sustenta. Pode o meu nobre amigo asseverar-me se as

notas pertencentes à pessoa a quem se refere a sua emenda são ou não falsas?

— Se forem falsas — responde o aparteante — se forem falsas não se paga.

— Também — tornou Afonso Celso — também não se pagarão as que forem apresentadas por aqueles que se aproveitarem da faculdade consignada na minha emenda, e, portanto, não procede a objeção do nobre deputado... Demais — continuou, voltando-se para o presidente — eu sempre entendi, sr. presidente, que estas substituições de notas feitas pelo tesouro, essas mudanças de padrões, estampas, etc., constituem uma especulação muito censurável e sumamente prejudicial para aqueles que em bôa fé aceitam o papel-moeda, e que de um dia para outro são surpreendidos pela notícia inesperada de que já não têm curso os valores que julgára economizar para fazer face às suas necessidades. A minha emenda tem por fim indenizar a muitas vítimas dessas substituições, que bem podem ser qualificadas de — abuso de confiança. Portanto, se passarem o projeto e mais emendas, a câmara fará justiça aprovando também a minha (79).

E assim se fez.

Positivo em tudo, Afonso Celso era homem avêso a discussões infrutíferas. Não falava por falar. Não discutia por discutir. Isso mesmo o leitor deverá ter sentido, suficientemente, nos trechos aqui transcritos. Além disso, ocorrências houve que testificam melhor ainda nossa assertiva. A que se verificou, por exemplo, a 30 de junho de 65, é típica. Naquela data, chega ao Rio a notícia da vitória da batalha de Riachuelo, travada dezanove dias antes. Dantas, deputado pela Bahía, e que vivia a braços com a navegação a vapor no Rio S. Francisco, batendo-se com ardor e patriotismo pelo desenvolvimento dessa grande róta fluvial brasileira, que até hoje

(79) Anais da Câmara, 1865.

está à mercê de melhor exploração, Dantas vai à tribuna para felicitar o Exército e a Armada Nacional, pelo brilhante feito. E, como era natural, com aquele verbo ardente, colorido, refeito de imagens coruscantes, entusiastas, tece o elogio da batalha. Mas, alguns deputados, que haviam ressaltado o feito de Paisandú e outros até ali verificados, entenderam de apartear-lo, daí surgindo discussão em que terminaram envolvendo-se vários oradores. Afonso Celso sente que tais dissentimentos poderiam trazer consequências deploráveis, cisões prejudiciais ao ambiente. E recorre ao apêlo à casa:

— Sr. Presidente, não me parece convenienté entrar-se na presente ocasião na discussão que parece haver provocado um pensamento que enunçiou o orador que me precedeu. Parece-me que neste momento cumpre-nos apenas manifestar de modo mais solene e digno o nosso regozijo e entusiasmo pelo grande feito de armas que acaba de praticar nas águas do Paraná a nossa gloriosa armada. Requeiro, portanto, o encerramento da questão (80).

* * *

Tão eficiente se tornou a atuação de Afonso Celso entre os deputados, que, na sessão de 17 de maio de 1865, passa a fazer parte da Terceira Comissão de Orçamento e Contas da pasta da Justiça e Estrangeiros, juntamente com Andrade Pinto e Leitão da Cunha. E, ocorrendo a eleição da mesa, a 7 de Junho do mesmo ano, ao proceder-se à segunda votação para a escolha do primeiro secretário da Câmara, uma vez que Tito Franco de Almeida, inicialmente reeleito, não podia, por motivo de doença, continuar desempenhando tais funções, êle saiu

(80) Idem, idem.

sufragado por 65 votos. A eleição de seu nome foi tanto mais significativa quando apenas 81 cédulas foram distribuídas (81).

Com isso, porém, teve tresdobrada a sua atividade. Se até ali havia assinalado frequência e distinção nas maneiras, se até ali a política o fizera escravo perfeito da noção de defesa do seu povo, agora, no novo cargo, tornára-se servidor apostólico da causa pública. Esta a verdade: a política, para êle, fôra verdadeiro apostolado de retidão, de dignidade cívica. Por isso mesmo não faltava. Não se atrasava. Não descurava um instante das suas obrigações, pondo-se a par das menores coisas atinentes ao cargo.

Basta a citação deste flagrante, ocorrido na sessão de 19 de março de 1866: um deputado, necessitando de informes sobre determinado projeto, dirige-lhe a palavra em plena sessão. Afonso Celso responde-lhe com precisão e instantaneidade, sem abrir livros nem consultar o arquivo:

— Vou satisfazer ao nobre deputado por S. Paulo. Êste projeto foi aprovado em 2.^a discussão no dia 5 de Julho de 1864, entrou em 3.^a no dia 22 e nesse mesmo dia foi aprovado.

Moreira põe nos olhos certa expressão de dúvida, quiçá de surpresa. Afonso Celso tranquiliza-o:

— É isto o que consta do registo da secretaria, assim como dos *Anais* da Câmara.

— Porém veio do Senado.

— Sim, senhor.

(81) *Idem, idem.*

Já então era êle ministerialista, ou melhor, não só apoiava o ministério Olinda (82), como também participava, íntimamente, das suas cogitações e realizações. Tanto que, a 4 de Abril de 66, é êle quem vem a plenário para expôr a orientação do Gabinete e justificar seus objetivos, defendendo-o das acusações formuladas pelos conservadores. Êsse instante de sua carreira política é sobretudo expressivo. Deputado, e dos mais moços, foi o escolhido, pela força e pelo prestígio de sua inteligência, e pela lógica de sua palavra austera e madura, para defender a corrente governamental. E o fez com brilho e galhardia. Conduziu tão bem a discussão que, embora houvesse momentos acêsos, não se verificaram lances de violência, nem apartes de chicana. Dir-se-ia uma prestação de contas, uma fundamentação de atitudes, uma retratação incisiva e liberal, no bom sentido, e, ao mesmo tempo, um repto aos próprios liberais, que, sem compreenderem, como deviam, os esforços ministerialistas, lançavam-lhe invectivas pouco ponderadas. Êle estava num dos seus dias mais felizes, não ha negar.

Começou por fazer o histórico de todas as discordias entre liberais e conservadores, recordando, com precisão de memória notável, à medida que os apartes o iam atirando às explanações mais largas, todos os antecedentes políticos, todas as alterações do ambiente parlamentar, todas as oscilações, para chegar aos atos consequentes do Gabinete que então defendia. Depois de mostrar que o que constituia objeto de censura não era o valor das ideias que o programa consagrava, nem o merecimento, nem a utilidade ou a oportunidade das medidas que o govêrno pretendia realizar, mas sim o desejo dêle, govêrno, de

(82) Foi este o 4.º e último gabinete de Olinda. Permaneceu no poder entre 12-5-65 e 2-8-66.

limitar-se apenas a debelar a guerra, razão por que emprendia algumas reformas liberais, Afonso Celso acrescentou:

— Os nobres deputados, sr. presidente, entendem que ao ministério não era lícito satisfazer outras necessidades que não as da guerra; que devia ser essa a sua única missão; que, embora se reconhecesse com fôrça e meios suficientes para realizar algum melhoramento, para dotar o seu país com algum benefício importante, não podia, não devia fazê-lo! Entre aquêles que assim pensam, e o gabinete, que julga de seu dever alguma coisa mais do que debelar a guerra, que se esforça por satisfazer a algumas necessidades ha longo tempo sentidas, e pretende, por meio de reformas refletidas e liberais, preparar um futuro melhor para seu país, decida êle quem tem razão.

Isso foi dito em ambiente tempestuoso, onde os apartes absorveram quase todo o tempo do orador. Mas, senhor da matéria, afeito à meditação do assunto, não só manteve perfeito equilíbrio na tessitura de sua peça oratória, como também não sentiu o tempo escoar-se. Por fim, apercebido de que havia ocupado todo o prazo que a discussão requeria, encerrou o debate com estas considerações:

— Senhores, a hora soou, e cumpre que eu termine. O grande mal da actualidade não é a guerra, é o *deficit*, disse-o um dos ilustres chefes liberais no Senado; o que se acha em decadência não são os partidos, são as indústrias, as fôrças produtivas do país, as fontes de sua riqueza, acrescentou aqui um outro chefe liberal não menos ilustre. Se é isto uma verdade, como infelizmente é, parece que outro deveria ser o procedimento da ilustre opposição. Ninguêem respeita mais do que eu os ilustres opposicionistas. Folgo de render-lhes a sincera homenagem do meu

respeito e consideração. Não ponho em dúvida a nobreza de seu caráter, nem a bôa fé de suas intenções. Permitam-me, porém, os nobres deputados, que, com a franqueza de que se deve usar sempre nesta casa, eu lhes diga — outro devia ser o vosso procedimento. Se o *deficit* aí existe, pavoroso e medonho, se as fontes de riqueza pública estão esgotadas, se as nossas indústrias definham e morrem, e se o govêrno não atina com os meios próprios para superar tão grave dificuldade — o que vos cumpre fazer? Derribá-lo? Já o teríeis feito se o pudesseis. Não tendes podido até agora; e, pois, só vos resta indicar as medidas capazes de afastar o país do abismo que o ameaça, e propôr os meios próprios para restituir às suas indústrias a seiva e a vida que lhes fogem. Não nos compete a iniciativa, dizeis, não somos govêrno; nossa missão é destruir, derribar! Estranha teoria esta, senhores! Assistis às desgraças do país e não vos apressais em salvá-lo? Antes de serdes oposicionistas não sois, porventura, legisladores? A obrigação de satisfazer a uma necessidade pública é igual tanto para o deputado da opposição como para o governista. Ao nosso patriotismo deve repugnar o papel inglório do médico que, chamado a prestar os socorros de sua arte a um moribundo, se limitasse a censurar as applicações por outrem lembradas. Venham as vossas ideias, o vosso programa! Destruir, destruir só, não é, não deve ser a vossa bandeira! Essa, a campear sinistra sobre ruínas, não é, não pode ser a bandeira liberal! (83)

Assinalam os *Anais* da Câmara nove interrupções, por aplausos, durante a enunciação do trecho acima, com o qual Afonso Celso encerrou sua longa e brilhante oração, e dizem que, ao terminar, foi êle cumprimentado por todos os ministros e pela maioria de seus colegas deputados.

A isso nos referimos para mostrar bem a altura em que se havia colocado Afonso Celso nos círculos po-

(83) *Anais* de Câmara, 1866.

líticos daquela época, quando mal possuía trinta anos de idade. Depois, deduz-se daí a razão por que Zacarias de Goes e Vasconcelos, ao formar seu terceiro Gabinete, alguns meses mais tarde, o convidaria para ocupar a pasta da Marinha.

NO MINISTÉRIO DA MARINHA

AS PALAVRAS de Afonso Celso, proferidas na Câmara, na movimentada e brilhante sessão de 4 de abril de 66, tornaram evidente, aos contemporâneos e aos pósteros, a dificuldade com que vivera o gabinete Olinda nos seus últimos dias. Não conseguira o velho marquês sofrer as paixões partidárias reinantes, embora seus ministros, principalmente Nabuco de Araujo, tudo fizessem para satisfazer as hostes administrativas do país. Herdára o gabinete, é certo, herança pesada de seu antecessor e, talvez por essa circunstância, não tenha obtido melhor êxito (84). Entretanto, êle agrupara mentalidades capazes de enfrentar com vantagens a situação. Compusera-o o Imperador, com o maior rigor de seleção, no intuito, não só de dominar a luta no Prata, como também de sanar as desinteligências brotadas da orienta-

(84) Diz Nabuco à pg. 460 do I tomo de sua obra citada: "Em maio, quando transmitiu o poder aos seus sucessores, a herança que o gabinete Furtado lhes deixava era esta: no passivo, a guerra contra o Paraguai a iniciarem, Mato-Grosso invadida, em parte em poder dos Paraguaioes e a perspectiva da invasão do Rio Grande do Sul, contra a qual já estava em marcha o corpo de Estigarribia; no ativo, a guerra com Montevidéu, que quase recebera declarada, concluída, um tanto mau grado seu, antes do que se devia esperar e convertida em aliança; a Tríplice Aliança assinada em Buenos-Aires, dependendo somente de ratificação; um corpo do exército em formação em Montevidéu; no Paraná a esquadra, que, logo depois (11 de junho), vencia em Riachuelo, e nos estaleiros pode-se dizer o grosso da que devia passar Humaitá".

ção de Furtado. Observe-se que dêle fizeram parte quatro antigos presidentes do Conselho: Olinda, Ferraz, Nabuco e Saraiva. Foi denominado, por isso, o Gabinete das águias. Não obstante, pelo equilíbrio de sua composição, pela brilhante plêiade que congregou, apenas contemporizou nova crise ministerial. Olinda — e quem isso afirma é Nabuco, o filho — queria dizer: tudo para o lado progressista; Nabuco de Araujo, ministro da Justiça do Gabinete, queria dizer, ainda e sempre: conciliação, ecletismo, transação entre as duas partes contratantes. E por assim pensar foi que, na sessão de 26 de maio de 65, perante assembléia dividida, agitada, insatisfeita, no meio de acerbos dissensões partidárias, lançara Nabuco o seu apêlo à união, fizera uma invocação que foi, antes, um armistício político, em nome da pátria invadida (85).

Mas pouco, ou quase nada, se conseguiu. As intrigas solapavam o terreno de modo doloroso. A dualidade de concepção política, entre o chefe do gabinete e o ministro da Justiça, chegou mesmo a propiciar a versão de que Nabuco e Olinda se minavam reciprocamente. Isso, porém, não se dava. Em absoluto. Da cisão entre os históricos, antigos liberais, e os Progressistas, antigos conservadores, é que saíam essas inverdades, que tanto alteravam o ambiente, causando mal-estar profundo nas altas esferas administrativas. E não só: faziam também que o próprio gabinete passasse a viver dias singulares do ponto de vista político, criando situação de tal sorte difícil, que os ministros terminaram por manifestar ser sua suprema aspiração o abandono do poder. Foi daí, aliás, que a oposição liberal mostrou desejos de que Nabuco viesse a dominar a tormenta e assumisse o govêrno, o que era impossível, porque êle não iria, nunca, com o

(85) Joaquim Nabuco, *op. cit.*

caráter que possuía, investir contra o gabinete que êle próprio havia inspirado. Aconteceu, porém, o inevitável: por mais que o Imperador se empenhasse em conservar o ministério, o grupo que o compunha entendeu de não ir adiante. Aproveitou-se do pedido de demissão feito por Paula Souza, devido a divergências suscitadas com Carrão, e debandou.

* * *

Com a dissolução do gabinete, houve um instante de expectativa. Quem o substituiria?

Zacarias é o indicado. O Imperador chama-o. Êle se retrái. Excusa-se. Reluta. Por fim, rende-se à vontade do soberano, na quarta entrevista que mantém a respeito. Mas, por que Zacarias se esquivára tanto? Por que o Imperador tanto insistira? Diz Nabuco que Zacarias deveria aliar, então, “à sua conhecida sobranceria, singular deferência às inclinações do Imperador para ter sido chamado quatro vezes seguidas e para ser tão sustentado por êle em um momento, como foi o da guerra, em que a sua vontade não toleraria obstáculos”. (86). Não estaria o soberano, que considerava o talento de Zacarias, procurando compensá-lo das surpresas com que êle fôra colhido na dissolução dos dois ministérios anteriores? O certo é que Zacarias forma o gabinete, seu terceiro e último gabinete, a 3 de agosto de 1866, com Fernandes Torres, senador, antigo ministro de 1846, na pasta do Império; Paranaguá, na Justiça; Martim Francisco, na de Estrangeiros; Afonso Celso, na Marinha; Ferraz, na Guerra e Dantas, na Agricultura. Êle, Zacarias, assumiu a pasta da Fazenda. Gabinete, como se

(86) *Um Estadista do Império*

observa, todo progressista, prenunciando a consumação da divisibilidade do partido.

Teria Zacarias feito isso propositadamente? Talvez.

Era espírito combativo, mordaz, talhado para as procelas parlamentares. Era dêsse que, na luta, quanto mais sentem o perigo crescer, mais se animam e se alegram, mais se movimentam e brilham. E não teria sido pelo reconhecimento dêsse seu feitio assim extraordinário que o imperador tanto se empenhára em dar-lhe a chefia do govêrno? Provavelmente. D. Pedro tinha grande interêsse no apoio do parlamento e do povo para a continuidade da guerra, até a capitulação final de Lopez. Por outro lado, não lhe escapavam as manifestações republicanas que despontavam nalguns elementos jovens. A opposição ao "imperialismo" cada vez mais se desenvolvia, e, daí, com o arrefecimento do entusiasmo do povo pela pugna paraguaia, bem poderiam advir surpresas desagradáveis... Era preciso, portanto, inteligência aguda e temperamento frio para a sustentação dos interêsses pátrios; e ninguém, para o soberano, naquele instante, melhor do que Zacarias, para o comando parlamentar brasileiro.

Acertara o Imperador? Não. Positivamente, não. O talento oratório de Zacarias, emancipando-se, como no-lo refere Nabuco, com a idade e a experiência, e impondo-se, com o prestígio da posição, tinha-se tornado incomparável. Mas, por formação intelectual, por instinto e por convicção, pela independência que a fortuna lhe propiciava e pela altivez de seu caráter, Zacarias tornára-se uma especie de censor romano, applicando, por vezes, a mais cruciante tortura a homens de altíssimo pundonor e correção, e isto sem consciênciã talvez do sofrimento que suas reticências, seus sorrisos glaciais, suas

concessões graciosas lhes causavam (87). Por isso, ao invés de atenuar, agravou a situação dentro do próprio partido, fazendo que os conservadores fôssem melhor tolerados pelo gabinete do que os velhos liberais. Furtado havia marchado contra os antigos conservadores. Ele iria, agora, contra os antigos liberais. Era o comêço da situação verdadeiramente paradoxal que passaria a predominar no país e que terminaria por determinar fôsse o programa dos conservadores realizado pelos liberais e o dos liberais pelos conservadores.

Inquietaram-se os próceres políticos. O ambiente congestionou-se de novo. Reavivou-se a luta. A oposição voltou a investir contra o Imperador, persuadida de que a sugestão partia dêle, pois havia sido êle o obstinado sustentador de Zacarias, seguida dos conservadores, que mal supunham viessem a subir ao poder muito em breve, mercê da influência de Caxias e da silenciosa insatisfação do imperador.

A verdade é que a ruptura do partido liberal repercutiu gritantemente em todas as zonas de influência política do país. E com razão. A dissidência prometia ser, e foi, prolongada e dura. Durante os dois anos da administração Zacarias, a luta, segundo o depoimento de Nabuco, foi das mais renhidas, das mais vivas e das mais cheias de odio e rancor pessoal em toda a nossa história política. Dela é que se originou a acirrada campanha, que não cessaria nunca mais, de todas as oposições contra o chamado "imperialismo" (88).

(87) Joaquim Nabuco, *op. cit.*

(88) Souza Carvalho, em seu livro *O Imperialismo e a Reforma*, datado de 1865, dá ideia precisa da extensão dessa campanha. Já então se pugnava pela adoção das eleições diretas e censitárias que, conforme acreditava, estancaria o absolutismo constitucional e faria desaparecer "o polichinelo eleitoral dansando se-

Não obstante, na organização do seu gabinete, Zacarias revelára duas qualidades que Nabuco ressaltava com justiça: previsão dos homens de futuro e decisão nos golpes. Nêsse ponto o seu gabinete estava constituído de modo diverso dos dois outros, de vida efêmera, a que presidira: os homens novos de que êle se acercara tinham os requisitos para a luta a todo transe, e, escolhendo-os, pode-se dizer que os creou chefes e dividiu entre êles o Império: Dantas, que então representava Saraiva; Afonso Celso, que representava Silveira Lobo; Sá e Albuquerque, que se sabia ter sido convidado, e Martim Francisco, tornavam-se os donatários liberais da Bahia, de Minas, Pernambuco e São Paulo (89).

Esta, a verdade.

E, com eles, poudo Zacarias realizar feitos de alta significação, como o da abertura dos rios Amazonas, Tocantins, Tapajós, Negro, Madeira e S. Francisco à navegação dos navios mercantes de todas as nações, complemento oportuno ao decreto de janeiro de 1808, firmado na Bahia, por D. João VI, abrindo os portos brasileiros à navegação e ao comércio das nações amigas (90). Além disso, cogitou da emancipação dos escravos, da criação dos Conselhos de Providência, da reforma do

gundo a fantasia de ministérios nomeados pelo Imperador"... O crescendo da campanha se nota mais ainda na publicação do livro de Tito Franco de Almeida, em 1867, sobre o Conselheiro *Francisco José Furtado*, onde o "imperialismo" aparece como causa verdadeira e única da decadência política e social do país, como uma aspiração ao poder absoluto, a desprezar a constituição e a nulificar a nação representada em seu Parlamento. Evidentemente, não era bem assim. Tito Franco mesmo reconheceu, alguns anos depois, a falta de fundamento sobre tão fortes expressões. Mas essa, mais ou menos, era a impressão de considerável número de políticos da época.

(89) Joaquim Nabuco, *op. cit.*

(90) Conde de Afonso Celso, *Visconde de Ouro Preto*.

Conselho de Estado, e promoveu estudos sobre os principais aspectos administrativos daquele momento. Foi, ainda, na sua vigência que, pela primeira vez na história da administração pública da Côrte, o Conselho de Estado se viu solicitado a realizar reuniões constantes para debater matérias da maior relevância e complexidade, entre elas as objectivadas nos projetos de Pimenta Bueno sobre a escravidão, projetos que haviam sido rejeitados por Olin- da, mas que Zacarias ensejou a que servissem de base ao plano da lei que seria sancionada, a 28 de setembro de 71, pela insigne mentalidade do visconde do Rio Branco. E se mais não fez Zacarias é porque o seu gabinete se formou e se desenvolveu no período mais ingrato e difícil da guerra do Paraguai. Basta lembrar que, mal havia completado um mês, sobreveio o doloroso desastre de Curupaiti, que muito concorreu para o desânimo do espírito público, desânimo agravado ainda mais pela tática de Caxias de protelar a guerra indefinidamente, parecendo querer vencer pela paciência, pela velhice (91). Mesmo assim, muito se trabalhou nesse período, notadamente na pasta da Marinha, onde Afonso Celso elaborou extenso e brilhante programa, animado e confiante que estava no êxito das operações de nossas forças armadas no Sul. O ministério era harmônico. Martim Francisco, além do mais, era seu concunhado. O velho Fernandes Torres, a quem havia servido como primeiro oficial de gabinete, ao tempo de estudante, em S. Paulo, tinha por ele afeição antiga. O próprio Zacarias considerava-o às devéras. Os demais lhe eram muito cordiais. Com essa homogeneidade, as realizações administrativas poderiam aparecer.

Foi o que aconteceu.

Pinto Lima, ministro da Marinha no Gabinete Furtado, havia procurado em pouco tempo elevar a nossa

(91) Joaquim Nabuco, *op. cit.*

esquadra a 33 vapores e 12 navios de vela, guarnecidos por 609 oficiais e 3.627 praças de pret. Construíra dois couraçados nos estaleiros da Côrte, encomendara outros no exterior, comprara transportes, adquirira grande cópia de armamento e munições. A par -disso, levantou o exército ao simples brado do patriotismo e com o mero recurso do decreto de criação de corpos de Voluntários da Pátria (92). Pois bem: Afonso Celso não lhe ficaria atrás na capacidade de realização, manifestando mais uma nova feição de sua personalidade, qual a de administrador.

Assim foi.

Ao assumir a pasta, verifica que de nōssa fôrça já se achavam no teatro da guerra, na frotilha de Mato Grosso, seis pequenos vapores em estado de navegar, mas que não podiam ser considerados navios de guerra e sim simples lanchas a vapor. Eram eles o *Anhambá*, o *Cuiabá*, o *Alfa*, o *Corumbá*, o *Jaurú* e o *Paraná*, que dispunham, ao todo, de 172 cavalos e 2 canhões, tendo, ao seu serviço, 136 homens. No Rio da Prata, havia 17 vapores de rodas e a hélices (93) e dois transportes a vela (94), com um efetivo de 2.384 praças e 102 canhões. Enquanto isso, a esquadra de Lopez, em operação, era de 18 vapores, 2 escunas ou navios a vela, 3 patachos e 3 lanchões (95). Mais ainda: Lopez havia capturado e

(92) Tito Franco de Almeida, *Conselheiro Francisco José Furtado*.

(93) Eram eles, segundo Afonso Celso, em *A Marinha de Otrora*, pg. 31: Niteroi, Recife, Amazonas, Paraense, Belmonte, Jequitinhonha, Beberibe, Parnaíba, Itajaí, Ipiranga, Araguaí, Araguari, Iguatemi, Mearim, Ivaí, Maracanã e Taquari.

(94) O Peri-Açú e o Iguacú.

(95) Os vapores denominavam-se: Taquari, Araguari, Igureí, Marquês de Olinda, Iporá, Jejuí, Rio Branco, Rio Apa, Pirabêbê, Iberá, Rio Mboteteí, Salto de Guaira, Paraná, Olimpo, Pirá-Guirá, Argentina, Plyng-Fish e Pulasky. As escunas: Independencia e

incorporado às suas forças, logo depois do rompimento das hostilidades, os nossos vapores *Anhambai* e *Ipanema* e os argentinos *25 de março*, *Guauguay* e *Salto Oriental*, ficando, pois, com um total de 23 vapores, 5 navios a vela, 3 lanchões e nada menos de 12 chatas, isso sem considerarmos o número das que foram tomadas e destruídas em Riachuelo e Itapirú (96). Diz o visconde, em seu estudo *A Marinha de Outrora*, não haver notícia completa da artilharia que armava esses navios, mas estava certo de que todos a tinham, sendo que a das chatas era de calibre 68 a 80. E, como só os 8 vapores e as 6 chatas que combateram em Riachuelo dispunham de 17 bôcas de fogo, o *Rio Branco* de 5, as 2 escunas de 8, o patacho *Rosário* de 2 e cada lanchão de 1, e, admitido, ainda, que os 14 vapores restantes só montassem 2 cada um e adicionando as de mais de 6 chatas, resulta que no mínimo a frota paraguaia era servida por 99 canhões.

Esses pormenores fizeram sentir ao novo ministro a perfeita realidade da situação, levando-o a atentar para a circunstância de que a pequena superioridade numérica da artilharia brasileira desaparecia, descontadas as 28 peças da *Niterói*, que, calando 18 pés, não podia navegar os rios Paraná e Paraguai, cujas águas seriam o teatro provável dos encontros com o inimigo. Contra os 99 canhões dos vasos paraguaios, que facilmente poderiam concentrar-se em certo ponto, auxiliados por baterias assestadas em terra, não teríamos a opôr mais do que 74. Não se intimidada, porém, o grande realizador. Continua a obra de seu antecessor, conclui as providências iniciadas por Pinto Lima, enceta o que lhe parece mais urgente e mais útil ao ministério a seu cargo e à conveniência da defesa da

Aquidaban. Os patachos: Rosário, General Lopez e Paraguari. Os lanchões: Humaitá, Cerro Leon e Coimbra.

(96) Visconde de Ouro Preto, *A Marinha de Outrora*.

dignidade pátria. Entra em articulação com aqueles que, ao seu contacto direto, mais poderiam contribuir para os grandes resultados pouco depois obtidos. Jesuino Lamago Costa, posteriormente vice-almirante, barão de Laguna e senador, era o chefe de divisão, inspetor do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. Como chefes das oficinas de construções navais, de máquinas e do Laboratório pirotécnico estavam os capitães tenentes Level e Branconnot e o capitão de fragata Henrique Batista. Afonso Celso procura-os. Chama-os a si. Traça os planos de toda uma série de trabalhos indispensáveis ao melhor êxito de nossa armada. Sente, de pronto, que são homens zelosos, que possuem capacidade e dedicação, que são profissionais hábeis e competentes. E iniciam, em perfeita harmonia de vistas, ingente batalha de produção naval. Sabiam todos eles como estava o Arsenal da Côrte, quando estalou a guerra em 65: desprevenido, longe de poder atender às necessidades do serviço, mesmo em épocas normais. Faltava espaço. Escasseavam muitos dos meios mecânicos adotados pela indústria vigente, que simplificavam a mão de obra e economizavam material e tempo (97). Urgia, pois, transforma-lo em condições satisfatórias. Passaram a remodelá-lo na parte essencial. Ampliaram-no. Adaptaram-no às possibilidades do momento.

E' de justiça a recapitulação do que se fez então.

Pinto Lima havia mandado vir do estrangeiro boa cópia de maquinismo e ferramentas para a fabricação de chapas de couraça e sua adaptação ao costado dos navios, marinetes a vapor, prensas hidráulicas e serras. Afonso Celso não só completou e ampliou as encomendas feitas, como cuidou da aquisição de outros materiais que lhe pareceram igualmente necessários. E, ainda: Pinto

(97) Visconde de Ouro Preto, *op cit.*

Lima construiu ou adquiriu no Brasil e na Europa as canhoneiras *Henrique Martins* e *Greenhalgh*, as bombas Pedro Afonso e *Forte de Coimbra*, os couraçados *Tamandaré*, *Barroso*, *Rio de Janeiro*, *Herval*, antigo *Medusa*, *Mariz e Barros*, antigo *Trion*, *Bahia*, antigo *Minerva*, *Lima Barros*, antigo *Bellona*, *Silvado*, antigo *Nemesis*, *Colombo* e *Cabral*, além dos transportes *S. Francisco*, ex-*Cotopaxi*, *Princesa de Joinville*, *Apa*, *Marcílio Dias*, *Leopoldina* e *Isabel*. Sentindo as vantagens que adviriam do melhor esforço de nossa esquadra, procedeu à aquisição de mais navios de transporte, como o *Silveira*, o *Bonifácio*, antigo *Lusitânia*, o *Pirajá*, o *Werneck*, antigo *Orellana*, *Vassimon*, antigo *Paulo Afonso*, além dos monitores *Pará*, *Piauí*, *Ceará*, *Alagoas*, *Santa Catarina* e *Rio Grande do Sul*. E, para melhor assegurar a defesa da província do Rio Grande, que de súbito poderia ser invadida, mandou construir na França quatro canhoneiras de ferro, de pequeno calado, próprias para a navegação dos rios e lagos daquela parte do país, denominadas *Henrique Dias*, *Felipe Camarão*, *Vidal de Negreiros* e *Fernandes Vieira*, os grandes heróis de Guararapes, na guerra contra os holandeses (98). Cuidou, também, de construir 10 lanchões de ferro, movidos a vapor, artilhados e com capacidade para receber cada um 100 peças e os respectivos municionamentos; isso para impedir possível invasão da fronteira do Amazonas, por parte do Perú. Pois momentos houve em que pareceu provável um rompimento com esse país vizinho. Vendo Afonso Celso que naquela extensa região, cortada de rios, o elemento principal de defesa consistia sempre na mobilidade de forças que teriam de operar em trans-

(98) Note-se o sentido patriótico dos nomes homenageados por Afonso Celso. Isso muito contribuiu para o levantamento do moral da tropa e dos voluntários.

portos fluviais, capazes de as conduzir com rapidez de um para outro ponto da linha divisória, procurou guarnecê-la convenientemente. (99).

Por essa ligeira recapitulação, bem se compreende a justeza da apreciação de Nabuco quando diz que “na administração Zacarias distingue-se, principalmente em relação à guerra, o ministro da Marinha, estando a esquadra entregue à prudência do barão, depois visconde, de Inhauma. Para satisfazê-la, animá-la e ao mesmo tempo contê-la em sua impaciência contra o inimigo e em sua emulação diante dos Aliados, era preciso um ministro audaz como ela” (100).

Graças a todo êsse esforço inteligente, em três anos foi preparada a maior e melhor parte de tão poderosos elementos de guerra. Conseguiu-se tanto nesse periodo que, a contar de 1868, não se alistou mais um marinheiro sequer, não se construiu, nem se comprou, um só navio, limitando-se o importante trabalho dos arsenais à reparação dos estragos da luta (101). Aliás, Afonso Celso demonstra, no seu livro citado, o que se obteve no espaço que vai de 31 de janeiro de 65 a meados de julho de 68, quando o gabinete deixou o poder: não só foram levadas a efeito importantes reparações nos cascos, máquinas e acessórios dos navios existentes, de par com a conclusão de construções já encetadas, como também começadas e terminadas as de 3 couraçados, 5 monitores e 2 bombardeiras, lançadas as quilhas e adiantada a execução de mais 1 corveta encouraçada e de um rebocador. Assinale-se mais: um dos couraçados caiu ao mar em menos de quatro meses, as bombardeiras flutuaram em pouco mais

(99) Visconde de Ouro Preto, *op. cit.*

(100) *Um Estadista do Império.*

(101) Visconde de Ouro Preto, *op. cit.*

de três e um dos monitores, ao cabo de cinco meses e alguns dias (102).

Por esse admirável desdobramento de atividade e pela impressionante capacidade administrativa de Afonso Celso e dos que colaboraram nessa campanha da produção naval patrícia, poudo o Brasil, na fase última do conflito com o Paraguai, apresentar uma marinha de guerra com 94 vasos, dos quais 16 encouraçados, 48 fragatas, corvetas, canhoneiras e transportes de madeira, 12 lanchões de ferro, todos a vapor, 6 navios de vela, 7 pontões-depósitos e 5 chatas armadas, tripulada por 6.474 homens, entre oficiais e praças de pret. Outro pormenor interessante: a artilharia dessa esquadra chegou a 237 bocas de fogo, predominando nesse armamento os canhões raiados de Witwort de 150, 120 e 70, e os de 68 a 32 (103).

Há, entretanto, outros angulos de sua administração que não foram menos importantes. Ele próprio confessa: "Muito maiores dificuldades do que o reparo e a aquisição do material flutuante antolhavam-se ao govêrno, para suprir a esquadra de tripulações suficientes às necessidades da guerra" (104). Realmente, assim foi. "Nem às praças de pret das diversas classes, ofereciam os corpos de marinha pessoal correspondente ao maior número de navios que era preciso armar, na luta em que se achava o país empenhado. No de oficiais da armada, que em seu estado completo deveria contar 1 almirante, 2 vice-almirantes, 4 chefes de esquadra, 8 de divisão, 16 capitães de mar e guerra, 30 capitães de fragata, 60 capitães-tenentes, 160 primeiros tenentes e 240 segundos tenentes, faltavam 210 oficiais desta última classe e acha-

(102) *Ibidem*.

(103) A força nominal dos vapores era de 6.122 cavalos.

(104) Visconde de Ouro Preto, *op. cit.*

vam-se vagos o primeiro posto e um de vice-almirante” (105). A situação era difícil. Urgia corrigi-la, tanto mais quanto os segundos tenentes eram imprescindíveis a bordo, para a folga na escala do serviço. Examina o assunto e observa que, existindo então 24 guardas-marinhas, não se tinham apurado até ali mais do que 16, todos ou quase todos sem os dois anos de embarque, sem a viagem de instrução e sem o exame prático, requeridos para ser elevados àquela patente (106). Por outro lado, nem se podia esperar próximo aumento do respectivo pessoal, visto como não apresentava a companhia de aspirantes mais do que 73 praças. Daí foi que, procurando sanar a deficiência, o governo nomeou alguns oficiais de náutica, ou pilotos, segundos tenentes de comissão, ocorrendo, assim, ao desfalque existente (107). Pouco depois, Afonso Celso conseguia autorização do Poder Legislativo para que, durante a guerra, fôsem os guardas-marinhas dispensados da viagem de instrução para serem promovidos, uma vez que satisfizessem o exame prático e tivessem dois anos de embarque ou um

(105) Note-se que melhor não era a situação do nosso exército nem do exército dos nossos aliados. Enquanto o Paraguai havia elevado consideravelmente sua esquadilha de guerra e feito dos seus veteranos um núcleo de 80 a 90 mil homens para o seu exército, o Brasil contava 16.000 homens, a Argentina 12.000 e o Uruguai 2.500. É verdade que, assim como aconteceu na pasta da Marinha, também a situação quanto ao nosso exército se modificou para muitíssimo melhor. Basta saber que, em 1866, já as nossas forças alcançavam o total de cerca de 67.000 homens. Infelizmente o mesmo progresso não se verificou com os nossos aliados: a Argentina, por exemplo, havia então baixado a 11.600 homens, sendo que no ano seguinte desceria ainda mais: a 7.000, apenas. O Uruguai, na mesma época, já não chegava nem mesmo a 1.000 homens, como refere Souza Doca, em seu livro “*Causas da guerra com o Paraguai*”.

(106) Visconde de Ouro Preto, *op. cit.*

(107) *Ibidem.*

de campanha (108). Compreende-se, diante disso, por que os navios da esquadra, na sua maior parte, foram comandados na primeira fase da guerra por primeiros tenentes, “que em atos repetidos de bravura haviam feito jús à recompensa de mór valia para militares — o adiantamento na carreira” (109). Mas, nem todos podiam ser recompensados como deviam. Os postos superiores estavam ocupados por oficiais de avançada idade, e o govêrno não tinha meios para levá-los à reforma. Afonso Celso medita sobre o assunto. E faz isto: lança mão de medidas indiretas, consoante seu espírito de justiça, a fim de abrir vagas em que fôsem contemplados os que arriscavam diariamente a vida e suportavam com a maior constância toda a sorte de sacrifícios, em frente ao inimigo. Vê, porém, que isto não basta. E termina conseguindo das câmaras legislativas autorização para exceder o quadro dos oficiais do corpo da armada, nomeando mais um almirante, um vice-almirante, um chefe de esquadra, dois chefes de divisão, três capitães de mar e guerra, seis capitães de fragata e doze capitães-tenentes, dadas as condições expressas no art. 6.º da lei de 28 de julho de 1865.

O quadro de cirurgiões e farmaceuticos da marinha foi outro ponto que mereceu seus cuidados. Deveria contar, ao todo, com 79 oficiais de saúde, isto é, cirurgião mór, cirurgiões de esquadra, cirurgiões de divisão, primeiros e segundos cirurgiões, primeiros e segundos far-

(108) Idem.

(109) Diz o Visconde: “Releva assinalar, em honra dos briosos moços, que todos os guardas-marinhas serviram na esquadra em operações e não poucos aspirantes solicitaram e obtiveram permissão para compartirem iguais labores. Greenhalg, Lima Barros e outros, que immortalizaram seus nomes, morrendo gloriosamente na defesa da pátria, mostraram como se pode ser herói em verdes anos”.

maceuticos, e, no entanto, nem a metade possuía a nossa marinha. O meio encontrado foi o de contrato de profissionais civís, e só assim se poudé montar as enfermarias de bordo e criar os hospitais no teatro da luta. Ainda nisso acertou o govêrno. Basta vêr que, entre 1865 e janeiro de 1869, as enfermarias de bordo e os hospitais ou enfermarias de terra receberam nada menos de 37.879 doentes ou feridos, dos quais 27.870 saíram curados, 1.894 faleceram e 6.115 regressaram ao Brasil (109a).

* * *

Sintetizadas e definidas estas realizações de Afonso Celso na pasta da Marinha, convém salientar ainda di-

(109a.) “Funcionaram durante a campanha — diz o Visconde — três hospitais: o 1.º de sangue, a bordo do vapor *Onze de Junho*, onde se conservou sempre; o 2.º em Buenos Aires e o 3.º em Corrientes. À medida que os navios subiam o rio Paraguai, era o estabelecimento transferido para o lugar mais próximo. Assim, o de Corrientes passou-se para Humaitá e daí para Assunção”. Ao falar da organização de enfermarias no Cerrito e no Chaco, aborda o insano trabalho que pesou sobre o corpo de saúde, à pg. 52 de seu livro citado, declarando: “Para avaliá-lo basta ponderar que além das enfermarias e padecimentos comuns em todas as guerras, teve êle de debelar várias epidemias, como as do sarampão e da varíola, do escorbuto, da disenteria e diarreia, da febre tifóide e do cólera, sendo que este, depois de assolar a esquadra, durante 32 dias, fazendo centenaes de vítimas, tornou-se endêmico. Houve semanas e meses em que, noite e dia, não tiveram os cirurgiões da Marinha um momento de descanso, tal o extraordinário número de infelizes, que reclamavam urgentes cuidados, sempre prestados com dedicação e proficiência. Só nas enfermarias dos nove navios do chefe Barroso, na vespera da Batalha do Riachuelo, existiam 200 praças”. E, em tocante homenagem de carinho, acrescenta ainda: “Nestes serviços modestos, porém penosos, nobilíssimos e humanitários, em que o médico tantas vezes expõe a própria vida, distinguiram-se os drs. Propicio, Damasio, Daltro, Garcia de Mendonça, Adrião Chaves,

versos melhoramentos por êle empreendidos noutros setores desse Ministério. Cuidou da reforma do serviço da fazenda nos corpos navais e respectiva escrituração (110) e da do corpo incumbido de desempenhar tais serviços (111). Criou, em Buenos Aires, e depois transferiu para Montevidéu, a Repartição Fiscal e a Pagadoria da Marinha (112); aumentou os prêmios para atrair maior número de recrutas (113); arrancou à escravidão um verdadeiro exército de homens para servir na marinha (114); transformou o Batalhão Naval (115); regulou o serviço de transporte da correspondência para a Esquadra no Rio da Prata (115a); estabeleceu regras para contratos de obras do ministério (116) e para retribuição do trabalho dos operários nos arsenais, além das horas ordinárias (117); concedeu abono e ajuda de custo e pagamento de passagens aos oficiais do corpo de ar-

Horacio Cesar, Vilaboim, Bento de Carvalho, Castro Rabelo, Joaquim Betamio, Caetano da Costa, Caminhoá, Ribeiro de Almeida, Carlos Frederico, diretor geral desde a campanha da republica oriental, Tomás Antunes, criador do hospital de Corrientes, Carneiro da Rocha, que, desgostoso, pensa em deixar a carreira, e outros. Entre os facultativos civis contratados, salientaram-se Pereira Guimarães, atual cirurgião-mór, perseguido como rebelde, Almeida Campos, Paula Tavares, Antenor Guimarães e Autran, vítima, este mais tarde de molestia adquirida naquele inóspito clima e nos labores incessantes da profissão. Faleceram durante a guerra, ou de enfermidade nela contraída, os drs. Paranaçuza, Manuel Inacio Lisboa, Claudio da Silva e Castro Rabelo”.

(110) Decreto 4.111, de 29-2-68.

(111) Decreto 4.173, de 6-5-68.

(112) Decretos 3.710 e 3.773, respectivamente de 6-10-66 e 5-1-67.

(113) *A Marinha de Outrora.*

(114) *Idem.*

(115) *Idem.*

(115a.) *Offício a Paranaçuá, de 6-10-67.*

(116) Decreto 3.858, de 8-5-67.

(117) *Aviso de 18-10-67.*

mada e classes anexas, quando, em serviço, viajassem por terra (118), e tratou da conservação dos navios desarmados (119). Regulamentou, além disso, o concurso para os lugares de alunos pensionistas do Hospital de Marinha do Rio de Janeiro (120); deu melhores normas ao seu serviço médico e cirúrgico (121); adotou exames para obtenção de cartas de piloto (122); criou lugar de prático-mór da armada; lançou as bases de uma escola de praticagem dos rios nacionais e dos estados vizinhos (123); declarou a competência do fôro militar, para conhecer dos crimes praticados fóra dos quartéis por praças do exército ou da armada contra seus camaradas (124); fixou a penalidade a que ficavam sujeitas as praças de marinha em tempo de guerra (125), as das companhias de artífices militares, por faltas e delitos (126) e as do Batalhão Naval, por crime de deserção (127), elogiou feitos dos combatentes (127a), fez promoções (127b.). Por fim, instituiu um Museu no Arsenal da Marinha, para aí serem arrecadados todos os objetos cuja conservação interessasse à armada nacional (128), providenciou a organização do Dicionário Marítimo Brasileiro (129) e de um índice cronoló-

(118) Decreto 4.013, de 9-11-67.

(119) Decreto 4.045, de 19-12-67.

(120) Decreto 3.722, de 24-10-66.

(121) Aviso de 27-2-68.

(122) Aviso de 11-8-66.

(123) Aviso de 14-9-68.

(124) Aviso de 27-3-67.

(125) Aviso de 11-9-66.

(126) Decreto 3.813, de 16-3-67.

(127) Decreto 4.110, de 29-2-68.

(127a.) Ofício a Ferraz, de 20-9-66. — (127b.) — Idem, de 5-10-66.

(128) Decreto 4.116, de 14-3-68.

(129) Aviso de 19-6-68. Este dicionário foi publicado em 1877.

gico e remissivo da legislação da Marinha (129a.) e mandou compilar todas as consultas do Conselho Supremo Militar (129b.). A par de tudo isso, concedeu pensões a oficiais do corpo da armada, que se distinguiram na guerra, ou a suas viúvas, filhos e irmãs, assim como às praças de pret (129c.), que se invalidaram, sem que isso as prejudicasse no direito de ser recolhidas aos quartéis dos respectivos corpos, com todas as vantagens, enquanto se não criasse um asilo apropriado (130). Quer dizer que ia ao encontro, como era de direito, às necessidades das tropas e da marinhagem, da assistência hospitalar ao amparo eficiente às suas famílias. Tratou, também, da concessão de distinções honoríficas, cunhando medalhas especiais para comemorar e recompensar serviços de relevância, como a da bravura militar (131), a do mérito militar (132), a do forte de Coimbra (133), e a da passagem de Humaitá (134).

Esta última medalha deve ter sido a que êle mandou fazer com a maior sofreguidão, com alegria mais íntimamente intensa. Porque a luminosa página que a nossa armada escreveu na passagem de Humaitá foi sugerida, orientada, decidida por Afonso Celso. Aí está um fato que poucos conhecem. É, todavia, pelo seu alto sentido patriótico, dos mais honrosos, dos mais belos praticados pelo possivelmente mais moço ministro que a Marinha Brasileira teve em todos os tempos.

(129a.) Offício a Paranaguá, de 2-11-67.

(129b.) Offício a Paranaguá, de 2-11-67.

(129c.) Avisos de 18-6 e 6-7-67.

(130) A Marinha de Outrora.

(131) Decreto 3.854, de 10-5-67.

(132) Decreto 4.131, de 28-3-68.

(133) Decreto 4.158, de 24-4-68.

(134) Decreto 4.118, de 14-3-68. Antes, haviam sido criadas as medalhas do cêrco e rendição de Uruguaiana e a de Riachuelo.

Pormenorizemo-lo.

A atuação de Afonso Celso no ministério da Marinha, como se observa, foi intensíssima. Não houve aspecto administrativo ou técnico que lhe não merecesse estudo minucioso. E, se sua presença era infalivelmente notada entre as turmas de operários, que se revezavam de noite e de dia (135), nem por isso deixava de dar assistência ao expediente do ministério e de comunicar-se quase diariamente com o vice-almirante José Joaquim Inácio, comandante chefe da esquadra (136). Mantinha, assim, frequentes as notícias. Seguras, as comunicações. Em estado de operosa vigilância, a orientação do governo. E foi através dessa correspondência assídua e inteligente que Afonso Celso promoveu a passagem do Humaitá. Promoveu, é bem o termo. Porque Mitre a desejava, mas o vice-almirante receiava fazê-la. Afonso Celso é que, cioso da dignidade com que se deveriam manter as forças em operações, estudou o assunto, sopesou os elementos que possibilitariam o cometimento e, sentindo que poderiam realiza-lo, animou o nosso comandante chefe, desfez a incerteza que entravava a arremetida, tornou-o confiante no resultado positivo da peleja, e terminou vencendo.

(135) Conde de Afonso Celso, *op. cit.*

(136) Afonso Celso teve oportunidade de receber cartas do vice-almirante, precisamente por essa vigilância, de teor como este, altamente honroso: "O meu pedido de tais objetos, que v. excia. receberá pelo vapor de *tantos*, cruzou no mar com o que me trazia êsse fornecimento". Ou então: "Parece que aí se adivinha o que preciso, ou vou reclamar, porque dispunha-se a fazê-lo quando aqui ancorou o transporte trazendo essas provisões". Anos depois, comentando esses trechos epistolares, o visconde de Ouro Preto assim se expressaria: "É que os gabinetes de ministros desse tempo não eram tendas de repouso, senão oficinas de trabalho ativo e consciencioso".

A observação cabe, ajustadissimamente, aos dias atuais.

Foi isso, exatamente isso, o que aconteceu.

A situação era esta: forçadas a fortaleza e a estacada de Curupaití por uma divisão de encouraçados, ao mando imediato do vice-almirante, visconde de Inhaúma, viram-se êstes navios, como escreve Ouro Preto, separados da base de operações da esquadra e dos vasos de madeira e de transportes, ancorados abaixo da mesma fortaleza. Enquanto não se conseguisse tomá-la, era mistér que os fornecimentos para os encouraçados fôsem conduzidos pelos tremedais quase intransitáveis do Chaco, na margem direita, e com enormes dificuldades, por isso que o inimigo dominava em toda a margem oposta. Assegurar tais suprimentos era questão da maior importância, porque os encouraçados, exgotadas as provisões de guerra e de boca que levaram, seriam forçados a retirar-se do ponto avançado a que haviam chegado, correndo segunda vez quase os mesmos perigos da subida. Estariam também, verificada aquela hipótese, arriscados a ser apreendidos em alguma abordagem, para a qual, na posição em que se achavam, poderia Lopez empregar não só todas as suas forças navais, como grande parte do exército. Para conseguir tal resultado não duvidaria o ditador em sacrificar milhares de vidas (137).

Viu Afonso Celso, porém, que a superfície plana do Chaco se prestava a receber uma linha férrea, sendo que a maior dificuldade consistia na consolidação do terreno, por meio de estivamentos, o que se alcançaria em maior ou menor prazo, na proporção do material acumulado e dos operários reunidos. Passou, rápido, à execução. Em três dias preparou os dormentes e em pouco tempo começou a funcionar o *tramway* e a serem os navios abas-

(137) Visconde de Ouro Preto, *op. cit.*

tecidos (138). Com isso, podia a divisão manter-se no seu pôsto, colocando Curupaití entre dois fogos e abrindo bombardeio sobre Humaitá, pronta para, no momento azado, forçar também êsse formidável baluarte do inimigo (139). Pôs, ainda, à disposição do comandante chefe navios adequados à transposição de Humaitá (140). Após essas providências, começou a animá-lo, dissipando suas prevenções quanto à lealdade dos aliados, mostrando-lhe o êrro em que laborava e recomendando cordialidade e confiança nas relações recíprocas (141). A 21 de setembro de 67, escreve-lhe um ofício confidencial nos termos seguintes, que bem demonstram quanto era delicada a nossa situação:

“Não posso crer que a opinião sustentada pelo general Mitre sôbre a passagem de Humaitá seja inspirada pelo desejo de vêr destruída a nossa esquadra. Além de que seus interesses o cha-

(138) Essa estrada o vice-almirante denominou, com justiça, de *Afonso Celso*. Com justiça porque êle foi quem teve a iniciativa de realizá-la e tudo fez por vê-la a serviço da causa aliada, o que se comprova, aliás, de seu ofício confidencial ao conselheiro Carvalho Borges, representante do Brasil em Buenos Aires, datado de 5-10-67. A título informativo assinalaremos que essa estrada, partindo do porto Palmar, à foz do Quiá, ancoradouro dos navios de madeira, seguia o curso desse riacho até o pontô da mesma denominação e daí procurava o porto Elisiário, onde se achavam os ancoradourbs. A princípio, a tração se fazia com o auxílio de animais. Mais tarde, substituíram-na pelo vapor, construindo-se, para isso, no arsenal de Cerrito, apressadamente, uma locomotiva, com algumas peças do maquinismo do transporte *Isabel*.

(139) Visconde de Ouro Preto, *op. cit.*

(140) *Idem*.

(141) Cabe a Afonso Celso, indiscutivelmente, o papel de conciliador e harmonizador do vice-almirante para com a Argentina. Talvez sem as suas elucidações, o comandante supremo da nossa armada viesse a agir de maneira a provocar uma crise desfavorável ao Brasil, na persuasão de que estaria colaborando para a defesa dos brios da pátria.

mam a nós, êle sabe que a esquadra não se compõe só de encouraçados e que antes de possuí-los já o Brasil se fazia respeitar no Rio da Prata. E, demais, até o presente não tem o governo motivo para duvidar da sua lealdade; sendo que acêrca dos armamentos de Martin Garcia recebemos explicações que nos tranquilizam completamente.

“Os receios, até certo ponto naturais, que sua política incute em alguns patrícios nossos, hão de agora aumentar com a mudança que houve no gabinete argentino, a qual, todavia, não é de modo algum infensa à causa da aliança, que tanto como a nós lhe convêm sustentar. O que nos tem a todos desgostado — aos membros do govêrno — é a maneira acre por que se exprimem, relativamente aos govêrnos e povos platinos, certas correspondências da esquadra e do exêrcito. E’ indispensável que v. excia. intervenha particularmente, a fim de que sejam escritas com mais prudência e moderação. Bem sei que temos sido atrozmente provocados e injuriados, nos jornais de Montevideu e Buenos-Aires, por alguêm que se diz privar com o general Mitre, o que desculpa o azedume que transpira daquelas publicações. Mas, cumpre que, ainda nisso, nos mostremos superiores aos nossos aliados e não é, certamente, revelando as mesmas paixões que êles, que manteremos os fóros de nação civilizada” (142).

Seis dias depois, sem esperar resposta do vice-almirante, torna o ministro, insistindo sôbre o assunto:

“Não cessarei de repetir que a aliança está longe de ser um mal para o Brasil, como últimamente parece ter-se acreditado no exterior e na esquadra. Um homem do quilate de v. excia. fácilmente comprehende quão necessário é que, na presente guerra, a nossa sorte esteja unida à dos povos do Rio da Prata. Sem a aliança, postas de parte outras considerações, onde acharíamos depósitos para os nossos gêneros, portos para refresco,

(142) Visconde de Ouro Preto, *op. cit.*

segurança e facilidade para a subida das nossas forças? Assim, espera o govêrno que pela sua parte continuará v. excia. a concorrer para que cada vez mais se apertem os seus laços, injuindo no mesmo sentido para com os nossos officiaes, principalmente aqueles que mais jovens, mais entusiastas e, portanto, menos refletidos, espalham, em cartas particulares e correspondências de jornais, idéias que vão repercutir nas classes menos cultas, onde se tornam eminentemente nocivas, porque podem até impopularizar a guerra, quando é indispensável que tal não aconteça, pois carecemos ainda de novos contingentes.

“Este é o pensamento do govêrno, e que estamos dispostos a manter, enquanto fatos incontestáveis e mui significativos não vierem convencer-nos de que os interesses do país, que estão acima de tudo, exigem mudança de política em relação aos nossos aliados. E se bem que não duvidariamos arrostar a impopularidade para não nos desviarmos da senda que julgamos dever seguir, temos a felicidade de vêr que, nesta parte, se acham de acordo, não só a grande massa da nação, como os homens eminentes de todos os partidos. Cumpre que os espíritos se não transviem, levados por manifestações contrárias de certos órgãos da nossa imprensa. São opiniões individuais cujo valor v. excia. apreciará devidamente. Em uma palavra, a aliança é uma necessidade. Curvemo-nos a ella, não fazendo conta dos inconvenientes que possa ter, e que são inevitáveis.

“V. excia., que conhece a história, sabe que a todas as alianças tem acontecido o mesmo que a nós está acontecendo e tenha bem presente, que se a França se viu só na infeliz empresa do México, foi isso em grande parte devido à habilidade com que o inimigo comum conseguiu semear, no campo aliado, os elementos da discórdia.

“Não se segue, porém, que desejemos a aliança a todo custo; não; mantenhamo-la por maiores que sejam os sacrificios e provações, mas enquanto não fôr comprometida a dignidade da nação, ou esquecidos os fins que a determinaram. Nesta even-

tualidade, que não julgo possível, o general em chefe das nossas forças está autorizado para proceder como lhe ditarem a sua prudência, patriotismo e valor" (143).

, Linguagem mais clara era impossível. Argumentação mais lógica e lúcida, também não. Todavia, o vice-almirante, mesmo depois da leitura dessa correspondência, hesitava. E a luta prosseguia, lenta e dura, ora apresentando lances heroicos, ora demonstrando selvageria inqualificável. Afonso Celso, porém, não se conformava com esse protelar sem fim. E, enquanto a batalha não se trava e o Brasil não passa a exercer o domínio absoluto na refrega, enquanto não adquire as vantagens que lhe adviriam, na certa, da conquista dessa fortaleza, vai aprofundando a análise sobre aquela região. Vê, como ele próprio refere (144), que o assédio da fortaleza não seria completo se a esquadra não transpusesse o trecho que os afamados baluartes defendiam. Pela península ou ponta do Chaco, fronteira à praça, podia esta ser, com alguma dificuldade, abastecida de todas as provisões, provenientes da capital ou do interior, mas isso prolongaria indefinidamente a resistência. Para impedi-lo, era preciso dominar a navegação acima das fortificações, tanto mais que Lopez conservava ali dez vapores de guerra, numerosas chalanas e outros transportes de que convinha privá-lo, no interesse da mais pronta terminação da luta. E nem seria prudente internarem-se os aliados ou afastarem-se das proximidades da esquadra, deixando à retaguarda, em poder do inimigo, a maior fortaleza do país. Em conclusão: a passagem de Humaitá impunha-se como operação indispensável. Cumpriria ser levada a efeito, mesmo porque a suposta inex-

(143) Idem.

(144) Idem.

pugnabilidade daquela posição era um dos maiores fatores da manutenção de ânimo de Lopez e seu exército.

Verificado tudo isso, Afonso Celso volta a insistir no seu ponto de vista perante o vice-almirante. “Estou na firme convicção — escrevia ele em ofício de 5 de outubro de 67 — de que se V. Excia. verificou já a possibilidade de forçar Humaitá, a esta hora o deve ter feito” (145). Já pouco antes havia ponderado, num lance verdadeiramente audacioso, ao bravo homem de mar: “... Sacrificando-se alguns dos encouraçados que se julgam imprestáveis não seria possível efetua-la? O perigo seria grande, mas o alcance moral, senão os resultados materiais da vitória, compensá-lo-iam sobejamente. E aqueles obstáculos serão na realidade tão formidáveis como se afiguram a certa distância? Poder-se-á afirmar a impossibilidade de vencê-los antes de tentar fazê-lo?” (146). Mas José Joaquim Inácio está disposto a contemporizar. Responde ao ministro, dizendo que esperava crescessem as águas fluviais, o que por si só invalidaria os torpedos inimigos... Afonso Celso estremece. Não compreende a inação do vice-almirante, tanto mais quanto o nosso caso não consistia em esperar que os elementos naturais promovessem a nossa vitória, e sim em forçarmos a passagem da fortaleza com o nosso esforço próprio. E argumenta em carta reservadíssima de 26 de dezembro:

“Diz-me v. excia., em ofício que já foi publicado, que o crescimento das águas arrancaria os torpedos dos seus jazigos e que estes instrumentos de destruição deixariam por fim de sê-lo, desde que a pólvora humedecesse, por se demorar imersa longo tempo. E de fato, a esquadra não tem podido ir até os torpedos, mas descem eles, deixando por satisfazer a sua desastrosa missão.

(145) Idem.

(146) Idem.

Os que restam terão talvez a mesma sorte. Se algum, porém, preencher o fim a que é destinado, contaremos mais um deplorável sinistro na guerra. Não deixaremos de prosseguir, como se tem praticado e de um modo honroso para a esquadra. Temos, pois, consideravelmente atenuadas as probabilidades de resistencia por parte de tão temerosos adversários. As cadeias e as barcaças que as sustentam são obstáculos de mais vulto e imponência do que de verdadeira importância. Confirmam este juizo as vantagens obtidas pela nossa artilharia, que partiu correntes e afundou seus suportes. O rio, portanto, vai ficando desimpedido. Não é de esperar que mais circunstancias favoraveis cheguem a convertê-lo em via fluvial perfeitamente segura. Alguma coisa, provavelmente mesmo muito, ha de ficar para ser superada pela inteligência e ousadia do nosso bravo Almirante e dos seus dignos companheiros. Nestas condições, *creio que oportunidade se oferece para mais arriscados cometimentos.* As águas crescem, o inimigo perde forças e desmoraliza-se por continuados bombardeios. *Quanto posso julgar, é chegada a ocasião de verificar a passagem.* Perdido este ensejo, difficilmente ocorrerão, a bem dos grandes interesses do nosso país, que empenha seu futuro nesta luta de honra, novas circunstancias favoraveis de transpor o Humaitá. Não se desconhecem as difficuldades da passagem, mas não ha feito distinto sem empresa arriscada. E precisamos desse feito, não tanto pela glória, como principalmente pela necessidade de concluir. A verdade é que nada tentamos ainda de ousado e excepcional contra as fortificações paraguaias; entretanto, ir além de Humaitá, não é um impossivel, para quem passou Carupaití. Bombardeios incessantes, que certamente enfraquecem o inimigo, não conseguiram nem conseguirão talvez, na estreiteza de tempo em que devemos ter a vitória, fazer calar as baterias. Se se espera este resultado como um acontecimento que se deve realizar pela ordem natural das cousas, teremos a guerra prolongada indefinidamente, e o gênio e bravura dos nossos generais postos à disposição de simples eventualidades, aguardando para cantar vitória o último arranco de um inimigo já extenuado.

Desde que não há probabilidade de fazer calar as baterias de Humaitá pelos meios ordinários até aqui empregados, desde que a passagem por aquelas baterias oferece condições de praticabilidade, que não existiam; e, finalmente, desde que nada fizemos ainda para chegar à conclusão do impossível, confiando na decisão e valor, que distinguem a v. excia., creio, sr. almirante, que *v. excia. vai empreender, se já não empreendeu, a solução do grande e glorioso problema.* O interesse que me domina pelos feitos da nossa esquadra, suscita-me ideias que não duvido expôr, desejando que v. excia. as considere como sinal e prova desses meus sentimentos.

Pensei na possibilidade de fazer-se a passagem, dispostas as forças como melhor v. excia. entender, durante uma noite escura, e mesmo tempestuosa. Tendo-se em Humaitá certeza de que a esquadra não projeta a passagem, poderia ela dar-se despercebidamente para o inimigo.

Seria o caso de uma brilhante ousadia se, ainda durante a noite, reconhecido previamente o canal pelos nossos patrícios, uma divisão dos pequenos encouraçados afrontasse o mesmo canal a toda força, e fosse em um ponto convencionado combinar com o exército para o prosseguimento das últimas empresas. Não apresento sinão a ideia, convencido de que v. excia. a terá discutido com o desenvolvimento que pode ter, aí, no teatro das operações, e submetido ao critério de sua experiencia e conhecimentos profissionais. Estas são as reflexões que desejava fazer-lhe. Prazza a Deus que elas tenham pronta resposta com a notícia de que foi a esquadra quem decidiu o pleito, provando ainda uma vez que não há impossível na guerra" (147).

E' magistral esta carta de Afonso Celso. Magistral pela sutileza das observações, pelo incentivo, pela persuasão, pelo delicado aspecto político, sem que, no entanto, deixe de conter as sugestões, o plano imaginoso do

(147) Idem.

expediente estratégico a ser seguido e mesmo as expressões definidoras, categóricas do pensamento do ministro, através de polidas desaprovações à inércia em que permanecia o vice-almirante, talvez por não acreditar na sinceridade da adesão de Mitre, nem na cooperação das forças armadas argentinas. Verdade é que, não só o vice-almirante assim pensava. Outros altos representantes de nossas forças armadas também tinham suas sérias dúvidas a respeito. Caxias, por exemplo, em resposta que dera a Mitre nesse sentido, foi bastante claro. “Estou certo — escreveu ele — e pode v. excia. contar, que a passagem de Humaitá se ha de dar desde que tivermos a convicção de que não importará ela completa ruina da esquadra encouraçada brasileira e quando possa ser secundada pelos exércitos aliados” (148). Aí está. Empreender-se-ia o feito, mas quando a Argentina e o Uruguai também participassem dos sacrifícios da luta, pois se suspeitava que Mitre aconselhasse a passagem com o fito de ver aniquilada a nossa esquadra. Afonso Celso, porém, sabia que, àquela altura, outra não poderia ser a atitude de Mitre sinão a de ligar-se inteira e lealmente à sorte do Brasil (149), mesmo porque possuía ele envergadura de estadista, talvez única vocação legítima de estadista que existiu na Argentina do século passado (150); e, além disso, bem diversas das anteriores eram as circunstâncias que então forçavam sua aliança conosco (151).

(148) Carta citada pelo visconde em seu trabalho mencionado.

(149) E. C. Jourdan, em sua *História das Campanhas do Uruguai, Mato Grosso e Paraguai*, mostra quanto Afonso Celso estava acertado nisso, pois fundamenta, de modo amplo e seguro, não ter a Argentina outro meio conveniente à salvação de sua soberania senão o de aliar-se ao Brasil, à data.

(150) Leia-se Julio de Mesquita Filho, *Ensaios Sul-Americanos*, e ter-se-á a extensão da personalidade política de Mitre.

(151) E. C. Jourdan, em seu livro citado, aborda o assunto pormenorizadamente.

Daí a consciente obstinação de nosso jovem ministro na realização da passagem de Humaitá e sua copiosa correspondência com o vice-almirante nesse objetivo, de que constam páginas deliciosas, como esta que busca envolver o valoroso marinheiro na trama envaidecedora do elogio bem formulado:

“Confio que na presente guerra ha de praticar alguma coisa semelhante, senão maior, aos feitos do americano Farragut, cujos encouraçados não eram também isentos de defeitos. Supriu-os o gênio e a ousadia do general, qualidades que felizmente não lhe faltam. Além de que, se já não chegaram, aí estarão em poucos dias os novos monitores, em cuja construção tiveram-se muito em vista as condições especiais do teatro em que iam operar. A eles irá juntar-se muito brevemente outro. Com essas novas máquinas de guerra e a cheia do rio v. excia. zombará de Humaitá, suas cadeias e torpedos” (152).

* * *

Afinal, a 10 de janeiro de 68, Mitre retira-se do exército. Falecera o vice-presidente da Argentina, D. Marcos Paz, que não tinha sucessor legal, e, em consequência, regressara o ilustre militar a Buenos Aires para exercer o governo da confederação portenha. Nessa conjuntura, coube ao Brasil fornecer o comandante chefe dos aliados. Na Côrte, a expectativa tornara-se angustiada para certos elementos, porque, apesar de haver sensíveis falhas no efetivo do exército, altas patentes havia de grande capacidade militar, umas da corrente liberal dominante, outras da ala conservadora. E qual dentre elas seria a escolhida? O imperador sugeriu o nome de Caxias, conservador da velha guarda. Era de sua inteira confiança. Tinha fé na sua inteligência de es-

(152) Visconde de Ouro Preto, *op. cit.*

tratégia consumado (153). Zacarias teve, então, mais uma atitude muito nobre. Não nutrindo nenhuma afeição por Caxias, antes o desestimando, sufocou todos os ressentimentos antigos, a bem de um melhor desfêcho da guerra, e o aceitou, embora essa aceitação importasse, ainda, no afastamento de Ferraz, seu ministro da guerra, que era inimigo declarado de Caxias. Mas, no momento, tinha Zacarias os olhos na Pátria. Aspirava o fim da luta, não desconhecendo que o que nos convinha era trabalhar pela sustentação do espírito combativo da tropa, sem o que não poderíamos obter o término da guerra. Ora, a presença de Caxias impunha confiança, razão por que ele assim agiu. Deu-lhe, ainda, a inteira confiança do ministério, deixando-o inteiramente à vontade e proporcionando, dessarte, o desempenho de sua missão livre de embaraços e constrangimentos.

Curioso é que essas circunstâncias, adversas para Zacarias e seu ministério, eram favoráveis ao objetivo de Afonso Celso, que, aproveitando-se delas, logo se articulou com Caxias e o vice-almirante, e, concordes os três, procuraram examinar de novo todos os pontos ocupados pelas forças aliadas e os terrenos adjacentes. Observaram as fortificações de Humaitá e combinaram as operações futuras, de movimentos simultâneos da esquadra e do exército.

Afonso Celso não escondeu o seu contentamento. Era o instante de desalojar os paraguaios e de o Brasil mais uma vez impor sua soberania. Na armada e no exér-

(153) Heitor Lyra, em sua *História de D. Pedro II*, tomo I, pg. 469, ressalta a estima e a confiança que o imperador depositava em Caxias. E transcreve, em nota, este trecho da carta expedida a 17 de agosto de 68, ao visconde do Rio Branco: "Estou certo de que Caxias ha de empregar toda a diligencia e tem as mesmas convicções que eu sobre o que se deve fazer até que posamos depôr as armas.

cito houve também vibrações de entusiasmo. Reacenderam-se as esperanças. Parece que tudo isso influenciou em Inhauma, que, agora mais disposto à luta, avança sobre os dois pontos de apoio situados acima da fortaleza — Tagi e Pilar. Sem grande esforço, domina-os, anulando assim os dois mais imediatos obstáculos à passagem. Havia, é inegável, perigo na investida. Mas os nossos homens estavam animados. Estavam decididos a avançar, a dominar a situação, a esmagar o adversário.

E assim foi.

Pouco depois da meia noite de 19 de fevereiro de 68, a esquadrilha incumbida de efetuar o forçamento da passagem de Humaitá começou a mover-se, sob o mando do capitão de mar e guerra Delfim de Carvalho. Compunham-na os encouraçados *Barroso* e *Tamandaré*, os monitores *Rio Grande*, *Bahia*, *Pará* e *Alagoas*. Para os auxiliarem e protegerem, nos instantes oportunos, o *Lima Barros*, o *Silvado*, o *Cabral*, o *Brasil*, o *Colombo* e o *Herval*. No porto Elisiário permaneceu o *Mariz e Barros*. Na lagôa Piris, postaram-se a canhoneira *Mearim*, a bombardeira *Pedro Afonso* e a chata *Mercedes*. Em Curuzú, achavam-se, já, o *Princesa de Joinville*, o *Beberibe* e a chata *Cuevas*. Foi esta a disposição dada para o bombardeio simultâneo a todas as posições do inimigo, sendo que, no momento de efetuar-se a passagem, cada grupo atiraria sobre as que ficassem ao alcance.

Não tardou a se ferir a pugna. Logo troaram os canhões de Humaitá e em vários pontos da margem do Chaco acenderam-se, quase que ao mesmo tempo, imensas fogueiras. Era o ardil paraguaio em ação: as labaredas, projetando-se, de chôfre, no espelho das águas do rio, punham sob intensa claridade os nossos vasos de guerra. Usaram êles, não há negar, de boa tática para tor-

nar o alvo inteiramente visível. O *Barroso* e o malote *Rio Grande*, esses, então, ficaram de todo expostos. Mas não se atemorizaram os nossos bravos marinheiros. De todos os nossos navios de proteção parte o estridor da artilharia, secundado pelas baterias do exército e da força destacada no Chaco. É o império absoluto de Marte. Império que se estenderia por treze longas horas de desespero e ferocidade. Em cada fisionomia ha um misto de terror e desvario. Os movimentos são rápidos, nervosos e obedecem a vozes estridentes, que se confundem com as rajadas coléricas das balas. Tão dextros são os batalhadores, tão denodada é a peleja que, pouco depois de iniciada, já o vasto circúito de toda a linha ocupada pelos aliados — como descreveria Afonso Celso, anos mais tarde — tanto no rio, como na terra, e no centro dêle a extensa curva das fortificações paraguaias, tudo ardia num abraçamento infernal, como que ateado por centenaes de crateras em incessantes explosões, a despejarem lampejos sinistros e projéteis mortíferos (154). Carregando nas tintas da descrição terrífica, Caxias assinalaria, a 24 de fevereiro, na sua ordem do dia n.º 5, que as “bombas, as balas razas, as granadas e as descargas de fuzilaria se intermediavam e se sucediam de tal modo, que não havia o intervalo sequer de um minuto nem o repouso de um instante”.

O essencial é que se fez a passagem à viva força, passagem, como declara Afonso Celso, geralmente considerada como impossível, mas que efetivámos com galhardia, sagrando-a como um dos feitos mais gloriosos que regista a história das guerras navais de todo o mundo (155).

* * *

(154) Visconde de Ouro Preto, *op. cit.*

(155) Idem.

Foi assim, precisamente assim, que Afonso Celso trabalhou para que realizássemos a temerária passagem de Humaitá, que foi, no dizer de Nabuco, o feito mais decisivo da guerra, na vigência do gabinete de Zacarias, tanto que êle veio, afinal, tirar o povo da apatia em que se encontrava desde a desvantagem que leváramos em Curupaití.

Não obstante, êsse homem que tão extraordinários serviços prestou à Marinha, na qualidade de seu ministro, quando mal havia completado trinta anos, êsse homem que tanto contribuiu para aparelhar esse ministério de tudo quanto se fizesse necessário à afirmação da dignidade da Pátria, enquanto se desdobrava em cuidados e vigília constantes, enquanto orientava a própria marcha da guerra, ao invés de ter os aplausos unânimes da Câmara, pelo dinamismo, pela eficiência e pela clareza meridiana de sua gestão, era insultado, maculado pelos que se haviam colocado na oposição ao governo. Cristiano Ottoni era o porta-voz maximo das acusações. Afonso Celso, porém, deixou-o à vontade no desarrazoamento de suas incriminações. Mas, chegou a um ponto em que era preciso estancar os aleives. Estava Afonso Celso na plenitude, já, de sua fôrça oratória. Dotado de lógica, de bom senso, de prática nas discussões parlamentares, havia adquirido clareza, segurança, firmeza, confiança nas discussões que empreendia. Por outro lado, estava senhor duma linguagem escorreita, persuasiva, tanto mais persuasiva quanto não costumava divagar: ia, direito, ao fim objetivado e atingia-o sem dificuldade nem rebuços.

O encontro foi-lhe vantajoso.

Apresentava a Câmara certa solenidade, peculiar aos dias de maior movimento. Haviam comparecido os deputados mais brilhantes da época. Sentados mais proximos uns dos outros, lá estavam Fernandes da Cunha,

Sayão Lobato, Dantas, Aristides Lobo, José Bonifácio, o moço, Gavião Peixoto, Americo Brasiliense, Tavares Bastos e Batista Pereira. Formando outro núcleo, Meira Vasconcelos, Madureira, Antonio Carlos, Martim Francisco, Paulino de Souza, Leitão da Cunha, Bezerra Cavalcante, Souza Carvalho, Homem de Melo, Villaboim, e Saldanha Marinho. Na presidência — Silveira Lobo. Cristiano Ottoni vai à tribuna e derrama o seu vocabulário oposicionista. Acusa o ministro da Marinha sobretudo por estar preenchendo os claros de nossa marinha com elementos alforriados pelo Estado, quando poderia obter homens livres, fôsem nacionais ou estrangeiros, pela metade ou terça parte do custo do escravo que libertava. Por fim, procurando matéria para futura recriminação, redige um aditamento, pedindo as seguintes informações: 1.º) Até quando, segundo as últimas contas, estão pagos de soldos o exército e a esquadra em campanha; 2.º) Se os doentes que vêm da campanha trazem os seus papéis em regra, de modo que aqui possam ser logo pagos do que se lhes dever; 3.º) Se a junta médica que examina ao chegarem os voluntários doentes e inválidos tem a atribuição de os deixar ir tratar-se no seio de suas famílias, caso o requeiram”.

Afonso Celso, sob a expectativa geral da Câmara, toma a palavra. Era um mineiro que iria responder a outro mineiro. Ambos da mesma região, do mesmo perímetro geográfico, mas de clima político bastante diferente...

— Chama-me a este debate — disse, a voz serena, mas, como sempre, enérgica — um incidente que se deu entre mim e o nobre deputado por Minas Gerais, que acaba de sentar-se. Chamam-me, ainda, a êle algumas proposições emitidas por s. excia., que não posso deixar sem resposta. E, finalmente, o desejo que tenho de

aproveitar a primeira oportunidade que se me oferece para satisfazer algumas exigências que em sessão anterior fez-me o nobre deputado, o que até hoje não me foi permitido por falta de ocasião.

Cristiano Ottoni atalha-o:

— Mas referem-se ao requerimento?

— A propósito deste requerimento — diz Afonso Celso, fiando-o com superioridade — a honrada opposição tem discutido tudo, tem tratado de *omni re scibili*. O mesmo direito deve-me ser garantido...

E, procurando confundir o adversário, desce à retaliação, temperando-a com alguma dose de humor:

— Respondendo o nobre deputado a um aparte que lhe dei, e respondendo com o ar de arrogante autoridade que sempre assume na tribuna, quando lhe disse: “não mete medo a ninguém”, s. excia. qualificou esse meu dito de valentia! Sê-lo-á... mas, o que será, senhores, o convite que me dirigiu o nobre deputado para experimentar-me as forças?!

Há risos na sala (156). Afonso Celso prossegue:

— Isso não é valentia, certamente; é fanfarronada; é aquilo que Cervantes descreveu em sua obra imortal...

— Porém o fato é inexato. Não é verdade.

Afonso Celso deixa-o sem resposta. Acentúa apenas:

— Muito mal provido está o arsenal da illustre opposição! As armas que joga são velhas e já embotadas. Sempre as mesmas censuras, mais de uma vez completamente refutadas, sempre as mesmas declamações sobre fatos já perfeitamente explicados!

(156) *Anais da Câmara*, sessão de 4 de julho de 1868.

— E' porque as armas não se acham embotadas ainda —
aparteia Gama Abreu.

— O discurso que a Câmara acabou de ouvir — rebate o
orador — é a prova do que digo. O que fez s. excia.? Repisando
matéria velha, quis demonstrar que o govêrno, libertando alguns
escravos para servirem na guerra, abatia os brios da nação, des-
prestigiava o exército e a marinha, humilhava-nos, em uma pala-
vra, perante o mundo...

Cristiano Ottoni sente aonde o ministro quer che-
gar. E passa, então, da acusaçãõ à defesa, para desviar
no momento oportuno o orador de sua mira:

— Isso não é verdade; não foi êsse o meu argumento.

— Foi o fim que visou — redargue Afonso Celso. Foi o
que pretendeu demonstrar com o seu argumento.

Há aplausos. Soam vozes de — apoiados (157).
O ministro percebe que a opposiçãõ perde terreno. Ani-
ma-se. E resolve atacar de frente o assunto:

— Senhores, discutamos estas proposiçõ^{es} tantas vezes pro-
feridas nesta casa pelo nobre deputado, e ainda hoje confirmadas
pelo ilustre representante do Maranhão, que se acha junto de s.
excia. Será porventura indecoroso procurar na classe dos libertos
alguns defensores para a causa que pleiteiamos? Será indecoroso
êsse meio empregado pelo govêrno para apurar soldados?

— E' — diz secamente Ottoni.

— Apoiado — confirma-o Belfort Duarte.

— E' indecoroso, respondem os nobres deputados. Vejamos o
que por sua vez responde a história, essa grande mestra da vida.
Abramo-la; o que me diz ela a respeito desse expediente, hoje
condenado pelos que à *história* pedem seus títulos de nobreza?

(157) *Anais da Câmara*, idem.

Diz-nos que na pátria ilustre de Lycurgo, na orgulhosa Esparta, o homem livre não se julgava desairoso por combater ao lado do seu escravo. Na memorável batalha de Platéa os ilotas formavam a infantaria ligeira.

Diz-nos que, na época mais heroica de Roma, no fim da guerra dos Samnites, quando a república se viu ameaçada pela aliança dos povos italianos, 8.000 escravos foram comprados para se alistarem no exército.

Belfort Duarte não contém a surpresa:

— Eram comprados êsses escravos?

— Sem dúvida — respondeu o orador — como foram também comprados muitos milhares dêles, depois da derrota de Carmes, durante a guerra púnica. O próprio Mário não duvidou em recorrer ao braço escravo na luta contra a Bitínia.

Diz-nos mais a história que na idade média, quando os Gódos invadiram a península ibérica, seus exércitos contavam com grande número de escravos. Milhares de escravos contavam também êsses exércitos de Cruzados, que se iam a libertar o Santo-Sepúlcro...

A revelação provoca tumulto. Os apartes entrecruzam-se violentos. Afinal, uma voz destaca-se para advertir que os argumentos do ministro, baseados apenas nos longes da idade-média, não satisfaziam aos interesses da política moderna. Mas Afonso Celso não se altera. Nem vacila. Seguro da tese que esposava, responde com lisura e firmeza:

— E' um engano de v. excia. Se da idade média passarmos para a história moderna, encontraremos grande número de exemplos. E' assim que na Polónia, essa terra clássica do patriotismo, onde a nobreza conserva, ciosa, a sua prerrogativa de pegar em armas, o grande rei Sobieski armou escravos (porque verdadeiros

escravos eram ali os camponezes) para repelir a invasão dos Turcos. E' assim que na Russia o exército era quase exclusivamente compôsto de camponezes, que até à recente emancipação de Alexandre II nada mais eram do que escravos.

Vozes de *apoiados* enchem de novo o recinto (158). Afonso Celso redobra o fôlego, aprofunda o tema:

— Deixando o velho pelo novo mundo, que vemos nós, senhores? Vemos, na guerra da independência das colonias espanholas, monarquistas e republicanos emanciparem escravos para recrutá-los. Vemos êsse recurso empregado principalmente em Venezuela e Nova Granada, onde a escravidão era mais numerosa. Vemo-lo também empregado em Montevidéu e Buenos Aires; vemo-lo nessa guerra colossal, que com assombro do mundo ensanguentou a União Americana; e, finalmente, vemo-lo em nosso próprio país, durante o domínio holandês, mais tarde na guerra da independência nacional, e, ainda depois, em várias épocas.

Os aplausos estrugem mais calorosos ainda. Não há exagêro em dizer-se que, já aí, estava o ministro da Marinha dono de uma argumentação que desorientava a opposição e a deixava perplexa. Nunca haviam suposto, talvez, os que engrossavam a ala dos descontentes que tais antecedentes existissem nem que tais exemplificações pudessem ser enunciadas assim de chôfre, com tamanha precisão de memória do ministro, numa evocação que se tornava mais bela ainda pela forma, pela elegância da linguagem, pela tessitura feliz da peça improvisada.

Procurando concluir êsse aspecto da questão, proseguiu o narrador:

— Ora, senhores, todos êsses precedentes, êsse concurso de tantos povos, e em tempos tão diversos, em favor da mesma ideia,

(158) *Anais da Câmara*, idem.

todos êsses fatos que citei não são protestos vivos contra a qualificação de indecoroso, que a illustre opposição dá a êsse recurso empregado pelo govêrno?

Passando ao lado jurídico do assunto, volta-se para Silveira Lobo, presidente da sessão:

— E demais, sr. presidente, eu não sei que os libertos possam legalmente ser excluidos de outras funções além daquelas que expressamente foram reservadas para os que nascem de ventre livre, para os ingênuos. Entre essas funções não está, certamente, a carreira das armas, e não pode ser indecoroso aquilo que a lei permite. Não tem o liberto, pelas nossas leis, o direito de voto? Não pode êle fazer parte das câmaras municipais? Sem dúvida alguma; mas se julgais indecoroso o fato de confiar ao liberto uma arma, se julgais humilhante para o país recebê-lo nas fileiras do exército ou da armada, o que dizeis dessas prerrogativas constitucionais? Pois é indecoroso servir como soldado, em defesa do país, e não é indecoroso concorrer com o voto para o govêrno do mesmo país? Para serem coerentes, os nobres deputados deviam pronunciar-se também contra o direito de voto concedido ao liberto, contra sua elegibilidade para o cargo de vereador, deviam em suma excluí-lo do exercício de quaisquer funções públicas. Porque não o fazem? Entretanto, isso nada mais seria do que a consequência lógica, o natural corolário dos princípios que têm sustentado.

Os apartes, confundindo-se com os aplausos, põem a Câmara em polvorosa. Há um minuto de confusão (159) provocado por frases imponderadas e irascíveis. Afonso Celso, porém, não se abala. Não perde a calma. Alguém lança-lhe uma pergunta, no meio da balbúrdia reinante, e êle torna, resoluto:

(159) *Anais da Câmara*, idem.

— “Mas em que lei vos fundastes para lançardes mão desse recurso?” perguntam-me daquele lado (do lado da opposição). Sr. Presidente, se eu quisesse, na frase de um illustre senador e um dos nossos mais distintos parlamentares, socorrer-me a *ápices de direito*, poderia argumentar vantajosamente com a própria lei de força vigente. A generalidade com que estão concebidas as autorizações dadas ao govêrno, para completar a força votada, não excluiu o alistamento de libertos. Mas sou inimigo de argúcias; entendo que se deve ser franco e leal nas discussões, e direi, sim, que não tínhamos lei escrita, que expressamente nos autorizasse a libertar escravos e dar-lhes praça no exército, ou na marinha. Tínhamos, porém, uma lei superior a todas: a grande lei das ocasiões solenes, a grande lei das circunstâncias críticas, aquela que a todos nos impõe o dever imprescindível de salvar primeiro que tudo a causa nacional!

Foi feliz Afonso Celso. Os aplausos de novo reboaram veementes. Cessaram as contestações. A opposição recolheu-se. O ambiente transformou-se. Sentiu o ministro, então, que havia acabado de ganhar a partida parlamentar. E passa a ajustar melhores contas com Cristiano Ottoni:

— Mas, admitamos que assim não fôsse, admitamos que houvesse o gabinete incorrido em uma grande falta; seria o nobre deputado o mais próprio para lançar-no-la em rosto? O nobre deputado, que aqui apoiou dedicadamente, entusiasticamente, o gabinete de 13 de agosto? Que ele autorizava-o a organizar corpos de voluntários, garantindo-lhes os favores que garantiu?

Nenhuma, além dessa mesma que invocamos em nosso favor. Se ela absolveu-o aos olhos do nobre deputado, por que então nos condena? Ah! senhores, o que são as paixões políticas!... Aquilo mesmo que serve de pedestal para exaltar a uns, converte-se em pelourinho para outros! Os princípios nada são, os homens — tudo! E' que o gabinete de 31 de agosto compunha-se

de amigos do peito, e no de 3 de agosto têm assento indivíduos que incorrem no desagrado do nobre deputado. Eis a razão.

E mais adiante:

— Sr. Presidente, o nobre deputado aconselha, como já aconselhara anteriormente, a organização de um quarto e numeroso corpo de exército, para que termine prontamente a guerra. E' um plano que não tem merecimento algum. Ocorre a qualquer, porque é de primeira intuição, que 30 ou 40.000 soldados mais no teatro das operações colocariam os nossos generais em posição de poderem concluir a guerra mais fácil e prontamente. Mas para aconselhar a sua adoção, para impôr esse grande sacrificio ao país, era necessário que o nobre deputado demonstrasse a impossibilidade de concluir-se a guerra com os recursos de que já dispomos; era necessário provar que não temos no Paraguai força suficiente para vencer o inimigo. Ora, o nobre deputado não o demonstrou, nem pode fazê-lo, porque é incompetente; e como os nossos generais ainda não nos disseram que não podem pôr termo à guerra com esse grande reforço, s. excia. hade permitir que o não aceitemos.

E, maliciosamente, acentua Afonso Celso:

— O nobre deputado, continuando a dar provas de suas habilitações militares, mostrou...

— Não são iguais às marítimas de v. excia.

— Nunca disse, nem digo que tenho habilitações marítimas...

— Menos eu que as tenho militares.

' — ... o que digo e sustento é que, apesar de não possuí-las, v. excia. não demonstrou até hoje um erro meu, e provo-o a que o faça. Eis aí a explicação do aparte que dei ao nobre deputado, e que me trouxe à tribuna; as minhas palavras não exprimiam sinão um convite para a discussão.

Otoni profere palavras mastigadas, ininteligíveis (160). Afonso Celso, ferino:

— A Câmara conhece o nobre deputado; sabe que s. excia. faz preceder os seus discursos de confidências aos colegas, a quem anuncia que vai esmagar êste ou aquêle de seus adversários, diz pelas ante-salas e corredores...

— Esta questão de ante-salas e corredores não é digna da Câmara — diz Otoni, com fôrça, temeroso do ridículo a que ficaria exposto com a indiscrição maliciosa do ministro, que com a mesma segurança declara:

— Desde que por parte de alguns membros da opposição se tem consagrado o uso de palavras tais como *mentira e roubo*, não tem s. excia. o direito de fazer semelhante protesto.

Há ligeira agitação na sala. Mas Afonso Celso continúa firme, em cima do contendor:

— Dizia eu que a Câmara conhece o nobre deputado e sabe que s. excia. faz duas, três e quatro edições dos discursos que pronuncia... Poucos membros da casa, pois, terão deixado de ver um bilhete de visita, que me consta ser de um distinto colega nosso, que s. excia. tira frequentemente do bolso, e mostra, ora a uns, ora a outros. Se êsse bilhete tem relação com os negócios públicos deve ser apresentado na tribuna, para que possa defender-se a pessoa a quem se pretenda prejudicar. O mais é impróprio do nobre deputado...

— Não aceito os bolos; nem aceito a lição.

— Tenho muito que fazer, tenho mais em que cuidar para dar lição ao nobre deputado, que, demais, já não está em idade de aproveitá-las...

Otoni dá vários apartes. O presidente intervém:

(160) *Anais da Câmara*, idem.

- Peço ao nobre deputado que não continue a dar apartes.
- Peço a v. excia. que faça com que o sr. ministro seja co-medido.
- Não ouvi expressão alguma inconveniente.

Afonso Celso continúa:

— Eu apelo para toda a Câmara, para meus próprios adversários; peço me digam qual foi o membro desta casa a quem já injurie. Se por ventura emprego para com o nobre deputado uma linguagem mais enérgica, é que s. excia. há dois anos me provoca a isso. Se o nobre deputado me tratasse com a delicadeza e consideração a que tenho direito, responder-lhe-ia com a mesma linguagem de que me sirvo para com todos os meus colegas.

Ottoni, num tom lamentoso, declara-se injuriado pelas expressões do ministro, que refuta:

— Qual foi a palavra injuriosa de que me servi? Qual? Aponte-a. Acuse-me o nobre deputado. O meu aparte, que o nobre deputado qualificou de *valentia*, não significava mais do que êste convite, que o procedimento do nobre deputado para comigo me tem obrigado a dirigir-lhe. O nobre deputado é que deu prova de *valente*, intimidando-me para experimentar-lhe as forças, esquecido, ou, antes certo de que em nosso país não são permitidos os duelos, e que apenas s. excia. saísse para brigar comigo os colegas interveriam, abraçá-lo-iam, e nada haveria... Aqui não se desafia a ninguém; os desafios fazem-se em outra parte. E eu declaro ao nobre deputado que sou homem de letras; as minhas armas são as palavras e a pena. Não tenho embaraçada a primeira, nem tês de aranha na segunda. E' com tais armas que sej combater...

E, repisando na frase que tanto incomodara Ottoni:

— Mas o nobre deputado, continuando a dar provas de suas habilitações militares, pretendia mostrar...

— Assim como v. excia. suas habilitações marítimas.

— Não as tenho. Nunca escrevi *folhetinhos sobre máquinas...*

Ha risos. Hilaridade (161). Ottoni desconcerta-se. Perde o rumo. Desnor-teia-se. E retruca:

— V. excia. já compôs a oração dominical.

Afonso Celso, irônico:

— E v. excia. julgou-a tão ridícula que despachou-me bispo, supondo talvez molestar-me. Enganou-se; para que eu me molestasse era preciso que tivesse a infantil suscetibilidade de certo cavalheiro, que o nobre deputado conhece, o qual, declarando-se em oposição ao gabinete de 12 de Maio, deu como um dos motivos de sua oposição ter mandado o ministro da agricultura riscar-lhe o nome, inscrito em uma locomotiva...

Novas risadas (162). Afonso Celso estava satisfeito. Havia dado à Câmara provas sobejas, provas até ali ignoradas de seus pares legislativos, de que também sabia chicanar, sabia perturbar o contendor, sabia usar da ironia, do argumento ridicularizante. Começara como legítimo parlamentar. Dera a satisfação que, como ministro, lhe competia. Fizera sua obrigação perante a Câmara. Cumprira o seu dever perante o gabinete. Depois, acordara nê-lo o advogado de defesa, frente ao acusador. Como, logo após, o acusador passasse à defesa, ê-lo, tomando-lhe as forças, passou à acusação, num ajuste de contas... modestas. Desforrou-se.

(161) *Anais da Câmara*, idem.

(162) *Anais da Câmara*, idem.

E só então, anulado o perigo que a opposição representava, vencido o adversário mais ferrenho, retorna ao seu tom habitual, circunspecto, sereno, e passa a completar suas explicações à Câmara. Diz das dificuldades do govêrno, mostrando ainda o êrro de Cristiano Ottoni, quando pretendeu provar que, se depois da rendição de Uruguaiana, um 2.º corpo do exército fôsse operar à retaguarda do exército paraguaio, que invadiu Corrientes, não repassaria êste o Paraná, ver-se-ia entre dois fôgos, e a guerra teria ali o seu termo.

— O nobre deputado ilude-se — analisa o ministro — e o seu êrro procede de não conhecer s. excia. o verdadeiro estado das cousas, de não saber em que condições se achavam então os beligerantes. Sabeis, senhores, quais eram as fôrças do inimigo em Corrientes? Eram cêrca de 30.000 homens, aguerridos, disciplinados, perfeitamente armados, preparados enfim com todos os recursos que o govêrno do Paraguai cautelosamente accumulara durante vinte anos. Isto pelo que toca ao exército em terra. Quanto à esquadra, que de um momento para o outro podia descer em seu auxílio, ela era ainda respeitável, apesar da derrota que sofreu em Riachuelo, porque aí não foi completamente destruída ou aniquilada, como disse ha días um nobre deputado pela minha província. Foi completamente batida, isto sim; mas completamente destruída, não. E a prova é que depois da tomada do Tagi o inimigo tem perdido seis vapores, sendo dois metidos no fundo pela nossa artilharia assestada em terra, dois submergidos perto do Timbó pelos encouraçados da divisão avançada e dois que essa mesma divisão viu irem a pique no porto de Assunção, quando subiu até àquela capital.

E o que tínhamos nós para opor ao exército paraguaio em Corrientes? Tínhamos o exército de Entre-Rios, que devia compor-se de 10.000 homens, os quais não chegaram ao teatro da luta, porque é sabido que debandaram-se em Basualdo; tínhamos pouco mais de 1.200 homens do exército argentino, comandados pelo ge-

neral Paunero, que se via obrigado a acolher-se aos navios do chefe Secundino sempre que o inimigo, imensamente superior em número, avançava sobre eles, às ordens do general Nicanor Cáceres; cerca de 5.000 homens de cavalaria, indisciplinados e mal armados, e finalmente na Concórdia o núcleo dos exércitos aliados que se formavam, sob as ordens do presidente Mitre e do general Osório.

Com tais elementos poderíamos tomar a ofensiva contra o aguerrido e numeroso exército de Robles? Se o fizéssemos, a aliança provavelmente sofreria em Corrientes um rude golpe. Os nossos voluntários eram sem dúvida valentes e destemidos, quanto é possível sê-lo. Não eram, porém, soldados; eram recrutas, que desconheciam até o manejo das armas. Quando o general Osório chegou a Corrientes em Dezembro de 65, reconheceu que o exército não se achava ainda em estado de passar o Paraná para tomar a ofensiva. Tenho documento firmado e apresentarei à Câmara em outra ocasião. Foi sobretudo depois do combate de Currales, onde, depois de brilhantes provas do mais decidido valor, morreram tantos milhares de argentinos, foi principalmente depois dessa memorável jornada que cobriu de luto as melhores famílias de Buenos Aires, que os chefes aliados convenceram-se de que seria temeridade assumir desde logo a ofensiva. Trataram então de disciplinar as suas praças, e de proverem-se dos meios de mobilidade em terra, para poderem empreender a longa marcha que executaram até Corrientes.

São estes fatos, até hoje pouco conhecidos, sr. presidente, que explicam a demora da passagem do Paraná, demora com tanta injustiça atribuída à inação do sr. visconde de Tamandaré.

Afonso Celso passa, depois, a satisfazer todas as perguntas que, na sessão anterior, Cristiano Ottoni havia feito. Mostra que não se havia gasto, até então, com a aquisição de libertos para o serviço militar, oito mil e tantos contos de reis, como êle dissera, mas pouco mais da metade dessa soma, isto é, cinco mil e tantos contos, entre marinha e guerra, sendo que a marinha libertára

2.243 indivíduos, dos quais 56 foram oferecidos gratuitamente. Dos resgates a dinheiro, 637 foram da Côrte, 31 de Campos, 1.623 da Bahia, 108 de Pernambuco, 213 do Maranhão, 73 do Pará, 46 de Santa Catarina e 57 do Paraná. Desses libertos, 18 foram remetidos diretamente para a esquadra pelo presidente de Santa Catarina, 500 foram transferidos para o exército, 1.419 tiveram praça no batalhão naval, 134 no de imperiais marinheiros, 160 na marinhagem, 1 foi para aprendizes de marinheiros, 7 para o hospital, 1 para o hospício D. Pedro II e 3 faleceram. Os preços variaram, nas províncias, de 650 700 e 800 mil réis e 1:500\$ e 1:800\$. Na Côrte, o mínimo foi de 1:000\$000, e o máximo de 2:000\$000, preço fixo posteriormente estabelecido.

Por fim, declarou Afonso Celso que continuaria a pensar que o ato do govêrno, mandando alistar no exército e na esquadra alguns libertos, sem apresentar os inconvenientes que supôs Ottoni, não era de forma alguma indecoroso (163).

(163) Afonso Celso estava tão certo, que contou com o próprio apóio do Conselho de Estado, quando o imperador procurou ouvi-lo sôbre a debatida questão do resgate de escravos para servirem no exército. Coube a Nabuco de Araujo formular o parecer, cujo teor vinha, em tudo e por tudo, fortalecer a situação do gabinete Zacarias, neste particular. Abordando o aspecto do engajamento de estrangeiros e o da alforria de escravos, disse: "O engajamento de estrangeiros é, além de moroso, muito impopular, muito arriscado pelo perigo de indisciplina e infidelidade, e, além disso, sujeito a questões diplomaticas, por causa do princípio da neutralidade. Resta o recurso dos escravos, escravos principalmente das capitais, aonde o seu serviço pode ser substituído por braços livres, onde a sua aglomeração é um perigo de ordem pública. Este meio seria odioso se os escravos fôsem tais depois de soldados, se eles continuassem escravos como os oito mil escravos que Roma, depois da batalha de Carmes, comprou e armou. Mas não é assim; os escravos comprados são libertos, e por consequência, cidadãos antes de serem soldados: são cidadãos

O resultado é que todos os deputados presentes â sessão, após aplaudí-lo com entusiasmo, foram cumprimentá-lo pelos pormenores apresentados sobre a luta paraguaia e pela forma feliz com que se vinha conduzindo na pasta da Marinha. Na verdade, outra não poderia ser a atitude da Câmara. Todos sabiam, de perto, dos esforços envidados pelo mais moço ministro do gabinete Zacarias, quiçá o mais moço ministro de todo o Império, no sentido de dotar o país, no setor que lhe competia, de tudo quanto fosse necessário para vencermos as dificuldades decorrentes da guerra. Todos lhe conheciam a fibra de homem prematuramente maduro e de administrador cioso dos seus deveres públicos.

Infelizmente, porém, estavam contados os dias do ministério. As lutas, violentas e desagregadoras, entre as duas facções do partido liberal, ganhavam vulto ex-

soldados. É a Constituição do Império que faz o liberto cidadão, e se não há deshonra em que concorra com seu voto para constituir os poderes políticos, por que haverá em ser êle soldado, em defender a Pátria que o libertou e à qual êle pertence? Assim, ao mesmo tempo e pelo mesmo ato, se faz um grande serviço à emancipação, que é a causa da civilização, e outro grande serviço à guerra, que é a causa nacional; assim, adquirem-se soldados devotados pelo reconhecimento da liberdade, disciplinados pelo seu hábito de obedecer. Se empregamos os escravos na causa da nossa independência, por que os não empregaremos nesta guerra? A Provisão de 23 de outubro de 1823 e a de 10 de setembro de 1824 mostram que na Bahia foram os senhores obrigados a libertar escravos, mediante indenização, para serem soldados na guerra da Independência. A Resolução de 21 de janeiro de 1828 atesta que, por ordem de S. E. o sr. D. Pedro I, se publicaram Editais para compra de escravos para o serviço militar e que efetivamente se compraram. Nos Estados Unidos, o Presidente Lincoln, nas suas Proclamações de 22 de setembro de 1862 e 1.º de janeiro de 1863, mandou que os escravos que tivessem a necessária aptidão fôsem admitidos no exército e na armada. E milhares deles foram alistados, e serviram bem"...

Que melhor apoio a Afonso Celso do que este?

traordinário, precipitando os homens na voragem de ideias que só comprometiam a segurança e a estabilidade do trono bragantino. Havia intrigas. As paixões exclusivistas exacerbavam os ânimos. Graves sintômas prenunciavam a volta do partido liberal a plano inferior. Já nas eleições de 67 haviam vencido, no Rio e em Minas, conservadores como Andrade Pinto, Valdetaro, Pedro Luís, Martinho Campos, Cristiano Ottoni, Prados e outros históricos que, de pronto, lançaram contra o gabinete Zacarias irascível manifesto, onde, bem longe de tocar a fibra nacional, naquela emergência tão delicada da vida político-social do país, e ao invés de apelarem para o alistamento dos voluntários, o que fizeram foi atirar ao seio do exército, como para salvar o pavilhão brasileiro, uma centena de galés de Fernando de Noronha... (164). Por outro lado, dois homens realmente notáveis, afastados ha muito da política, mas conservadores de alto coturno, mandavam essa auspiciosa síntese de mensagem aos de sua grei: "Em maio estaremos no senado!" Eram eles os barões de Cotegipe e de S. Lourenço.

Entretanto, o ministério vinha trabalhando intensamente, realizando tarefa importantíssima, não obstante as dificuldades que teve em preparar um exército em grande parte composto de recrutas, devastado pelo cólera, envenenado pelas águas e dizimado pelos males transmitidos pelos mosquitos do extenso pantanal em cujas margens estava acampado (165). Tocaram-lhe, ademais, muitas outras circunstancias desfavoráveis, como, em primeiro

(164) Joaquim Nabuco, *op. cit.*

(165) Joaquim Nabuco, *op. cit.* Afonso Celso, em a *Marinha de Outrora*, também dá pormenores das várias epidemias que os Hospitais e Enfermarias ali estacionados tiveram de debelar, sendo que o cólera assolou a esquadra de tal sorte, durante 32 dias, que fez centenas de vítimas e se tornou, por fim, endêmico.

lugar, o período de inação de Tuiuti e Curuzú; depois, a parte aparentemente estéril das operações em torno do Quadrilátero, operações que se seguiram à marcha de flanco, de Tuiuti para Tuiú-Cuê, começada em julho de 67, e que, cheia de consequências e decisiva, de fato, para a causa aliada, não era então compreendida nem tinha ainda sido justificada pelo sucesso final, só alcançado um ano depois, quando o gabinete se retirava (166). Mas, atuava energicamente o ministério, embora o ardor das discussões oposicionistas tentasse obliterar os êxitos obtidos, fôsem de ordem administrativa, fôsem atinentes à tática guerreira. O que se desejava, então, era notícia sensacional, de efeito retumbante. A passagem de Curupaití, feita a 15 de agosto de 67, não impressionou devidamente a Côrte, como também não a impressionaram as sucessivas vitórias parciais conquistadas. Esqueciam-se de que o inimigo estava vigilante e que não era tão fácil de ser vencido como a princípio se supunha. Não fosse isso verdade, e como poderia ele, depois de batido, ter voltado a atacar e incendiar uma parte do acampamento aliado em Curupaití? (167). Como poderia ter abordado por duas vezes os nossos encouraçados (168), e, ainda, ter repellido Osório das trincheiras de Humaitá? (169). Afinal, tudo isso não era indício evidente de que as defesas de Lopez ainda se mostravam consideráveis e temíveis? Tanto o era, na realidade, que, sobre infundir nas opiniões da Côrte o terror à demora indefinida da guerra, as levava a responsabilizar o gabinete, na câmara e no senado, pela lentidão de Caxias,

(166) *Um Estadista do Império.*

(167) O ataque e o incêndio simultâneos verificaram-se a 3 de novembro de 67.

(168) As abordagens se deram a 2 de março e 9 de julho de 68.

(169) A 16 de julho do mesmo ano.

chegando-se mesmo a acreditar, entre os partidos, que o conflito se ia tornando um capricho imperial, donde surgiu a sugestão de interferência da diplomacia. Argumentavam que, àquela altura da luta, Lopez já estava com as ilusões desfeitas, com o sítio completo de suas forças, além da reclusão de sequestro de todas as relações e recursos exteriores (170).

Mas, como os conservadores estivessem ressurgindo para o domínio da nova fase ministerial, e como Caxias se estomagasse com as censuras que lhe eram feitas pelos políticos, e, por isso, pedisse demissão do Comando Supremo das forças armadas brasileiras, sobreveio uma das mais singulares situações jamais ocorridas no Conselho de Estado, qual a da deliberação, pelos seus membros, sobre “se o imperador devia conceder a demissão ao marechal Caxias, generalíssimo no Paraguai, ou ao gabinete”, isto porque Zacarias, ao ter ciência do ato de Caxias, propôs, num gesto de grande beleza moral, a retirada de seu gabinete, recordando o que houvera dito a Caxias, quando do convite que lhe fizera para dirigir as operações, ou seja: que “a guerra não era questão de partidos, e o essencial era acabá-la honrosamente, estivesse quem estivesse no poder” (171). Diz Heitor Lyra que “o pedido

(170) Joaquim Nabuco, *op. cit.*

(171) Eis a exposição de Zacarias ao Imperador, diante do Conselho de Estado:

“ Senhor! Pelo transporte chegado ontem do Sul, o ministro da Guerra recebeu do marquês de Caxias um ofício em que o General pede licença para retirar-se, alegando moléstia, mas recebeu ao mesmo tempo uma carta particular em que o marquês expõe francamente as verdadeiras razões que o levaram a dar semelhante passo. Essas razões se resumem em acreditar o marquês, à vista dos jornais e de sua correspondência particular, que o govêrno, longe de ter nêle a mesma confiança que a princípio manifestava, procura por diversos modos tirar-lhe a fôrça moral.

de demissão de Zacarias foi, antes de tudo, uma sonda que ele lançou no mar político do país, para saber até que altura de fato navegava e até onde podia o seu barco prosseguir” (172). E acrescenta: “Mas foi também um gesto de coerência política. No seguinte: quando ele convidara Caxias para comandante chefe das forças em operação, dissera-lhe francamente que a sua presença nesse posto era a tal ponto considerada indispensável pelo ministério, que este estava disposto a retirar-se se ele acaso pusesse qualquer dificuldade em aceitá-lo” (173). Portanto, “desde que o comandante em chefe se demitia, agora, alegando falta de confiança do ministério, este não tinha outra coisa a fazer senão oferecer também a sua exoneração” (174). Foi exato, precisamente isso.

Quando em outubro de 1866 o govêrno convidou o marquês de Caxias para ir tomar o comando das fôrças brasileiras no Paraguai, e êle aceitou o convite, sem outra condição que a de plena e inteira confiança do govêrno em sua pessoa, eu declarei-lhe, em conversa, que ao govêrno parecia tão necessária a sua presença no Paraguai, que, se êle houvesse recusado a comissão e nos parecesse que a sua rêcusa provinha da repugnância de servir conosco, estavamos dispostos a deixar o poder, porque para nós a guerra não era questão de partido, e o essencial era acabá-la honrosamente, estivesse quem estivesse no poder.

O govêrno pensa hoje, como em 1866, que a presença do marquês de Caxias é da maior conveniência no Paraguai, e pois que o general inesperadamente se mostra persuadido, aliás sem razão, de que o govêrno lhe tira a fôrça moral, o ministério antes quer retirar-se do que usar do direito de pedir a exoneração do general, desfazendo com êsse ato as suas infundadas apreensões.

De acôrdo com os meus colegas venho, portanto, pedir a V. M. I. a demissão do gabinete, submetendo à apreciação de V. M. I. a carta do marquês, que peço licença para entregar sem ler”.

(172) *História de D. Pedro II.*

(173) *Idem.*

(174) *Idem.*

E por assim também ter compreendido é que o Conselho foi, na emissão de seu primeiro parecer, quase unânime contra a demissão de ambos, havendo, entretanto, os que se manifestaram contra a atitude de Caxias, como Abaeté, que chegou a declarar: “Seria um perigo gravíssimo a suspeita, ainda que mal fundada, de se ter feito uma exceção — na organização e dissolução dos gabinetes — por causa de influências militares. O sacrifício do princípio da autoridade seria patente neste caso” (175); Jequitinhonha, por seu turno, estranhou entrassem tais considerações, como as alegadas, na bem organizada cabeça do generalíssimo. Apenas Olinda, com a velha mentalidade dos duros tempos da Regência, pronunciou-se pela demissão do ministério e de Caxias. Mas não logrou êxito. Predominaram as opiniões de S. Vicente, Sapucaí, Nabuco, Rio Branco, Muritiba e Bom-Retiro, que foram pela dissipação, por parte do govêrno, da suposição em que estava o general de que não lhe merecia mais a mesma confiança.

Merece registo a troca de cartas entre os chefes conservadores e Caxias. E’ sugestiva e mostra a elevação de vistas com que todos agiram nessa delicada circunstância. Escreveram os conservadores:

“Pareceu-nos, e parecê-nos ainda, — Rio Branco, S. Vicente, Muritiba e Bom-Retiro — não convir nem a demissão de v. excia. nem a retirada do ministério, e que se devia apelar para o patriotismo do General e dos Ministros, no intuito de que se estabelecesse a confiança recíproca que v. excia. julgou quebrantada, e que os ministros, consultando as suas intenções, afiançam que existiu sempre em toda a pureza e força...

V. excia, sentiu-se ofendido em seus melindres de cidadão e soldado, leal e dedicado; viu em certos fatos da imprensa, e em

(175) Idem

atos recentes do Ministério da Guerra, uma demonstração de falta de confiança. E' natural o ressentimento de v. excia., bem como o seu receio em posição de tamanha responsabilidade. Mas o Ministério, se não procurou desvanecer a impressão que o artigo da folha estrangeira podia produzir no ânimo de v. excia., se não viu ofensa à dignidade do cargo de y. excia. nos dois avisos a que se refere... afiança que sempre procedeu com as melhores intenções.

Posta a questão nestes termos, pensamos que era natural e fácil o restabelecimento das boas relações que existiam entre o ministério e v. excia., apagando-se inteiramente a impressão daqueles incidentes. Assim se pouparia ao imperador e à nação a grave dificuldade de uma mudança de ministério nestes momentos, ou a de dar-se um substituto a v. excia.

Vimos, pois, como amigos e como brasileiros, pedir a v. excia. instantemente que desista da sua demissão; que conclua uma campanha que só v. excia. pode concluir, aceitando a deliberação do imperador, que não lhe pode ser mais honrosa, fazendo quanto esteja da sua parte para reatar suas boas relações com o Ministério... Acceda ao nosso pedido, caro amigo e sr. Marquês; é uma nova e assinalada prova de sua dedicação ao imperador e à nação, que ele tão dignamente representa. Aceite a mão de cavaleiros que de novo lhe vão estender os srs. ministros, já agora identificados com v. excia. no grande empenho de concluir a presente campanha... (176).

Caxias respondeu:

"Sou o primeiro a dar às considerações que Vossas Excelências emitem em sua apreciável carta, todo o pêsco e valor a que elas têm indispensavel direito; sei as dificuldades com que terão de lutar o imperador e a nação, tendo ou de mudar o ministério ou de dar-me substituto. Mas Vossas Excelências, como cidadãos

(176) Citada por Heitor Lyra.

conspícuos que se têm sentado já nos conselhos da Corôa, e que avaliam em toda a sua extensão os deveres árduos do homem público, em certas e determinadas circunstâncias, me farão a honra de concordar comigo que não bastaria o que acabo de dizer para resignar-me a uma posição que eu considerasse humilhante.

As explicações, porém, que acabo de receber não só do Exmo. Snr. Conselheiro presidente do Conselho de Ministros, como do sr. Ministro da Guerra, que apela para o meu cavalheirismo e amor da pátria, formarão poderoso auxiliar às observações que como amigos e correligionários me fizeram Vossas Excelências.

Sinto ter dado aos srs. Ministros e aos meus amigos alguns momentos de desassocêgo, e não está em minhas mãos poder oferecer-lhes nenhuma outra compensação que não seja a de lhes afirmar que continuarei no posto de honra em que me acho, proseguindo na série nunca interrompida de sacrifícios que estou fazendo para corresponder a essa confiança ilimitada, com que parti do Rio de Janeiro e que me asseguram se manterá inabalável.

Accedo ao pedido de Vossas Excelências; ele importa indedi-navel prova da minha dedicação ao imperador e à nação brasileira. Aceito a mão de cavalheiros que de novo me estendem os srs. Ministros, identificados comigo no grande empenho do concluir esta campanha, salvando incólume o decôro nacional. Vossas Excelências dizem haver preenchido a missão que se impuseram — es-crevendo-me; o Ministério faz o que a consciência de sua leal-dade para comigo lhe ditou; as explicações vieram; pela minha parte de tudo me esqueço, para só ter diante dos olhos a pátria e suas instituições, e a para mim mui veneranda religião do dever” (177).

Lamentavelmente, enquanto essa correspondência se processava, o imperador pensava nos pareceres dos mem-bros do Conselho, que não o satisfizeram. Por fim, for-çou a situação: “pelo que tenho ouvido julgo urgente

(177) Idem.

uma decisão". E, colocando a questão entre o poder civil e o militar, tornou, incisivo: "qual julga o Conselho menor mal, a demissão do general ou a do ministério?" A intenção do imperador era clara: queria elementos para, no instante azado, mudar a situação... Mas a maioria dos conselheiros, liberais e conservadores, opina pela demissão do general. O imperador deve ter estremeado. A surpresa não lhe teria sido pequena. Contudo, Rio Branco, Nabuco, Sales Torres-Homen e Muritiba, compreendendo a insinuação do imperador, manifestam-se pela demissão do ministério. E equilibraram, assim, o momento político. Sem deixar de satisfazer ao imperador, sustaram a onda de verdadeiro pânico que então se levantou entre os conservadores por sentirem em perigo o general correligionário...

Imagine-se, entretanto — como tudo isso é singular! — que essa crise foi pronunciada a 20 de fevereiro de 68, precisamente no dia imediato ao da passagem de Humaitá, o grande feito militar do gabinete Zacarias! Possuíssimos já os benefícios do telégrafo, que só em 74 foram inaugurados no Brasil, mercê da iniciativa do ministério Rio Branco e da competência de Mauá, e a situação seria bem outra. Não obstante, era Zacarias, agora, quem não mais queria continuar (178).

(178) Diz Heitor Lyra estar Zacarias, a essa altura, satisfeito com a duração de seu ministério que, sobre ter constituição diversa dos dois que formara anteriormente, em 62 e 64, conseguira sobreviver dois anos, o que era bastante significativo, tanto mais significativo quanto "dois anos consecutivos no poder era mesmo um fato quasi inédito na história governamental do Império. Com exceção do gabinete Paraná, que governara de setembro de 53 a setembro de 56, e ainda assim graças sobretudo à política de conciliação, nenhum outro, desde o início da Monarquia, conseguira até então manter-se no poder por um período tão longo.

Não lhe passara despercebido o gesto do Imperador. Por outro lado, via com desgosto, e certo desprêzo, a conspiração que elementos seus aliados, de parceria com os históricos, e talvez mesmo acumpliciados com os conservadores, tramavam no sentido de apeá-lo do govêrno por um pronunciamento da Câmara (179). Afinal, tendo o Imperador comunicado, na reunião do ministério de 11 de junho de 68, a escolha de Sales Torres-Homem para a senatoria, ele, que se empenhava pelo aproveitamento de Amaro Bezerra, recusasse a referendá-la, alegando ter o futuro visconde de Inhomirim sido contra o ministério na pendência provocada pelo soberano no caso Caxias. E como D. Pedro insistisse na sua indicação, solicitou, amparado na solidariedade dos colegas, a demissão de seu gabinete.

E saiu do poder, o que motivou reação das mais violentas jamais ocorrida nos círculos políticos do Império, como se vai verificar.

Zacarias tinha, de fato, de que se orgulhar. A longevidade de seu atual gabinete devia compensar-lhe, até certo ponto, a precariedade do ministério que ele formara em maio de 62, o ministério chamado dos *anjinhos*, que vivera apenas seis curtos dias, e morrera, por assim dizer, no nascedouro”.

(179) Wanderley Pinho, *Política e Políticos no Império*.

O LIDER DOS LIBERAIS

A RETIRADA de Zacarias, dadas as circunstâncias que a motivaram, provocou imprevisto estremecimento em todas as esferas políticas do país. Súbito, todos os liberais depuseram as armas com que se degladiavam. Abandonaram o campo das dissonâncias facciosas entre si. O partido, como assinala Euclides da Cunha, unira-se de chôfre em tórno de seus melhores representantes, como se o abalo da queda lhe anulasse as discórdias intestinas (180). Tornaram-se um por todos e todos por um. Históricos e progressistas aliaram-se para o esforço comum pela sobrevivência da autoridade do partido. E, enquanto José Bonifácio, o Moço, que era o alentador dos liberais históricos, após oração modelar na sua elevação cívica, submete à Câmara uma moção de desconfiança e a dissolve imediatamente, por 85 votos contra 10 (181), Nabuco de Araujo, no Senado, profere o seu famoso discurso de *sorites*, interpretado mais tarde por seu filho como o estalo da geleira que se vinha precipitar das alturas do Senado e do Conselho de Estado (182), ou, por outra, como o sinal de uma dessas desagregações de sistemas, que começa às vezes por uma palavra de premunção, por uma reivindicação justa, por uma reforma simples, pela limitação de um abuso inveterado, mas que,

(180) *A Margem da História.*

(181) Júlio César de Faria, *José Bonifácio, o Moço.*

(182) Joaquim Nabuco, *op. of.*

na marcha, assume outro caráter, e, tornada força mecânica, manifesta-se na torrente das aspirações irrealizáveis, das ideias novas indefinidas, da antiga ordem de coisas despontada, até que o campo das instituições fica todo coberto das *roches moutonnées* da Revolução...

Abalaram-se aí, não há dúvida, os alicerces da monarquia no Brasil (183). E abalaram-se ao sôpro forte dos sobressaltos de todos ante a grave ameaça do antecedente criado com a queda do gabinete liberal, que fez ressurgir, mais uma vez, a velha questão do poder pessoal, sendo então atribuída ao soberano toda a sorte de responsabilidades nas crises administrativas do país, em virtude do que, às acusações de Souza Carvalho e Tito Franco, vieram juntar-se os depoimentos agravantes de Sayão Lobato e José de Alencar, de Saraiva e D. Manoel de Mascarenhas, de Silveira Lobo e Francisco Otaviano. Cresceram tanto os ataques à pessoa de D. Pedro, foram tão vivos, tão violentos, formulados com tanta paixão, que logo envolveram conservadores do sul, como Antonio Prado, João Mendes de Almeida e Duarte de Azevedo; fizeram que o visconde de Camaragibe e o grupo conservador do norte previssem a desagregação do país, na "condenável concentração que se formava", e levaram Tavares Bastos a volver, lá da Europa distante, com a sua visão profética das cousas, o último brilho de seu grande espírito para a República, para a qual se dirigiria

(183) Oliveira Viana, no seu livro *O Ocaso do Império*, declara com acerto: "Fôssem quais fôssem os motivos que levaram o Imperador a esta atitude, o certo é que este seu ato determinou uma mudança geral no sistema de crenças e ideias dominantes no mundo político de então. Daí por diante começamos a assistir esse duplo fenômeno: a descrença progressiva nas virtudes do regime monárquico parlamentar, e uma crescente aspiração por um novo regime, uma nova ordem de coisas".

em breve, ostensivamente. um outro — José Maria do Amaral (184).

Certo, o imperador, preocupado que estava com a guerra, não pensara nas dolorosas consequências de sua atitude. Não pensara em que, com isso, sacrificaria a si próprio e ao futuro de sua dinastia. Porque daí, inegavelmente, é que os radicais, destacando-se dos flancos dos agrupamentos políticos, uniram-se às aspirações dos novos e, ganhando força através das circunstâncias, viriam a promover a modificação de nosso regime governamental.

O fato é que, com a crise provocada pela queda do gabinete liberal, que acarretou a dissolução da Câmara, houve uma como dispersão dos valores que atuavam nas esferas legislativas. Cada qual seguiu o rumo que lhe convinha. José Bonifácio, o Moço, partiu em busca do planalto de Piratininga, onde sustentaria campanha das mais bravas e incandescentes (185). Afonso Celso buscou os ares puros de nossas montanhas, não propriamente para reparar as energias gastas na porfia partidária, mas para visitar os páis e lá mesmo continuar a luta para conjurar o perigo que ameaçava os liberais. Não se demorou, porém, em sua província. Logo voltou para o Rio. Já integrado, afeito às reviravoltas dessa ordem, preferiu acompanhar o decurso dos acontecimentos na zona central do campo de batalha. Passou a dirigir a fôlha diária "*A Reforma*", fundada pelos componentes do Centro Liberal quando da queda do partido. Entre os afazeres do jornal e os repousos domésticos, advogava. Mas sua preocupação dominante era a política, sem se deixar arrastar, contudo, pelos sentimentos extremados

(184) Euclides da Cunha, *op. cit.*

(185) Júlio César de Faria, *op. cit.*

que a “débacle” da situação liberal suscitara. Reagiu, é certo, contra a intervenção monárquica, pelo jornal recém-formado, mas nunca se comprometeu, por assim dizer, perante a posterioridade. Foi coerente. Sensato. Comedido. Sua crítica não refletia sinão aquilo que devia ser evocado. Desde o primeiro artigo de fundo desse periódico, por ele escrito, até o momento em que se viu obrigado a deixar as atividades jornalísticas, em 79, devido a ser novamente absorvido pelos encargos de ministro da Fazenda e, interinamente, do Império, manteve-se sempre em atitude condigna. Analisava a situação, salientava os insucessos ocorridos, apoiava os correligionários, porém com inteira compostura, contendidamente, inteligentemente, convenientemente.

Quando, porém, os conservadores se excederam nas acusações à política dos liberais, no que dizia respeito à guerra, crivando os ilustres cabos de guerra que não eram conservadores, e bem assim os responsáveis pelas operações de nossa Armada, de todas as injustiças possíveis, ele não se conteve e escreveu, já que não podia defendê-los da tribuna da Câmara, denso trabalho sobre a sadia orientação de seu partido e a vigorosa atuação naval brasileira nas aguas onde se desenrolaram os feitos heroicos de nossos bravos marinheiros, defendendo-os e aos correligionários, em todos os ângulos atingidos pelos ataques. Feito o estudo, lavrada a sua defesa, e como não dispusesse de recursos para imprimi-la, dirigiu-se nestes termos ao Visconde de Inhauma:

“Depois que escrevi a V. Excia. despedindo-me, fui à minha província visitar meus páis, respirar os ares puros das nossas montanhas e travar a luta, porque também o político tem o dever de não abandonar o seu posto no momento do perigo.

Aqui me acho de novo, fazendo os meus provarás e razões finais, cousas que tenho obrigação de conhecer bem, pouco mais que de joanetes e velachos. E' meu companheiro de escritório além do sr. Silveira Lobo o dr. Justiniano Madureira, que V. Excia. conhece bem.

Nesta minha obscuridade de proscrito hoje em nada posso ser util a V. Excia.; creia porém que encontrará em mim sempre um amigo.

Tenho-o acompanhado com o maior interesse que me inspirava a nossa boa e completa solidariedade de quasi dous anos, e com prazer vejo que V. Excia. continua a brilhar. Deus traga, quanto antes, o termo glorioso dos sacrificios que tem feito, a fim de gozar no meio de sua família dos louros que ha colhido.

Recorreram a mim para alcançar de V. Excia. um favor que não posso nem devo excusar-me. Um seu afeiçoado e tambem do V. de Tamandaré, cujo nome não estou autorizado a declinar, porque quer conservar-se anônimo, escreveu um folheto no qual analisa e destroi as acusações dirigidas à Esquadra na presente guerra, durante o seu comando e o daquele general. O título do folheto, é "A Esquadra brasileira e a opposição parlamentar de 1866 a 1868".

Já o li e pareceu-me bem — principalmente quanto ao tempo de sua administração, cujos sucessos melhor conheço. Ele lhe faz completa justiça. Desejo publicá-lo mas como a impressão aqui é cara, e não disponha o autor de recursos pecuniários, quer primeiro sondar o terreno a ver si tirará a despesa.

O folheto vender-se-há a 2\$000 talvez, e acredita o meu desconhecido que a natureza do objeto dar-lhe-há grande extração para com a brilhante officialidade que V. Excia. tem sob suas ordens. Em conclusão o que peço a V. Excia. é que me diga o n.º de exemplares que sob sua proteção poderão ser vendidos na Esquadra.

A brevidade na resposta será duplicado favor.

Desejo a V. Excia. a melhor saúde que com estima e consideração etc. etc.

AFONSO CELSO (186).

É excusado dizer que ele obteve o necessário apoio do visconde de Inhauma; tanto que, anos depois, se verificava a segunda tiragem do livro (187).

O decênio, pois, de eclipse de seu partido Afonso Celso passou-o assim: trabalhando, vigilante, pela reabilitação e pelo retôrno dos de sua grei ao domínio da situação; e combatendo, sobretudo, os que, destacados das extremas das hostes partidárias, haviam tomado o rumo da República. Era liberal, vira sua carreira interceptada pela intervenção da Corôa, mas, como Nabuco de Araujo, jamais deixara de ser monarquista. Quanto mais as idéias da opposição ao imperador se desenvolviam mais ele as rebatia e mais exaltava a figura indiscutivelmente íntegra do soberano. Diz Joaquim Nabuco que o pai, desde então, passara a fazer, todos os anos até sua morte em 78, exatamente quando se repetia a ascensão liberal, uma espécie de profissão de fé monárquica; para deixar bem definida a sua linha de conduta e rebater os excessos dos radicais (188). Afonso Celso fez mais ou menos o mesmo: em cada atitude que assumia, em cada palavra que proferia, assinalava com expressão marcante a sua fidelidade ao sistema monárquico brasileiro. Assim foi até 89, quando, reagindo contra o golpe de 15 de novembro, imprimira na história pátria o seu último gesto

(186) Documento particular do dr. E. Vilhena de Moraes, ao mesmo comunicado por especial gentileza da Exma. Snra. D. Helena de Andrade Pinto, neta do visconde de Inhaúma.

(187) Feita por J. Leite & Cia., Rio, 1925.

(188) *Um Estadista do Império*.

è a sua última palavra em nome da dignidade do regime que então findava.

* * *

Afinal, em fins de 1876 foi reeleito deputado à 16a. legislatura. Minas tornara a sufragar-lhe o nome, justamente com outros liberais opositoristas, como Martinho Campos, Lima Duarte, Teofilo Ottoni, Inácio Martins e Cesário Alvim.

Estava um pouco mudado. Saíra do cenário político aos 32 anos e agora voltava com os quarenta feitos, às vésperas dos 41. Em plena madureza, portanto, e não apenas física, mas igualmente mental, pois aproveitara todos êsses anos, de afastamento das lidas parlamentares, em estudos e meditações sobre os problemas essenciais da vida do país.

Não só ele, porém, denotava diferença. Também o ambiente estava demudado. Explica-se: no interregno de oito anos e vários meses muitos acontecimentos de inegável importância se tinham verificado. A guerra do Paraguai, depois de ter suscitado a segunda batalha de Tuiuti e as de Itororó, Avaí, Lomas Valentina e Campo Grande, terminara, afinal, a 1.º de março de 70, com a morte de Lopez em Cerro-Corá, encerrando-se na zona platina, graças ao assinalado esforço do Brasil, a dolorosa história das terríveis usurpações da força contra o direito das coletividades (189). Isso no que toca à situação externa do país. Quanto à interna, as transformações não foram pequenas. A Itaboraí substituíra S. Vicente, a 29 de setembro de 70 (190); a S. Vicente, o visconde

(189) Rocha Pombo, *História do Brasil*.

(190) Gabinete: Presidência do Conselho e pasta de Estrangeiros, S. Vicente; Império, João Alfredo; Justiça, Barão das

do Rio Branco, que formara, a 7 de março de 71, o mais fecundo e mais duradouro gabinete de todo o regime monárquico no Brasil (191) e que, por sua vez, teve Caxias por sucessor, a 25 de junho de 75 (192), o qual se achava ainda no poder. Fez-se, nesse ínterim, a reforma judiciária, (193) além da abolição do ventre escravo, com a libertação dos nascituros (194). Reformou-se a Guarda Nacional (195), suprimiu-se o recrutamento (196), celebrou-se contrato para o Código Civil, melhorou-se consideravelmente a instrução pública e pro-

Três Barras; Fazenda, Sales Torres-Homem; Marinha, Luis Antonio Pereira Franco; Guerra, Segundo visconde de Pelotas, que, não a aceitando, foi substituído, em 9/11/70, por João Frederico Caldwell, que por sua vez foi substituído por Raimundo Ferreira de Araujo Lima; Agricultura, Teixeira Júnior, substituído em 20/11/70 por João Alfredo.

(191) Gabinete: Presidência do Conselho e Fazenda, Rio Branco; Império João Alfredo; Justiça, Sayão Lobato, substituído, em 20/4/72, por Duarte de Azevedo; Estrangeiros, Manoel Francisco Corrêa, substituído, em 28/1/73, por Carlos Carneiro de Campos; Marinha, Duarte de Azevedo, substituído, em 20/6/72, por Gomes de Castro, que, não a aceitando, passou a Ribeiro da Luz, em 18/5/72; Domingos José Nogueira Jaguaribe, que substituiu o visconde do Rio Branco, em 15/5/71, e que foi substituído, em 20/4/72, por Junqueira; Agricultura, Pereira da Silva, substituído, em 20/4/72, pelo barão de Itauna, substituído, em 26/8/72, por Barros Barreto, substituído, em 28/1/73, por Pereira Junior.

(192) Gabinete: Presidência do Conselho, Duque de Caxias; Império, José Bento da Cunha Figueiredo, substituído, em 15/2/77, por Antonio da Costa Pinto da Silva; Justiça, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, substituído, em 15/2/77, por Francisco Januario da Gama Cerqueira; Estrangeiros, barão de Cotegipe, substituído, em 15/2/77, por Diogo Velho; Fazenda, barão de Cotegipe; Marinha, Luiz Antonio Pereira Franco; Agricultura, Tomás José Coelho de Almeida.

(193) Lei de 20-9-71.

(194) Lei de 28-9-71.

(195) Lei de 10-9-73.

(196) Lei de conscrição, de 26-9-74.

fissional (197), criou-se a lei de auxílio à lavoura, incentivou-se a imigração, inaugurou-se o primeiro cabo transatlântico, possibilitando-se as imediatas comunicações entre o país e o Velho Mundo; vincularam-se as províncias pelo telégrafo submarino costeiro, expandiram-se as linhas telegráficas terrestres pelas cidades do interior, distenderam-se as linhas férreas em vários pontos do território e decretou-se, ainda, a realização das estradas de ferro estratégicas do Rio Grande do Sul (198). Autorizou-se o levantamento das cartas itinerárias e geológicas do Brasil e fez-se a primeira estatística geral do país. Em consequência de tantos e tão significativos melhoramentos, cresceram extraordinariamente os índices de nossas exportações e importações e as rendas públicas adquiriram impulso até ali nunca assinalado. O câmbio, que em 68 caíra a 14 e estacionára em 23½ em 70, elevou-se numa continuidade invariável, chegando ao par em 73; e em 75 atingira a altura que nunca mais alcançaria: 28 e 3/8 (199). E mais: por duas vezes a Câmara havia sido dissolvida (200); e por duas vezes a princesa Isabel assumira a Regência do Império. A primeira, entre maio de 71 e março de 72, quando o imperador, a fim de reparar a saúde e repousar um pouco o espírito, andara pelos curiosos caminhos da Europa, da Asia e da Africa, a visitar universidades, bibliotecas e museus, e a deliciar-se, sobretudo, com visitas a mentalidades do porte de Herculano e Gobineau, Thiers e

(197) Inauguraram-se então escolas públicas no Município Neutro, bem como o Asilo dos Meninos Desvalidos, a Biblioteca Nacional, o Arquivo Público, o Colégio Pedro II, a Academia de Belas Artes, a Escola Politécnica, com lentes estrangeiros e cadeiras novas, especiais, e a Escola da Minas.

(198) Projeto substitutivo apresentado na sessão de 18/7/73, pelo futuro barão do Rio Branco, adotado por 95 votos contra 7.

(199) Euclides da Cunha, *op. cit.*

(200) A primeira, em 22/5/72 e a segunda, em 11/4/78.

Wagner, Manzoni e Frederico Mistral, Gladstone e Camilo, Pio IX e o futuro Leão XIII, a rainha Vitoria de Windsor e os duques d'Aquila, rei Leopoldo II e Guilherme I, Vitor Manoel II e Francisco José I. A segunda, com início a 26 de março de 76 e que iria até 26 de setembro de 77, espaço de tempo em que o soberano mais uma vez buscara recrear-se, merecidamente, indo pervagar pela América do Norte, donde, depois de visitar Alexandre Bell e Longfellow, rumou novamente para a Europa, a matar as saudades de Herculano, Gobineau, Pio IX e Guilherme I. Foi nesse segundo torneio que visitou Vitor Hugo, em Paris, o cardeal de Hohenlohe, em Roma, e o atelier de Pedro Américo, em Florença. Enquanto isso, aqui instalaram o Clube Radical, logo após mudado em Clube Republicano. Inaugurou-se o jornal *A República*, em consequência do manifesto republicano de 70; e a 18 de abril de 73, desenvolvendo-se a ideia contrária ao regime monárquico, promoveram em Itú, que o imperador havia apelidado — que ironia singular! — de Fidelíssima Cidade de Itú, a famosa convenção de que nasceria o Partido Republicano Paulista, como corolário natural da ação dos antigos clubes radicais de S. Paulo e dos primeiros centros republicanos de 71 e 72 (201). Desse período, ainda, a célebre questão religiosa, também conhecida por questão episcopo-maçônica, e a fatídica questão militar que, iniciada em 70, iria abrir a colisão com a autoridade civil em 83, com o incidente de que seria figura central o Tenente Coronel Sena Madureira, e terminaria por dar ganho de causa à República, em 89 (202).

(201) Affonso de E. Taunay, *Guia do Museu Republicano da Convenção de Itú*.

(202) Rocha Pombo, *op. cit.*

Outro aspecto curioso, ocorrido nesse decênio de transformações tão fundas: ao sôpro mais constante da civilização europeia, trazido pelas notícias telegráficas, desenvolveu-se de inopino a nossa sociedade e dêsse desenvolvimento surgiu uma elite que viria em breve dominar o ambiente: a elite dos letrados. Elite que, nascendo da melhor compreensão da vida na Europa, não tardou em ganhar impulso através dos representantes agrários de S. Paulo e de Pernambuco, vindo a constituir mais um fator ponderável da evolução da república. Porque esses representantes agrários, como bem no-lo mostra Nelson Werneck Sodré (203), aceitando, como aceitaram, o abolicionismo, nada mais fizeram do que pactuar com a república, propiciando, dessarte, por um lado, a morte da representação da lavoura, o fim da fase agrária da vida brasileira e, por outro lado, ensejando o advento nítido e real da face urbana — com o domínio pleno, absoluto, preciso, da elite letrada. Poderíamos, pois, concluir com Euclides, quando notou que a nossa sociedade, já a essa altura, não repelia a ideia republicana, mas apenas prorrogava-a, razão por que, a partir de 1875, começou a incorporá-la (204).

Mudáramos muito, como se vê, nesses últimos anos.

* * *

Afonso Celso, ao reaparecer na Câmara, a 7 de janeiro de 77, quando da 20.^a sessão preparatória, estava apercebido de toda essa transformação político-social. Assume o mandato, disposto a investir contra a procela. Desde então passa a tomar parte nos trabalhos e nas resoluções da casa, embora só a 31 de janeiro, na 42.^a sessão

(203) *Panorama do Segundo Império.*

(204) *A Margem da História.*

preparatoria, é que fôsse declarado deputado e recebesse o respectivo diploma, juntamente com os demais representantes de sua província (205). Comparece a quase todas as reuniões, participando das discussões com uma constância extraordinária. Multiplica-se. Desdobra-se. Com Martinho Campos, Dantas, Cesário Alvim, Teófilo Otoni e outros, forma um grupo oposicionista de operosidade única. Os mais ativos, porém, eram mesmo êle, Martinho Campos e Dantas. Dantas toma conta dos assuntos da pasta da Justiça. Êle fica com as da Fazenda e da Marinha. Martinho Campos assume a vigilância das demais, enquanto Cesário Alvim se encarrega da generalidade dos casos que surgem. Era, a bem dizer, o coadjutor. Quando, em contraposição aos argumentos dos conservadores, um do seu grupo aprofundava determinado problema e surgiam defensores do govêrno, êle saía em campo, ora a auxiliar o companheiro, ora a atrapalhar o contendor pela abundância dos apartes. Mas a luta não era estéril. Era, antes, de revisão necessária. Quem quer que percorra, desapaixonadamente, as 1.816 páginas que compõem o volume dos *Anais* da Câmara de 1876, em que estão as sessões de 1877, comprovará isso. Havia, é certo, os que apenas viam os interêsses de grupo. Outros que sòmente cuidavam de interêsses particulares. Outros, ainda, que nada mais faziam do que aguardar o dia do pagamento, equidistanciados inteiramente da missão que lhes competia. Felizmente, porém,

(205) Com Afonso Celso, receberam diplomas os seguintes: Perdigão Malheiros, Penido, Fernando Teixeira de Souza Magalhães, Francisco Luiz de Veiga, Agostinho José Ferreira Bretas, Carvalho Rezende, Pereira de Vasconcelos, Gama Cerqueira, Carlos Peixoto, Cunha Figueiredo, Carlos José Veriani, Assis Martins, Martinho Campos, Lima Duarte, Cesário Alvim, José Calmon, Joaquim Pedro de Melo, Teófilo Otoni e Lucas Mateus Monteiro de Castro.

nem tudo ia por êsses prismas sem brilho. A atuação de Afonso Celso e de seus companheiros, tinha objetivo diverso: era pela dignificação do homem público, pela elevação do meio ambiente. Precisavam, pois, de lutar, e lutar sem desfalecimento; falar, falar sempre, corajosa e destemidamente, para que o país não descaísse. Este é o traço que caracteriza a conduta oposicionista do deputado ouro-pretano: não se insurgia propriamente contra o partido conservador, mas contra as medidas excessivas ou prejudiciais de seus componentes. Daí a fâina admirável que desenvolveu em 77 e 78, como deputado, e 79 como ministro da Fazenda.

E é de justiça que se diga: como deputado, em 77, não desmentiu sua assombrosa capacidade de trabalho consagrada nos demais postos que ocupara anteriormente. Desde sua chegada à Câmara, dera início às suas atividades, apresentando emendas aos pareceres das comissões, assinando requerimentos, fazendo observações, debatendo os assuntos em fóco. Durante as sessões preparatórias de janeiro, cinco vezes ocupa a tribuna. E é tão feliz nas suas expressões, tão seguro no desenvolvimento dos temas, tão persuasivo e enérgico, tão claro e objetivo, que lhe cedem o bastão de mando. Fica como o condutor e defensor máximo dos anseios do partido a que serve.

Torna-se o líder dos liberais.

Em consequência, em fevereiro ocupa a atenção da casa nos dias 6, 7, 9, 16, 20, 21 e 22. Em março, nos dias 5, 13 e 20. Em abril, nos dias 3, 4, 6, 7, 10, 20 e 24. Em maio, nos dias 4 e 14. Em junho, nos dias 5, 8, 12 e 27. Em julho, nos dias 2, 4, 16, 20, 21, 23 e 30. Em agosto, nos dias 3, 8, 10, 16 e 28. Em setembro, nos dias 3, 6, 12, 20 e 27. Em outubro, último mês do ano legislativo de 77, nos dias 1, 4, 8 e 10. Como

houve dias em que falara duas e mais vezes — como a 26 e 29 de janeiro, a 6 de fevereiro, 13 de março, 6, 7 e 24 de abril, 27 de junho, 16, 21 e 23 de julho, 10 de agosto, 6 e 12 de setembro — segue-se que, entre 12 de janeiro e 10 de outubro, êle ocupou a tribuna da Câmara 65 vezes, sendo que dia houve, ainda, em que pedira prorrogação de horário para ultimar discussões. E não era para dizer poucas palavras e versar assuntos pouco importantes. Não. Bateu-se, por exemplo, em favor da navegação do Araguaia e do Tocantins. Pugnou pela melhora do ensino superior. Abordou os problemas urbanísticos da Côrte. Defendeu as vantagens da eleição direta. Recriminou a facilidade com que se davam empregos públicos e a insistência com que, já então, os pretendentes se manifestavam a respeito. Sugeriu a supressão de legações dispensáveis no estrangeiro, ao mesmo tempo que se manifestou pela melhor atenção dos homens de govêrno para as nossas representações na América, porque, dizia, é no continente americano e não no velho mundo, que estão os nossos grandes e verdadeiros interesses, mormente no futuro. Estudou, de resto, todos os ângulos econômicos e administrativos, culturais e políticos da época. E o admirável em tudo isso é que, as mãos das vezes, segundo a leitura que fizemos de suas orações, deveria ter permanecido com a palavra cerca de uma hora ou mais. Traduzidos em extensão, seus discursos nesse ano de 77 dariam volume superior a oitocentas páginas, formato grande. Afora as discussões como aparteante e outras atividades que se diluem na trivialidade das ações menos impressionantes, mas que nem por isso deixam de ser consideráveis. Chega a tal ponto, que Cotegipe, ministro da Fazenda, ao vir, certa feita, à tribuna responder a um seu discurso de caráter econômico, declarò: “Sr. presidente: vou tentar respon-

der a dous illustres cavalheiros atletas desta tribuna. Na armadura de um, vejo a divisa dos meus adversários; na do outro, vejo brilharem as côres debaixo das quais estou acostumado a combater. Se não me é fácil aparar os golpes do primeiro, como poderei com o pêso dos que me foram vibrados pela mão de um Achilles conservador, o qual, depois de recolhido às tendas, voltou ao combate mais temeroso e mais intrépido?" (206) Esse trecho diz bem da fôrça que Afonso Celso havia adquirido nos domínios das ideias econômicas. Receio, propriamente, não havia da parte do ministro da Fazenda na resposta. Cotegipe era Cotegipe: ágil, adextrado nos combates mais renhidos, vivo, seguro. Mas, como quer que seja, suas palavras fixam o seu acatamento às considerações do deputado das hostes contrárias. Acatamento tanto maior quanto, na realidade, Afonso Celso se agigantou perante a Câmara ao terçar com o ilustre ministro as armas do conhecimento das leis econômicas, interpretando e sugerindo o que mais convinha à vida nacional. Foi luta de titãs. Luta polida, respeitosa, erudita, de instantes difíceis, elegante nos lances, de que resultou cordial amizade entre ambos, ficando um a respeitar o outro em tudo e por tudo.

Mas não só Cotegipe foi por êle enfreitado. Também o barão de Vila da Barra, ministro da Justiça, e Pereira Franco, ministro da Marinha, passaram horas difíceis com êle. Horas amargas. Familiarizado com os problemas essenciais da pasta da Marinha e tendo acompanhado com interêsse o desenvolvimento dos negócios da Justiça, Afonso Celso representou, em certos dias, na Câmara, o papel de censor. Sem perder a lisura na discussão, ia, direito, firme, ao âmago de todos os assuntos pertinentes a esses setôres. E não criticava, apenas. Ana-

(206) *Anais da Câmara*, 1877.

lisava, formulava melhores medidas, demonstrava os descertos administrativos pela comparação das realizações anteriores, discriminando-lhes os resultados negativos. Arguia, explicava, conduzia, orientava. Apareciam-lhe, às vezes, como era natural, contendores decididos. Não recuava, porém, nem tergiversava. Mantinha a peleja, vibrando a cada instante golpes seguros. Ocasões havia que, no fragor da luta, quatro ou cinco adversários o assediavam a um tempo. Equilibrava-se, captava nos domínios da lógica os réursos que nunca lhe faltaram, e revidava, sobranceiro. Vale a pena ler-se nos *Anais* da Câmara as suas discussões, elevadas e incisivas, com Gusmão Lobo, José Calmon, Araujo Lima, Carlos Peixoto, Duque-Estrada Teixeira, Escragnolle Taunay, Andrade Figueira, Antunes, Pereira da Silva, Duarte de Azevedo, Henriques, Siqueira Mendes, Francisco Veiga e outros. E a nenhum, verdade seja dita, ficou a dever. Ao contrário, a quase totalidade ele a venceu nos primeiros embates.

Não se impusera, todavia, somente por ter sido um dos maiores ocupantes da tribuna e ter debatido os problemas mais importantes da época, o que já seria bastante. Impusera-se, sobretudo, pela conduta, pela maneira vertical de suas atitudes. Não intrigava. Não indispunha os conservadores entre si. Harmonizava-os. Deixava-lhes livre a passagem para o bom entendimento. Mesmo nas reivindicações para o seu partido, valia-se, sempre, da ética, das ideias superiores. Certa ocasião declarara na Câmara:

— Nunca desejei, nem desejarei jamais que os meus adversários errem, mesmo porque ambiciono para o meu partido uma missão mais nobre e uma glória mais pura do que a de reparar estragos, e é a de exceder os seus adversários no bem que porventura tenham podido fazer ao país, avantajá-los, sobrepujá-los

na obra meritória do engrandecimento e da prosperidade da pátria comum (207).

Era de tal forma polido que, às vezes, ao chamar a atenção de alguém para as injustiças cometidas contra os liberais ainda em minoria, fazia-o conselheiralmente, visando mais a conservação do bom nome da pessoa do que outra coisa. [Exemplo temo-lo nas suas palavras a Pereira da Silva, que ocupava a presidência das sessões preparatórias, a 12 de janeiro de 77. Conservador dos mais veementes, Pereira da Silva cuidara de fazer as comissões especiais de verificação de poderes ao seu modo, sem consultar a casa, sem fazer os sorteios, como era do regimento, denotando, assim, evidente parcialidade, em detrimento da participação dos liberais. Martinho Campos reclama contra a incorreção. Cesário Alvin apoia-o, no que é seguido por Silveira Martins. O presidente quer torcer a boa norma regulamentar. Afonso Celso pede a palavra:

— Sr. presidente, por minha vez eu requeiro a V. Excia. que haja de reconsiderar a matéria e de resolvê-la de modo diverso. V. Excia. leu um artigo do regimento que evidentemente não se aplica à espécie de que se trata. O art. 50, a que V. Excia. aludiu, fala de comissões *eleitas* ou *nomeadas*, e as comissões de inquerito, as comissões de verificação de poderes não são eleitas nem nomeadas, são escolhidas pela sorte. E V. Excia. sabe que a eleição ou nomeação importa em escolha, ato voluntário e livre; a sorte é cega; é o acaso, e é nesse acaso que está a garantia da opposição.

Aplaudem-no os correligionários. Êle prossegue:

— Eu, sr. presidente, que conheço perfeitamente a V. Excia. e sei que nessa cadeira não se deixa levar por sentimentos e

(207) Sessão de 24-4-77.

princípios inconfessáveis, acredito que nas designações que ha feito, para suprir as vagas que se derem nas comissões de inquérito, V. Excia. não tem tido nenhum pensamento reservado, mas eu peço a V. Excia. que atente a que o seu procedimento pode ser interpretado pelo país de um modo menos conveniente.

Por que razão, sr. presidente, V. Excia. ainda não achou que um só dos indivíduos que se sentam neste lado da Câmara seja digno de figurar numa das comissões de inquerito? V. Excia. não vê que o seu procedimento pode autorizar a que o acusem de parcial, de partidário, num cargo em que não pode sê-lo? Lembre-se V. Excia. de que, quando pela primeira vez se pôs em prática a reforma do regimento, quase todos os membros da opposição conservadora que tinham assento nesta casa, se não todos, fizeram parte das comissões de inquérito. Eu recordo-me de que foram membros das comissões de inquérito em 1867 os srs. Sayão Lobato, Fernandes da Cunha, Paulino de Souza, Cândido Torres e V. Excia. mesmo.

Entretanto, hoje, que trata de tirar a primeira prova prática do *empenho de honra*, não há um liberal que seja digno de fazer parte de tais comissões! Do procedimento que tem tido V. Excia. pode o país concluir que se inspira ele em um prolóquio bem conhecido: *a roupa suja deve-se lavar em família*. Fazendo as nomeações para suprir faltas nas comissões verificadoras, não quer V. Excia. que a sorte favoreça o lado político a que pertença, com receio de que descubramos e revelemos cousas que não devem aparecer. E' o que podem supor os maliciosos.

Sr. presidente, eu tenho motivo para me deixar dominar por sérias apreensões, porque fui testemunha de um fato que se deu aqui, ontem. Sabe V. Excia. que o illustre deputado por S. Paulo, cuja exclusão se pretende, contra o qual se tem empregado todos os meios para a anulação de seu diploma, apresentou e comunicou com a maior franqueza ao seu adversário os documentos de que tinha de servir-se, na exposição oral; entretanto, seu nobre adversário occultou até à última hora os que serviram de base à sua reclamação, e nem sequer permitiu que se os examinasse. Pois

bem: não ignoram os nobres deputados que, referindo-se ele a um documento comprobatório de que uma freguezia, onde tinha havido eleição, que lhe não convinha, não estava canonicamente provida, o nobre deputado o sr. João Mendes, que não é *pêco*, exigiu vê-lo e mostrou que esse documento não estava assinado pelo secretário do govêrno a quem se o attribuia! Quantos casos semelhantes não se poderia dar?

Pode parecer, sr. presidente, que V. Excia. receia que o partido a que eu pertenço tenha fiscais no seio das comissões verificadoras; e eu, que prézo o caráter de V. Excia., porque sou seu amigo, e desejo vê-lo a salvo de juizos temerários, requeiro que reconsidere a matéria e proceda de outro modo, fazendo o sorteio (208).

Como se vê, palavras brandas, sensatas, persuasivas. Há equilíbrio e fôrça na argumentação, diante do que, como era justo, Pereira da Silva se confessou agradecido, explicou-se perante a Câmara, disse das razões por que assim agira em desacôrdo com a praxe dos liberaes, e terminou submetendo o assunto à consideração da casa. A Câmara, porém, em absoluta maioria conservadora, resolveu a favor do presidente, isto é, considerou que, na forma do referido art. 50, devia competir à presidência a nomeação dos membros que substituissem aqueles que fossem dispensados das comissões de inquérito...

Afonso Celso sentiu a pressão da ala conservadora contra qualquer possibilidade de conquista dos liberaes. Chocou-se diante do ocorrido. Mas não recuou. Auscultou os companheiros, que estavam em minoria, quanto ao número, mas observou, em compensação, que podiam promover a reabilitação do partido, porque formavam um grupo luzido, de degladiadores hábeis e decididos nas cha-

(208) *Anais da Câmara*, vol. I, pg. 77, 1877.

mejantes pelepas parlamentares. Preparou-se, pois, convenientemente, com os seus colegas, e, passadas as reuniões preparatórias, normalizadas as sessões ordinárias, já então sob a presidência de Paulino de Souza, resolveu abrir fôgo. Logo no início da sessão de 6 de fevereiro, pediu urgência para fundamentar dois requerimentos, concedido o que, teceu para com o presidente o jogo floral dos amavios cativantes:

— Sr. presidente, usando da palavra pela primeira vez diante de V. Excia., devo primeiro que tudo felicitá-lo pela brilhante votação que o colocou merecidamente nessa cadeira de honra. Vejo com prazer que o prestígio de V. Ex., cresce, que a sua influencia avulta de dia para dia, e é isto para mim motivo de gratas e lisongeiras esperanças. Forte pelo apôio de grande maioria desta casa; não tendo, com razão, no seio do seu partido quem se lhe avanteje na confiança que inspira a seus amigos políticos, V. Ex., vai sem dúvida aproveitar-se desse conjunto de tão felizes circunstâncias para desempenhar-se de um solene compromisso, que tomou perante o país.

Compreende sem dúvida V. Ex., sr. presidente, que me refiro à eleição de um gráu, à eleição direta, ideia liberal, que V. Ex., adotou, da qual fez seu pensamento dileto, e a cuja realização tem hipotecado os seus créditos de homem de estado e a sua nunca desmentida fé de cavalheiro.

A introdução não podia ser mais feliz. De todos os lados soaram palmas. Era a habilidade política mineira em ação, representanda por um de seus mais eminentes estadistas. Ao tempo que se congratulava com o novo presidente da Câmara, lembrava-lhe, com admirável lisura, o compromisso assumido. Mas não terminou aí a saudação ao presidente. Disse mais:

— Contemplando, pois, a V. Ex., no posto culminante desta Câmara, volto-me para o horizonte, sr. presidente, convencido de que brevemente hão de bruxolear nele os primeiros clarões do dia em que V. Ex., erguendo-se de toda a sua altura, há-de hastear a bandeira da grande reforma, aspiração de todos os brasileiros, e, falemos com toda a franqueza, única medida que poderá salvar nossas tão sofismadas instituições.

Os aplausos se repetiram. Paulino de Souza fica comovido. Afonso Celso conclui a saudação:

— Receba, portanto, V. Ex., os meus sinceros e cordiais parabens não só pela honra que a Câmara lhe conferiu e de que é muito digno, mas principalmente pela oportunidade que ela lhe oferece de prestar ao país um grande serviço, e de ainda mais ilustrar seu distinto nome.

Tôda a Câmara não oculta as simpatias suscitadas pelo verbo do orador. Ha expressão de interêsse nas fisionomias. Há silêncio, sinal de acato à voz que se ergue. E êle, passando ao assunto que o trouxe à tribuna, cuida de fundamentar os seus requerimentos. Faz ver que a Fala do Trono, proferida pela princesa Isabel, na abertura das sessões regulamentares da Câmara, a 1 de fevereiro de 77, entre outras coisas desagradáveis, anunciava o desequilíbrio do orçamento e a indeclinável necessidade de medidas tendentes a restabelecê-lo em seu nível natural, importando isso dizer que, postas de parte tôdas as imposturas e dissipadas tôdas as ilusões, havia chegado o momento em que seria preciso revelar ao mundo o miserando estado de nossas finanças.

E, numa tirada chistosa:

— Quer isto dizer, sr. presidente, que estamos a braços com um *déficit* enorme, para cujo preenchimento a Divina Providência

não inspirou ao governo imperial outro récurso senão a agravação de impostos...

A frase causou hilaridade. Nem era para menos. Era costume referirem-se as falas do Trono aos êxitos ou fracassos da administração pública sob a invocação da Divina Providência. A política fazia seus mexidos, e na hora *H* a Divina Providência é que não havia consentido no êxito das intenções...

Dessa altura em diante, Afonso Celso formulou as censuras que achou cabíveis aos excessos que se vinham cometendo nas esferas administrativas:

— Quer isto dizer que as contribuições de guerra já não chegam para as necessidades da paz e que é preciso que este povo, tão sobrecarregado já, verta mais dinheiro, que é o seu suor e o seu sangue, na arca sem fundo, novo tonel das Danaides, que se chama Tesouro do Brasil! Essas contribuições, decretadas e aceitas por necessidades de força maior; essas contribuições a que o país sujeita-se resignado, porque assim era preciso, para salvar sua honra e sua dignidade, longe de serem atenuadas, vão ter aumento nas tristes circunstancias em que se debate a lavoura e se estorce o comércio!

Membro da opposição, sr. presidente, membro de um partido proscrito, eu sou antes de tudo brasileiro e homem da ordem; e, portando, não negarei o dispensavel para regularizar as finanças do país. Mas, antes de votarmos novos impostos, cumpre estudar as causas que nos trouxeram a esta situação e não poderemos chegar ao seu conhecimento senão pelo exame consciencioso e severo das despesas públicas.

Sabia Afonso Celso que a causa principal, senão única do desequilíbrio do orçamento, era o esbanjamento dos dinheiros públicos. Imagine-se que, naquela época, só para afinar um piano do Instituto dos Meninos Cegos

foram gastos, pela pasta do Império, em um ano, 900 e tantos mil réis. Há até a este respeito uma passagem interessante. Ao fazer Afonso Celso esta revelação, Leão Veloso o interrompeu, para observar, espirituosamente:

— Cara afinação!

Ao que o orador respondeu:

— Isto não é afinação; é desafinação...

Todos riram. Menos êle, que estava preocupado em mostrar outros excessos. No ministério da Marinha, também, em gratificações extraordinárias, serviços não previstos no orçamento ou prestados em horas que não as do expediente ordinário, despenderam-se, em um ano, cerca de duzentos contos; e em papel, tinta, lapis, pena, lacre e outras despesas miudas, igual quantia. O ministério da Fazenda, por seu turno, não duvidou em entregar, sem cautela, sem garantia alguma, a um banco arruinado, sete mil e tantos contos. O ministério da Agricultura foi outro que gastou só na publicação de 12.000 exemplares de um livrinho sobre a Exposição de Viena, em 4.^o e de dois dedos de grossura, oitenta contos. Por tudo isso, e mais outras despesas mal aplicadas, é que formulou Afonso Celso dois requerimentos: o primeiro, para saber o n.^o de apólices a ser emitido pelo ministro da Fazenda, até janeiro do ano seguinte, em cumprimento de lei ou execução de contratos em vigor; o segundo, sobre as despesas feitas com as obras públicas dos diversos ministérios, na Côrte, e as gratificações extraordinárias sob qualquer título.

Vê-se, através desta ligeira recapitulação de sua attitude, que êle tinha razão quando dizia ser levado a crer

que não era de aumento de impostos que carecíamos, mas de mais tino, de mais prudência e critério na aplicação dos dinheiros públicos.

E' singular: apesar da franqueza com que abriu as linhas de combate, não desagradou ao auditório. Antes, despertou simpatia no próprio grupo contrário, nos situationistas, havendo mesmo instantes em que as suas revelações causaram sensações (209). Terminou declarando que os seus requerimentos não envolviam pensamento hostil ao ministério.

— Quero — concluiu — quero esclarecer-me, para bem cumprir o meu dever: nada mais. Cumpre conhecer a verdade e patentear os fatos com toda a exatidão; torná-los notórios, para que os snrs. ministros sejam elogiados, se porventura forem dignos de encômios, ou censurados com toda a energia, se o tiverem merecido.

Estava definida a situação. Daí por diante era apenas sustentar a luta, desenvolvê-la, até o momento em que pudesse subjugar o adversário e substituí-lo no posto do mando, novamente.

* * *

A resposta aos seus requerimentos veio pela voz de Cotegipe, ao prestar contas à Câmara, numa das sessões posteriores, e de que Afonso Celso se aproveitou para consubstanciar sua apreciação em torno da situação financeira do país, que reputava grave. Estava enfêrmo, naquele dia, mas, ante o que observara das disposições do gabinete, resolveu reagir. E a verdade é que êle não se impressionara à tóa. O desfalque do tesouro se expres-

(209) Sessão de 20-3-77.

sava, então, pela cifra respeitável de 727 mil contos. Insurgindo-se contra a política financeira adotada, política que, naquele ano de 77, além de tôdas as sobrecargas evidenciadas, ainda apresentava desequilíbrio no orçamento, recrimina sem rebuços:

— A fala do trono afirma que o govêrno fez economia e a illustre comissão de resposta, como aqueles cortezãos de que fala a história, que para agradar ao soberano aleijado, pela forçada semelhança, não duvidavam mutilar-se, não recebeu torcer a ver-inverter os fatos, a fim de parafrasear as palavras imperiais, assegurando que o govêrno efetivamente fizera economias!

Mas, onde as economias? No orçamento, não.

Cotegipe dá um aparte. Êle redargue:

— Perdoe-me V. Excia.; para o ministério do império, o orçamento vigente votou 7.735:026\$428, e V. Excia., pede 7.753:768\$428; o ministério da justiça estava dotado com 6.245:000\$, e V. Excia., pede 6.703:000\$, mais 457:000\$; para o ministério de estrangeiros pede o mesmo que tem pela lei atual; a marinha, de 11.365:000\$, passa a ter 11.608:000\$; há, portanto, um excesso de 243:000\$; no ministério da guerra ha uma diminuição de 383:000\$; mas em compensação no da agricultura ha um aumento de 381:000\$; e no da fazenda outro muito maior, isto é, 1.958:000\$. O resultado final é uma despesa de 2.678:000\$, mais do que no orçamento atual. Onde estão, pois, as economias?

Cotegipe dá outro aparte, cujas palavras os *Anais* não consignam. O certo é que Afonso Celso se volta para Paulino de Souza e declara:

— Sr. presidente, é preciso arripiar carreira! Quem quiser julgar de nós pelo orçamento fará uma triste ideia a nosso respeito, porque em verdade é ele um rol de despesas tresloucadas.

Ninguém dirá que é sensata e prudente uma lei de orçamento, que, aplicando mais de 14% da renda total ao exército; à marinha mais de 10%; e consagrando ao serviço da dívida do Estado mais de 31%; destina apenas para a instrução pública pouco mais de 1%, ainda menos para a colonização, para estradas de ferro cerca de 5% e para a navegação a vapor cerca de 3%.

A revelação causa espanto, mesmo a certos conservadores. Andrade Figueira não conteve a exclamação:

— Isso é demais!

— E acha V. Excia. — inquire Afonso Celso — que não é demais também gastar com o exército 14%?

Os apartes cruzam-se. Provocam reação no ambiente. Ele continua:

— Sr. presidente, como que deslumbrados por um excesso de receita, antes devido ao aumento de impostos do que à prosperidade do país...

— Apoiado, interrompe Cesário Alvim.

— ...acabada a guerra que nos custou 100.000 vidas e 600.000:000\$, quando devíamos de tratar de curar as feridas que ela nos abriu, o que fizemos? Aumentamos sôldos, vencimentos e até o subsídio do corpo legislativo!

— E' exato — ajunta Dantas — Começamos pelo subsídio.

— Lei escandalosa, torna Cesário Alvim.

— Apoiado, confirma Andrade Figueira.

— Como que — prossegue Afonso Celso — afetados por uma febre de melhoramentos materiais, garantimos juros e subvenções a uma multiplicidade de estradas de ferro, sem atender ao sistema geral de viação do Império e às condições especiais dos centros de produção e comércio a que elas irão servir... Gastamos enormes somas em armamentos inúteis, em custosas obras de luxo, escolas-palácios, construções dispensáveis, e outras que conduziram

o tesouro ao triste estado em que se vê! Pedimos 40.000 e tantos contos emprestados para acudir à lavoura, e ela não sentiu ainda os benefícios desse dinheiro, que já está gasto! Onde iremos parar? Neste andar não poderemos fugir à bancarrota. Arripiemos carreira; façamos economias; é a nossa primeira necessidade, o nosso primeiro dever!

Novos aplausos enchem a sala. Ele, porém, estava cansado, indisposto, enfêrmo. Poderia desenvolver considerações mais interessantes ainda nessa ordem de raciocínio, tanto mais quanto os fatos eram muitos e os tinha todos na memória límpida e honesta. Mas não pôde, como costumemente o fazia, porque as forças lhe começaram a faltar. E diz, corajosamente, num tom mais de fraternidade do que de censura:

— Vou concluir, sr. presidente, porque realmente não posso continuar na tribuna, e fá-lo-ei dirigindo-me ainda uma vez ao nobre ministro da fazenda e também ao honrado presidente do conselho. Tanto o ilustre barão (de Cotegipe) como o nobre duque (de Caxias), erraram entrando para este gabinete. Um teve já a franqueza de o confessar; mas o outro, impenitente, continua a sustentar que bem procedeu, servindo à causa do seu partido. O nobre ministro da fazenda preferiu ser conservador a ser brasileiro, preferiu a causa do partido à causa da pátria! Pois bem, digno castigo de tamanha culpa, s. excia., nem sequer serviu ao seu partido. Se s. ex. tivesse feito questão da eleição direta ao ser chamado ao ministério, ela seria hoje uma realidade porque a sua nomeação era julgada indispensável. E o que aconteceria? O nobre ministro receiava a sorte de Robert Peel, a reprovação, as acusações de que ele foi vítima? Mas s. excia., esqueceu-se primeiro de que o seu partido também queria a eleição direta e em segundo lugar, que apeiado do poder, Robert Peel pôs-se à frente dos seus co-religionários, reorganizou-se e pouco tempo depois, mais forte e prestigioso, voltou ao govêrno para realizar

reformas importantes como a abolição do *corn-laws*, e o estabelecimento da liberdade comercial a que a Inglaterra deve a sua prodigiosa grandeza.

Robert Peel foi, é certo, duramente estigmatizado por seus co-religionários e por sua própria família, mas, passada a primeira impressão, readquiriu a estima de todos e morreu cercado da admiração de nacionais e estrangeiros. O dia da sua morte foi um dia de luto nacional para a Inglaterra, que nele perdeu, na frase de um escritor, o seu mais ilustre e mais glorioso conselheiro! Que maior honra, que ambição mais elevada pode ter um estadista?

Se outro fôra o procedimento do nobre ministro, o seu partido não precisaria jamais do favor pessoal para conquistar o poder: galgá-lo-ia por efeito da opinião, chegada a sua vez.

As palavras que a Câmara ouviu ao nobre duque de Caxias foram um grito de consciência, arrancado pela lógica cruel e irresistível do eloquente deputado pelo Ceará. Os amigos do ilustre duque têm procurado explicá-las, contra o seu natural e mais nobre sentido.

Não o consinta, sr. duque: v. excia., que encaneceu ao serviço do seu país, que nunca recusou nenhum sacrifício, nem o da própria vida; v. excia., não podia julgar um suplício intolerável as censuras de um amigo, porque já devia contar com elas. V. excia., quando aceitou essa pasta não ignorava que devia trazer-lhe dissabores; quando se sentou nesta cadeira sabia que tinha espinhos, e entretanto não recusou. Por que?

Porque entendeu poder prestar mais um serviço, à custa desses desgostos, bem compensados pela satisfação de ser útil ao seu país. Portanto, quando v. excia. disse — errei — foi porque, dissipadas as ilusões, compreendeu que nada tinha podido fazer, nenhum benefício podia realizar. Mas o nobre duque pode reparar o seu erro, ainda é tempo: una-se ao sr. ministro da fazenda e faça a reforma. Desobedeça o rei para melhor servir ao rei.

Se prometeu manter-se nesse posto até a volta, mantenha-se, promova a reforma e assim terminará ainda mais gloriosamente a

sua gloriosa carreira porque salvará as instituições e conjurará de sôbre sua pátria as comoções temerosas, que ha seis anos prognosticou o seu colega da fazenda e só não prevêem aqueles que, peregrinando por terras estrangeiras, — estão muito longe para tomar o pulso e auscultar o coração deste país que se debate na febre de uma crise perigosíssima! (210).

Os efeitos das palavras de Afonso Celso foram imensos. A Câmara, que o havia recebido com friesa, em sua maioria francamente disposta à hostilidade para com o liberal audacioso, transmutara-se ao som da oração do oposicionista ilustre. Sua coragem fizera-a respeitosa. Seus argumentos levaram-na a recuar. Sua lógica vencerá-a. E todos terminaram rendendo-lhe, segundo rezam os *Anais*, a homenagem que o seu talento merecia: todos, inclusive os da maioria conservadora, apresentaram-lhe cumprimentos efusivos.

Era mais um êxito dos liberais, que agora começavam a ganhar de novo o terreno perdido ha nove anos, enquanto os conservadores empreendiam a volta, temporária embora, ao segundo plano.

Não tardou, porém, que Cotegipe viesse fundamentar a política do ministério Caxias e sua orientação econômica. E fê-lo com aquele brilho, com aquela segurança, com aquela argúcia que lhe eram peculiares. Gigante da tribuna parlamentar, era Cotegipe dessas criaturas que, pelo vigor do pensamento e pela forma polida de sua linguagem, impunham êsse respeito fundo, que é um misto de admiração e de temor. De sorte que o que dizia quase ninguém contestava, a não ser pelo mero espírito de opposição. Sua palavra era oracular.

Mas Afonso Celso, sem deixar de votar-lhe o merecido acatamento e a merecida admiração, não se atemo-

(210) Sessão de 4-5-77.

rizava ao enfrentá-lo no campo das ideias econômicas. Estavam, ambos, em campos opostos, na percepção das causas determinantes da crise financeira do Império, mas eram igualmente sinceros. Cada qual mais persuadido de melhor penetrar as realidades da situação. E como ambos tinham grande capacidade analítica, o prélio se desenvolveu num clima admirável que ainda hoje muito aproveitará aos que se voltam para os problemas econômico-financeiros da nacionalidade.

Cotegipe, vindo à tribuna, mostra que a guerra do Paraguai tinha custado ao país a exata cifra de 613.183:000\$, donde decorria o *deficit* do orçamento apresentado nos anos subsequentes. Afonso Celso discorda de sua opinião. E produz uma peça que merece ser recordada nos seus trechos principais, porque mostra a situação financeira do país no áureo período político do Império. Depois de hábil e simpática introdução, diz ele:

— A guerra sobrecarregou-nos com um excesso de dívida; mas não é a causa do comprometimento das nossas finanças.

E, doutrinador:

— A ciência econômica ensina, e não só a ciência, mas o simples bom senso revela, que uma dívida por maior que seja é um onus temporário e suportável; não um embaraço invencível, sempre que ao devedor sobram recursos para satisfação dos compromissos, que dela provêm, pagando-lhe os juros e amortizando-a regularmente.

Isto que acontece com o indivíduo, também se dá com as nações. Ainda mais: a dívida do Estado, embora contraída para fins improdutivos, sendo um onus para a comunhão, é até certo ponto uma vantagem para os indivíduos, pois oferece-lhes emprêgo seguro para suas economias, garantindo-lhes um prêmio

livre dos perigos a que estão expostos ordinariamente os capitais que procuram outra colocação.

Assim é que a dívida pública nunca é uma barreira ao desenvolvimento do país, e menos causa de decadência e ruína, se esse país pode ocorrer ao serviço de sua amortização e juro, com os recursos de que dispõe.

Descendo ao âmago do assunto, continua:

— Estabelecido êste princípio, que é vulgar e comensinho, vejamos se as despesas da guerra do Paraguai explicam a situação atual, ou se a despeito delas as nossas circunstâncias podiam ser outras.

Calcula-as o nobre ministro em 613.000:000\$. Ha aí grande exageração, mas, no interesse da argumentação, aceitarei o algarrismo.

Convertida essa quantia em dívida consolidada, que juro exigiria? E' fácil fazer a conta: os juros anuais importariam em 36.780:000\$; junte-se-lhes à amortização na proporção de 2%, taxa aliás avultada, ou 12.260:000\$, e teremos uma despesa de 49.040:000\$. Ora, a nossa despesa ordinária, no exercício de 1864-65, exercício já de guerra, porque foi o da luta com a República Oriental, era de 51.500:000\$, que acrescentados àqueles 49.040:000\$ elevá-la-iam a 100.540:000\$.

Mas, a média da nossa receita, desde 1870, regula para mais de 100 mil contos por ano; e conseqüentemente nem com este aumento de despesa desequilibrar-se-ia o nosso orçamento. Portanto, se acabada a guerra, houvéramos mostrado juízo, não gastando mais do que gastávamos em 1864, restabelecendo o antigo nível de dispêndio público, a dívida proveniente da guerra iria desaparecendo, sem abalo nem perturbação das nossas finanças.

A verdade, porém, ainda não é essa. Ha exageração no cálculo do relatório, e o nobre ministro o reconheceu, o que aliás se depreende das parcelas que entram neste cálculo. S. Excia. disse-nos que 400.000:000\$ com certeza foram por ela consumidos;

quero conceder mais, admitirei 450 mil contos, que consolidados, exigiriam o juro anual de 27 mil contos e a amortização de 9 mil, total de 36 mil contos.

Se a despesa tivesse retomado, como cumpria, o nível de 1864, a nossa receita não lhe faria face, mas deixaria um saldo de 9 mil contos. E, note-se, que este saldo estaria hoje, pois que são passados já 6 anos, elevado a cerca de 12 mil contos, em consequencia das amortizações já efetuadas.

Estes 12 mil contos, sr. presidente, chegariam, sem dúvida alguma, para os aumentos de despesa ordinária, que naturalmente se fazem necessárias em todo o país, com o decorrer do tempo, e são inevitáveis.

Mesmo computado o custo da guerra em 500 mil contos, o saldo seria menor, mas sempre existiria, e nossas condições financeiras não apresentariam o triste aspecto que hoje revestem.

O *deficit*, pois, não se originou dela, nasceu de outras causas.

A opposição, diante da firmeza e do brilho da palavra de Afonso Celso, vibrou de entusiasmo. Os aplausos, que vinham sendo dados no decorrer da exposição do líder dos liberais, espoucaram mais fortes ainda. Nenhum elemento da ala conservadora ousou aparteá-lo. Guardaram, todos, silêncio respeitoso. Ele avançou:

— Não atribuamos a este acontecimento o que é resultado de incúria e culpa nossa. A verdadeira explicação do *deficit* está nas despesas loucas que se fez depois da guerra, no aumento de vencimentos para todas as classes, nas compras de armas e navios, nas edificações que se levantaram por toda a parte; nessa febre de luxo e ostentação que se desenvolveu entre nós, e levanta palácios para educar a pobreza, quando a pobreza se envergonha de aparecer com as suas vestes usadas sob aquelas abóbadas esculturadas e de pisar com os seus grossos sapatos aqueles soalhos envernizados; ostentação e rídica vaidade, que neste país de

montanhas majestosas e cascatas formosíssimas, estão consumindo milhares de contos em montículos artificiais e repuxos no Campo da Aclamação!

Para ilustrar melhor seu ponto de vista, recorre à opinião do lord Roussel, acerca da França, para cair, depois, na evidenciação do que já daí nos vinha: a falsificação dos orçamentos.

— Inquirindo dos motivos por que as reformas financeiras em França nunca produziram os mesmos benéficos resultados, que na Inglaterra, cujas práticas, aliás, se procuravam imitar, lord John Russell resumiu-os nestas palavras: “E’ que na França não acontece como nã Inglaterra, onde a receita pública é religiosamente aplicada só às despesas que o parlamento autoriza por uma lei votada cada ano”.

Quiséssemos nós expressar também em poucas palavras as causas do descalabro de nossas finanças, e poderíamos fazê-lo, dizendo simplesmente: No Brasil o orçamento é uma burla, — uma mentira!

Se o orçamento fôsse entre nós uma verdade, viveríamos na abundância a que nos destinou a Providência, quando com tanta generosidade liberalizou-nos os seus dotes.

A Câmara mais uma vez o aplaude. (E ele, para Cotegepe:

— Se o orçamento, a grande lei, a lei por excelência, a que tudo se prende e de que tudo depende, não fôra entre nós uma mentira, mas o que a constituição quis e conseguiram os homens da primeira geração, sabe V. Excia., sr. ministro da Fazenda, quanto teríamos acumulado nas arcas do tesouro, não como a Alemanha acumula os seus milhões de marcos, mas pela contribuição voluntaria do povo? Tresentos e vinte e sete mil contos de réis!

Voltando-se para Paulino de Souza, comenta :

— Tresentos e vinte e sete mil contos, de economias, sr. presidente, que chegariam para resgatar toda a nossa dívida externa, ainda que fosse três vezes maior do que é, ou para amortizar a interna, cobrir de estradas de ferro este vasto território, pôr em comunicação rápida e instantânea todas as províncias, ou ainda para amparar este pobre país, alentá-lo, fortalecê-lo na crise ariscadíssima, que já começa, da transformação do trabalho.

E para os deputados :

— Não estou fantasiando, senhores, nem a matéria comporta devaneios, nem a época permite divagar pelos mundos da imaginação. Tenho aqui um quadro, organizado em vista dos relatórios do ministério da fazenda, do qual se vê que poderia ser esta a nossa situação, se os erros e abusos do govêrno não a transformassem nas tristes conjunturas em que vivemos. Compreende todos os exercícios financeiros desde 1840 até 1876, o último de que temos conhecimento já positivo; abrange, pois, todo o segundo reinado e o seu balanço é a mais eloquente prova de quanto nele tem degenerado o sistema representativo.

Pouco depois, torna a dirigir-se a Paulino de Souza :

— E' uma soma enorme de algarismos, sr. presidente, mas V. Excia. decomponha-os, distribua-os em grupos, por decênios, por quinquênios ou anos, e neles encontrará um fenômeno invariável, como que o resultado da ação permanente de uma lei normal. Este fenômeno é o seguinte: a receita orçada é sempre excedida pela arrecadada, assim como o é a despesa autorizada pela que se efetua. O parlamento calcula a receita, o país vai além, fornecendo mais do que se lhes exigira; mas o govêrno consome todo o excedente e por sua vez vai além, gastando muito mais;

não há dinheiro que lhe chegue; por mais que o país produza tudo desaparece e ainda se fica devendo!

Mas, estudemos o quadro, que é de uma eloquência admirável!

Nos dez exercícios financeiros, sr. presidente, que decorrem de 1840-41 a 1849-50, a receita votada pelas câmaras e arrecadada no país foi esta:

Orçada	216.920:222\$220
Arrecadada	235.658:788\$145

Houve, pois, um excesso de receita, de 18.738:565\$925, equivalente a 8,63% com que o país contribuiu, além dos cálculos do legislador.

Assim, a despesa orçada em 232.449:630\$153 poderia ter sido feita, ficando ainda um saldo de 3.209:157\$992, mas o governo dispendeu não somente a quantia autorizada, como quase 31 mil contos mais, o que se verifica confrontando as duas somas:

Despesa autorizada	232.449:630\$153
Despesa efetuada	263.397:899\$742
Dif. para mais	30.948:269\$589

Vê-se, pois, que em lugar dos três mil e tantos contos de *saldo*, arranjou o governo um *deficit* dez vezes maior.

Cotegipe aparteia:

— Creio que está aí incluída a despesa que se fez contra Rosas.

— Não, respondeu A.C.; esta está incluída no decênio seguinte de 1850-51 a 1859-60, durante o qual não se mudou o sistema, como vou provar.

— E a guerra do Rio Grande? pergunta um deputado.

— Esta, sim, mas sem embargo podia haver saldo.

Com impressionante segurança analítica, prosseguiu o orador, demonstrando o desdobrar dos orçamentos votados e o crescendo constante e invariável dos *deficits*. Ao chegar à situação conservadora, predominante nos últimos exercícios, ainda aí, provou que, em lugar de um saldo superior a 123 mil contos, desprezadas as frações, tivemos um *deficit* de mais de 167 contos, que classificou, irônicamente, de *feliz* resultado da ação do govêrno. Cotegipe, que sentiu de pronto a insinuação, aparteiou:

— Sempre é bom dizer *dos govêrnos*.

— Não! — protestou vivamente Afonso Celso — Direi *govêrno* só, porque V. Excia. é a síntese dos que mais concorreram para isso!

Os risos encheram a sala. Cotegipe, ante a declaração firme de Afonso Celso, exclama, com certo humor:

— Esta é boa!

Os risos redobram. Afonso Celso prossegue na análise dos abusos orçamentários, e, depois de falar das medidas sugeridas pela opposição liberal, medidas de economia, que não lograram êxito, concluiu:

— Porque as não aceitou o govêrno, que aliás devia ser o primeiro a dar o exemplo? Porque as repeliu? A razão é clara: o govêrno não quer economias, mas sim a continuação do que existe; transige com a necessidade, fingindo que as promove e nada mais.

A prorrogação do orçamento é disso prova inconcussa. Ela ha de passar e não é preciso ser profeta para anunciar que continuarão a ser abertos e aprovados os créditos extraordinários ou

suplementares que ao govêrno aprouver abrir, alargando-se cada vez mais o abismo do *deficit*.

Eu compreenderia uma resolução dessa ordem, mas acompanhada de disposições terminantes e positivas, para se efetuar desde já as economias possíveis. Tal como se acha concebida, ela não é mais do que a autorização plena para que o govêrno prosiga nos abusos que há praticado, e quaisquer que eles sejam, hão de merecer desculpas. Hão de encontrar quem os justifique.

Ao finalizar, declarou, resolutivo:

— Voto, pois, sr. presidente, contra a resolução prorrogativa do orçamento; e, se passar, apelarei, como último recurso, para as emendas apresentadas pelo meu honrado amigo deputado pela Bahia, em nome da opposição liberal! (211).

Ao retirar-se da tribuna, entre entusiásticas aclamações da bancada liberal e de muitos conservadores, longe de denotar cansaço, pelo tempo que a ocupou, demonstrava satisfação. Tinha, realmente, cumprido mais uma vez o seu dever de homem público, ao bater-se pelo soerguimento não só da vida economico-financeira, mas também do nível social e moral de seu país. Pode-se dizer que conseguira abalar a convicção de muitos dos que ali haviam entrado pouco antes dispostos a votar pela prorrogação da lei do orçamento. Impressionara, com essa recapitulação de nosso sistema governamental, todos os adversários, ao mesmo tempo que satisfizera, de pleno, os correligionários.

Sagrara-se, além do mais, economista.

Cotegipe, porém, não se deu por vencido. E voltou à tribuna, oito dias depois, munido dos argumentos que lhe pareciam refletir a realidade, vista a seu modo.

(211) *Anais da Câmara.*

Batalhador de grandes lances, sêguro nas investidas é ágil nos revides, proferira, então, magnífica oração em que confirmou seus amplos conhecimentos da matéria. Tinha, entretanto, Cotegipe, a concepção dos financistas. E só por isso, parece-nos, discordara de Afonso Celso, que era, antes, economista. Porque, no fundo da questão, abstraídos os ângulos controversos das escolas, o que Afonso Celso demonstrara é que era real: o Brasil quanto mais desenvolvia a receita, não tanto pela produção, mas pela majoração quase sistemática dos impostos, mais agravava o desequilíbrio orçamentário, pelo abuso das despesas imoderadas (212). Infelizmente, a repetição desse fenomeno continua a se verificar de ano a ano. Ainda hoje o mal de nossa administração pública é o mesmo. O êrro permanece. A receita continua aumentando mais pelo acréscimo da margem dos impostos do que propriamente pelos benefícios oriundos do conveniente fomento da produção, donde o descalabro que atualmente todos observamos. Não temos tido — doloroso é dizê-lo — planificação para criar saldos com as riquezas que o solo nos tem prodigalizado, nem os nossos administradores têm evitado o desenvolvimento do processo inflacionista, que acaba de atingir seu máximo gráu em nossos dias. Ao contrário, tudo isso mais aumenta com o verdadeiro malbarateamento dos dinheiros públicos a que estamos assistindo. De quando em quando, de onde em onde, eis

(212) Para demonstrar que a razão estava, inteiramente, com Afonso Celso basta recordar o seguinte: quando Cotegipe denunciou um *deficit* de 10 mil contos, em fins de 77, Afonso Celso lhe fez sentir que o seu cálculo estava muito aquem da realidade e que, ao liquidar-se o exercício, nunca seria inferior a 20 mil contos. E não errou. O *deficit* não foi de 20 mil contos, mas de 21 mil contos no orçamento ordinário, elevando-se a 43 mil contos com o cômputo das despesas extraordinárias, conforme se poderá ver das próprias palavras de Afonso Celso na Câmara, sessão de 11. de fevereiro de 1879.

surgem alguns homens com planos interessantes e programas convenientes. Mas logo desaparecem no sorvedouro dos grupos vorazes que tudo querem dos governos e nada realizam sinão em benefício próprio, em detrimento da harmonia social brasileira.

Afonso Celso era também pela livre manifestação da lei da oferta e da procura. Não admitia a intromissão do govêrno nas organizações industriais e comerciais, a não ser naquilo em que os interesses do Estado devem ser salvaguardados e moralizado o emprêgo do capital, a bem da maior segurança dos negócios realizados em nossa praça. Nada, porém, dessa chamada proteção governamental, quer intervindo nas firmas, quer favorecendo-as sob o *slogan* de proteção à indústria nacional, tão pernicioso quanto inconveniente. Disse ele, a propósito:

— Não ignoro que a magnitude dos fins a que de ordinário se propõem estas associações, assim como os perigos a que nelas estão expostos os acionistas de boa fé, são os fundamentos com que se pretende justificar a intervenção do govêrno na sua organização. Mas, se o acionista não fiscalizar o seu interesse, se não vigiar o seu dinheiro, o govêrno fá-lo-á melhor? Não; nada mais tímido e assustadiço do que o capital, e por isso mesmo nada mais prudente e refletido, em regra geral, do que o homem de dinheiro. Ele basta-se a si próprio; dispensa a proteção do govêrno.

Mais adiante sentenciou:

— A tutela do govêrno, sr. presidente, é má para o próprio govêrno e para o país. E' má para o govêrno, porque sôbre ele faz pesar o onus enorme da responsabilidade de todos os malogros, de todos os insucessos e decepções; é pior ainda para o país, porque habitua-o a tudo esperar dos altos poderes do Estado, a não confiar em seus próprios recursos, em suas energias, em sua força, e a nada tentar e empreender por si.

Nada mais clarô. Nem mais lógico. Nem mais certo. Decorridos hoje setenta anos, temos, pelos exemplos que o tempo nos vem dando, a confirmação absoluta do acêrto das ideias de Afonso Celso. Ideias de economista, já se vê. De homem de perfeita visão sobre o que deve ser da atribuição do Estado e o que deve ser da competência da iniciativa particular, e que, por isso mesmo, podia avançar conclusões desta ordem:

— Eu entendo, sr. presidente, que a respeito de sociedades anônimas, como de tudo o que é relativo ao comércio e à indústria, só uma coisa devemos pedir ao govêrno, como bem recordava o saudoso Tavares Bastos, isto é, aquilo que o filósofo grego pedia a Alexandre: — “Tira-te do meu sol”! (213).

Não precisamos alongar-nos em comentários para demonstrar quanto Afonso Celso estava certo. Todos sabemos pertitamente, hoje mais do que ontem, quanto a liberdade do comércio e da indústria é benéfica à economia, à sólida e real economia de um povo. Temos visto, precisamente nestes últimos anos, que todas as iniciativas de caráter econômico-financeiro que sofferam a interferencia do governo, quer com medidas coibitivas ou racionadoras, quer sob a capa de proteccionismo, só causarão prejuizo a economia geral, à economia popular, ensinando, ou quase obrigando, a que o povo se volte para as ideias que nunca toram as suas, ideias de caráter violento, de reivindicações radicais (214).

(213) Sessão de 9-2-77.

(214) A esse respeito, aliás, ha certos conceitos de Joaquim Nabuco que, sôbre corroborarem o ponto de vista de Afonso Celso, abonam suficientemente a nossa tese. Ao falar, por exemplo, sôbre o calor, a luz, a vida para as maiores empresas, que desde o princípio tinham vivido do Tesouro, diz: “Em todo tempo, as

Como quer que seja, a atuação de Afonso Celso, nesse sentido, foi de véras proveitosa. Não conseguiu, é certo, que se fizessem grandes cortes nos orçamentos dos ministérios. Em todo o caso foi, em parte, atendido.

Uma tarde, declarou com satisfação:

— Faço votos, sr. presidente, para que o ministério continue na marcha que ultimamente parece ter querido seguir. Noto com prazer que os créditos extraordinários e suplementares já não são tão frequentes como o foram no começo da administração de ss. excias., e estimarei que continuem a assim proceder (215).

De fato, mercê dessas restrições, ou melhor, da reação de Afonso Celso e os de seu grupo, tanto na pasta do Império, como na da Justiça, da Guerra, de Estrangeiros, da Agricultura e da Marinha houve alguma supressão de gastos, alguma diminuição de despesa, em virtude do que, de 109.479:061\$232, a despesa geral passou a 105.881:736\$077. E' o que se pode observar das sessões

grandes figuras financeiras, industriais do país tinham crescido à sombra da influência e proteção que lhes dispensava o Governo; esse sistema só podia dar em resultado a corrupção e a gangrena da riqueza pública e particular. Daí a expressão, cada vez maior, do orçamento e da dívida; a crescente indiferença e relaxação, por fim a aparição ao lado dos ministros, nas bancadas e corredores das Câmaras, nas Secretarias de Estado, nas redações de jornais, de um nova entidade: os intermediários, impropriamente chamados *advogados administrativos*, que, pouco a pouco, reduzirão a política à súdita do interesse particular, e farão dela, qualquer que seja a abnegação, a dignidade, a nobreza dos seus homens, o auxiliar, o instrumento, o autômato, sem o saber e sentir, da especulação que sitia o Tesouro”.

Os nossos homens de govêrno deviam ler os trabalhos de Afonso Celso e às análises de Nabuco nesse sentido, para ver se salvavam o país desse sistema pernicioso, ainda hoje adotado e ultimamente desenvolvido com extraordinária facilidade.

(215) Sessão de 24-7-77.

de 6 de fevereiro, quando o orçamento foi posto em discussão, e de 11 de outubro, quando obteve votação. Só o ministério da Fazenda — até nos faz pensar num capricho de Cotegipe... — é que teve majorado o global de suas verbas.

Mas, apesar de haver redução, Afonso Celso não se deu por satisfeito. Exigência demasiada? Não. Absolutamente. É que ele sabia que poderiam ter feito economia maior, muito maior, sem prejuízo do bom funcionamento do maquinário público. Bastaria que as comissões respectivas tivessem realizado estudo mais minucioso e mais sereno da matéria. Eis a franqueza que ele chegou a usar no dia 12 de junho:

— E' assim, sr. presidente: fazem-se pequenos cortes, suprimem-se alguns algarismos, mas o grande, o patriótico trabalho da melhor distribuição das rendas públicas para equilibrar o orçamento, esse nem será encetado, porque não o querem o govêrno e sua maioria, e quando o quisessem já não poderiam conseguí-lo nesta sessão, pois vai a obra em mais de meio e com defeitos irremediáveis! O orçamento que discutimos será o que foram os anteriores, o documento solene da nossa incúria e imprevidência. Reconhecem todos a necessidade de economias, mas não se animam a empreendê-las, limitam-se a tímidas tentativas! Pela minha parte, tenho procurado cumprir o meu dever e com isso estou tranquilo e satisfeito (216).

Eis aí. Comentar, não é preciso. Como não será preciso falar de sua decepção, que foi enorme, pois, após multiplicar-se na ânsia de dotar o país de um orçamento que exprimisse a verdadeira situação nacional, viu, no fim, que tudo saía como queria o govêrno, como convinha

(216) *Anais*, 1877.

ao governo, em flagrante desatenção aos interesses da economia pátria.

Para documentar, com maior precisão de pormenor, o que já naquele tempo havia em questões político-administrativas, basta lembrar que, na sessão de 10 de agosto, os conservadores admitiram à última hora, ou mais exatamente, dois minutos antes de ser apresentado o requerimento para encerrar-se a discussão, emendas que modificavam completamente o orçamento, ao tempo que apresentaram e votaram uma outra emenda que mandava vigorar o orçamento de 1877 a 1878 no exercício de 1878 a 1879, formando, com isso, perigoso precedente. Afonso Celso reprovou-o enérgicamente, sendo apoiado no seu protesto por Dantas, Cesário Alvim, Lima Duarte, Martim Francisco, Florêncio de Abreu, Teófilo Otoni, Leão Veloso, Flores, Marcelino Moura, Franco de Sá, Franklin Dória, Silveira Martins, Esperidão e Fernando Osório (217).

Ha certos males de nossa administração pública, não ha dúvida, que nos vêm de longe, de muito longe...

* * *

Afonso Celso, porém, não se ateve apenas à esfera das ideias economico-financeiras, na Câmara. Iniciando, logo após suas primeiras manifestações oposicionistas, a liderança que os de seu grupo lhe conferiram naquele ano legislativo, por conveniência do partido, sem demora envolveu-se ele nos demais setores da administração geral do país. E foi-lhe útil o encargo vigilante. Porque, através dele, pode dar maior plasticidade à intelligencia, exercitar melhor a memória, desenvolver os recursos da ironia mordente com que desarticulava os situacionistas,

(217) Idem, idem.

e firmar, sobretudo, o brilho da linguagem fluente e colorida.

O discurso que pronunciou na sessão de 16 de fevereiro naquele ano de 77 comprova isso. Na véspera, fizeram-se algumas transformações no ministério Caxias. Uma espécie de reajustamento político. Cotegipe passou para a pasta da Fazenda e deixou a de Estrangeiros, que ocupava, nas mãos de Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque. Para a Justiça, onde estava Diogo Velho, foi Francisco Januario da Gama Cerqueira. E José Bento da Cunha Figueiredo, que exercia a pasta do Império, saíndo do gabinete, cedeu lugar a Antônio da Costa Pinto e Silva. O grupo liberal viu nessas mudanças a influencia imperial, novamente. E não errou. Em verdade, José Bento não fôra lá muito feliz na gestão que vinha fazendo. Mas todos sentiram a sua saída assim sòzinho, sem que o ministério o acompanhasse. Diogo Velho veiu ainda à Câmara para dizer que a demissão do seu antecessor havia sido uma evolução política regular. Afonso Celso, que se conservava ressentido com a intervenção do Imperador, em 68, de que resultara a queda de Zacarias, rebela-se contra a modificação ocorrida no gabinete Caxias, mormente porque vê nela mais uma afirmação do declínio do sistema representativo nacional. Repugnava-lhe à consciência, como ele próprio fizera sentir, lançar exclusivamente à conta do ministro do Império os êrros, os desacêrtos que eram de todos os ministros, a responsabilidade que não era sòmente sua mas de todo o gabinete, cúmplice e solidário em tudo quanto ele fizera e praticara. Por isso, declarou:

— Sr. presidente, pedindo a palavra nesta ocasião, era meu fim protestar com o meu honrado colega pela Bahia, contra a crescente degeneração do sistema representativo neste país. O

fato que ultimamente se deu, prova não somente degeneração, mas aviltamento do sistema representativo. Vamos progredindo na decadência. Em 1870 caiu o ministério Itaboraí, por uma conspiração de palácio. Nunca lhe faltou o apoio do parlamento; teve-o pleno até o dia em que desapareceu da cena política; contava no Senado grande maioria e nesta casa quase unanimidade.

V. Excia., sr. presidente, sabe que quando com os seus colegas se julgava ainda na posse mansa e pacífica do poder, já funcionava por detrás dos reposteiros, senão todo o ministério de 29 de setembro, pelo menos o seu organizador, o presidente do conselho de *sobressalente*, na frase da época.

E que presidente de conselho era esse, senhores? Cidadão respeitável, e digno por muitos títulos, mas que não conquistara tão alta posição pelos únicos meios que legitimamente podem conduzir a ela, seus esforços e triunfos na tribuna, ou na imprensa.

O sr. marquês de S. Vicente declarou que nada fizera para alcançar o poder, e todavia o poder veio cair-lhe nas mãos! Não foi, portanto, uma evolução política regular essa, mas uma veleidade augusta, um capricho imperial. Mas nem todos os caprichos, mesmo os de rei, são bem sucedidos; o gabinete de 29 de setembro, que nasceu aleijado e aleijado viveu, não foi tomado a sério pelo país; retirou-se ao som de gargalhadas gerais! Bem caro pagamos, conservadores e liberais, a nossa irreverência!

Como não quiséssemos aceitar um ministério, que prometia viver bem com todos nós, *aproveitando todos os talentos e capacidades*, julgou-se asado o ensejo para demonstrar praticamente que era possível organizar-se neste país um gabinete de longa vida, alheio a todos os partidos, porque em nenhum deles tinha raízes.

E o ministério de 7 de março, que só dispunha da confiança da corôa, permaneceu quatro anos no govêrno, conseguiu tudo quanto quis ou lhe permitiram que quisésse, e viveria ainda hoje talvez, não fôra a malfadada crise comercial de maio de 75, que veio pôr a descoberto graves segredos, verdadeiros escândalos, como o empréstimo de sete mil contos a um banqueiro falido, cuja revelação tanto consternou aos nobres ex-ministros, segundo confessaram.

Ao gabinete de 7 de março sucedeu, ao estourar festivo dos foguetes de S. João, o de 25 de junho, o atual ministério, que para ainda mais patentear quanto são degeneradas entre nós as boas práticas do sistema representativo, recebeu em seu seio, para combater a eleição direta, o nobre sr. ministro da Fazenda, que julgou a eleição direta tão necessária e indispensável para salvar o país, que se devia impô-la ao próprio Allah!

Nada disto, porém, sr. presidente, se compara com a reorganização, ou antes com a *amputação*, por que acaba de passar o gabinete!

Por que razão, sr. presidente, o altivo sr. Duque de Caxias curvou-se submisso às exigências de seus correligionários políticos? Por que motivo, leal e cavalheiro, abandonou o seu companheiro de jornada, como se atira para um lado um traste inútil, precisamente no momento em que, alvo de alusões e sátiras ferinas, devia captar as simpatias e a benevolência de amigos e adversários?!

A razão é óbvia, senhores. E' o influxo dessa vontade superior, que tudo subverte, tudo dirige e tudo domina neste país! Cumpre proclamá-lo bem alto desta tribuna.

O sr. Duque de Caxias é militar, tem todas as virtudes de militar. Confiaram-lhe um depósito, com a condição de restituí-lo ao depositante, quando S.M. o Imperador fartar-se de examinar bibliotecas e museus do velho mundo e lembrar-se que se deve inteiro a este país...

E mais adiante:

— Sr. presidente, não concluirei sem dirigir algumas palavras aos novos srs. ministros. Diz-se por aí que ss. excias. vieram das folias do carnaval... Não é exato. Ss. excias. receberam sua investidura no dia da *cinza*, dia em que a igreja católica abre para os seus fieis o período das penitências e das flagelações. Esta cerimônia do cristianismo tem uma alta significação filosófica. Destina-se a lembrar ao homem que sendo pó e devendo

em pó converter-se, nunca deve deixar-se levar pelas sugestões do orgulho e da soberba, mas ser sempre obediente e humilde para com o seu Creador...

Não tendo nenhum motivo de indisposição pessoal para com os novos grs. ministros, nem para com os seus colegas, peço licença para dar-lhes um conselho, qual o de que jamais se esqueçam do dia em que foram nomeados e principalmente do preceito filosófico, que se deduz da cerimonia do culto católico a que aludi.

Sim, se os nobres ministros não quiserem passar pelos amargos dissabores que sofreu o inditoso sr. ex-ministro do Império, é preciso lembrarem-se sempre de que devem ser obedientes e humildes para com o seu Creador... (218).

Afonso Celso não podia ter sido mais rigoroso do que foi para com Caxias e seus ministros. Provocou, por isso mesmo, apartes constantes dos situacionistas e manifestações das galerias, embora arrancasse, também, aplausos calorosos dos de sua grei oposicionista, abalando a fé dos conservadores. Era a desfôrta. O ajuste de contas com o velho militar que em 68 provocara a queda do gabinete Zacarias. E o certo é que, com essas e outras investidas de Afonso Celso e os de seu partido, os conservadores foram, mais uma vez, cedendo passo à sucessão. Por outro lado, talvez porque se desorientassem ante as perspectivas da crise próxima, os majoritários foram os primeiros a precipitar a descaída, através do aventar de medidas verdadeiramente antipáticas e abusivas, dando margem a que os liberais, ao recriminá-los, reconquistassem as simpatias do grande público e voltassem à preferência do magnânimo de S. Cristóvão. Exemplifica a assertiva o que propôs José Calmon, na sessão de 21 de fevereiro, através de um requerimento encaminhado à comissão de justiça, sôbre a volta de um projeto de maio

(218) Sessão de 16-2-77.

de 75, que restringia a liberdade da imprensa, a fim de emendá-lo ou aditá-lo para depois ser votado. A intenção era clara; como os jornais começassem a investir de rijo contra os conservadores, José Calmon, que era do partido, pensou em cortar-lhes os meios de expansão de crítica, para evitar seus golpes. Mas Afonso Celso, que tinha a liberdade como uma espécie de força mística a animar-lhe a vida pública, a liberdade em seu sentido substancial, apressou-se a repelir o requerimento. Havia sido, muitas vezes, atacado, caluniado, injustiçado pela imprensa. Nem por isso, porém, concebia que a inibissem, que a coarctassem.

— Entendo — disse ele perante a Câmara — que contra os abusos da imprensa há um único corretivo: é a própria imprensa; ela é o antídoto de si mesma. Se a imprensa abusa, se procede com injustiça, se a alguém acusa sem motivo nem fundamento, nenhum mal pode fazer; a acusação cái por si; mas se acusa com razão e verdade, então faz ao país um grande benefício, presta-lhe um serviço e cumpre não só aplaudí-la, como deixar-lhe plena liberdade para desempenhar completamente sua nobre missão.

Desenvolvendo essa ordem de considerações, Afonso Celso tece uma oração admirável, de alta compreensão sobre a influência e a finalidade da imprensa nos meios civilizados. E como José Calmon dissesse que o seu objetivo era o de coibir os abusos, ele refuta, mostrando que, não só no Brasil, mas em todo o mundo, se usavam expressões profundamente dolorosas contra os homens de Estado. Duarte de Azevedo acode em defesa de Calmon, declarando dizerem-se aqui coisas piores. Afonso Celso responde:

— E' exato. Infelizmente não há mérito distinto entre nós; não ha cidadão, sobretudo se tem a infelicidade de ser político,

que exceda o nível da mediocridade comum, que não tenha sido atado ao poste da imprensa. Mas daí nenhum mal vem, senhores. A imprensa nunca tira a reputação ao homem de bem; nunca a reputação de um homem distinto sofreu pelos ataques injustos e caluniosos da imprensa. Também não consegue dar crédito a quem o não merece, por mais que o louve e engrandeça. Se a imprensa moralizada tira a quem quer que seja a reputação, que não merece, por esse fato é digna de ser aplaudida e não censurada.

José Calmon pondera que a calúnia muitas vezes repetida pega naqueles contra quem é dirigida. Afonso Celso discorda:

— Não; a calúnia só poderá macular aos que por seus precedentes tenham se mostrado capazes de atos semelhantes àqueles por que forem acusados. O homem de bem não deve temê-la, pois que não se destrói com palavras uma reputação ganha durante anos de proceder puro e honesto.

Contra a imprensa, repito, só a imprensa. Não conheço outro corretivo.

E voltando-se para os colegas:

— Senhores, não é dos abusos da imprensa que eu temo, não é deles que me arreceio. O que me incomoda, o que me aflige e me faz desanimar da sorte deste país é a pouca importância que a imprensa tem entre nós. No dia em que a imprensa assumir aqui a posição que lhe compete, e desempenhar o papel que lhe incumbe nos países regidos pelo sistema representativo, as nossas cousas hão de marchar muito melhor.

E, para terminar:

— A respeito da imprensa, acho que os dous partidos devem unir-se em um só pensamento e uma só vontade. O nobre deputado por Minas, que entende necessário aditar, completar este

projeto, deve recordar-se que, se hoje a maioria dispõe das boas graças do governo, amanhã pode achar-se nas nossas condições. Os que hoje estão de cima, podem amanhã encontrar-se na posição em que nos achamos, e seu único recurso será a imprensa. Deixemo-la, pois; seja ela a arca da nossa aliança, e maldito o que ousar tocá-la!

A imprensa, sr. presidente, é a proteção, é a defesa do fraco contra o forte, é o Argos de cem olhos, que não dorme nem se distraí, é a voz que não descansa nem se perde no espaço, mas ecôa de século em século. Não devemos consentir, que neste país, cujas instituições vão tão degeneradas, se levante mão armada contra a liberdade de imprensa, contra essa liberdade que nós devemos defender com a máxima energia; porque, enquanto a tivermos, não devemos perder a esperança de conquistar tôdas as que nos faltam.

Deixemo-la, pois; conservemo-la tal qual é! (219).

A atitude de Afonso Celso teve larga e merecida repercussão nos círculos parlamentares e jornalísticos do país. Era natural. Havia lealdade. Havia franqueza. Havia força moral em suas palavras. Havia justiça na apreciação do valor das manifestações da inteligência. Todos viram nelas a afirmação dos sadios princípios liberais. Com efeito, o orador foi feliz na tessitura de sua peça improvisada, no desenvolvimento não só do elogio, propriamente dito, da imprensa em si, mas também na forma lúcida e elegante como apreciou e definiu sua função e finalidade.

Poder-se-á supor que, sendo da opposição, Afonso Celso assim falara para tirar partido das circunstâncias. Mas, não. Se todos o apoiaram e respeitaram a sua reprovação é porque conheciam, sobejamente, sua correção, sua firmeza de convicção, sua cômpostura. Sabia que essa era uma manifestação digna, impoluta.

(219) *Anais*, 1877.

Para o leitor ter bem definida a formação moral de Afonso Celso, basta este fato: tendo votado pela diminuição de vencimentos dos senadores e deputados, a fim de reajustar o orçamento do Império, ao rejeitar o Senado o seu alvitre, ele veio à tribuna da Câmara e lançou vibrante protesto contra a inobservância do Senado, mostrando a economia que representava para a Nação o corte nos vencimentos dos parlamentares (220).

Era sincero. Honesto. É valente, no sadio sentido espiritual da palavra. Veja-se o que ocorreu na sessão de 5 de abril. Enquanto fazia um discurso, um deputado profere grave injúria à sua individualidade. Não ouvindo, continuou, tranquilo, sua oração. Ao terminar, o concunhado Martim Francisco procura-o e comunica-lhe o fato. Ao ver o autor da ofensa, esquiva-se dos colegas, para não lhes chamar a atenção e não provocar escândalo, acompanha-o, pede-lhe que se detenha e convida-o a repetir a palavra que não ouvira. O adversário sente, pela expressão do olhar, a disposição de que se achava possuído o líder eminente. E desfaz-se em desculpas, declarando-lhe tê-la retirado (221).

Essas virtudes de lealdade e coragem constituíram muitas vezes, ou quase sempre, o fator principal dos maiores triunfos intelectuais e morais de Afonso Celso, fazendo-o figura de singular relêvo entre os seus pares legislativos. E — note-se: não era fácil obtê-los naqueles tempos. Os ardís, feitos com a maior capacidade de cálculo da politiquice, grassavam espantosamente. Contudo, em se tratando de Afonso Celso, ninguém, já a essa altura de sua atuação política, ousava utilizá-los.

(220) Sessão de 10-10-77.

(221) Sessão de 6-4-77.

Um dia falsificaram a chapa liberal e a circular da comissão executiva do partido. Quem teria sido o falsificador? Não era preciso muita argúcia para sentir nisso a mão dos conservadores que, vendo escapar-lhe o terreno, vertiginosamente, se valiam de tôdas as formas de impedi-mentos possíveis para evitar assumissem os liberais o poder novamente. Afonso Celso, como líder, entende de apurar o delicto. E formula uma interpelação ao ministro da Justiça. Os debates tornam-se intensos. Enérgicos. Mas o líder, com a sua grande capacidade expositiva, vai confundindo a todos, vai conseguindo estreitá-los por entre inquirições irrespondíveis. E' então que Carlos Peixoto tenta salvar a situação vexatória dos conservadores, dizendo que somente o depoimento de uma testemunha comprada é que envolvia a responsabilidade da ala conservadora. Afonso Celso fita-o com firmeza e pergunta:

- Quem a comprou?
- Não sei.
- E como avança uma proposição destas sem prova?
- Hei de provar oportunamente...

Fernando Magalhães, ao ver o companheiro vacilante, vencido, acode:

— Houve uma testemunha, pobre operário, a que v. excia., no fim do depoimento, apertou a mão, dizendo-lhe: pode contar comigo em todas as circunstâncias da vida.

Contempla-o Afonso Celso e diz-lhe, para esmagá-lo:

— Se é essa a testemunha a quem v. excia. se refere, eu me orgulho de confirmar o fato. Apertei-lhe a mão, sim, porque

esse pobre operário não se deixou intimidar pelo poder do sr. barão de Camargos! (222).

Por atitudes dessa ordem é que se impôs ao respeito de todos. Por elas é que ele cresceu mais ainda, mais fortemente projetou sua personalidade na Câmara, e adquiriu maior prestígio, mercê do que pôde atuar no parlamento nacional de maneira a só engrandecer a geração de parlamentares a que pertenceu.

Outro gesto simpático e viril que teve, ocorreu na sessão de 5 de março. Ao chegarem os deputados à Câmara, encontraram cada uma das escadas guarnecidas por duas praças. Deputados houve que chamaram a atenção do presidente para o caso. Mas ficou no mesmo. Paulino de Souza apenas se limitou a declarar que não havia requisitado força alguma, nada tendo a ver com o assunto. Afonso Celso não se conformou com a resposta e muito menos com a presença de elementos policiais dentro da Câmara. E disse, voltado para a mesa:

— Sr. presidente, v. excia, acaba de declarar que não requisitou força; não compreendo, pois, em virtude de que ordem cada uma das escadas da Câmara se acha guarnecida por duas praças. Si v. excia. não requisitou essa força, requeiro que a mande dispensar.

O timbre da voz de Afonso Celso saiu claro e firme. Voz cheia. Imperativa. Paulino de Souza resolveu informar-se melhor sobre o que realmente ocorria. As praças eram as que auxiliavam os contínuos nas entradas do edifício e haviam ido para ali mandadas com o fim de evitar a penetração de pessoas que não deviam ter ingresso na Câmara. Mas, para atender à reclamação de Afonso

(222) Sessão de 13-3-77.

Celso, mandou que as sentinelas se retirassem, observando em seguida:

— Não dêem os nobres deputados tanto alcance a um fato que o não tem. O que mantém o respeito público neste recinto não será nunca a força pública, mas a força moral da Câmara. E fiquem os nobres deputados certos de que, se não me sentisse como presidente da Câmara com a autoridade precisa para manter a ordem e o respeito perante o público, teria a dignidade precisa para resignar esta cadeira, nem quereria ser órgão e representante de uma assembléia que não me pudesse dar o necessário prestígio na direção dos trabalhos.

Afonso Celso respondeu:

— Eu louvo muito a resolução que v. excia. tomou, única consentânea com a dignidade da Câmara dos srs. deputados; mas devo declarar a v. excia. que abusaram da confiança de v. excia., porque não foi só uma sentinela, mas duas que vi em cada uma das escadas.

E, revidando o assomo de dignidade que as palavras de Paulino de Souza denotavam, acentuou:

— Isto é que é indigno, isto que é contra a independência da Câmara dos srs. deputados; e si v. excia. tem dignidade bastante para resignar esse posto no dia em que não o possa exercer livremente, nós da opposição também a temos para resignar mesmo o nosso mandato, no dia em que o não possamos exercer com toda a independência. Afinal, não estamos dispostos a tolerar tudo! (223)

Houve muitos e fortes *apoiados*. Até das galerias estalaram palmas.

(223) *Anais*, 1877.

Foi assim que Afonso Celso se portou na Câmara, naquele ano longínquo de 1877. Atuou em todos os ângulos, debateu assuntos ainda hoje dignos de estudos, evitou abusos administrativos, elucidou situações, defendeu o seu e o nome de seus companheiros, firmado no propósito de depurar a concepção dos nossos homens públicos, de dignificar a administração nacional.

NO MINISTÉRIO DA FAZENDA

EMBORA a atividade parlamentar de 1877 se encerrasse a 14 de outubro, com a palavra tranquila do imperador, que acabava de regressar da Europa, o ambiente político não se harmonizou. O predomínio dos conservadores não havia conseguido equilibrar a situação. A orientação político-econômica por êles desenvolvida criara descontentamentos profundos. As próprias simpatias e as esperanças que inspiravam a certas camadas da população estavam desgastadas, quase já não existiam. A insatisfação era visível. Sentiam todos, afinal, que, à medida que se progredia, de um modo geral, mais as dificuldades cresciam para o particular, para a massa, para o povo, sobretudo para a classe média, que tem sido, na pauta assinaladora do evolver de nossa sociedade, a mais sacrificada, porque a menos amparada em todos os programas governamentais que se têm elaborado no país. Permitiam, assim, que se desenvolvessem, intensamente, deploravelmente, os desajustamentos economico-sociais. Já não havia, a rigor, previdência administrativa; o que ocorria, máo grado a reação de homens como Afonso Celso e José Bonifácio, o Moço, era a prevalência do imediatismo de grupos políticos. Observe-se que, já então, só se encaravam de frente certos problemas substanciais quando não mais era possível protelar-lhes o estudo e a solução. A inércia infiltrava-se, lento e lento, na maioria de nossos administradores públicos. Quando não, era o inconfessável interêsse individual a subjugar a sobe-

rania do interesse coletivo. Razão por quê algumas de nossas principais conquistas obtidas no âmbito social àquela data, apesar de sua transcendência, da beleza espiritual que as anima, revelam o grande defeito de vir um pouco tarde, projeta com isso reflexo às vezes sombrios na evolução do sistema representativo nacional. Exemplo temo-lo nesses dois feitos magníficos: a eleição direta, que culminou com o aperfeiçoamento atual do voto secreto, e a abolição da escravatura. Ambas foram velhas aspirações que vieram concretizar-se no fim do 2.^o reinado. Cediam, pois, os nossos políticos à fôrça incoercível dos acontecimentos, que iam, felizmente, sempre além do que eles queriam e do que também queria, muitas vezes, o próprio impulsor ou moderador político (224).

Não fôra isso e talvez tivéssemos realizado muito mais e evitado, conseqüentemente, tudo quanto viria constituir os principais fatores da adoção republicana ainda em vida do imperador. Tal não compreenderam, porém, os mentores da situação, principalmente os conservadores, que não souberam contornar, antes agravaram, certas dificuldades. Qual foi, com efeito, a preocupação dominante dos conservadores, da metade para o fim do segundo império, senão a de esgotar o programa liberal? Esgotá-lo quanto possível e, quando não pudessem fazer suas certas idéias capitais, quando não pudessem realizá-las, como foi o caso da eleição direta, vetá-las pelo combate aguerrido ou pelo silêncio de seus chefes, conforme lhes parecesse mais conveniente no momento (225).

A luta de concepção política, não ha negar, prejudicou muito os nossos homens. Sacrificou, também, a nossa evolução social e economico-financeira. Veja-se o que se verificou naquele decênio de 1868 a 1877, em que os con-

(224) Joaquim Nabuco, *op. cit.*

(225) Craveiro Costa, *O visconde de Sinimbuá.*

servadores se mantiveram no poder. De ano a ano, os *déficits* se multiplicaram. Os orçamentos aí estão para atestar o vêzo administrativo que infelizmente tem formado escola, contra todos os princípios de defesa das prerrogativas de independência da pátria, o vêzo de sacar-se dos cofres públicos mais do que as previsibilidades orçamentárias estabelecem. Só o *déficit* relativo ao exercício de 1877-78 orçara por setenta mil contos (226). Política assim imprevidente, assim perdulária, só poderia gerar o descontentamento, a desconfiança, a desharmonia.

Por seu turno, tornou-se poderoso agente de discórdia, inflamando e subdividindo os partidos, a reforma eleitoral, ideia aviventada com admirável constância, de longa data, pelos liberais. Não era nova a aspiração. E, se não figurara no plano radical de reformas, elaborado pelos liberais em 1831, como refere com acêrto Heitor Lyra, os progressistas, de onde se originara o atual partido liberal, já a haviam adotado desde 62, como um dos números principais de seu programa político (227). Reavivou-se a campanha, porém, seis anos depois, quando da reação dos que compunham a grei de Zacarias, contra o ato do imperador que substituiu o gabinete liberal do eminente valenciano da Bahia, pelo de Itaborai, conservador. Chegava, agora, a um ponto que era preciso realizá-la, tanto mais quanto as modificações feitas em 75, pela chamada lei do têrço, só serviram, dada a burla dos mandões provincianos, para legalizar, através do *rodísio*, a enormidade dos escandalos eleitorais (228).

O imperador, que via as espoliações dos pleitos com profundo desgosto, que não pactuava, em absoluto, com a

(226) Afonso Celso, discurso proferido na sessão do Senado de 7 de junho de 1879.

(227) *História de D. Pedro II.*

(228) Craveiro Costa, *op. cit.*

degenerescência da expressão representativa do regime que encarnava, pôe-se em campo para ajudar a reforma. Não era partidário dela, porque, “para êle, a causa do falseamento das eleições e, portanto, da Câmara sem autoridade, que permitiam golpes como o de 68, não estava na lei que se pretendia agora reformar. Era bem mais profunda. Estava na massa ignorante da nação. Estava também nos péssimos costumes políticos de nossos homens de govêrno” (229). Contudo, accedeu à vontade, que nunca lhe faltou, de satisfazer à opinião dominante.

Mas, antes de tomar qualquer resolução, dispôs-se a visitar Caxias, que repetidas vezes já lhe havia solicitado demissão da chefia do govêrno, alegando condições precárias de saúde. O encontro dera-se em Santa Mônica, na residência do velho e valoroso militar. D. Pedro entristeceu-se. E com razão. A enfermidade de Caxias era dessas que, uma vez manifestadas, principalmente em organismos cansados, só se extinguem com o enfêrmo. Sentiu que mais um grande vulto estava condenado a desaparecer em breve do amplo e revólto cenario administrativo brasileiro. E voltou convencido da necessidade de dar substituto ao glorioso patrono de nosso exêrcito. Começou, então, a ronda perscrutadora. Auscultou Jaguarí, presidente do Senado, e Paulino de Souza, presidente da Câmara, e ambos se declararam pela oportunidade da reforma. Observou, ainda, que Cotegipe, apesar de não ter cedido às instancias de Afonso Celso e seus correligionários para promovê-la, não era sinão *políticamente* contra ela, ao mesmo passo que apurou estarem francamente conquistados aos novos ideais Rio Branco, João Alfredo e Sales Torres Homem (230).

(229) Heitor Lyra, *op. cit.*

(230) Idem, idem.

Resolveu, diante disso, e atendendo a que a ideia pertencia aos liberais, chamar Sinimbú e confiar-lhe a organização do novo gabinete, que se apresentou a 5 de janeiro de 78, com Leôncio de Carvalho na pasta do Império, Lafayette Rodrigues Pereira na Justiça, Domingos de Souza Leão (barão de Vila Bela) na de Estrangeiros, Gaspar da Silveira Martins na Fazenda, Eduardo de Andrade Pinto na Marinha e o general Osório (Marquês do Herval) na Guerra. A presidência do Conselho e a pasta da Agricultura ficaram com Sinimbú (231).

Observe-se que nenhum dos componentes do novo gabinete havia ocupado ainda qualquer pasta ministerial. Eram, todos, néo-ingressos na curul governamental. Contudo, capazes de grandes lances, afeitos às duras pelezas políticas do tempo, decididos e corajosos. Os liberais os recebem com simpatia e confiança. Causa mesmo sensação nos arraiais republicanos a inclusão de Lafayette na pasta da Justiça (232). Mas as lutas que se iriam desdobrar não seriam pequenas. Lutas com os do partido contrário, que passaram a atacar, pela imprensa e pela tribuna parlamentar, o poder pessoal do imperador, e com os próprios servidores liberais. O primeiro im-

(231) Diz Julio César de Faria que Sinimbú quis confiar a pasta do Império a José Bonifácio, e que a lembrança se impunha como imperativo de coerência política, não só atendendo à parte saliente por êle assumida quando da ascensão de Itaboraá, como também à atitude que tinha mantido com referência à eleição direta. Com esse escopo encarregou Leôncio de Carvalho de efetuar o convite. José Bonifácio, porém, declinou da honra e o próprio Leôncio passou a gerir aquela pasta.

Por sua vez Craveiro Costa diz que Leôncio de Carvalho era filiado ao partido liberal e obediente à orientação de José Bonifácio. Consideravam-no uma das maiores esperanças da geração política que surgia sob os auspícios das ideias democráticas.

Dai, talvez, ter-lhe Sinimbú dado preferência.

(232) Craveiro Costa *op. cit.*

passé originou-se das eleições de 76, que haviam levado à Câmara maioria conservadora. Não era possível administrar com ela. Decretou-se a sua dissolução, a 11 de Abril, e convocou-se outra para 15 de Dezembro do mesmo ano de 78. Note-se que a situação era tanto mais tensa quanto desde 10 de Outubro de 75 o Parlamento não se reunia (233). Após isso, vieram as desinteligências entre os colegas de ministério. Primeiro, com Andrade Pinto, que ocupava a pasta da Marinha (234). Depois, com Silveira Martins e Vila Bela, que, ao entrarem para o gabinete, queriam que a reforma eleitoral permitisse aos católicos o direito do voto, e como isso não fôsse tomado em consideração, resolveram retirar-se. Vila Bela teve por substituto interino, a 8 de fevereiro de 79, a Leôncio de Carvalho, que transmitiu a pasta, pouco depois, a Sinimbú, que a confiou, a 4 de junho do mesmo ano, a Antonio Moreira de Barros; Silveira Martins também transmitiu a sua pasta a Sinimbú, que a confiou, na mesma data de 8 de fevereiro de 79, a Afonso Celso, que havia sido novamente eleito deputado pela 17a. legislatura.

(233) Max Fleiuss, *História Administrativa do Brasil*.

(234) Motivou a saída de Andrade Pinto, segundo refere Craveiro Costa, um desacôrdo entre êsse titular e seus colegas. O gabinete "deliberara unanimemente que, no interêsse das administrações provinciais, sempre que um presidente recebesse o mandato de representante da nação, se lhe desse substituto, livrando-se assim essas circunscricões de interinidades administrativas demasiado longas e, pelo seu próprio caráter de interinidade, estéreis. Eleito deputado e presidente da provincia do Rio de Janeiro, o ministro do Império, na forma da deliberação anterior, tratou de dar-lhe substituto. Andrade Pinto pediu uma exceção para o presidente do Rio de Janeiro. Entendeu o ministerio não dever "infringir uma regra de administração, que reputava muito conveniente". Andrade Pinto pediu e obteve a sua demissão."

Reconheça-se, aí, a grande atividade de Afonso Celso. Atividade tanto maior quanto, passando da oposição à coórte governamental, êle sentia ser indispensável muita auto-crítica, muito critério para não se desviar, como órgão administrativo, da linha de conduta e da rota de realização em 77. Por outro lado, teria de arcar com a grande animosidade suscitada por Silveira Martins, que, impetuoso, impolítico, não só levantara descontentamentos com as suas ideias financeiras, sua concepção emissionista, como criara a dissidência entre os próprios correligionários, devido ao seu gênio arrebatado e agressivo. Se Afonso Celso tivesse assumido a pasta da Fazenda no início das atividades do gabinete Sinimbú, talvez tôda a desinteligência, que tão ruinosamente logo passou a solapar grandes possibilidades do partido, não houvesse sequer sido despontada. Porque quem a provocou, segundo assinalam os reconstituidores mais abalizados dessa época da política nacional, foi Silveira Martins. Sinimbú era senhor de equilibrado liberalismo britânico. Não magoaria ninguém, e isso se vê de suas palavras a propósito da reforma liberal no programa de seu governo. Era sereno. Era prático. Afonso Celso, longe de causar irritação ou descontentamento, era agradável pela palavra sincera e fluente, e repousante pela confiança que impunha aos colegas. A nossa suposição é tanto mais certa quanto se vê que, mal assumiu ele a pasta, imediatamente o ministério adquiriu uma homogeneidade até ali inexistente, uma coesão maior, mercê do que pode empreender marcha mais segura e mais vantajosa à sua existência perante a história.

Vamos aos fatos, para comprovar a assertiva.

Como em 1877, Afonso Celso desdobra-se em estudos fundamentais da nacionalidade com tal fervor, que termina acumulando, nos últimos meses de vida do ga-

binete, a pasta da Fazenda e do Império. E, se quando ministro da Fazenda, não deixa uma interpelação, um ângulo de nossa situação economico-financeira, uma verba, por mínima que seja, sem explicação imediata e cabal, ou sem solução, naquilo que dele depende, como ministro também do Império vai aos pontos mais delicados e mais transcendentés da vida nacional. Em virtude desse dinamismo administrativo e parlamentar, que lhe era característico, ocupou a tribuna da Câmara a 7, 13, 14 e 24 de janeiro; a 11 e 12 de fevereiro; a 5, 18 e 22 de março; a 3, 7 e 18 de abril; a 6 de junho e 25 de outubro. No Senado, fez-se ouvir nos dias 12, 23, 26, 27, 28 e 30 de maio; a 5, 10, 11, 13, 17, 18 e 20 de junho; a 2, 3, 8 e 11 de julho; a 20, 24, 25 e 26 de setembro; a 1, 14 e 17 de outubro e, finalmente, a 6 de novembro. Ao todo 40 vezes esteve presente às tribunas das duas casas legislativas. Temos sob as vistas o volume que enfeixa os discursos por ele proferidos nesses dias. Foi-nos cedido pelo dr. Afonso Celso de Paula Lima, seu neto, que lhe consagra inextinguível carinho à memória. Contém 906 páginas, formato 14 x 22, composição em corpo 10 sobre 12. Por aí se pode avaliar o que foi a atividade do eminente filho das Alterosas em 1879.

Como deputado, no início de 79, distinguiu-se de seus pares logo às primeiras rajadas emitidas pela força do talento. Se em 77 fôra o líder da oposição liberal, porque o partido estava à margem e as suas proposições, oportunas e sensatas, não eram aceitas, agora, que novo gabinete liberal subira ao poder, torna-se o líder da defesa do gabinete e promove a adoção de tudo quanto havia aventado a bem da melhor situação do país. Admirável, sobretudo, a sua disciplina. Indiscrepante a sua coerência. E foi devido a essas qualidades morais, e à

sua fecunda atuação intelectual, que poude salvar o partido de crises que lhe poderiam ter sido fatais.

Relembramo-nos do que se passou na sessão de 13 de janeiro de 79. Silveira Martins, que vinha assumindo atitudes prejudiciais à nova situação liberal e que chegou mesmo a fazer perigar a harmonia e o desenvolvimento do programa traçado por Sinimbú, com as dissidências oriundas de suas concepções financeiras e da questão por ele aventada sobre a *elegibilidade dos católicos*, ocupa a tribuna para apelar, com palavras bem pouco políticas, para a confiança ou reprovação da Câmara ao Gabinete de que fazia parte. Alega que o que não podia continuar eram as disseminações de fôrça dentro do próprio partido. Expõe o gabinete, dessarte, e mau grado a unanimidade liberal da Câmara, a uma crise imprevista. Sua atitude foi perigosa. Tanto mais quanto já se haviam declarado contra ele, pessoalmente, vários liberais que tinham em Martim Francisco seu chefe decidido. De sorte que a reação dos conservadores não se fez demorar. Turva-se o ambiente. Afonso Celso sente-o. E ao perceber que José Mariano se movimenta para, aproveitando-se do ensejo, desferir golpe seguro nos liberais, levanta-se, rápido, antes que o adversário o faça, e requer seja-lhe concedida urgência por cinco minutos. José Mariano, entre surpreendido com a ligeireza de Afonso Celso e ansioso por lhe entrar a ação, que sabia ser eficiente, pede a palavra pela ordem. Mas era tarde. A Câmara aprova a urgência pedida e ele profere uma das suas mais incisivas e belas orações parlamentares, refeita de persuasão e coragem, naquele seu timbre desabusado e firme, e termina com uma moção de confiança ao ministro e ao gabinete (235).

(235) *Anais da Câmara*, 1879.

Salva, assim, a situação liberal.

Foi nesse discurso que Afonso Celso disse em meio à Câmara atenta:

— Homem público, ou simples particular, nunca hesitei diante do cumprimento de nenhum dever. Desempenho-os todos como posso e entendo, mas sempre com a máxima franqueza, sinceridade e isenção de ânimo, pois não cogito jamais dos comentários que porventura provoque a atitude que assumo.

Era a advertência sobranceira, diante da Câmara subdividida pelos liberais.

Com esse gesto de fidelidade aos postulados liberais, conquistou maior confiança ainda. Sagrou-se mesmo árbitro da situação. Tanto assim que, a 24 de janeiro, foi ele quem, na qualidade de membro relator da comissão incumbida de redigir o projeto de resposta à *Fala do Trono*, veio proferir o *Voto de Graças*. E que voto! Pretendendo ser conciso, prolongou-se na tribuna por tempo largo. Basta ver que o seu discurso ocupa 50 páginas do volume a que nos referimos ha pouco. Explica-se: subdividido o partido, exacerbados os conservadores, a saraivada de apartes levou-o a explanações e revídes que o tornaram extenso. Mas foi também uma oportunidade a mais para que pusesse à prova seus notabilíssimos recursos de estadista completo.

Começou acentuando que o programa do gabinete não era, por certo, o programa do partido liberal, representado na Câmara, pois, seguramente, ele e os que com ele deliberaram concretizar o pleno gozo da liberdade em tôdas as suas manifestações, na consciência, na instituição legal da família, na educação da prole, no exercício do trabalho e da indústria em suas várias formas, no voto, enfim, que é a ingerência de todos os cidadãos na

direção dos negócios públicos; eles, que se propuseram isentar o indivíduo, o município e a província das peias que os tolhiam, impedindo que se desenvolvessem, que se fortificassem e prosperassem; eles, afinal, que se propuseram tornar uma realidade prática a divisão, a harmonia e a independência dos poderes públicos, contendo-os na órbita legal de suas atribuições, — não podiam limitar suas aspirações políticas à eleição direta nem os seus planos administrativos ao equilíbrio da receita com a despesa (236).

Mas — frisou — se o programa do gabinete não era todo o programa do partido liberal, não menos certo era que constituíam esses dois pontos a parte mais importante desse programa, a única urgente, a única inadiável, a única própria e digna de uma primeira câmara e de um primeiro ministério liberais, depois de tantos anos de afastamento do govêrno. Para ele, tudo dependia dessas duas grandes verdades no sistema representativo; e no dia em que as conseguíssemos, embora não fôssemos ainda uma nação ilustrada, forte e poderosa, seríamos, porém, com certeza, uma nação respeitada, livre e feliz, porque nela a ação individual, como a dos poderes públicos, desenvolver-se-ia tranquila e regularmente, preenchendo os seus destinos.

Essa ordem de considerações do orador arranca aplausos aos correligionários e à assistência que se apinhava nas galerias. Felício dos Santos, que capitaneava então os opositoristas conservadores, tenta soffrear o ritmo feliz que Afonso Celso vinha dando ao seu improviso. E aparteia:

— Se fôssemos tão bons políticos como administradores, não há dúvida que todos estaríamos satisfeitos.

(236) *Anais da Câmara.*

Afonso Celso não se desarmã :

— Eu disse que, constituindo uma parte importante do programa liberal, o programa do ministério exprime as únicas aspirações inadiáveis daquele, e exatamente as ideias a cujo serviço deviam consagrar-se de preferência o primeiro gabinete e a primeira câmara liberais.

E para o presidente :

— E' mistér que me explique. Antes de tudo não somos aqui um congresso de ideólogos ou publicistas, mas de homens políticos, de mandatários responsáveis pelo seu procedimento, de legisladores, em uma palavra, e nessa qualidade devemos ter principalmente em vista o lado prático das cousas. Pretender que para dar arras de seu genuino liberalismo e fazer juz ao apoio do partido, o ministério aconselhasse à corôa um discurso que fôsse, por assim dizer, o *códice* dos princípios liberais, seria preferir frases sonoras à realidade dos fatos, o que poderá talvez iludir incautos, mas nunca satisfazer à parte sensata da nação.

De toda parte da Câmara surgem apoiados. A resposta incisiva e pronta conquista o ambiente. O orador prossegue, volvendo o olhar para o chefe da opposição :

— Que utilidade haveria em chamar a corôa a atenção do parlamento para um longo catálogo de reformas a empreender, se materialmente impossível seria realizá-las durante uma legislatura, quanto mais em uma sessão? Não tivemos já, porventurá, sob o domínio de ambos os partidos, pomposos programas de govêrno, apontando grande número de medidas úteis e necessárias nos diversos ramos do serviço público, e convidando o parlamento a adoptá-las? Não se comprometeram também, por vezes, as câmaras liberais e conservadoras, unânimes ou não, a aplicar-se com afincio

ao estudo de tais medidas, afim de serem remediados os males indicados? Pois bem: dizei-me, senhores, quantas vezes tais programas foram cumpridos, tais promessas, desempenhadas? Por via de regra, o país tem visto encerrarem-se as câmaras, após longos meses de sessão, sem que, a despeito dos protestos de acertadas providencias, se realize uma única reforma, se remova um só dos males lembrados na sessão de abertura!

A Câmara novamente o aplaude. Cresce e desenvolve-se o interesse pelo grande argumentador, pelo líder hábil e persuasivo, à medida que suas frases são emitidas, felizes e sensatas, realistas e lógicas. Mas Felício dos Santos torna à tentativa de embaraçá-lo, ou melhor, de desviá-lo da róta luminosa de considerações:

— E' preciso saber por culpa de quem.

Afonso Celso corta-lhe a possibilidade da discussão em tôrno de assunto meramente partidário:

— Não é de hoje o mal, nem desta geração a culpa.

Passa, daí, a citar o exemplo de Feijó, que já no período regencial lamentava a inoperância de certas fases legislativas, acrescentando:

— Sr. presidente, é inegável a esterilidade do parlamento, sobretudo no segundo reinado, durante o qual tanto se há abusado do nocivo sistema de conceder ao poder executivo verdadeiras delegações de funções legislativas, para regular os mais graves assuntos. Causas diversas, que não vêm a pêlo mencionar, para isso concorrem e não é de momento que se pode removê-las. E, pois, todo aquele que, nas condições atuais, submeter à apreciação das câmaras, para que as resolvam, questões múltiplas e importantes, iludir-se-á, supondo vê-las decididas, exceto por meio

das delegações a que me referi, e que tanto têm contribuído para o falseamento de nosso sistema de governo. Assim, entendo que bem avisado andou o gabinete concentrando sua atenção sobre dous pontos únicos, e chamando para eles a do corpo legislativo, tanto mais quanto envolvem árduos problemas de elevado interesse público e econômico. Querer mais, seria denunciar a insinceridade das intenções, revelar claramente que só se tinha em vista mistificar, ganhando tempo e salvando as aparências. No programa limitado do gabinete, portanto, eu vejo, sr. presidente, uma prova mais da lealdade de seus planos, do ânimo reto e íntegro com que se vota ao desempenho de sua missão, que aliás é de natureza a constituir por si só o padrão de glória, não de um governo somente, mas de uma situação, de uma época.

Ao referir-se às vantagens da restauração das finanças e da eleição direta, objetivadas no programa do gabinete Sinimbú, acentua:

— Estamos, é certo, convencidos de que a grande maioria de nossos concidadãos as abraça e quer; estamos convencidos de que são elas as únicas capazes de satisfazer as necessidades públicas; mas a verdade é (e não tenhamos pejo em confessá-la), que a prova real de tudo isto ainda não foi tirada, porque essa prova real é — uma eleição livre e a aceitação de nossas doutrinas pelos que ela aqui colocar.

Felício dos Santos volta à carga:

— Está em um círculo vicioso.

— De um círculo vicioso quero eu tirar o país — respondeu imperturbável.

Os aplausos mais uma vez ecoam, calorosos.
Ele continua:

— Senhores, habilitemos primeiro o país a pronunciar-se livremente, a escolher com inteira independência seus mandatários, e estes poderão empreender com segurança e sem hesitações a série de reformas, que as necessidades públicas reclamam. Isto, sim, é urgente; tudo o mais é adiável, até porque com uma eleição livre os males que todos reconhecem ficarão em grande parte atenuados.

Aprofundando o tema, evoca opiniões respeitáveis, de figuras largamente conceituadas na Câmara, para fundamentar o acerto da política administrativa do gabinete. Cita opiniões de Saraiva sobre a reforma eleitoral, que todos ouvem religiosamente. Por fim, Felício dos Santos pondera:

— Isto é que é ideal.

— E ele, dando-lhe uma lição:

— Isto é que é prático e real.

Era realmente o lado prático das cousas o que queria Saraiva. E era isso também o que queriam todos os liberais fieis aos postulados do partido.

Ao falar da forma como deveria ser decretada a eleição direta, que, na opinião do governo, estava fora da competência de uma legislatura ordinária, só cabendo na de uma Câmara constituinte, ou antes, de uma Câmara revisôra, esclareceu:

— Senhores, eu sou daqueles que pensam não envolver o art. 90 da Constituição do Império, que estabeleceu a eleição de dous graus, ou indireta, matéria constitucional, nos termos do art. 178, e que, portanto, para sua reforma não são precisas as formalidades dos arts. 174 e seguintes, ou, por outra, a convocação de uma

constituinte. E assim penso, por uma razão capital deduzida do art. 91, como vou demonstrar. Segundo o art. 178 só é *constitucional*, e, portanto, só é reformável por uma Câmara que haja recebido poderes especiais, o que diz respeito aos limites e atribuições dos poderes do Estado e aos *direitos políticos* e individuais do cidadão. Ora, que direito de voto não é considerado — *direito político* pela Constituição, di-lo claramente o art. 91, quando estabelece como condição indispensável para o exercício do direito de voto...

— O gôzo dos direitos políticos — avança Martim Francisco.

— Exatamente — o gôzo, a posse dos *direitos políticos*. Se para ter voto é mistér estar no *gôzo dos direitos políticos*, no'e-se, manifesto é que o voto não é um dos direitos políticos, mas cousa diversa, que neles não se comprehende, tanto que para exercê-lo deve o cidadão estar já na posse de tais direitos.

Jerônimo Sodré pergunta:

— Si não é direito político, o que é então?

— E' uma função pública, — responde o orador — não um direito político, na frase da Constituição, salvo redundância na lei, o que se não admite.

Desenvolvendo a matéria, que dominava com segurança, jurista que era, acentuou Afonso Celso robustecer-se mais ainda a sua convicção diante dos precedentes de Portugal, cuja carta constitucional, nesse ponto, como em quase tudo, era cópia fiel da nossa. Mostrou que os arts. 63 e 140 a 144 da carta da monarquia portuguesa reproduziam exatamente o texto dos arts. 90 e 174 a 178 da Constituição brasileira, isto para fazer sentir que, quando em Portugal se tratou, em 1848, de substituir a eleição de dois gráus pela de um só, como agora queríamos, surgiu ali a mesma questão de ordem constitucional que se agitava aqui. Historiou a evo-

lução dos debates, em que tomaram parte notabilidades como Vaz Preto, Isidoro Guedes, Ávila, Rebelo da Silva e outros, recordou o parecer que por grande maioria de votos foi rejeitado na Mãe-pátria distante, para concluir que supunha não estar em êrro firmando o princípio de que não envolvia preceito constitucional o art. 63, cópia do art. 90 da nossa Constituição. Entretanto, reconhecia que a opinião contrária também encontrava numerosos sustentadores, apoiando-se em razões que não deixavam de ter alguma procedência, motivo por que a respeitava. O assunto provoca longa discussão. Ele mostra que, dispondo Saldanha, na ocasião, de um poder discricionário, em Portugal, e podendo fazer a reforma com um rasgo de pena, não o quis, porém. Entendeu guardar pelo menos algumas das formalidades da carta da monarquia portuguesa; e convidou o povo a conferir poderes constituintes aos seus representantes, na primeira eleição. Era a habilidade do político sagaz que compreendia que, mesmo a bem da eficácia de certas medidas, convém, para obtê-las, não contrariar de frente susceptibilidades de opiniões, que podem não ter fundamento, mas em todo o caso são respeitáveis... Não podia, pois, ele, Afonso Celso, levar a mal que procedesse com a mesma prudência e cautela o govêrno de seu país. A oposição e os liberais dissidentes, com Martim Francisco à frente, interessados em estabelecer a confusão, em tirar o orador do prumo de suas observações judiciosas, advertem que o ministério Sinimbú não tinha o direito de descobrir a corôa, ao que ele responde com vantagem:

— A corôa não se descobre, desde que os ministros assumem a responsabilidade das suas opiniões. Esta é a verdadeira teoria constitucional.

A oposição fala em escrúpulos da corôa, e um deputado observa não poder o governo alegar perante a Câmara escrúpulos da corôa.

— Sem dúvida nenhuma; — respondeu ele — nem os alegou o gabinete. Foram os nobres deputados da opposição que se referiram a escrúpulos da Corôa, e eu estou discutindo a sua legalidade. Se existem, nada têm de inconstitucional, e quando tiverem fundamento devem ser respeitados, a fim de que haja o direito de exigir-se reciprocidade!

A Câmara inteira vibrou, mais uma vez. Sem se perturbar nem perder o sensato desenvolvimento de seu formoso improviso, o orador declara, ainda, que, conhecendo os ministros, seus companheiros de luta, e cuja lealdade, patriotismo e independência de caráter vira postos em prova, com êxito, ao longo de suas atividades públicas, tinha razão, portanto, para confiar nêles. E desde que os via ao leme da náu do Estado, certo estava que na direção a seguirem encontrariam mares bonançosos, ventos propícios e seguro pôrto. E, num assomo bem do seu caráter:

— Se me iludisse, poderia declinar a responsabilidade, até porque só cabe ela aos que do alto do passadiço descortinam largos e longínquos horizontes, e não aos que, fazendo parte da tripulação, como eu, devem executar manobras ordenadas; mas declaro que não o farei, antes desde já assumo tranquilo essa responsabilidade, porque, sr. presidente, a experiência me tem ensinado que em política e nas condições do nosso país, é um êrro fatal a máxima — *ou tudo ou nada!* Para todos os homens políticos, para todos os partidos e govêrnos, ha um profundo ensinamento na cruel decepção que o destino reservava ao ilustre estadista francês, que cheio de convicções, de nobre ardor e esperanças,

exclamava: “*Nem uma pedra de nossas fortalezas, nem um palmo do nosso território*, — nas vésperas de ser obrigado a subscrever a cessão da Alsacia e da Lorena, florescentes províncias de sua querida pátria. *Ou tudo ou nada* — pode ser divisa honrosa de um indivíduo tenaz e caprichoso, mas não poderá ser nunca bandeira de partidos, porque estes não devem ter caprichos, e sim aspirações e crenças adaptadas às circunstâncias do respectivo país; menos poderá ser norma diretora de qualquer govêrno, porque incumbe-lhe satisfazer os interesses do maior número, sacrificando muitas vezes as conveniências de momento aos interesses do futuro.

As aclamações das galerias cruzam-se com os *apoia-dos* dos membros da Câmara. Buarque de Macedo aparteia:

— Os próprios radicais não querem a *máxima* — *ou tudo ou nada*.

Ao que Galdino das Neves ajunta:

— Ninguém quer.

Afonso Celso, cada vez mais feliz no aproveitar as oportunidades que as contraditas da opposição lhe ofereciam, declara:

— Ha de perdoar-me o meu illustre comprovinciano: alguém quer. Pois não ouvimos, ainda ontem, o meu nobre amigo, deputado por Sergipe, comparar a doutrina liberal a um *monolito*, e censurar o ministério por pretender destacar dêle um fragmento, uma lasca, — a eleição direta?! A doutrina liberal, senhores, será um monolito, porém, mais eloquente do que lógico, o illustre deputado esqueceu-se de que os monolitos não se talham de um só golpe, nem se fundem de um jato; não se erigem sinão sobre

bases mais largas, firmes e sólidas do que eles, e pelo esforço comum, acorde e simultâneo dos operários encarregados de levantá-los! Falte essa base, deixem de atuar no mesmo sentido as forças reunidas, e a mole imensa, que deveria atravessar as idades e afrontar os séculos, ruirá por terra, esmagando os obreiros e partindo-se em mil pedaços, cada um dos quais atestará a imprudência e a loucura dos homens!

Prado Pimentel observa:

— Isto é que é mais eloquente do que lógico.

Mas o revide não logrou penetrar ouvidos atentos. As palmas, as vozes encheram o recinto com o fragor que os períodos felizes dos oradores lúcidos e talentosos suscitam nos auditórios dominados.

Passa, depois, Afonso Celso a abordar a momentosa questão de auxílio à lavoura, que provoca discussões largas. A certa altura, após referir-se aos pesadíssimos encargos legados pela situação conservadora, que tornavam impossível a abertura de novos créditos em prol da lavoura, inquire à Câmara agitada e dividida:

— Pergunto aos nobres deputados: quando, com uma receita — notem bem — *receita*, não *renda*, que não excede de cem mil contos, somos obrigados a despender mais de 43 mil só com o serviço da dívida pública, e cerca de 50 mil com o pessoal que vive à custa dos cofres públicos, — onde ir buscar recursos para socorrer a agricultura?

Um deputado interpela-o:

— E se não houver lavoura, que é donde saem esses recursos?

— Não exageremos; toda a lavoura do Império atravessa uma crise gravíssima; o seu futuro deve inspirar-nos receios, mas não está perdida.

Ha apartes. Os ânimos exaltam-se. A agitação sacode o recinto da Câmara. Falam sobre as diversas modalidades do crédito. Afonso Celso torna:

— Ouço falar em fomentar o crédito agrícola, crédito real, territorial, ou que melhor nome tenha! Eu começo por pedir que me expliquem o que seja esse *crédito agrícola*, diverso do crédito comercial ou industrial. Acaso um difere do outro?

Ninguém responde. O orador doutrina com segurança e sabedoria:

— Não há senão o crédito, dizia Dupin, e com toda a razão, porque o crédito não muda de natureza, conforme a profissão de quem dele precisa e socorre-se. O crédito, sr. presidente, é sempre a facilidade que encontra o indivíduo de aumentar os seus recursos próprios pela confiança que inspira. Não falta, nem faltará crédito à lavoura que inspire confiança, e os meios de inspirá-la, já os indicou aqui, em grande parte, e com muita proficiência, o nobre presidente do Conselho.

Levantam-se novos apartes. Ele indaga:

— Senhores, eu quisera que me apontassem onde e quando já se estabeleceram Bancos com o auxílio do govêrno, especialmente destinados a emprestar à lavoura, e que fazendo a esta largos benefícios, auferissem também lucros correspondentes aos sacrificios do govêrno, ou aos serviços que prestassem!

— Em França — responde Buarque de Macedo.

— Está enganado o meu illustre amigo. S. Excia. refere-se, sem dúvida, ao *Crédit Foncier*, creado por Napoleão III, e que teve logo a larga subvenção de dez milhões de francos, estabelecimento êsse que se apresenta como tipo, e parece ter sido môdêlo de que se quis aproximar a nossa lei de 1875. Mas, sr. presidente, em primeiro lugar, o *Credit Foncier* tem passado por sucessivas modificações, algumas recentes, o que prova não ser

ainda o *típo* das criações deste gênero. Depois, será ele estabelecimento, já não digo exclusivamente, mas especialmente, destinado a auxiliar a lavoura? Deve a lavoura de França sua prosperidade às transações com ele feitas?

— Emprestou muito.

— E' um engano. Leia o nobre deputado um livro publicado não há muito tempo por Victor Borie, e verificará que o *Credit Foncier* emprestara, até 1877, nada menos de 241 milhões de francos, dos quais cerca de metade fôra empregada em empréstimos sôbre a propriedade urbana de Paris.

— V. Excia. esquece-se das sucursais do *Credit Foncier*.

— Não; esta massa de transação compreende as da caixa matriz e filiais. E, o que é mais significativo, senhores, é que este estabelecimento, apesar dos grandes auxílios e privilégios, se tivesse escapado à catástrofe de uma falência, teria hoje uma posição modesta, a não serem as grandes especulações em que entrou com a municipalidade de Paris, ao tempo da administração de Haussman. Foram os lucros enormes que então realizou, e os provenientes de empréstimos feitos, sob a garantia da propriedade urbana de Paris, que lhe trouxeram a prosperidade que ostenta. O *Credit Foncier*, portanto, não é um banco essencialmente criado para auxiliar a lavoura, as suas operações com ela estão na razão de 1/3 da massa geral de seus negócios.

— Hei de provar —, atalha Buarque de Macedo — com estatísticas os benefícios que ele teve, provenientes da lavoura.

— Aguardarei a prova, que aliás não basta. Seria mistér provar também que a lavoura colheu proventos correspondentes, e se os benefícios que ambos auferiram guardam proporção com os favores e sacrifícios do Estado.

Afonso Celso não podia dar respostas mais felizes, mercê de sua lógica, de sua segurança, de sua clareza, de sua persuasão, tudo de envolta com uma precisão de pormenores impressionante. Mostrando, a seguir, que o cré-

dito, sôbre reger-se por leis especiais que não estão na alçada de nenhum govêrno, e que, consequentemente, querer, usando de meios artificiais, proporcionar à lavoura empréstimo a longo prazo e a juro módico, seria uma utopia igual à do descobrimento da pedra filosofal, lavrou sua sentença:

— Não é desse modo que se fomenta e protege a lavoura. Rasguem-se estradas, naveguem-se os rios, diminuam-se os fretes e os impostos e ter-se-á protegido a lavoura suficientemente. Aquela que com tais medidas não prosperar mostrará não dispor de elemento algum de vida.

Passando à defesa do gabinete, no que tangia à existência de um republicano confesso — Lafayette — na pasta da Justiça, terçou armas, então, com Bezerra Cavalcanti, que se desculpara das acusações feitas no dia anterior. Declarou ser para lamentar que no Brasil fôsse motivo de censura e exprobação o que se tinha dado em outros países, sem excitar o menor reparo e merecendo até louvores. Para melhor defender Lafayette exemplificou com o que ocorreu com Bright, radical, que serviu à rainha da Inglaterra; com Despretis e Nicotera, republicanos, que foram ministros do rei da Itália; com Thiers, monarquista, que foi presidente da República Francesa, cujos destinos ainda naqueles dias dirigia nobre e lealmente o duque de Magenta, notório e dedicadíssimo bonapartista. E, com a perfeita visão do futuro, penetrando fundo as realidades políticas do país, depois de assinalar que nenhum dêsses grandes cidadãos havia sido por tais atos acusado de haver traído as suas crenças ou faltar aos seus deveres de funcionários, observou:

— Não vejo que extranhar, antes considero naturalíssimo que nós liberais colaborem no serviço público com os republicanos

do nosso país, porque eles não querem transformar as nossas instituições pela violência, não pelo progresso natural das ideias, pela força da doutrina. Demais, há para os sectários das duas escolas princípios que são comuns; e, portanto, por que não se hão de auxiliar reciprocamente para a sua realização? Obtida esta, cada um seguirá seu caminho. Este consórcio, senhores, é tanto mais natural e legítimo, quanto é incontestável que os nossos partidos hão de transformar-se em futuro mais ou menos próximos. Ou nós, liberais, havemos de conseguir, sob a atual forma de govêrno, a soma de liberdades e franquezas de que a nação carece para ser feliz, e então não haverá republicano, porque a melhor república é a monarquia constitucional representativa, ou não as conseguiremos, e em tal caso, sr. presidente, outros que não os atuais, serão os partidos em que se dividirá o país — republicanos e monarquistas.

Novos aplausos. O orador, pelo tempo largo que vinha ocupando a tribuna, onde os apartes o levaram a análises de ângulos que não pretendia desenvolver naquele instante, sente-se fatigado. A voz começa a enrouquecer. O esforço de memória empregado na evocação de certas minúcias e a necessidade de levar a ideia a campos imprevistos, desgastaram-lhe as energias. Mas referiu-se, ainda, à improcedencia das censuras que estavam dirigindo ao gabinete, na pessoa do ministro de Estrangeiros, por ter concedido a extradição a um súdito americano, e defendeu também o ministro da Agricultura de acusações descabidas, no seu entender, e terminou dirigindo-se ao ministério e aos seus correligionários, nestes termos:

— Ao ministério pedirei que, robustecido como se acha, pelo apôio desta Câmara, siga sem hesitar na trilha que traçou, não perdendo um dia, não desaproveitando um momento, que o tempo urge. Promova, pois, quanto antes a iniciação da reforma, logo

depois das leis de força e do orçamento. A Câmara entregar-se-á de bom grado aos trabalhos precisos, para elaborá-los de acôrdo com as necessidades e as circunstâncias do país.

Aos meus correligionários lembrarei que a principal causa do desastre do nosso partido, tão forte em número, em ilustração, energia, dedicação e patriotismo, está nas divergências que nele se levantam frequentemente, por questões de amor próprio e orgulho pessoal, e na falta de disciplina. Somos todos amigos; sejamos irmãos. Compactos, cerrados e unidos em tôrno da nossa bandeira, tratemos de realizar, umas após outras, as grandes medidas que nela estão inscritas. Se esta situação for estéril, se não corresponder às esperanças do país, que saudou com entusiasmo a nossa ascensão; se, volvidos alguns anos, deixarmos o poder, sem nos termos nobilitado por grandes serviços à causa pública, não nos queixemos de ninguém, mas sim de nós mesmos, que, como os Israelitas, nada teremos esquecido, nem aprendido no exílio e na desgraça! (237).

* * *

O êxito de Afonso Celso foi pleno, dada a significação de sua peça oratória, cuja extensão não prejudicou o efeito sugestivo das análises feitas. Todos os ministros lhe foram ao encontro, para felicitá-lo. Os companheiros de luta parlamentar também o circundaram, com expressões efusivas, enquanto que das galerias repletas se desprendia uma onda sonora de vozes consagradoras.

Esse discurso, esse admirável *Voto de Graças*, reafirmou, não há dúvida, perante Sinimbu e perante o Imperador, as grandes qualidades político-administrativas do illustre mineiro. E, tendo tido extraordinária repercussão na Quinta da Boa Vista, e propagando-se, daí, a tôdas as camadas superiores do pensamento político da época, teve, também, a virtude de abrir novas possibi-

(237) Idem

lidades ao seu autor, pois a verdade é que, estando o imperador preocupado em dar substituto a Silveira Martins, ao meditar nos recursos intelectuais, na cultura economico-financeira e na inteireza moral do líder liberal na Câmara, viu nele o elemento indicado para integrar o gabinete de 5 de janeiro de 78. Fez mais o imperador, sob a agradável impressão da viril atitude de Afonso Celso: ao virem às suas mãos as listas tríplices dos candidatos à senatoria, escolhera ainda o nome do eminente defensor do gabinete liberal. De sorte que, ao designá-lo para gerir o ministério da Fazenda, nomeou-o no mesmo dia — 8 de fevereiro de 1879 — para o Senado (238).

Era mais uma oportunidade que os bons fados abriam na sua brilhante e trabalhosa existência. Dela, porém, saberia ele valer-se com inteligência e boa disposição, para confirmar suas qualidades político-administrativas, dentro daquela indeclinável linha de coerência que soube manter ao longo de sua carreira de homem público, carreira que foi, inegavelmente, a soberba afirmação de uma grande consciência a serviço de grandes realizações.

* * *

Vamos à sua atuação como ministro da Fazenda.

A 11 de fevereiro vem à Câmara para justificar a mudança ministerial havida. Suas palavras são de tal sorte sinceras, tão francas e equilibradas, que levam Felício dos Santos, um dos maiores oposicionistas do gabinete na Câmara, a aplaudi-lo na sua atitude liberal e

(238) J. G. d'Oliveira Mendonça Cortez, no *Arquivo Histórico e Cronológico* que coligiu e que hoje pertence ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, diz que Afonso Celso só teve a sua eleição julgada e aprovada pelo Senado no dia 25 do mês de abril de 1879.

digna, ao ver nela melhoramento evidente para o ministério Sinimbú. De fato, foi feliz Afonso Celso ao defender a política do ministério, que, no seu modo de ver, nada mais fizera do que escolher do programa liberal a ideia capital, de que todas as outras dependiam, seguindo, prudentemente, as normas de conduta que, a par dos princípios geralmente aceitos por todo o partido, estavam consignados no seu programa, já então quase esquecido de alguns de seus correligionários.

— Promovamos, senhores — declarou — a eleição direta, e estaremos habilitados a ir realizando pouco a pouco os demais princípios e aspirações do nosso partido. Se, a par disto, tivermos a felicidade de restituir ao nosso orçamento o equilíbrio, que vai perdido, o partido liberal não só terá prestado um grande serviço ao país, mas ainda terá assinalado uma grande época nos seus fastos.

Nisso estava a sua preocupação dominante: a verdade da eleição direta por meio do sistema de um grau e a verdade dos orçamentos, pela qual tanto se batera dois anos antes, na Câmara.

Dando a conhecer seu pensamento e a marcha que pretendia seguir como ministro da Fazenda, pormenorizou:

— Entendo que, enquanto houver no orçamento uma verba que possa ser eliminada ou reduzida, não temos o direito de sobrecarregar com um real de novos impostos o contribuinte. Portanto, peço à Câmara dos srs. deputados que corte as despesas sem dó, nem piedade. Nessa parte, senhores, serei inflexível. Se, porém, fôr indispensável, como procurarei verificar por minucioso e detido exame, recorrer ao aumento ou criação de novas imposições, então força será obedecer à lei da necessidade, e todos cum-

priremos o nosso dever. Mas, não é esse, digo eu, o nosso único recurso; temos ainda o crédito de que podemos socorrer-nos com vantagem. Mas, recorrer ao crédito para fazer despesas ordinárias é colocar-se a nação num plano estreito e inclinado, onde um passo dado em falso fatalmente conduzirá ao abismo. Penso que podemos com segurança e sem receio recorrer ao crédito, mas para as despesas imediatamente reprodutivas, para melhoramentos materiais, para estradas de ferro, para navegação de rios, para a criação de engenhos centrais, para aquelas aplicações, enfim, que possam aumentar e desenvolver as nossas fontes de receita.

Tendo alguém perguntado pelos auxílios à lavoura, esclareceu:

— Os que admito como aproveitáveis são aqueles que acabo de referir; são as estradas de ferro, navegação de rios, criação de engenhos centrais, redução de frete, etc., etc., dentro das forças do tesouro. Mantida esta política, seguida esta marcha com perseverança durante alguns anos; e, senhores, respeitados, com a mais escrupulosa fidelidade, todos os compromissos do Estado, acredito que em poucos anos o partido liberal poderá ter ainda uma vez a glória de restabelecer a ordem e a regularidade das nossas finanças (239).

Era o economista falando. O economista que, na plena consciência de suas possibilidades administrativas, queria primeiro dotar o país de melhores meios de produção para maiores recursos, no futuro, do governo e da sociedade brasileira. E, sincero em tudo quanto aventara quando na opposição, honesto nas proposições feitas, cômscio de seu programa governamental, à medida que vai defendendo, na Câmara, os colegas de ministério, promove entendimentos, pelos canais competentes, para

(239) *Anais* da Câmara, 1879.

que o orçamento não seja emperrado e possã, ãssim, aprê-sentar as economias que sabia possíveis sob a sua orientação. Um dos expedientes que logo adotou foi o de consultar prèviamente a opinião dos senadores a respeito da lei de meios, acreditando que nesse terreno neutro seria viável chegar a um acôrdo, conveniente e útil para o país, poupando-se nas discussões um tempo precioso, que poderia ser empregado na solução dos múltiplos e graves problemas sociais, economicos e políticos, que solicitavam a atenção dos poderes públicos de então. Provocou, mesmo, uma conferência com a comissão do Senado, e expôs-lhe as suas ideias. Entretanto, apesar de ser bem acolhido, os senadores se recusaram a entrar em entendimento, dizendo-lhe que melhor seria fazer cada qual quanto julgasse mais acertado, com a própria responsabilidade... (240). Reconsideraram, porém, mais tarde essa atitude, os membros da comissão de finanças do Senado. Pediram ao ministro para suspender o debate que em tôrno do orçamento se desenvolvia na Câmara, a fim de entabularem as negociações por ele anteriormente propostas, ao que Afonso Celso accedeu, passando a discutir com toda a cordialidade. Disso resultou tazer o ministro concessões que lhe pareceram razoáveis e obter outras tantas que se lhe afiguraram indispensaveis. Incisivo e franco, não fez reservas do que podia ceder sem prejuizo do serviço público, o que lhe valeu conseguir, também, quanto lhe era possível alcançar, sem mais delongas. Desistiu, é exato, de algumas ideias, de cuja importância e conveniência estava convencido, mas assim agiu para salvar outras que reputava de maior alcance (241).

(240) Declarações de Afonso Celso, na sessão, de 25 de outubro de 1879.

(241) Sessão de 25-10-79.

Essa era a forma mais inteligente de ganhar tempo e atingir o objetivo de economia previsto. E era, também, o administrador sutil, que buscava evitar embaraços futuros, ao mesmo tempo que aprofundava com essas conversações os problemas vitais de sua pasta. Esse processo de entendimento prévio lhe foi muito útil: permitiu realizações de assinalado proveito para a época.

Devido à sua constância no trabalho e à sua acuidade, jamais o surpreenderam sem resposta pronta e segura sobre qualquer que fôsse o ângulo de atribuições que lhe estivessem afetas. O que se verificou na sessão da Câmara de 22 de março de 79 confirma a nossa referência a respeito. Gavião Peixoto, deputado por S. Paulo, fizera uma interpelação, em sete itens, sobre a nova posição que Afonso Celso queria dar ao Banco do Brasil. Requereu fôsse marcado dia e hora para que o ministro dêsse resposta. Estando, porém, Afonso Celso presente, tomou conhecimento imediato de todos os quesitos formulados, e pediu a palavra, para declarar que estava pronto, desde que o presidente o permitisse, a responder todos os pontos. Gavião Peixoto surpreendeu-se:

— Na minha interpelação eu peço ao nobre ministro da Fazenda, sem o que não a poderei fundamentar, cópia do parecer do conselho de Estado a respeito de decisões havidas quanto ao Banco do Brasil. V. Ex., pode apresentar-me essas cópias? Pode dar-me as razões por que se efetuaram as modificações a que me refiro na minha interpelação?

— Posso responder à sua interpelação. V. Excia. não pede documentos.

— No último quesito peço documentos sobre fatos ultimamente passados.

— Estou pronto a satisfazer de momento ao nobre deputado.

— Mas os pareceres do Conselho de Estado?

— Eu os mandarei mais tarde.

— Já vê V. Excia. que é impossível sem ter esses documentos justificar a minha interpelação.

— Declaro a V. Excia. que não ha nenhum parecer do Conselho de Estado relativo aos últimos sucessos ocorridos no Banco.

— Perdão, eu não me referi aos últimos sucessos, V. Excia. não leu toda a minha interpelação.

— Li.

— Eu me refiro também a sucessos passados.

— Posso responder desde já.

— Nesse caso a minha interpelação está formulada.

— V. Excia. e a Câmara compreendem perfeitamente as razões por que me apresso em responder às interpelações de meu amigo e nobre deputado por S. Paulo. Em primeiro lugar, trata-se de questões que, uma vez levantadas, cumpre sejam resolvidas, para evitar dúvidas, apreensões e comentários, altamente inconvenientes e prejudiciais não só ao Estado como aos particulares. Em segundo lugar, as interpelações são um novo meio de demorar e interromper a discussão de leis importantes, como as de força e orçamento que cumpre votar.

— Eu não quis embaraçar os trabalhos. Eu disse que não exigia uma resposta desde já, porque desejava que m'a dessem com os documentos.

— Vou satisfazer ao primeiro quesito, que é o seguinte: pergunta V. Excia. se a "reunião da assembleia geral do Banco do Brasil, efetuada a 20 do corrente, para o fim de alterar-se o art. 41, § 8.º dos estatutos e habilitá-lo para fazer operações de câmbio sem restrição alguma, realizou-se sob a influência ou autoridade moral do govêrno". Se nestas expressões — influência ou autoridade moral do govêrno — refere-se o nobre deputado a pedidos, convites, instâncias, ou promessas do govêrno, para que tivesse lugar a última reunião dos acionistas do Banco do Brasil — responder-lhe-ei pela negativa. Não; o govêrno não influiu de

modo algum para que tivesse lugar a aludida reunião; a diretoria convocou-a em virtude de resolução própria, sem nenhuma pressão; e os acionistas compareceram espontaneamente. Se, porém, o nobre deputado liga-lhe um outro sentido, se lhe dá uma accepção mais lata — dir-lhe-ei que sim: o governo influuiu para essa reunião. E vou dizer-lhe como influuiu. Tratei de convencer a diretoria do Banco da conveniência de habilitar-se a realizar uma certa ordem de operações, de que até agora se tem abtido. Para isso dependia ela de anuência do voto dos acionistas. A diretoria achou atendíveis as minhas razões, e convocou os acionistas, que lhe conferiram por voto, senão unânime, quase unânime, a autorização necessária para reformar um art. de seus estatutos, como era indispensável para empreender aquelas transações. Eis o que houve.

Daí, passou Afonso Celso ao segundo quesito, e, deste, aos demais. A todos respondeu com a mesma serenidade, a mesma firmeza, o mesmo equilíbrio. Mostrou que o govêrno Imperial tinha de remeter, anualmente, grandes somas para a praça de Londres, não só para o serviço da dívida externa, como ainda para o pagamento do corpo diplomático e encomendas. Essas remessas de fundo, que excediam de 20 mil contos e eram feitas em épocas determinadas, realizavam-se por meio de cambiais compradas no mercado, em dois únicos estabelecimentos bancários da Côrte. Pensou, pois, criar mais um concorrente — o Banco do Brasil —, no que inegavelmente acertou, pois quanto mais numerosos são os intermediários de que possa lançar mão o governo, tanto mais vantajoso. Tinha Afonso Celso em mente suprimir a Caixa de Amortização, que estava incumbida de substituir e amortizar o papel moeda e transferir as apólices da dívida pública, pagando-lhe os respectivos juros, mas que pezava sobre o orçamento do Império com uma despesa

que lhe parecia não corresponder às vantagens que dela auferíamos. E poderia suprimi-la, porque o que dizia respeito ao papel moeda passaria para o tesouro geral e quanto ao que se relacionava com a dívida pública, seria perfeitamente bem desempenhado por um Banco que reunisse as necessárias garantias de estabilidade e confiança. Por essa razão é que pensou no Banco do Brasil, a quem procurou confiar a transferência das apólices, e pagamento dos juros.

Com aquela franqueza bem de seu feitio, esclareceu:

— Sr. presidente, o que pretendo fazer não é uma novidade, não é uma invenção minha; é o que se pratica em países mais adiantados, como a Inglaterra e a Bélgica, e o meu antecessor já lembrara essa medida. O Banco do Brasil está comprometido comigo a encarregar-se deste serviço por uma comissão módica, muito inferior à despesa que ora se faz com a Caixa de Amortização; e para que se realize esta ideia só resta que o corpo legislativo me conceda, como espero, a autorização aludida. Creio que com isto lucrarão o público e o Tesouro pela celeridade do serviço e redução da despesa. Deliberei também abrir no Banco do Brasil uma conta corrente, a fim de que não continuem nos cofres públicos grandes somas paralizadas, sem renderem um centil de juros. E como este depósito do dinheiro disponível em conta corrente com o Banco diminui o trabalho que atualmente peza sobre o tesoureiro geral, eu posso encarregá-lo do novo serviço do papel moeda, sem que por isso seja obrigado a aumentar-lhe os vencimentos. Consequentemente, as negociações que tenho realizado com o Banco do Brasil, e que ficam dependentes em parte da autoridade competente, que é o corpo legislativo, são aconselhadas, repito, pelo interesse, que devo ter pelo tesouro público, sob minha

guarda e responsabilidade (241a). Não fiz outra promessa; nenhum compromisso mais assumi (242).

Afonso Celso tinha mais outra aspiração: a convertibilidade das notas em ouro. Era pelo padrão metálico. Nisso pensava com o intuito de dotar o país de melhores recursos, desde as garantias nas transações bancárias de tudo quanto dissesse respeito ao govêrno, até a habilitação de nosso máximo estabelecimento de crédito, para operações de câmbio. Entendia, e com justiça, que, para negociações da ordem das cambiais, deviam ser preferidos os Bancos, até porque as casas particulares, por mais sólidas e respeitáveis que fôsem, não ofereciam as mesmas garantias. A razão ele mesmo a esclareceu: os Bancos, quando se envolvem em transações destas, compram letras particulares, que endossam ao govêrno, de modo que este, além das seguranças próprias desse papel particular, adquire pelo endôso mais outra, qual a responsabilidade do Banco que o firma. Ao passo que a casa particular não dispõe senão de seu crédito, dos seus fundos, ou das mercadorias a cuja conta saca, para ser honrado esse saque. A intervenção do Banco, a tôdas essas garantias ordinariamente junta ainda as que lhe são peculiares (242a.).

(241a) Regosijando-se, meses mais tarde, com a comprovação do acêrto dessa medida, disse Afonso Celso em relatório a Saraiva, quando da transmissão da pasta da fazenda: Quanto à conta corrente que abri no Banco do Brasil, o saldo contra o Tesouro é, nesta data, apenas de 3.400:000\$000, dos quais ter-se-á de deduzir as quantias que, conforme as ordens expedidas, tenham sido entregues aos seus correspondentes, pelas respectivas Tesourarias, no Pará, Maranhão, Pernambuco e Bahia.

Dizendo a V. Excia. que êsse saldo chegou a ser de 25.600:000\$000, a juro inferior ao dos bilhetes do Tesouro, tenho manifestado quanto foi acertada a abertura da conta corrente”.

(242) Sessão de 22 de março de 1879.

(242a) Êste outro trecho de seu relatório diz de como ele estava orientado: “Não se malograram — frisou — as esperanças

Nada mais justo. Nada mais interessante para a economia nacional. Entretanto, não foi Afonso Celso compreendido pelos que mais o deviam acatar. Gavião Peixoto, que era especialista na matéria, que possuía organizações similares, ao invés de aprová-lo e ajudá-lo a resolver o problema, que ao tempo se afigurava difícil, ainda contribuiu para atrapalhar. Mas perdeu a partida. Compreende-se: o que mais o desconcertara foi a resposta imediata e brilhante dada pelo ministro. Ele queria, oposicionista que era, fazer onda forte contra o governo. Mas, dispondo-se Afonso Celso a responder-lhe de chôfre, à queima-roupa, desarticulou-o. Desorientou-o, frustrando-se assim os seus planos contrários. Por fim, José Bonifácio, o Moço, que também estava em

que manifestei perante o Parlamento, acêrca do curso do câmbio. Disse ali que o valor da nossa moeda, relativamente à estrangeira, não continuaria sujeito ao depreciação observado nos últimos tempos, desde que no mercado das cambiais aparecesse um concorrente forte, imediatamente interessado no progresso do país.

Com efeito, tão depressa habilitou-se o Banco do Brasil a realizar esse gênero de operações, e iniciou-as, o câmbio firmou-se, pronunciando-se em seguida o movimento ascendente.

A taxa que era de 19 1/2 elevou-se gradualmente até 23 1/8, apesar de enérgicos esforços empregados para sua queda.

O fato deve ter convencido aos incrédulos que si ha causas naturais determinativas da baixa do câmbio entre nós, é ela devida em grande parte também a especulações, danosas ao comércio, à indústria, a todas as classes e ao Estado.

Folgo de assinalar aqui os serviços assim prestados pelo nosso primeiro estabelecimento de crédito, e que aliás são hoje por todos reconhecidos.

O câmbio sofreu ultimamente alguma depressão, que nenhum motivo sério e real pode ter produzido.

Vai-se, porém, manifestando já benéfica reação, que ha de ser duradoura e estável, atentas as circunstâncias do Tesouro, o progresso do país, o tino, ilustração e patriotismo dos conspícuos cidadãos que com V. Excia. dirigem, com geral confiança, os destinos do país”.

oposição ao gabinete, veio em auxílio de Gavião Peixoto. Mas também não obteve êxito. Afonso Celso rebateu-lhe, com extraordinária felicidade, ponto por ponto do discurso (243).

A 7 de abril Gavião Peixoto tornou a investir contra o ministro da Fazenda, descrevendo-o de charamela em punho, a afagar os ouvidos da maioria, no intuito de seduzir-lhe o ânimo e captar-lhe a boa vontade. Afonso Celso, ao vir à tribuna, respondeu-lhe:

— Engano de audição, senhores! Os sons alteram-se, transformam-se a certa distância, e o nobre deputado anda sempre tão arredio deste recinto, que não admira se iluda acêrca do que aqui se passa, ou se ouve. O instrumento de que me sirvo, para merecer as boas graças dos que me escutam, é bem diverso do que supõe o nobre deputado. Procuo, é certo, fazer vibrar algumas cordas, mas são as cordas da dedicação partidária, do interêsse pela causa pública e do patriotismo.

Ha apoiados. E ele, voltando-se para Gavião Peixoto:

— Sabe o nobre deputado qual o meio que emprego, ou, antes, o meu *método*, já que S. Excia. nos quis transportar para os domínios da música? Eu lh'o digo; é simples: esforço-me por ser leal aos meus amigos e às minhas crenças, dedico-me sem descanso ao desempenho dos meus deveres, mostro-me cativo da missão que assumi. O nobre deputado, pois, iludiu-se completamente.

Como quer que seja, porém, — disse dirigindo-se ao presidente — o que o nobre deputado não poderá contestar é que o regime de *charamela* seria em tudo e por tudo preferível ao da *macela galega*, que s. excia. nos applicou em uma das sessões passadas...

(243) Sessão de 22 de março de 1879.

A frase provocou hilaridade. Afonso Celso, deixando o aspecto humorístico e pessoal da resposta, passou ao problema ventilado por Gavião Peixoto, desenvolvendo, em análise de profunda penetração financeira, as atividades do Banco do Brasil. Falou de todas as suas modalidades de transações para documentar o alto conceito que essa instituição lhe inspirava. Acontece que José Bonifácio voltou também a investir contra o Banco, o que levou o ministro a defendê-lo novamente, respondendo a todas as arguições do grande tribuno paulista. José Bonifácio não se convence e diz que Afonso Celso, tentando suprimir a Caixa de Amortização, nada mais pretendia do que acabar com as garantias de que cercou a lei de 1827 a dívida fundada do Estado. O ministro redargue:

— Mas, quando, em que discurso ou ato meu, em qual declaração pela imprensa, achou s. excia. base para semelhante arguição?! Como a demonstra, como a justifica? Perdoe-me o meu ilustre adversário, tudo quanto disse a este respeito não passa de pura declamação. Já manifestei as minhas intenções com precisão e clareza. O que pretendo é apenas substituir, no interesse do Estado pela menor despesa, no interesse do público pela celeridade do trabalho, — o serviço material, atualmente feito na Caixa de Amortização, do pagamento dos juros e da transferência das apólices por outro mais rápido, menos cheio de formalidades, no Banco do Brasil; nada mais do que isto. Onde, pois, descobriu o nobre deputado o propósito de acabar com as garantias da dívida pública?

— E mais adiante:

— Entende o nobre deputado que a responsabilidade dos empregados da Caixa para com o governo é preferível à do pessoal do Banco. Eu penso o contrário, e sem fazer injúria àqueles

funcionários, cuja proibidade reconheço e proclamo, julgo que eles, dependentes do govêrno, demissíveis *ad nutum*, não estão no caso dos diretores, ou gerentes daquele estabelecimento, cidadãos maiores de toda a excepção, que não precisam do govêrno, e que a garantia moral reúnem a de sua posição pecuniária. Sob este ponto de vista, pois, se há diferença é para melhor. Não diminui, portanto, as garantias das apólices; mantem-nas intactas pelo menos, e assim, repito, não passa de declamação quanto sobre este ponto aduziu o meu ilustrado contendor! Meu fim é, exclusivamente, dar mais facilidade ao público, e economizar os dinheiros do Estado. Nos estabelecimentos particulares trabalha-se mais e por menor preço do que nas repartições públicas; a despesa que ora se faz de 200 contos de réis, ficará reduzida a menos da metade, melhorando entretanto o serviço. Mas, continuando o nobre deputado, perguntou: — a *amortização* das apólices cessa? Perguntar-lhe-ei por minha vez — estará em meu poder fazê-lo? Porventura poderei eu ordenar à junta que não amortize, ou que deixe de pagar os juros das apólices? Obedecer-me-ia ela? Nesse dia estaria declarada a bancarrota do Império! •Não tenha receio o nobre deputado; se ministro houver que o delibere, não encontrará auxiliares!

Justificando a sua conduta, demonstrando a sua intenção quanto a interessar o Banco do Brasil na questão das cambiais, esclareceu:

— Não pretendo do Banco do Brasil que venda seus saques ao govêrno a 27, 26 ou 25, quando o câmbio esteja a 25, 24 ou 23; espero, sim, que não m'os queira vender a 20 ou 21, quando valham 22 ou 23. Acredito que, uma vez habilitado a operar nessa espécie, não cairá o câmbio da taxa em que pela fôrça das cousas deverá manter-se, nas épocas em que se sabe ou se desconfia que o Estado será tomador. Se assim é, se nenhum favor lhe faço, se nas minhas negociações com ele não lhe pagarei sinão a comissão usual, se não me afastarei das condições com que até

hoje se realizam essas transações, se nem sequer asseguro-lhe a freguezia exclusiva do govêrno, porque hei de tomar-lhes saques, como a quaisquer outros, que m'os dêem em termos aceitáveis, — como se me poude increpar de ter o intúito de influir no câmbio?

Senhores, este negócio está hoje nas mãos de poucos, desejo alargar o círculo, desejo aumentar os concurrentes, porque quanto maior fôr o seu número, e mais habilitados eles, tanto menores chanças de êxito terá a especulação: tal é o meu fim!

Abordou, em seguida, o aspecto independente de sua administração, independência que o fazia afastado da rotina, sagrando-o inovador convicto de melhores conquistas no terreno economico-financeiro do país. Analisou as ideias de seus contendores, mostrando-lhes o perigo que continham e expressou, ainda, a incoerência em que haviam incorrido os seus adversários, quanto aos princípios liberais que deveriam ser por eles observados; e, como Gavião Peixoto houvesse dado um aparte descabido, sôbre o sentido jurídico do empréstimo, fundamentou:

— Oh! senhores; pois o nobre deputado por S. Paulo, graduado em direito, enuncia semelhante proposição! Desde quando o empréstimo, por ser modificado quanto ao prazo e quanto ao preço, deixa de ser empréstimo? Então, porque eu credor concedo ao meu devedor maior folga e o dispenso de pagar-me uma parte dos juros anteriormente estipulados, muda de natureza o meu crédito, e firmo com ele um contrato de outra espécie? Perdoe-me o nobre deputado; esta proposição é uma heresia jurídica. O mútuo novado, no preço e no prazo, continua a ser mútuo; e senão diga-me v. excia.: desde que pela novação se modificasse a essência do contrato, necessariamente assumiria ele outra; qual é na ordem jurídica, em que classificação entra?

Senhores, outra proposição insustentável do ilustre orador a quem respondo é que a conversão das antigas hipotecas em outras, segundo o tipo da lei de 1873, não constituia favor à lavoura.

De modo que — disse para o presidente — uma redução de 3 % nos juros, outra também de 3 % na amortização anual, o considerável alongamento do prazo e a dispensa do pagamento de juros adiantados, não constituem benefício, não são favor! O lavrador que pagava 17%, ao ano, passou a pagar 11%, dos quais nem um real adiantado, conseguiu mais tempo para desempenhar a sua propriedade, e não recebeu benefício! Se não é benefício, se não é favor, e grande, o que será então?! Proposições desta ordem não se combatem; acentuá-las é destruí-las (244).

Assim respondeu Afonso Celso até o fim. Com brilho. Com conhecimento profundo de causa. Com elegância e agilidade mental. Disputando, enfim, com a lógica do raciocínio e a segurança da argumentação torrencial, tudo quanto lhe era peculiar ao cargo de ministro e à dignidade de administrador consciente de sua delicada e complexa missão. Foi uma tarde agitada, cansativa, dada a dura peleja que manteve com homens como José Bonifácio, o Moço, como Gavião Peixoto, Galdino das Neves, Joaquim Nabuco e outros. A extensão de seu discurso é de 52 páginas. Por aí se vê quanta energia despendeu, em meio à cortina de fôgo dos apertes contrários. Mas saiu ileso. Invicto. Ou melhor, mais agigantado ainda, porque mais uma vez dera provas sobejas, e soberbas, de seu talento, da forma acurada e honesta com que geria a pasta a seu cargo.

Outra sessão onde os debates também vibrantes e longos o levaram a ocupar a tribuna durante mais de duas horas, foi a que ele enfrentou a 18 de abril, quando da segunda discussão do orçamento da receita. De tôdas

(244) *Anais da Câmara*, 1877.

as sessões subsequentes à focalizada, foi a mais renhida e dura. Houve verdadeiro duelo de vozes. Como Gavião Peixoto, Galdino das Neves e Joaquim Nabuco, vieram a plenário Buarque de Macedo, Rui Barbosa, Felício dos Santos e outros, para rebater o objetivo do ministro, que só tinha em mente equilibrar o orçamento. Mas, tocando todos os pontos essenciais à nossa economia, sugerindo supressões de verbas suprimíveis e aventando a adoção de tributações que garantissem maior renda para o Estado, como a que hoje incide sobre o fumo, o território e o imposto sobre a renda, conseguiu ele convencer toda a Câmara, depois de ter desenvolvido considerações que tomam 64 páginas do volume que condensa suas orações dessa época. Nesse dia, é verdade, saiu mais abatido do que nunca da tribuna, pelo esforço desenvolvido nos debates. Mas foi um dos dias em que se sentiu mais satisfeito consigo mesmo, pela consciência de ter vencido a etapa talvez mais difícil de sua carreira administrativa. Efetivamente, tão hábil e preciso fôra nos revides, que os próprios contendores lhe elogiaram a felicidade com que se houve no prélio. Dera um espetáculo da inteligência. E, com ele, dir-se-ia ter dado, também, nessa tarde, sua bela despedida, em matéria de luta no campo do conhecimento economico-financeiro, à Câmara em que por tanto tempo vinha atuando com uma das mais viris expressões parlamentares patrióticas.

Somente duas vezes mais voltaria à tribuna daquela casa: a 5 de junho, para justificar-se de acusações de todo em todo improcedentes de Leôncio de Carvalho, e a 25 de outubro, para tratar das emendas feitas pelo Senado ao projeto de orçamento elaborado pela Câmara, ocasião em que comunicou à casa a sua satisfação por

ter obtido o que mais aspirara: não só o orçamento equilibrado, mas ainda com um modesto saldo. (245).

* * *

Imaginamos o contentamento com que ele teria deixado o ambiente da Câmara para reencetar os debates em torno da lei de meios no Senado, após o êxito alcançado na tarde de 18 de abril.

O fato é que, entre os representantes vitalícios, começou pelo rebatê à rejeição das emendas e adiantamentos feitos pela Câmara às propostas do govêrno, para a fixação das fôrças navais e terrestres. Não se intimidou, contudo, o novo combatente do Senado. Já vinha calejado de rijas contendadas. As discussões que manteve com os deputados, seus antigos colegas, em torno da adoção de medidas tendentes a equilibrar e a tornar verdadeiro o orçamento, habilitara-o a referir-se ao assunto de maneira a esgotá-lo. Na Câmara, pelejara com Galdino das Neves e Felício dos Santos, com Bezerra Cavalcanti e Buarque de Macedo, com Bulcão e Manoel Pedro, Gavião Peixoto e José Bonifácio, o Moço, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Leôncio de Carvalho. Agora, no senado, iria enfrentar homens como Godoi, Antão, Diogo Velho, Teixeira Junior, Barros Barreto, Mendes de Almeida, Silveira Lobo, seu amestrador político, Junqueira e Silveira da Mota, o velho mestre de direito, que o salvára da má disposição do lendário Cabral. Iria defrontar-se, além disso, com estadistas do porte de Cote-

(245) O saldo obtido por Afonso Celso nas discussões da Câmara era de 528 contos de réis, como se pode ver da sessão de 11 de julho. Acontece que das discussões havidas no Senado, tendo ele de ceder em alguns pontos conquistados na Câmara, para obter outros da comissão de finanças do Senado, resultou um saldo ainda maior: de cêrca de 1.400 contos de réis.

gipe, novamente, e do visconde do Rio Branco, de João Alfredo e outros.

E houve instantes admiráveis do ministro no Senado. Instantes em que recebeu em cheio uma chusma de apartes, alguns de resposta difícil, que o obrigaram a transcender o pensamento às mais elevadas esferas das teorias economico-financeiras e jurídicas, para acomodá-las, depois, às conveniências de nosso meio político-social. Mas nunca deixou de sair-se bem. As respostas eram sensatas. Qportunas. Equilibradas. Animadas de uma grande consciência administrativa. Foi, assim, vencendo, um a um, todos os austeros contendores, a maioria dos quais se converteu à sua amizade.

O Senado não quis, também, a alteração relativa à Caixa de Amortização. Pela palavra de Cotegipe, de Antão, de Silveira da Mota e Barros Barreto opôs-se à eliminação desse órgão do governo. Afonso Celso defendeu o pensamento da Câmara, que era, afinal, o pensamento dele, pois ele é que a tinha convencido a decidir. Pôs em evidência a vantagem de se cometer o serviço, que por ela corria, à Tesouraria Geral e a um estabelecimento bancário de confiança, que seria, a seu ver, o Banco do Brasil. Enfim, mostrou a falta de razão da comissão do Senado em querer mantê-la, isto porque ela não desempenhava o principal encargo para que havia sido criada, qual o do reembolso da dívida interna fundada em 1827, da amortização dessa dívida.

— Não há dúvida — acentuou: a Caixa de Amortização ocupa-se também do troco, emissão e recolhimento do papel moeda, faz o serviço da transferência das apólices de 1827, paga os respectivos juros, assim como os do empréstimo de 1868 e o seu resgate. Mas a questão é saber se esses serviços podem ser feitos melhor e mais barato, com vantagem do público pela celeri-

dade e simplicidade, com vantagem do Estado pela diminuição do despêndio. Ora, que isto se podê conseguir também não sofre dúvida, adotado o pensamento da Câmara dos srs. Deputados, isto é, incumbindo-se à Tesouraria Geral tudo o que disser respeito ao papel-moeda, e a um banco acreditado a transferência das apólices e o pagamento dos juros (246).

Ressalvando o seu pensamento quanto à continuidade da junta administrativa da Caixa, asseverou:

— Sr. presidente, eu não tenho, nem a Câmara dos srs. Deputados teve em vista suprimir a junta administrativa da Caixa de Amortização; ao contrário, meu pensamento, como o pensamento da Câmara, é dar-lhe atribuições mais importantes do que atualmente exerce. A respeito de papel-moeda a junta administrativa da Caixa de Amortização tem, é certo, importantes atribuições; nada pode o governo sem sua anuência e cooperação. E', pois, uma garantia para o público. Mas, pelo que toca às apólices da dívida pública, sua ação é completamente nula e ineficaz.

O intuito do ministro era o de sanar as deficiências que essa repartição apresentava, principalmente do ponto de vista moral. Basta ver que, tal como estava organizada, ela despendia cento e muitos contos anuais, só para trabalhar dois meses em cada exercício. No entanto, se Afonso Celso conseguisse alterá-la, deixaria à junta administrativa todas as atribuições da Caixa, aduzindo-lhe, ainda, outras atribuições de maior importância, que lhe dessem continuidade de trabalho, que lhe garantissem a permanência da atividade ao longo dos dias úteis, como em todas as demais repartições, ao passo que cometeria ao Banco do Brasil o serviço por assim dizer material da transferência e do pagamento dos juros das apólices,

(246) Sessão do Senado, de 24 de setembro de 79.

tratando-se de serviço mais adequado de um estabelecimento bancário do que de uma repartição pública (247).

Contudo, a instituição continuou. E não só o ministro teve o desprazer de vê-la continuar defeituosa e improfíqua, como ainda ouviu censuras pelo simples fato de propor a adoção de medidas que só influiriam no equilíbrio da situação do país. Junqueira foi um dos que vieram criticá-lo pela forma como procurou realizar a consolidação e conversão da dívida pública. Mas, analisando a improcedência da censura de seu adversário, mostrou que Junqueira tinha confundido cousas distintas. E, ao destruir também quanto dissera esse parlamentar sobre as bases do empréstimo que lançara (247^a), fez sentir que, longe de serem elas *boas para os tomadores*, como se quis insinuar, o que procuravam era salvar os interesses do país. Diante dessas e outras manifestações imerecidas, disse o ministro:

— Direi, entretanto, ao meu honrado colega, que eu poderia ter alcançado o preço par; direi ainda mais que cheguei a ter negociações entabuladas a esse respeito, e não me faltava quem tomasse todo o empréstimo por essa taxa. Mas, para que assim acontecesse, seria mistér aceitar um juro mais alto que o de 4 1/2%. Poderia ter emitido as apólices a 106, e juro de 5%. Refletindo melhor, optei pelo juro mais baixo de 4 1/2%, e preço pouco inferior ao par. A redução correspondente ao preço da emissão seria 95 1/2; mas fixei a taxa mínima em 96, que a subscrição ainda elevou em 0,37%, como se sabe.

(247) *Anais do Senado*, 1879.

(247a) O empréstimo contraído por Afonso Celso consta do Decreto 7.381, de 19 de julho de 1879. Atingiu o total de 49.999:939\$250 e foi assim realizado: em dinheiro, 37.384:239\$250; em letras do Tesouro redescontadas, 10.565:700\$000, e em cambiais sobre a Europa, 2.050:000\$000 (consulte-se o seu Relatório a Saraiva, para outras minúcias).

Diversas considerações influíram em meu ânimo para assim proceder. Ponderei que o juro mais módico aliviava os encargos anuais do Tesouro, e facilitava mais tarde a conversão dos títulos de 1827, do juro de 6%, pensamento este para cuja realização devem convergir os esforços quer do govêrno, quer do Corpo Legislativo. Pareceu-me, também, que tendo o govêrno mais tarde de resgatar ao par os seus títulos, não era muito airoso emití-los acima, vindo assim a pagar menos do que recebera. Estou persuadido de que não andei mal avisado.

Também uma das melhores condições do empréstimo, qual a dos *coupons* anexos ao título da dívida, uma das maiores facilidades que ele oferece, uma das causas do alto preço por que foi colocado, mereceu as censuras do nobre senador.

Junqueira havia equiparado os *coupons* ao papel-moeda, censurando Afonso Celso por ter iniciado a sua emissão no país, e nisso viu até uma incoerência do ministro, atentas as ideias que vinha manifestando acêrca do papel-moeda. Houve, evidentemente, equívoco de percepção da parte de Junqueira, o que levou Afonso Celso a esclarecer :

— Senhores, decididamente aqui o nobre senador esqueceu-se de Le Roy Beaulieu, de Coquelin, de Courcell Seneill e de todos os escritores que tratam da matéria, porque se deles se lembrasse não qualificaria de papel-moeda o que nem sequer pode ser considerado *moeda-papel* !

E doutrinou :

— Os *coupons* não podem ser equiparados a *papel-moeda*, porque não têm circulação obrigatória, porque não são recebíveis nas estações públicas, senão para o pagamento dos juros, e, finalmente, *porque não são título ou promessa a que um ato do govêrno tenha atribuído a qualidade de moeda.*

Nem podem também ser equiparados à *moeda-papel*, porque não são títulos *convertíveis em metal, à vontade do portador.* Se,

pois, não têm eles os requisitos essenciais nem da *moeda-papel*, quer em face dos princípios, quer perante a lei, e muito menos do *papel-moeda*, em que se funda o nobre senador para confundilos com este último?! Os *coupons* são títulos vencíveis, são obrigações pagáveis em certos logares e certos prazos; nada mais.

Passou, a seguir, às razões ponderosas que o levaram a adotar o pagamento trimestral dos juros, para responder a outra incriminação de Junqueira, declarando ter assim agido pelo fato de, à semelhança do que ocorria nos Estados Unidos, o pagamento trimestral facilitar a fiscalização, no caso de serem falsificados os *coupons*, e, depois, porque, dessa forma, se forneceriam, aos que viviam de suas rendas, meios mais prontos do que os obtidos de outros títulos do govêrno.

Como se observa, o empréstimo que contraiu teve o merecimento de conciliar as vantagens de uma operação interna com as vantagens do empréstimo externo, e isto porque provou ao estrangeiro que o govêrno do Brasil encontrava em seu próprio país os recursos de que precisava. Por outro lado, atraiu desde logo considerável capital estrangeiro, realizando-se assim uma das intenções do govêrno quando o concebeu e o planejou (248).

Cotegipe procurou também depreciar a operação realizada por Afonso Celso. Chegou mesmo a estabelecer semelhança entre ela e a que se fez em 68, que poucas vantagens trouxe para o equilíbrio de nossas finanças. Mas o ministro justificou-se de modo satisfatório e mostrou as características que as tornavam distintas, bem assim a superioridade que o último empréstimo apresentava sobre o anterior:

(248) Sessão do Senado de 25 de setembro de 79.

— Em primeiro lugar, sr. presidente, temos a natureza do título representativo da dívida do Estado, título que, em 1868, foi *nominal* e no recente empréstimo é ao *portador*, tendo em anexo os *coupons* para os juros, o que lhe dá grande facilidade de circulação, que aquele não tinha. Em segundo, o preço da emissão, que então foi de 90 e agora é de 96, no mínimo, ou desprezadas as frações. Temos ainda a taxa do juro, então de 6% e hoje de 4 1/2%, cumprindo notar que só isto bastaria para estabelecer entre as duas operações completa diferença.

Nem páram aqui, sr. presidente, as dissemelhanças, que são tantas e tais que fazem das duas operações cousas inteiramente distintas.

Diversa é a moeda do pagamento; sendo o de 68 em ouro só, o de 79 é em ouro ou papel-moeda ao câmbio de 27; diverso é o modo do pagamento, por semestres no de 68, e por trimestres no de 79; diverso é o lugar do pagamento, pois no de 68 unicamente se efetua no Rio de Janeiro e no de 79 realiza-se no Rio de Janeiro, em algumas províncias, em Lisboa, Londres e Paris; diversa é ainda a maneira de contar os juros, porquanto no de 68 começaram 15 dias depois do decreto da emissão e 15 dias antes da segunda entrada, e agora os juros começam 2 1/2 meses depois do decreto e 20 dias antes da 3.^a entrada.

Quer isto dizer que em 68 principiou o Estado a pagar juros estando apenas recolhidos 6% do valor real dos títulos, ou 54\$ por cada um. Agora, eles começaram estando já recolhidos 26% do valor nominal ou 260\$000.

Diversa é também a amortização, anual, por compra ou sorteio em 68; por compra e sorteio também em 79, mas semestral, o que o torna mais barato. Se a amortização fôsse anual, o empréstimo custar-nos-ia, para ser resgatado, 80.080:000\$; sendo, como é, semestral, custará apenas 79.536:000\$, o que dá em favor do Estado uma diferença de 544:000\$, que seguramente não são para desprezar-se. Finalmente, diverso é o prazo da duração, que para o de 68 é de trinta e tres anos, contados de um mês depois da data do decreto da emissão, e para o de 79 vinte anos (menos

13 anos, portanto), contados oito meses depois do respectivo decreto. Direi por último que em 68 pedimos 27.000 contos e em 79, 50.000.

Sendo assim tão diferentes as duas operações, sr. presidente, divergindo elas, como v. excia. está vendo, na natureza do título, no preço da emissão, na moeda, e no lugar do pagamento, divergindo também no tempo da amortização e consequentemente no do seu resgate, não se compreende como um espírito tão esclarecido, qual o do nobre senador, as confunde ao ponto de julgá-las idênticas! (249).

Com respostas dessa ordem, incisivas e claras, que dissipavam dúvidas e anulavam descrenças, impôs-se Afonso Celso à consideração de todos os seus contemporâneos políticos. E Cotegipe, que com ele terçara armas, tanto na posição de govêrno, como nas raias da opposição, terminou consagrando-lhe profunda estima, alicerçada numa admiração sincera. Ao vê-lo, assim, já no fim das discussões orçamentárias, assomar a tribuna e discorrer com aquela segurança tão sua, com aquela presença de espírito tão pronta, com aquele orgulho que tanto o dignificava ante os seus pares legislativos, porque não significava impulso de vaidade, mas firmeza de caráter, consciência dos recursos intellectuais de que dispunha e critério nas resoluções, o velho patriarca bahiano não ocultava certa leveza no semblante, certo brilho no olhar satisfeito. Comprazia-se em ouvi-lo prestar contas honestas ao país, e a degladiar, dextro e seguro nos golpes repetidos. E por sentí-lo assim exato na sua administração, estendeu-lhe a mão amiga, para ajudá-lo. Propôs-lhe, ao termo do exercício legislativo de 79 (250), um acôrdo com a comissão de orçamento e a maioria do Senado, em virtude do que poude o orçamento ficar equi-

(249) Sessão do Senado de 26 de setembro de 79.

(250) Veja-se a sessão senatorial de 1.º de outubro de 79.

librado, como Afonso Celso queria, e mais do que isso, apresentar um saldo, segundo cálculos razoáveis, de 1.400:000\$, isso sem se computar o produto do imposto do fumo, cujos resultados foram consideráveis, como posteriormente se observou (251).

Ganha essa batalha, que foi a mais árdua e a mais difícil que Afonso Celso manteve em tôda a sua vida administrativa, pois conseguiu restabelecer a verdade do orçamento no Brasil, com o apoio da Câmara a quase todas as suas proposições, e por fim do Senado, com o auxílio inestimável de Cotegipe, nem por isso, porém, esse homem, esse atleta realmente colossal do pensamento político e da administração pública do país obteve palavras de reconhecimento de seus contemporâneos. O que ouviu foi acerba acusação por ter negociado com a comissão na Câmara Alta e ter aceito a proposta de Cotegipe, por intermédio de quem, não obstante, salvára as finanças do país. Ignoravam, contudo, os seus acusadores, a marcha assustadora que o Brasil vinha desenvolvendo. Não sabiam das profundezas do precipício de que nos aproximávamos. Entretanto, conseguindo Afonso Celso aquele equilíbrio orçamentário, salvava-nos duma descaída de consequências inimagináveis. Fôra duma previsão altamente patriótica, legitimamente cívica. Ha uma exposição estatística, feita pelo próprio Afonso Celso, sôbre a realidade financeira do Brasil, de 1840 a 1879, que mostra bem o declínio em que íamos precipitando o nosso futuro. Por ela se vê que nesses 39 anos tiveram as nossas despesas o aumento de 535,63% ; a nossa dívida aumentou para 647,029% ; e só de juros — imaginem o descalabro! — de juros e amortização, pagamos mais

(251) Leia-se a declaração de Afonso Celso a esse respeito, na sessão de 14 de outubro de 79.

843,17% do que pagávamos! Enquanto isso, a nossa receita, caminhando a passos tardos, arrastando-se pelas mãos pouco previdentes de nossos homens de governo, longe de acompanhar sequer paralelamente o crescendo dessas cifras, permanecia muito aquém dos compromissos do Estado, ocupando a modestíssima casa dos 435%. Para estancar a descida foi que Afonso Celso entendeu de pugnar pela verdade dos nossos orçamentos, e, daí, a realização do empréstimo, nas condições demonstradas, a restrição das verbas de todos os ministérios, a diminuição dos subsídios dos senadores, dos deputados, dos funcionários mais bem remunerados e a criação dos vários impostos por ele lembrados, de que se salientaram os que incidiam sobre a renda, sobre o fumo e o territorio (251a.). Mas não lhe foi fácil a vitória. Lendo-se a

(251a) Há um trecho de seu relatório que, sobre dar mais uma vez testemunho do escrúpulo e da proficiência com que se houve nessa pasta, mostra a razão que o levou a recorrer a esses novos impostos:

“As dificuldades financeiras com que lutamos, ha alguns anos, agravadas pela calamidade da sêca, impunha aos poderes do Estado um procedimento que por toda a parte produz sempre descontentamentos e má vontade. Foi preciso pedir à agravação de impostos recursos para fazer-lhes face; suprimiram-se emprêgos, diminuíram-se vencimentos e recusaram-se auxílios, subvenções ou mercês, até certo ponto justificáveis.

Convencer ao país de que assim era indispensável e demonstrar-lhe os resultados obtidos, pareceu-me não só um dever, senão o meio mais fácil de alcançar do civismo de nossos compatriotas novos sacrifícios si ainda fossem necessários.

Assim, recomendei aos Presidentes de províncias que até o dia 10 do corrente mês, enviassem ao Tesouro resposta documentada aos seguintes quesitos:

1.º — Quais a receita, a despeza, a dívida ativa e passiva fundada ou não da província em janeiro de 1878;

2.º — Quais sejam elas na actualidade? Si tiver havido diminuição da receita ou aumento da dívida, a explicação do fato;

série de seus debates, quer na Câmara, quer no Senado, ver-se-á que aspecto algum da situação econômico-financeira do país ficou fóra do círculo de seu conhecimento e de sua atenção. Tudo foi ventilado, estudado e solucionado à medida do possível. E por isso mesmo é que assumiu o ministério com um *deficit* orçamentário de 70 mil contos e o deixou com um crédito superior a 1.400 contos.

Para se ajuizar devidamente de como Afonso Celso administrou êsse ministério, basta saber que, além do quanto mencionado ficou, fez êle ainda isto: resgatou, entre 8 de fevereiro de 79, época em que assumiu a pasta da Fazenda, e 27 de março de 80, quando a deixou, a respeitável soma de 19.439.900 cruzeiros em bilhetes do Tesouro (252). Por outro lado, situou as verbas de despesas do ministério em nível invejável. Todas elas, à excepção de três (253), terminaram apresentando saldo

3.º — Quais a produção, importação e exportação da província e a importância do seu comércio nas duas épocas, discriminadamente;

4.º — Havia atrazo de pagamentos em 1878? Ainda o ha?

5.º — Criou-se ou aumentou-se impostos no intervalo? Quais e o que produziram?

6.º — Realizou-se melhoramentos materiais, ou morais, como estradas, pontes, escolas ou estabelecimentos de intrução e educação?

Das respostas recebidas verá V. Excia., com prazer igual ao meu, que as circunstâncias de Minas, S. Paulo, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Paraná, Sergipe, sob a ordem de idéias expostas, têm melhorado consideravelmente.

Praza a Deus que o mesmo aconteça a respeito das demais províncias.”

(252) Relatório citado.

(253) Foram elas a de “Administração dos Próprios Nacionais”, a da “Caixa de Amortização” e a de “Eventuais”. Na

superior às despesas que teriam de fazer até o fim do ano, o que possibilitou ao prêvidente ministro apresentar um superávit provável para o exercício de 79-80, de 49.248.103 cruzeiros (254). Promoveu, também, o aumento da receita, elevando os recursos do ano de 1880 a Cr.\$ 157.331.873,71 centavos, enquanto diminuiu o dispêndio com a administração pública geral, com o que propiciou um saldo no Tesouro, só neste particular, de Cr.\$ 24.745.493,31 centavos. Ocorreu a todas as despesas públicas, quer no interior, quer no exterior, com absoluta pontualidade, sem lançar mão de recursos extraordinários, e ainda recolheu apólices para amortizar os empréstimos de 1868 e 1879, sendo que para as referentes a esta última operação de crédito foram regastadas por preço inferior ao de sua emissão, ou seja a 95% (255). Desenvolveu o valor oficial da importação e da exportação e estimulou grandemente o movimento de cabotagem e de trocas com o estrangeiro. Introduziu novos regulamentos na lei do orçamento, tanto na parte atinente às

primeira, houve o insignificantíssimo excesso de Cr\$ 902,62, devido ao fato extraordinário e imprevisto de ter sido assassinado o arrendatário das fazendas do Piauí, que por este motivo voltaram à administração do Estado, e a ter passado para a do Tesouro a fazenda de S. João de Paquequer, até então a cargo do Ministério da Agricultura. Na verba da "Caixa de Amortização", verificou-se o excesso de Cr\$ 30.566,42, proveniente do pagamento que êle teve de fazer de notas encomendadas por um de seus antecessores e que só na sua administração foram remetidas. Na de "Eventuais", pelas diferenças de câmbio na importância de Cr\$ 773.893,55. "E' esta, porém — explicou o próprio ministro no seu relatório citado — uma verba sempre variável, sendo certo que a deficiência da quantia votada para tais diferenças foi reconhecida ao discutir-se o orçamento, supondo-se mesmo então que ela atingisse a muito maior soma, à vista do queda da câmbio no princípio do ano passado".

(254) Relatório mencionado.

(255) Idem, idem.

arrecadações das taxas de escravos (256) e de transportes (257), do fôro de laudêmios (258) e do expediente dos gêneros estrangeiros já despachados para o consumo (259), como no que dizia respeito à reforma do plano das loterias (260), à revisão das lotações de cartórios e ofícios de justiça (261), e às cobranças de armazenagem (262), da contribuição sôbre os vencimentos (263), dos impostos sôbre o fumo (264), sôbre os vinhos (265), sôbre as Docas e os Faróis (266). Cuidou, igualmente, de eliminar, e conseguiu, a fraude que dia a dia vinha ganhando vulto no emprêgo de estampilhas já servidas (267) e efetuou várias obras na Alfândega do Rio (268),

- (256) Decreto 7.536, de 15 de novembro de 79.
- (257) Decreto 7.565, de 15 de dezembro de 79.
- (258) Decreto 7.546, de 22 de novembro de 79.
- (259) Decreto 7.556, de 26 de novembro de 79.
- (260) Decreto 7.543, de 22 de novembro de 79.
- (261) Decreto 7.545, de 22 de novembro de 79.
- (262) Decreto 7.553, de 26 de novembro de 79.
- (263) Decreto 7.544, de 22 de novembro de 79.
- (264) Decreto 7.559, de 29 de novembro de 79.
- (265) Decreto 7.555, de 26 de novembro de 79.
- (266) Decreto 7.554, de 26 de novembro de 79.

(267) Ao observar a renda do sêlo fixo ou estampilhas, estranhou A.C. o constante decréscimo que de 1875 em diante se vinha verificando. Atinando que tal fato só se poderia explicar pela fraude no emprêgo de estampilhas já servidas, pediu o concurso do Diretor da Casa da Moeda, o qual, estudando a questão, "conseguiu fabricar estampilhas que não se prestavam a esse ardid criminoso, porque não era possível eliminar delas nem uma letra ou algarismo, sem deixar vestígios perfeitamente visíveis. Deliberei — disse êle ainda a Saraiva — deliberei, pois, que dora em diante somente sejam empregadas estampilhas nacionais, recolhendo-se as americanas ainda existentes. A Casa da Moeda, graças aos esforços de tão zeloso funcionário está perfeitamente habilitada a fornecer as quantidades precisas das taxas de 100 réis, 200, 400, 500, 1\$000, 2\$000, 5\$000 e 10\$000, que são suficientes para todas as necessidades".

(268) Salientaram-se, entre outras, as construções de um

e, depois disso, levou às principais congêneres do Império as classificações e práticas adotadas na do Rio de Janeiro. Procurou, além do mais, conhecer de perto os melhoramentos introduzidos na escrituração fiscal dos países mais adiantados e providenciou o contracto do govêrno com os nossos agentes financeiros de Londres para os pagamentos dos juros de nosso empréstimo, feito sob sua administração. Reformou as estações fiscaes, no sentido de simplificar o expediente e reduzir o pessoal, e, como o Senado contrariasse o seu propósito, empreendeu a coleta de esclarecimentos para a todos convencer da necessidade de tal transformação. Nesse sentido, destacou funcionários habilitados junto à Caixa de Amortização, na Capital do Império, e às Tesourarias e Alfândegas do Amazonas, do Pará, do Maranhão, do Piauí, do Ceará, do Rio Grande do Norte, de Pernambuco, da Bahia, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, para os exames competentes e expediu, simultâneamente, circular a todas as Diretorias do Tesouro e Inspetorias de Tesourarias, pedindo indicações sôbre as reformas e melhoramentos que deveriam ser adotados, relativamente aos serviços a seu cargo (269). E enquanto aguardava os

novo cruzador e do câis da Praça D. Pedro II; os concertos do câis da ilha do Boqueirão, dos paióis de pólvora, do trapiche Maxwell e das embarcações das obras respectivas; do assentamento de elevadores hidráulicos e de duas válvulas para isolar os guindastes da estiva dos do mólhe da doca; reforma nas capacidades e vários trabalhos outros para a conservação das obras hidráulicas.

(269) Tão convicto estava Afonso Celso disso que no seu relatório a Saraiva, ao definir a situação de todos os setores da pasta da Fazenda, acentuou a respeito dessas estações fiscaes: "A um estadista como V. Ex., tão profundamente versado em todos os negócios públicos, não preciso dizer nem demonstrar que as repartições fiscaes participam do vício principal de todos os ramos

informes, foi adotando uma série de medidas que independiam de autorização legislativa, como os novos regulamentos para a Recebedoria do Rio de Janeiro, para a Agência do Gado, onde estava convencido que se podia obter aumento de receita, para a Tipografia Nacional, que no seu entender também podia converter-se em abundante fonte de renda e, finalmente, para a Caixa de Amortização. Enviou, ainda, delegados do Tesouro ao Ceará, à Paraíba e ao Maranhão para averiguar se a aplicação das despesas com a sêca no norte estavam sendo feitas com escrupulo e critério (270). Por fim, ins-

de administração entre nós: formalidades inúteis, complicações desnecessárias na expedição dos negócios, e, como primeira consequência — pessoal numerosíssimo e excessivo, a onerar o orçamento, sem vantagem do serviço, quase sempre em atraso”.

(270) “O exame das despesas com a sêca (é trecho ainda do seu relatório) feito por êstes dous empregados — Fáblio Alexandrino dos Reis Quadros e Antonio Cactano da Silva Kelly — patenteou alguns abusos cometidos pelos encarregados da prestação de socorros, que si bem não tenha a gravidade e a extensão, que exageradamente se lhes attribua, exigem contudo que sôbre os culpados recáia a sanção penal. Cumprindo escrupulosamente o seu dever, os presidentes das respectivas províncias providenciaram sôbre a punição dos suspeitos de criminalidade.

Mas, só a tomada regular das contas de fornecimentos poderá descobrir a êste respeito toda a verdade e prestar elementos seguros, para que a lei se desagrave, já pelo castigo dos delinquentes, já pela indenização dos cofres públicos.

Por isso, e porque o pessoal das Tesourarias da Fazenda, competente para o ajuste de tais contas, não fosse suficiente para liquidá-las com a exatidão e brevidade que o caso requer, deliberei adir à do Ceará, por onde maiores somas foram consumidas, uma comissão de hábeis empregados do Tesouro, que especialmente encarregar-se-á dêsse serviço.

A mesma providência foi resolvida para a Tesouraria da Paraíba, estando encarregado de designar o pessoal que deve compôr a comissão o digno Diretor Geral da Contabilidade, a quem

taurou minucioso inquérito sôbre o nosso meio circulante, consultando a respeito comerciantes, industriais e economistas, ao mesmo tempo que cometeu idêntico estudo à Secção de Fazenda do Conselho de Estado, que designou para relator o Conselheiro Jeronimo José Teixeira, a quem o ministro recomendou, por sua vez, o exame dos diferentes projetos de criação de um Banco de emissão, apresentados em diversas datas ao Corpo Legislativo, a fim de reunir num só o que neles houvesse de mais proveitoso (271).

Entretanto, apesar de todos os resultados realmente animadores obtidos com a sua intensa atividade e a rígida compressão de despesas que fomentou, não se iludia o ministro quanto ao fato de ser necessário manter-se muito cuidado a fim de solidificar a nossa situação financeira.

“Não se julgue — dizia êle no seu relatório a Saraiva — não se julgue que considero próspero o estado de nossas finanças, e aliviados os poderes públicos das sérias preocupações que elas suscitaram. Ao contrário, entendo que a questão financeira é ainda o assunto que mais vivamente deve despertar a atenção de todos, até apurarmos saldos que permitam estabelecer sôbre bases mais largas, a amortização da dívida fundada, atualmente feita em proporção diminutíssima, e aliviar o contribuinte de alguns impostos, principalmente de exportação.

Mas é fora de dúvida que a senda ultimamente seguida conduzirá, com certeza, e mais depressa do que talvez se suponha, a êsse resultado, que compensará de sobejo os sacrifícios feitos pelo país com incontestável patriotismo.

recomendei que o escolhesse entre os mais habilitados das províncias vizinhas, para evitar maiores despesas com o seu transporte”.

(271) Relatório citado.

Para isso muito contribuirá também uma nova distribuição da receita e despesa geral, provincial e municipal, trabalho que reputo urgente e de máxima importância.

E' intuitivo que a ordem de cousas nesse sentido estabelecida em 1835 não pode convir às circunstâncias do Império, após o decurso de 45 anos, durante os quais tanto se modificaram as condições de sua existência.

Despezas ha que, si naquele tempo não podiam deixar de correr pelo cofre geral, hoje o sobrecarregam indèbitamente, e podem ser feitas com facilidade, quer pelas províncias, quer pelas municipalidades; assim como outras existem que mais curialmente incumbem ao Estado, como consequência lógica da unidade política e administrativa.

A mesma anomalia se observa quanto a certas fontes de receita, que é mistér classificar e repartir mais sistematicamente, a fim de que tenham todos — estado, províncias e municípios — recursos proporcionais e suficientes aos seus naturais encargos” (272).

E mais adiante :

“...é ainda de indeclinável necessidade reduzir a despesa, tanto nos créditos especiais, como nas consignações do orçamento ordinário. Adie-se para mais tarde quaisquer melhoramentos projectados, gaste-se, durante dous ou três anos, somente o que fôr absolutamente indispensavel, e ter-se-á firmado a nossa prosperidade financeira” (273).

Como, porém, os inimigos não dormem, no meio dos que se sentiam confortados com a soberba manifestação de estadista que era Afonso Celso, havia os que buscavam sacrificá-lo, diminuí-lo no conceito popular. Só aguar-

(272) Idem, idem.

(273) Idem, idem :

davam oportunidade, que surgiu, afinal, com a medida que estabeleceu a taxa de 20 réis por passageiro que circulasse nas linhas férreas da cidade do Rio de Janeiro ou seus subúrbios, tramways ou carris urbanos de tracção animal ou a vapor, a ser cobrada a partir de 1.º de janeiro de 1880. Sinimbú, vigilante e sensível às manifestações de desagrado que começaram a surgir, e percebendo, também, o ensejo que essa cobrança daria aos adversários, falou a Afonso Celso para realizá-la de maneira indireta, isto é, fizesse recair o imposto sobre as companhias e empresas de viação. Temendo, além disso, maior impopularidade para o seu ministério, teceu considerações em torno da situação precária do gabinete, que já vinha sobrecarregado pela força minaz de sistemática opposição, enfraquecido pela atitude do Senado e pela campanha levantada pela dissidência liberal, pelos conservadores e pelos republicanos (274). Diante das observações de Sinimbú, Afonso Celso promoveu uma reunião com os presidentes das empresas. Mas, salvo o de uma delas, manifestaram todos pretensões tão descabidas para firmar um acôrdo, que o ministro se viu obrigado a desistir e a regulamentar a cobrança do imposto de maneira direta (275). Sinimbú, mais temeroso ainda, em face da inflexibilidade das companhias, sugeriu então o adiamento da cobrança. Afonso Celso, porém, cada vez mais empenhado no equilíbrio das finanças públicas, pensando em dar melhor base à nossa receita, não se curvou ao desejo do chefe do ministério. Sinimbú tenta outro argumento: a dificuldade que o público encontraria na obtenção da moeda divisionária. O ministro sente o receio do presidente do Conselho ante as forças da opposição, e insurge-se contra o recuo. A opposição, no seu entender, não podia mais do que um govêrno

(274) Craveiro Costa, *op. cit.*

(275) *Anais do Senado*, 1879.

que só pretendia salvar o país da ruína financeira. E, inamolgável, declara só aceitar o alvitre com uma condição: abandonando a pasta... Diante disso, Sinimbú, que não queria ter nova crise em seu ministério, e que estava satisfeito com a atuação do titular da Fazenda, convém com ele, declarando, todavia, que se o público, como era de esperar, se recusasse ao pagamento, seria a cobrança imediatamente suspensa (276).

Era curiosa a duplicidade de visão de ambos os políticos: Sinimbú via claro o curso dos acontecimentos, diante das manifestações oposicionistas contra o seu ministério. Afonso Celso, acastelado em sua dignidade de administrador, fiado de que a lei de 31 de outubro de 79, que dera o orçamento para o ano seguinte e criara o imposto sobre as passagens, não encontrara na Câmara nem no Senado quem lhe apontasse inconvenientes, cômico de que tinha ela sido adotada sem constrangimento, não acreditava suscitar reação depredatória. Esquecera-se, não obstante, de que a imprensa adversária, com a *Gazeta de Notícias* à frente, começara a impugnar o imposto pouco antes de ser posto em prática. Esquecera-se de que o povo, sempre afeito às expansões reacionárias, sentiria o reflexo da campanha e terminaria cedendo à trama cavilosa da politicagem. E eis o que aconteceu: ao ser cobrado o imposto, todos começaram a pagá-lo, obedientes à medida governamental. Toda a manhã de 1.º de janeiro decorreu sem incidentes. Ao meio-dia, porém, Lopes Trovão foi ao chafariz do largo do Paço, onde se aglomerava a multidão inquieta e vibrátil e a concitou à reação contra o imposto. Advertiu, contudo: não a reação ativa, a da fôrça, mas a reação passiva, pela abstenção do pagamento. Mas isso foi o bastante para que se acendesse o estopim do descontentamento popular. O grupo,

(276) Craveiro Costa, *op. cit.*

que não se demorou a ficar numeroso, saíu do largo do Paço, avançou pela rua Direita, onde outro orador, da janela de um hotel, o excitou e o inflamou, ganhou a rua do Ouvidor e, entre manifestações hostis, se dividiu em escaldantes parcelas, e lá se foram, em desabalada correria e vociferações desconexas, contra os veículos ao seu alcance. Inutilizaram bondes, arrancaram trilhos, esbordoaram cocheiros e condutores, esfaquearam animais, feriram com uma estocada um agente de polícia, contundiram gravemente nas costas um urbano, rasgaram a pele de alguns soldados com cacos de garrafas. Súbito, a confusão imperou. Da massa oscilante e descontrolada, a agir em meio dum alarido ensurdecedor, partiram estardos de revólver. A polícia, que tinha ordem de não agravar a situação, viu-se forçada a intervir. Tentou dispersá-la. Mas não foi obedecida. Os amotinados prosseguiram no seu furor destrutivo. Então, sob as ordens do tenente-coronel Enéas Galvão, uma força dos batalhões de infantaria fez a manobra na rua de Uruguaiana, ouvindo-se, distinta, a voz de comando:

— Carregar!

Longe de recuar, porém, a turba avançou mais ainda. Sua ânsia era mesmo a de destruir o último veículo existente. Para contê-la, pois, no seu impulso devastador, a ordem foi dada com energia:

— Fôgo!

Três corpos rolaram. A multidão, de repente, estancou. Num segundo ficou imobilizada. Fisionomias alteraram-se. Em muitas, estampou-se o terror. O instinto de conservação acordou dentro de cada um. De chôfre os movimentos rebeldes cessaram. A pouco e pouco, saindo aos grupos, foram-se dispersando. Afastaram-se. Sumiram (277). À noite, já a cidade havia

(277) "O Jornal do Comercio", da época.

voltado à calma habitual. Como, entretanto, esses movimentos não cessam de todo repentinamente, no dia seguinte outros pequenos distúrbios se verificaram. Mas sem maior consequência. No dia 3, a ordem pública estava inteiramente restabelecida, tendo para tanto concorrido os próprios jornais que às vésperas da cobrança haviam incitado o povo às deploráveis ocorrências do dia primeiro (278).

Pouco depois, Afonso Celso analisaria esses lutosos acontecimentos perante o Senado, e mostraria que o imposto de trânsito, vigente em numerosos países, já figurava naquele mesmo ano de 79, e com vantagem, no orçamento da Província de São Paulo (279). Além disso, se o haviam instituído também relativamente a estradas de ferro e vapores subvencionados, e nada houve, por que a depredação só se verificou com as companhias de bondes do Distrito Federal? Era indisfarçável a influência da política nesse doloroso acontecimento, Tanto assim que, ao serenarem os acontecimentos, nove senadores e deputados, contrastando berrantemente com a linguagem cordata da imprensa, que apelava para a pacificação, ainda fizeram anunciar, ostensivamente, uma reunião na rua do Carmo, provocaram enorme ajuntamento de povo, exaltaram-lhe

(278) “*O Jornal do Comércio*”, ao fazer no ano seguinte o retrospecto desses acontecimentos, publicou: “Muito diversamente foi apreciado o papel da autoridade perante os lutosos acontecimentos, ora acusando-se de excessos os manifestantes, ora de culpado o Governo, imprevidente de nímia tolerância perante manifestações de caráter pouco ordeiro... A repressão pela força era uma necessidade imposta pelas circunstâncias e impossível é evitar os tristes resultados do emprêgo das armas contra a multidão amotinada”.

(279) Conde de Afonso Celso, *op. cit.*

os ânimos de tal forma que foi preciso intervir a polícia novamente (280).

Tudo isso, porém, e felizmente, não abalou, como esperavam os insufladores do motim, o conceito do grande estadista que acabava de reajustar as finanças de seu país. Continuou ele, imperturbável, a sua atividade parlamentar. E, mais ainda: como Francisco Maria Sodré Pereira se afastasse do gabinete, por motivos outros que não esse, ele passou a gerir também a pasta do Império até a queda do gabinete.

O imperador é que não gostou do motim. Sua natureza pacífica e conciliadora scandalizou-se com a notícia das mortes havidas. Em carta a Gobineau gemeu num lamento bem de sua índole bondosa: “Essas coisas me afligem profundamente; é a primeira vez que isso acontece no Rio desde 1840. Ha quase quarenta anos que aqui presido o Govêrno sem que tivesse sido necessário atirar sôbre o povo” (281).

Sinimbú, sempre correto, sempre digno, procurou-o logo após as escaramuças e lhe depôs o ministério às mãos. Mas, apesar de contristado com o sucedido, não lhe retirou D. Pedro a confiança. Contudo, pouco mais duraria no poder a plêiade de administradores que vinha governando o Brasil. Sinimbú, para satisfazer ao soberano, pretendia realizar a reforma eleitoral através de uma revisão constitucional. O Senado, vendo nessa revisão um

(280) E' ainda do *Jornal do Comércio*,” da época, este comentário: “Com a linguagem cordata da imprensa contrastou singularmente, peza-nos dizê-lo, — a de nove senadores e deputados que, tendo feito anunciar ostensivamente a sua reunião na rua do Carmo, provocaram assim um ajuntamento de povo, em que, no estado de exaltação em que se achavam os ânimos, teve de intervir a polícia”.

(281) Citada por Heitor Lyra, *op. cit.*

perigo para a sua vitaliciedade, impediu-lhe o êxito, o que enfraqueceu o prestígio do gabinete. Por fim, chegou-se à conclusão de que só com a dissolução da Câmara se poderia obter a eleição direta. Acontece que o Conselho de Estado foi contra a dissolução, na segunda tentativa de Sinimbú nesse sentido. Restou, então, ao ministério esta atitude: retirar-se. Foi o que fez. Substituiu-o Saraiva, a 23 de março de 80, que viria a conquistar a eleição direta, pelo meio que menos quisera D. Pedro ao tempo de Sinimbú, isto é, por lei ordinária, a 9 de janeiro de 1881.

NO SENADO E NO CONSELHO

COM a retirada do gabinete Sinimbú, passou Afonso Celso a ocupar no Senado o lugar que lhe designára o imperador. Poderia, fatigado como estava das lutas mantidas, ter-se afastado, alguns dias que fôsse, da liça politica, pois, com a acumulação das duas pastas da Fazenda e do Império, nos dois últimos meses de vida do ministério, havia desenvolvido atividade intensíssima. Mas não o quis. E' verdade que, vindo para o Senado, embora continuasse constante às reuniões, sempre tivera diminuído o ritmo de seus trabalhos e de suas responsabilidades, o que constituia, de alguma sorte, certo descanso. Por outro lado, a vitaliciedade senatorial lhe proporcionara alguma tranquilidade.

E fez bem de permanecer na vigília. Não faltou quem viesse tecer censuras à política do gabinete a que pertencera, e, em particular, a ele, por determinadas medidas adotadas como ministro da Fazenda. Volta e meia, lá surgia uma voz a incriminá-lo. Explica-se: a esta altura da vida política nacional, já se ia tornando sistemática a maneira de ser "contra" de alguns políticos mal avisados e mal apercebidos das realidades de nossa evolução social, com isso prejudicando o país e anulando nos valores novos que surgiam as simpatias pelo regime monárquico vigente. Eram, a bem dizer, elementos perniciosos. Ao invés de se coligarem e se unirem para solidificar a organização política e administrativa do Império, viviam a intrigar e a se repelirem mutuamente, donde as

subdivisões que tanto enfraqueceram os partidos, que lhe tolheram as melhores realizações e terminaram permitindo a mudança do sistema governamental.

Para Afonso Celso a observação disso era contristadora. Não se incomodava tanto pelo que lhe dizia respeito, como pelos nocivos reflexos que esse sistema irradiava no ambiente, alterando-o. Positivamente, não formava nesse grupo de malsinadores. Pertencia a outra casta política. Era dos que porfiavam, decididamente, pela maior reputação, pela dignificação e extensão do conceito do Império. Quando na oposição, o que fez foi bater-se no sentido de eliminar os defeitos existentes a olhos vistos, para que o âmbito administrativo se alteasse, se depurasse, e garantisse, assim, melhor futuro à nossa vida pública. Ao assumir o governo, só se preocupava com a administração. Foi um realizador. Um organizador. Um estadista na mais impoluta e transcendente significação do vocábulo.

E ainda agora, sua atuação no Senado e, dentro em pouco, no Conselho de Estado, seria testemunho dessa norma de conduta.

Abstraidas as vezes, que não foram poucas, em que se vira forçado a buscar a tribuna para esclarecer certos atos de sua administração, a fim de desfazer mal-entendidos e interpretações tendenciosas, só ocupava a atenção dos colegas na curul política e só intervinha na discussão quando o assunto era mesmo de grande interesse administrativo, moral ou economico-financeiro. Fora disso, fugia aos debates. Silenciava. Como que se refazia das energias gastas e se preparava para novas lutas em oportunidade próxima. Era um retraimento, pois, que não significava atitude comodista, como a tantos outros aconteceu, após ter obtido a senatoria. Nele, era um estágio necessário, em que retemperava o ânimo. E, ao mesmo tempo, inequívoco sinal do evolver ainda mais acentuado de sua mentalidade.

Afinal, uma das primeiras virtudes do homem público, ao atingir a plenitude de sua força realizadora e orientadora, de seu conhecimento e de seu prestígio, é ser paciente. Ele compreendeu isso. Sentiu esse imperativo, para melhor alcançar, no futuro, a concretização de idéias entresonhadas e que até ali não fôra possível obtê-la. Chegou mesmo a ouvir e ler com a maior serenidade pequenas censuras à sua administração sem formular protesto. Anotava-as, contudo, para em ocasião oportuna dar-lhes resposta devida (282).

Quando, porém, o assunto se lhe afigurava de suma importância, aí, sim, animava-se e aparecia em campo. Foi assim quando do surgimento do projeto de lei que igualava os direitos dos filhos espúrios aos legítimos. Mendes de Almeida, na sessão de 30 de maio de 80, ao tratar da matéria, quis, obediente à doutrina da Igreja, ou melhor, de acôrdo com a opinião papista e a interpretação de alguns canonistas, que se denegasse a legitimação, por matrimônio subsequente, aos filhos adulterinos e incestuosos.

Tratando-se de ponto jurídico que viria elevar o nível de nossa sociedade, pois interessava diretamente à moralidade pública e aos costumes puros do lar doméstico, Afonso Celso achou de seu dever abordar a questão. Como jurista e homem de Estado, discorda de certos pontos de vista do colega. Porque, disse ele, mesmo pelo direito canônico, pôdiam legitimar-se pelo subsequente matrimônio não só os filhos naturais simplesmente — nascidos *ex-soluta et soluta*, — sinão também os espúrios, isto é, adulterinos e incestuosos. Os debates em tôrno do assunto são muito interessantes. Mendes de Almeida estranha-lhe a afirmativa, e convida-o a citar a autoridade em que se

(282) Declaração do próprio Afonso Celso na sessão do Senado de 17 de junho de 1880.

baseia. Afonso Celso não tem dúvida. Dois dias após, vem à tribuna e fundamenta o seu pensamento jurídico, citando Laurent e o mestre deste, Carrière, ambos não figurantes no *Index*, e portanto de opinião válida perante o direito canônico.

— Mas — acentuou no decorrer de sua explanação — essas escavações pelo direito canônico, assim como pelo romano, se bem tornem interessante o debate, não são necessárias para que o Senado tome uma deliberação acertada acêrca do projeto em discussão. Ao contrário, elas complicam a questão, que é de sua natureza simples e clara, porque essa viagem através dos séculos, na frase do nobre ministro da Justiça, afasta os preopinantes do ponto de decidir. Este não é saber se pelo direito canônico, assim como pelo direito romano, o subsequente matrimônio legítima todos os filhos nascidos antes dêle; mas sim, se pelo nosso direito existem dúvidas à esse respeito, e no caso afirmativo como resolvê-las.

Mendes de Almeida diz-lhe que a jurisprudência dos tribunais já havia firmado de um modo claro e terminante a inteligência prática dessa disposição da lei. Ele contesta a afirmativa e observa que, ainda quando exata fôsse a asserção do colega, não estavam, era preciso notar, em um tribunal de justiça, mas num recinto onde as leis se interpretavam, alteravam-se, revogavam-se e elaboravam-se, restando indagar se o preceito da lei assim entendido se inspirava na verdadeira filosofia do direito e atendia às altas conveniências sociais. Entretanto, longe de estar firmada, a jurisprudência variava, não havia prática de julgar uniforme, de modo que imperava a dúvida onde só devia haver preceito claro, expresso e terminante.

Mendes de Almeida empenha-se no debate. Faz sentir a Afonso Celso que jamais se apontaria um só caso em que se tivesse considerado como legitimados por subse-

quente matrimonio filhos adúlteros. Afonso Celso aponta-lhes três, exemplifica-os, e põe em evidência a dúvida subsistente. E, incisivo, dentro da lógica jurídica:

— A dúvida e a incerteza, portanto, subsistem, e convém resolvê-las. De que modo? Em que sentido? Eis a questão que o Senado tem de decidir, não como os juristas a decidiriam, tendo em vista o texto da lei escrita, os comentários dos glosadores e os demais elementos da interpretação jurídica, mas como legislador, que tem plena liberdade de ação e inspira-se exclusivamente nas conveniências públicas. Para resolver-se a questão, de conformidade com o projeto, ou antes com a emenda substitutiva do nobre senador por Minas Gerais, há um argumento sem réplica. Esse argumento é a iniquidade com que o direito atual, segundo o entendem alguns juizes e tribunais — e nesse número entra o próprio orador, torna passíveis de pena os que nenhum delito praticaram! Iniquidade tanto mais clamorosa e revoltante, quanto sofrem os inocentes, ao passo que os réus confessos e notórios são absolvidos e até certo ponto galardoados! Trata-se, cumpre não esquecer-lo, de indivíduos que entre si tiveram relações pecaminosas e condenáveis, as quais produziram frutos, isto é — os filhos. A Igreja absolve-os, esquece a falta que cometeram, liga-os pelos santos laços do matrimônio, e portanto permite que, sem escrúpulos de consciência, antes como um direito e um dever recíprocos, renovem as relações que tiveram, e procriem outros filhos que, segundo a lei, gozarão da plenitude dos direitos de sucessão. Mas as vítimas inconscientes daquela falta purgada, remida, essas não de vergar sempre ao seu peso, não de suportar a sua vergonha e as suas desvantagens materiais! Isto não é lógico, não é jurídico, não é mesmo cristão!

Encarando Mendes de Almeida, continua:

— Disse, porém, o nobre senador que a Igreja não perdoa, nem absolve os culpados. Como, se os recebe em seu grêmio,

santifica a sua união, e os faz participantes da graça de um sacramento? O nobre senador faz uma distinção que não se pode admitir — entre matrimônio e sacramento — porque sem sacramento pode haver união carnal, mas nunca matrimônio. E tanto não ha matrimônio sem sacramento, ou antes, tanto são uma e a mesma cousa, que é exatamente nisso que se funda a Igreja para não admitir que ele revista a forma de um contrato civil.

Com essas palavras abalou Afonso Celso o Senado. Correia logo endossa o seu parecer, o mesmo ocorrendo com Dantas, Fernandes da Cunha, Lafayette e Leão Veloso. Mendes de Almeida, porém, não se conforma. Diz que não há direito contra direito, salientando que, dessa forma, se protegia os filhos adulterinos e incestuosos, esquecendo-se dos direitos mais respeitáveis e elevados da sociedade, a quem interessa essencialmente a pureza dos costumes. Afonso Celso rebate:

— Sim; não ha direito contra direito, e a sociedade o tem à pureza e à moralidade das famílias, tão essenciais à sua existência e conservação, como é essencial para o indivíduo o ar que respira, o ambiente em que vive. Mas, em que a igualdade de direitos entre os filhos dos mesmos pais afeta e prejudica a pureza dos costumes e a moralidade desta família? Ao contrário, essa desigualdade de direitos é que os prejudica, porque, trazendo constantemente à lembrança, quer dos filhos protegidos, quer dos desfavorecidos a falta de seus genitores, diminui e destrói o respeito e veneração que devem ter para com aqueles que lhes deram o sêr, e sem os quais não pode haver costumes puros, nem família moralizada. Ao contrario, essa desigualdade de direitos é que os prejudica, porque irmãos que não possam ombrear com seus irmãos perante a sociedade, que não tenham as mesmas regalias e vantagens, raras vezes ligar-se-ão por sentimentos fraternais, e por via de regra hão de submeter-se às sugestões perversas da inveja, acabando por odiar-se. E esse ódio difficilmente

deixará de remontar-se aos causadores do mal, isto é, aos culpados pelas desigualdades, que o houveram determinado.

E ao finalizar:

— Deixemo-nos, pois, de figuras de retórica e regulmos a nossa sociedade como nos parecer melhor e mais acertado. A Igreja é independente, e tem suas leis, que pode manter ou revogar como lhe parecer mais acertado. Proiba, se entende que assim deve proceder, que seja clérigo o filho adulterino, ou incestuoso, embora pernita que os pais se unam indissolúvelmente por laços que ela santifica. Proiba, ainda, que se casem aqueles entre os quais se dê qualquer impedimento, como o adultério, a consanguinidade, a afinidade, etc.; o Estado respeitará tais prescrições, enquanto mantiver a sua religião. Mas, quando ela consentir em apagar a culpa dos delinquentes, não estranhe que o Estado se oponha a que paguem os justos pelos pecadores, isto é, que a mácula, redimida, recáia sobre os filhos. Assim é que o Estado observará os eternos princípios da moral e da justiça, e porá a sua legislação de acôrdo com os preceitos da própria religião que segue (283).

¶ Era o mesmo argumentador, o mesmo homem das largas pelejas passadas. Nesse trecho, porém, de sua vida, como senador, quase que só se envolvia nas questões jurídicas e econômicas. Teve mais função de jurisconsulto e de economista do que de político propriamente dito.

Eis outro caso em que se envolveu: a comissão do Senado havia emitido parecer favorável à concessão de privilégio de transporte de carga a domicílio, tentado por Morris N. Kohn. Ele se opõe, por não caber a iniciativa, a seu ver, ao pretendente, de vez que já estavam sendo feitas remessas dessa natureza pela Estrada de Ferro D.

(283) Sessão do Senado de 1 de junho de 1880.

Pedro II. Logo, não lhe pareceu cabível o favoritismo. Depois — esclareceu — o parecer, bem examinada a situação, exorbitava das atribuições do Senado e até o ex-punha a ficar em posição pouco airosa. Sentenciou:

— Resolver sobre propostas apresentadas em concorrências públicas, preferir a que for julgada melhor e celebrar contratos, é assunto de natureza administrativa, que exclusivamente compete ao poder executivo. As Câmaras não podem nele intervir, senão para exercer o seu direito de censura, promover a responsabilidade dos funcionários que hajam abusado, ou para estabelecer regras que, de futuro, sejam observadas em casos idênticos. Esta é a verdadeira teoria, consentânea com a divisão e independência dos poderes; fóra daí, só ha abuso e ilegalidade (284).

Na sessão de 2 de agosto de 80, ao defender-se, mais uma vez, de acusações com que o increpavam, e falar no esforço que empregara para autorizar a combinação dos créditos concedidos na resolução prorrogativa do orçamento de 79, referiu-se à satisfação e certo orgulho que teve ao ler, poucos dias atrás, um livro recebido da França — *Les Crédits Supplémentaires et extraordinaires* — ao observar que as suas disposições, que representavam progresso sensível naquele país, não eram, em absoluto, uma novidade para nós, pois vigoravam no Brasil há anos. “Fala-se — disse êle — fala-se muito entre nós em abusos e atentados, mas se esses clamores assentam às vezes, infelizmente, na realidade dos fatos, não poucos fundamentam-se apenas na natural e condenável propensão do espírito brasileiro, para julgar sempre mau o que se passa em nosso país e ótimo o que ocorre no estrangeiro”. E aproveitando o ensejo para doutrinar, novamente, sôbre a verdade do orçamento, acrescentou:

(284) Sessão de 11 de maio de 1880.

— Muito há a fazer sem dúvida, para estabelecermos em sua plenitude a verdade dos orçamentos; mas o que há de firmá-la não são medidas de ocasião, como o aditivo de que me venho ocupando (285). Consegui-la-emos quando receber inteira execução a lei votada em o ano passado, regulando a elaboração dos projetos de receita e despesa em ambas as casas do parlamento; quando tivermos melhor discriminação dos patrimônios geral, provincial e municipal; quando tivermos, como na Inglaterra, uma receita fixa e uma despesa anualmente decretadas pelo parlamento, o que diminuirá o seu trabalho; finalmente, quando a nossa educação política permitir que a discussão da importantíssima lei de meios seja o que deve ser, o estudo acurado e profundo das necessidades e recursos do país, em tôdas as suas minuciosidades — discussão substancial, prática, desafetada, e não o que em geral é na atualidade, páreo aberto aos rasgos oratórios, no qual aquilo de que menos se trata é exatamente o essencial, isto é, pedir o menos possível à bolsa do constituinte e aplicá-lo com a máxima vantagem em proveito da comunidade” (286).

Pouco depois, voltou a dominar no ambiente político a questão eleitoral. Novamente a campanha reacendeu sua chama e nela se envolveram os mais prestigiosos representantes liberais e conservadores. Afonso Celso também resolveu colaborar no sentido de dotar o país dos benefícios que, segundo crença geral, essa reforma traria. Fôra dos que se bateram pela sua adoção através de uma Constituinte. Assim queria o Imperador, assim êle agiu, obediente aos ditames do gabinete a que pertencia e à sua convicção de ser esse o meio mais conveniente à consecução da reforma eleitoral. Mas, o Senado se havia

(285) Era um aditivo que a comissão de orçamento havia oferecido à proposta do govêrno, abrindo um crédito suplementar para suprir a insuficiência das verbas, naquele ano, destinadas a vários serviços.

(286) Sessão de 2 de agosto de 1880.

oposto invencivelmente à instalação de uma Constituinte para tal fim, e daí resultara a queda do ministério Sinim-bú. Subindo Saraiva, também liberal, e para que a ideia não fôsse prejudicada, procurou fazer vingar a reforma pelo meio que lhe parecia mais fácil, e provavelmente o único viável, que era o de sua promulgação por lei comum. Por que, pois, não a ajudar na sua passagem? O presente a exigia pelo que havia de condenável nas realizações eleitorais do passado. A princípio, logo que se fundou o Império, poucos se interessavam pelos negócios públicos. Nem sequer havia qualificações. Os votantes não compareciam e as cédulas eram arrecadadas de casa em casa e recolhidas em sacos. Tudo isso, que Afonso Celso recorda na sessão de 25 de outubro daquele ano de 80, fá-lo retornar à campanha, da mesma maneira que a ela o prendia o conhecimento dos vícios eleitorais, antiquíssimos, que haviam nascido com o próprio sistema adotado, o qual, sendo defeituoso em si, não podia dar bons resultados. Certo, com o passar dos anos esses vícios foram ficando mais hediondos e repulsivos, devido aos excessos e abusos tanto dos govêrnos como dos partidos, salvantes raríssimas exceções.

— Mas — ponderou ele — o que prova isso? Que do sistema pode-se largamente abusar, que ele oferece enchanças à compressão, à fraude e à falsidade. E' exatamente por isso que cumpre substituí-lo por outro, que urge tentar ao menos uma experiência, no sentido de impedir que os partidos e os govêrnos abusem tanto. O partido liberal inscreveu na sua bandeira a reforma eleitoral como primeiro artigo de fé do seu programa; o partido conservador, em sua grande maioria, reconheceu também já, pelo órgão competentíssimo dos ilustres presidentes das duas câmaras, nas quais estava representado em quase unanimidade, e por muitos de seus chefes, que a eleição direta era inadiável e que seria obrigado a levá-la a efeito, se estivesse no poder; a Câmara dos

srs. deputados consagrou-a de modo solene em duas proposições de lei; o governo por sua parte proclamou-a como medida indispensável. O que resta, senhores? A anuência do Senado, sr. presidente, que, votando-a, corresponde à sua missão, que é a de reconhecer e conformar-se, oportunamente, com as exigências da nação, de quem é representante (287).

Afonso Celso, embora liberal, era da escola de Bluntschli, o maior economista-político da Europa naquela época. Achava que circunstâncias há em que é forçoso por de parte a lei escrita, para obedecer à vontade da nação, evitando-se assim que a opinião triunfante, encontrando embaraços na sua marcha, procure abrir caminho através de veredas perigosas. Tinha, de outro lado, exemplos edificantes no passado brasileiro, em que estadistas do porte de Vasconcelos, de Paranaguá, de Lima e Silva e outros, após se terem oposto a que a maioria do Imperador, em 1840, fôsse decretada por lei ordinária, por verem nissô, e com razão, ofensa ao preceito constitucional, a ela aderiram, posteriormente, desistindo de seus escrúpulos constitucionais, como era o caso agora, para estarem de acôrdo com os sentimentos do país, inspirando-se exclusivamente no seu patriotismo. Declinaram todos, assim, de suas opiniões individuais, para aceitar a opinião coletiva, a opinião da imensa maioria da nação soberana.

Foi o que ele fez na porfiosa questão da reforma eleitoral, que terminou sendo sancionada a 9 de janeiro de 1881.

Todavia, obtida a vitória de tão ansiada transformação nos fastos das eleições brasileiras, Afonso Celso não se deteve na louvação rasgada da lei, como tantos outros o fizeram, notadamente Rui, Paulino de Souza, Ferreira Viana e Martinho Campos, que disseram poder a nação,

(287) Sessão de 25 de outubro de 1880.

diante dela, governar-se como quisesse e entendesse, não mais podendo nenhum governo brasileiro ter força para introduzir no recinto do Parlamento a peste das Câmaras unânimes (288). Julgando-a uma etapa necessária na vida política do país, tanto que por ela se bateu anos seguidos, nem por isso, uma vez alcançada a sua aprovação, ficou inebriado nos seus dispositivos. Pensou logo que de uma infinidade de medidas outras, úteis como essa, e como essa moralizadoras, estava o Brasil necessitando. E' que, para ele, a situação era clara: nem tudo significava a eleição direta. Era, não ha desmentir, uma grande medida, um grande passo no rumo da moralização de nosso sistema eleitoral, mas, inegavelmente, não era tudo. Mistér se fazia atingir outros objetivos também dignos de atenção de parte de nossos homens públicos, sem o que se nulificariam os efeitos salutarés dessa lei realmente vantajosa, benéfica ao panorama político nacional. Entre êsses objetivos estava a própria reeducação, em campanha sistemática, de nossos parlamentares e seus coadjutores provinciais. Apercebera-se bem Afonso Celso da realidade. Com a influência apenas da reforma eleitoral não é que se iria conseguir, como o tempo se incumbiu de demonstrar, a necessária harmonização do ambiente. Basta recordar que, pouco depois da obtenção dessa lei que tantas hosanas suscitou de seus místicos defensores, isto é, a 12 de março, por decreto n. 8023, foi a Assembleia Geral Legislativa adiada para 15 de agosto. E, porque o ambiente não melhorasse, porque não apresentasse condições satisfatórias, já a 30 de junho sobreveio o decreto 8154, que dissolveu a Câmara dos Deputados e convocou outra para 31 de dezembro do mesmo ano de 82 (289).

(288) Heitor Lyra, *op. cit.*

(289) Max Fleiuss, *op. cit.* Os *Anais* da Câmara e do Senado refletem a agitação desse tempo.

Ferveu tanto o caldeirão da política nacional, que Saraiva desistiu de continuar no govêrno, sendo substituído por Martinho Campos (290), a 21 de janeiro de 82, o qual também não se pôde manter e passou o govêrno a Paranaguá, seis meses mais tarde (291).

Foi por isso, foi por sentir a necessidade da conquista de outras medidas, que Afonso Celso continuou, tranquilamente, após a reforma da lei eleitoral, a sua missão de estadista perfeito. Passou a outros debates. Contribuiu para que o Brasil se fizesse representar no congresso Astronômico, instalado nas Antilhas, para a observação da passagem de Vênus pelo disco solar (292). Sugeriu modificações na instrução pública do Paraná, nos gráus primários e secundários (292). Opinou pela criação de novas comarcas e novos termos, e apelou para a maior autonomia das províncias, que deveriam ter as suas instituições locais apropriadas às suas circunstâncias, às suas condições peculiares, e não viver em tudo e por tudo sob o mesmo regime, as grandes como as pequenas, as do centro como as do litoral, quando a própria natureza está demonstrando, pela diversidade de zonas, de climas, de

(290) Gabinete: Presidência do Conselho e Fazenda, Martinho Campos; Império, Dantas; Estrangeiros, Franco de Sá; Justiça, Dantas, substituído em 3/2/82, por Manoel da Silva Mafra; Marinha, Paula e Souza, substituído em 6/5/82, por Antonio Carneiro da Rocha; Guerra, Afonso Pena; Agricultura, Manoel Alves de Araujo.

(291) Gabinete: Presidência do Conselho e Fazenda, Visconde de Paranaguá; Império, Leão Veloso; Justiça, João Ferreira de Moura; Estrangeiros, Lourenço Cavalcante de Albuquerque; Marinha, Meira de Vasconcelos; Guerra, Carlos Afonso de Assis Figueiredo; Agricultura, Padua Fleury, subs. por Lourenço Cavalcante de Albuquerque, em 16/12/82, que por sua vez foi substituído, a 7/1/83 por Henrique Francisco d'Ávila.

(292) Sessão de 31 de maio.

(293) Sessões de 19 e 26 de agosto.

produções, de índole e de interesses, que não pode convir a uma o que à outra convenha (294). E, à medida que ia interferindo na pluralidade dos assuntos que na Câmara Alta se ventilavam, ia, ao mesmo tempo, aprofundando sua concepção, ampliando o seu conhecimento sobre os setores mais diversos e díspares da administração pública brasileira. O processo do legislativo, como o do executivo, êle os penetrou, então, com agudeza e segurança. Tornou-se inteiramente senhor do mecanismo regedor da vida do país. Seu pensamento adquiriu maior densidade. O estadista atingiu, aí, a zona meridiana de seus recursos. Consulte-se o seu voto sobre a criação de um fundo escolar na Côrte e nas Províncias, para auxiliar as despesas da Instrução Pública (294a.) e ter-se-á a comprovação da justiça de nosso julgamento.

A essa altura, porém, voltou-se, novamente, aos assuntos de sua preferência: os económicos e financeiros, em que se tornára mestre consumado. Discutira, amplamente, a modificação das sociedades anônimas, tendo a mesma lógica de raciocínio jurídico e comercial demonstrada na Câmara em anos passados (295). Debatteu admiravelmente os orçamentos parciais de cada ministério: o da Justiça (296), o da Guerra (297), o do Império (298), o do Estrangeiro (299), o da Agricul-

(294) Sessão de 16 de junho.

(294a.) Esse voto foi dado a pedido do ministro do Império, para fundamentar a questão 17a. do programa do Congresso de Instrução, ocorrido em 1883 e foi publicado no vol. 157, tomo 103, da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de 1929.

(295) Consultem-se as sessões de 29 e 30 de maio, 13 e 17 de junho, 22 e 30 de agosto.

(296) Sessão de 16 de junho.

(297) Idem de 6 de julho.

(298) Sessões de 10 e 24 de julho.

(299) Sessão de 13 de julho.

tura (300). Foi, depois, ao orçamento geral da despesa (301), e, deste, ao da receita (302).

Certa vez, Ribeiro da Luz, também senador por Minas Gerais, deu à atribuição do poder legislativo sobre a fixação da despesa pública uma extensão que ela não tinha nem tem ainda. Afonso Celso lhe extranhou as afirmativas, sabendo que essa atribuição, indubitavelmente, era amplíssima, tanto que dela dependia todo o jôgo dos poderes públicos, todo o nosso sistema de govêrno, mas não era discricionária, nem arbitrária, porque éramos um estado constituido, e quem diz *estado constituido*, ipso facto, reconhece que ha despesas obrigatórias, forçadas, a que não se pode eximir o poder competente de decretá-las. E assumiu a tribuna para inquirir:

— Pergunto ao nobre senador: o pagamento dos juros da dívida pública depende ou não do voto anual do parlamento? É ou não livre esse voto? Pois bem; pederemos recusá-lo, legal e regularmente? Ninguém o dirá. Logo, ha aí uma despesa obrigatória, forçada, para o próprio poder que manda fazê-la, e cuja atribuição, portanto, não é discricionária. Nem com isso sofre a independência do poder legislativo, pois a restrição vem do ato seu, de lei promulgada por si mesmo, qual a que autorizou a dívida pública e as condições de sua amortização. No mesmo caso estão as despesas com os municípios ou comarcas, criados pelas assembleias provinciais. Desde que essa criação é de sua competência, e constitui uma das atribuições que lhes conferiu a lei fundamental; desde que essa lei não lhes reconheceu superioridade a tal respeito — só ha um meio legal de impedir que produza todos os seus efeitos — é a falta de sanção presidencial. Se, porém, esta não for negada; ou se, recusada, confirmar a assembleia o seu

(300) Sessões de 5, 15 e 29 de setembro.

(301) Idem de 21 e 27 de setembro.

(302) Idem de 11, 12, 13, 16, 17 e 20 de outubro.

ato pelos dois terços de votos, fôrça é que se execute; e com tal execução devem conformar-se todos os poderes do Estado. Fôra daí só ha sofisma, só ha torcicólos, na frase do finado visconde de Uruguai; fôra daí só ha desvirtuamento do sistema (303).

Conclúi-se dessas considerações quanto Afonso Celso estava senhor das subtilezas administrativas do país. Sente-se o homem que, para integrar-se profundamente, intimamente, no sistema econômico nacional, estudara e meditara nos mínimos trâmites que fixavam as atribuições de cada setor em que se subdividia a administração pública. Foi por isso que Paranaguá, ao pretender equilibrar a receita com a despesa ordinária para o exercício de 1882-83, apelou para ele, que, na sessão de 11 de outubro, consubstanciou a defesa daquilo que mais necessitava obter o gabinete, a bem do regular desenvolvimento da vida brasileira, isto é, o adicional de 10% sôbre a taxa de importação. Isso, que em nada alteraria o ritmo do comércio, nem contribuiria para a diminuição de embarques de mercadorias estrangeiras para os portos nacionais, garantiria, por si só, o afastamento de possível *deficit* no orçamento geral do Império. Foi, segundo rezam alguns jornais da época, um dos estudos mais notáveis que Afonso Celso pronunciou sôbre economia, e um dos mais bem fundamentados discursos que o Senado teve oportunidade de ouvir nos últimos anos da monarquia brasileira. O "*Jornal do Comércio*", ao publicar-lhe o resumo, teceu encômios calorosos. O "*Globo*", depois de dizer que se tratava de "uma dessas peças oratórias com a qual se honra o parlamento de uma nação culta", fez sentir que o orador, "ao contrário do que se propalava, continua a prestar o seu apôio ao gabinete atual, e com grande proficiência e brilho susten-

(303) *Anais do Senado*, 1882.

tou o imposto adicional dos 10%, fazendo o histórico da nossa marcha financeira, em paralelo com a de outros países adiantados”. E, ao finalizar: “A argumentação do orador, a erudição de que deu provas, apesar dos seus reconhecidos talentos, realçam o seu mérito como estadista e pensador” (304). Realmente, esse trabalho de Afonso Celso pode sagrá-lo tanto estadista como pensador. Tem extensão. Tem profundidade. Tem justeza, a par de uma erudição como poucos terão tido ensejo de apresentar em nosso cenário político. Todos os pontos essenciais à nossa vida economico-financeira foram referidos. Afonso Celso desdobrou, por assim dizer, sob esse prisma, um largo painel evocativo e analítico, onde a existência nacional se refletiu fiel e distintamente; como refletidas foram as mais amplas modalidades de impostos, através dos exemplos que foi buscar à Alemanha, à Inglaterra, aos Estados Unidos, à Austria, à Italia, à França e outros países adiantados. Estudou a influência dos direitos adicionais nos mercados internos brasileiros, abordou a evolução de nossa dívida fundada, interna e externa, tratou da fiscalização e da renda pública, e pôs em evidência que o govêrno só tinha um programa a seguir: o de evitar o empréstimo e voltar-se para os impostos e a economia. Esse, no seu modo de ver, era o programa que devia ser pôsto em execução, se quisessem melhorar as nossas finanças e prevenir a bancarrota. Não é que ele achasse pouco onerado o contribuinte brasileiro. Absolutamente. Falando de impostos, ele não pretendia que fôsse necessário unicamente criar novos ou agravar os existentes. O que achava indispensável era criar alguns mais, atenuar ou suprimir outros, alterar o restante, re-fundir, reformar o nosso sistema tributário.

(304) “O Globo”, de 12/10/82.

Advertindo para que o compreendessem, quando pedia economia, fundamentou:

— A economia de que trato, senhores, não é a do côrte de despesas, a torto e a direito, desorganizando serviços, ou preterindo a satisfação de necessidades públicas imperiosas. Outra é a que recômodo, qual a que só pode provir do estudo acurado de todos os nossos serviços administrativos para simplificá-los e que resultará não tanto da redução do algarismo total da despesa, como de sua melhor aplicação. Em todos os ministérios, na Côrte como nas províncias, ha muito que reduzir e cortar, principalmente no que diz respeito ao pessoal, que por toda a parte é excessivo; mas, em compensação, em todos eles, há serviços de grande utilidade pública, que nem sequer foram ainda iniciados, por falta de recursos. As sobras, portanto, que se apurarem terão logo emprêgo. Nem ha que estranhar nisso, em um país novo que progride, sem dúvida, mas carece ainda de muita coisa para o seu completo desenvolvimento. E quando não tivéssemos outras necessidades a atender, a tais sobras deveríamos dar uma aplicação que, além de utilíssima, é obrigatória por solenes compromissos do govêrno: — a amortização do papel moeda.

Não creia, pois, ninguém que a economia trará diminuição na despesa; ao contrário, ela continuará a subir; simplesmente será melhor empregada. A tarefa é difícil, sr. presidente, complexa, mas urge empreendê-la; e nem pertence só às Câmaras, senão também ao govêrno, a quem compete e é o mais próprio para coligir os elementos de sua realização.

Obtidos esses esclarecimentos e organizado o plano geral, poderão as Câmaras colaborar, emendando-o, completando-o, sendo todavia certo que alguma cousa poderiam ter feito, aproveitando as informações já reunidas. Por exemplo, desde 1856 ou 1857, o govêrno chama a atenção do parlamento para a necessidade de que falei — uma nova distribuição de rendas. Cada ministro da Fazenda, que se tem sucedido durante esses vinte e cinco anos, e V. Ex., sr. presidente, foi um deles, remeteu às Câmaras os

dados que pode colhêr; o nobre senador pelo Rio Grande do Sul ofereceu mesmo um esboço de projeto, que poderia servir de base à discussão. Nada se fez até agora, mas é mistér fazer. Sem esse trabalho de reorganização não posso aconselhar a nenhum governo, e menos a um governo amigo, salvo circunstâncias especialíssimas, como uma necessidade imprevista e imprescindível, que se empenhe em novos empréstimos.

Senhores, se quisermos conservar ileso o conceito em que somos tido de nação honrada, é tempo de parar no caminho até hoje trilhado! Assim exprimindo-me, sr. presidente, não uso de uma linguagem de ocasião; as contrariedades do meu último ministério nasceram do esforço que empreguei para abrir novos mananciais à receita pública; elas foram sobejamente compensadas pela satisfação que me coube de ver que as medidas por mim lembradas, pôsto que incompletamente executadas e suspensas logo em comêço, trouxeram ao exercício de 1880-81 considerável aumento de renda. Apesar da redução dos 2%, apesar do auxílio que talvez tenhamos de prestar às províncias, não estaríamos aqui a discutir hoje essa questão, se não fora aquela suspensão, a que me opôs (305).

Esse o fôlego, essa a elevação de linguagem de Afonso Celso. E não obstante o apartarem alguns senadores, com certa insistência, do meio para o fim de sua explanação, nem por isso perdeu o rumo desejado, nem diminuiu o alcance de sua colaboração ao gabinete Saraiva. Manteve-se, mau grado ter feito sua oração de improviso, como aliás sempre acontecia, apenas valendo-se de algumas notas que coligira para o desenvolvimento de seu ponto de vista, no mesmo nível, na mesma orientação, conceituoso e sugestivo. Pode-se sem receio dizer que sua peça, inteiriça e elevada, condensou as maio-

res verdades que se poderiam observar e exprimir na linguagem econômica daqueles dias.

Não parou aí a sua colaboração ao gabinete Saraiva. Como suscitasse com os seus argumentos reação verdadeiramente tumultuosa, aceitou a discussão, que se desdobrou sobre o assunto e sobre outros ângulos do orçamento geral da receita do Império. Admirável esse instante de sua vida senatorial. Cortou, com a lâmina luminosa e aguda de sua palavra, a investida desenfreada dos adversários do gabinete. Transcendeu a luta. Do dia 12 — dia seguinte ao de seu discurso aludido — ao dia 20, dez vezes voltou a ocupar a tribuna: duas vezes no dia 12, três no dia 13, duas no dia 16, uma no dia 17 e duas no dia 20 (306). Sem se aperceber, firmou-se nessa discussão orçamentaria como um dos mais valiosos sustentadores da política liberal observada pelo ministério Saraiva.

O imperador, que acompanhava com carinho a marcha evolutiva da política de seu Império, não se demorou em lhe vir ao encontro. Nomeou-o Conselheiro de Estado (306a). Era a recompensa. E — por que não? — o estímulo para a manutenção de novos prêmios, no futuro...

* * *

Com efeito, nessa alta organização opinativa do Império, teve ele oportunidade de emitir opiniões que reafirmam seus méritos culturais e deixam em plena luz o zelo e a competência com que versava tanto os mínimos como os mais complexos assuntos políticos, jurídicos, administrativos, financeiros e diplomáticos do país.

(306) *Anais do Senado*, 1882.

(306a) Decreto de 1.º de abril de 1883. Afonso Celso prestou juramento a 21 daquele mês, segundo apontamento constante do Arquivo Nacional.

Da sua nomeação à queda da Monarquia, por doze vezes se reuniu o Conselho de Estado Pleno e a todas essas reuniões prestou êle o concurso de sua inteligência e de sua sabedoria. Sempre exemplificando com as leis e argumentando com base na lógica, seus pareceres já-mais deixaram de impressionar e mesmo influir nas discussões que as várias opiniões provocavam.

Na primeira reunião a que compareceu, o assunto ventilado foi de ordem administrativa. A Assembléa Legislativa do Ceará havia votado um art. do orçamento municipal que estabelecia monopólio para a venda de carnes verdes, e o Presidente da Província, pretendendo omitir-lhe a publicação, consultou o Governo imperial sôbre se poderia assim proceder ou não. Afonso Celso, julgando-o manifestamente contrário ao art. 179, § 24 da Constituição do Império e ao art. 66, §§ 8,9 e 10 da lei de 1.º de outubro de 1828, assim fundamentou o seu parecer:

“Não é nova a espécie. A lei provincial de Pernambuco, n.º 84 de 1840, a de n. 84 de 1842 do Rio Grande do Norte, a de n. 256 de 1859 do Rio Grande do Sul e a da Bahia de 2 de junho de 1860 consagraram providência igual. Tanto o governo como a sessão do Imp. do Conselho de Estado sustentaram sempre a mesma inconstitucionalidade pela restrição que traziam à liberdade da Indústria e à autonomia em que se achavam com a lei da orientação das Câmaras, incumbidas, pelo art. 66 §§ 8, 9 e 10o. de garantirem e assegurarem essa liberdade, especialmente no tocante ao talho de carnes verdes e aos preços que cada um pode pôr aos gêneros e seu comércio (URUGUAY — *Administração das Províncias*, § 440 e segts.).

Por tais motivos e atenta a odiosidade da medida, entendo que o Presidente da Província deve impedir essa execução, suspendendo a publicação da lei nos termos do art. 24, § 3.º do Ato Adicional, para trazê-la ao conhecimento dos poderes gerais.

Em contrário a esta doutrina existe o Aviso n. 56, de 20 de julho do ano passado, relativamente a um ato da Presidência de Sergipe, mas, o princípio que nesse Aviso se procurou firmar não parece muito de acôrdo com o Ato Adicional, quando determina que as leis provinciais contrárias à Constituição do Império sejam submetidas à censura da Assembléia Geral Legislativa, que as pode revogar.

Em homenagem às atribuições das Assembleias Provinciais esse Aviso prejudica as do poder Legislativo Geral, a quem compete obstar que a Constituição seja por elas ofendida. Não advertiu, demais, que em tal caso as Assembleias não exercem atribuições suas e sim excedem-nas. Não é, portanto, correta aquela deliberação.

A suspensão dos artigos do mencionado orçamento atinentes ao monopólio unicamente, que o Presidente sugere em um dos telegramas, é inadmissível. A suspensão deve ser de toda a lei, ainda que em consequência de um só artigo ou preceito dela, não sendo lícito ao Presidente publicá-la em parte e em parte não.

Isto mesmo já o Governo Imperial tem declarado por Avisos, entre os quais citarei o de 9 de julho de 1846, que não se encontra nas coleções, mas foi transcrito pelo senador Fausto de Aguiar no seu opúsculo sobre atribuições das Assembleias Provinciais.

S. Excia. observou que a faculdade de suspender a publicação das leis provinciais só é dada aos Presidentes de Províncias, relativamente às que dependem de sanção, caso em que não está a de que se trata, orçamento municipal, em que não intervem aquela autoridade.

Peço permissão para observar que esta faculdade é mais ampla como se depreende do art. 16 *in fine* combinado com o 24 n. 30 do Ato Adicional. A lei aprovada por dois terços dos membros da Assembleia e reenviada ao Presidente também não depende mais de sanção; e todavia o Presidente pode suspendê-la. A analogia entre essa espécie e a que ora ocorre, é completa.

O ilustrado Conselheiro prefere que o Presidente, em lugar de suspender a lei, peça a Assembléia que a reconsidere, em vista das razões que aduzira para explicar a sua falta de publicação.

Este alvitre já foi lembrado, em outros tempos, em um Conselho de Sessão do Império, a que se refere o visconde de Uruguai, na sua obra sobre administração das Províncias.

Não é, porém, aceitável até pela mesma razão que faz S. Excia. hesitar quanto à suspensão.

Si esta, relativamente, é uma lei independente de sanção não é precisamente a hipótese do Ato Adicional (a que contesta o Conselheiro de Estado expoente, como já ponderou), muito menos o é a medida indicada, pois que o Presidente não pode impedir à Assembleia Provincial a reconsideração de uma lei, senão mediante a recusa de sanção, que não tem lugar a respeito do orçamento municipal.

Por outro lado, também a Assembleia Provincial não pode reconsiderar uma lei não publicada sinão quando o Presidente a devolve e descobre com as razões da não sanção. Demais, o alvitre seria completamente ineficaz no caso muito provável de responder a Assembleia que nada tem a reconsiderar.

O meu voto, portanto, é que se aconselhe ao Presidente a não publicação da lei, a fim de ser presente à Assembleia Geral Legislativa, nos termos do art. 16 do Ato Adicional" (307).

Segura, como se vê, a sua interpretação jurídico-administrativa no caso.

A segunda conferência a que compareceu verificou-se a 24 de outubro de 1884. Foi objeto da sessão a questão de limites entre o Brasil e a Argentina, suscitada pelo plano que confidencialmente sugeriu o ministro Quezada, daquele país vizinho, relativamente às novas demarcações da linha divisória entre a Confederação e o

(307) A integra dêste seu parecer consta da Ata da Conferência da Sessão dos Negocios do Império, do Conselho do Estado, convocada em 12 de setembro de 1884, existente no Arquivo Público Nacional.

Brasil na altura do Pepiri-Guaçú e Santo Antonio, do lado argentino, e do Chapecó e Chopin, do lado brasileiro. A proposta do ministro portenho nada mais significava que a revivescência da velha controvérsia levantada pelo antigo representante daquela República, o ministro Irigoyen, em 1879, o que equivale dizer que os argentinos se empenhavam à porfia na conquista de uma brecha que lhes facilitasse, em caso de desinteligência conosco e tentativa de agressão, a fácil penetração de nosso território, pelas províncias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

O Conde d'Eu foi claro e preciso na preliminar do problema. Declarou, nessa reunião do Conselho, que, si, por um lado, era da máxima importância a conveniência de obter-se pronta solução da questão de limites pendente com a República Argentina, por outro lado, a posse da linha divisória, formada pelos rios Pepiri-Guaçú e Santo Antonio constituia para o Brasil um direito que não podíamos deixar pôr em dúvida, dado que esse direito se evidencia, afora outros argumentos valiosos, pelo princípio do *uti-possidetis*, pela demarcação que em 1759 e 1760 realizaram os comissários portugueses e espanhóis, nomeados em virtude do tratado de 1750, e ainda pelas instituições que o Gabinete de Madrid expediu, de conformidade com aquela demarcação, para a execução do tratado de 1777. Tendo, ainda, demonstrado que a manutenção dessa linha divisória era da maior importância estratégica para a defesa da integridade do Império, aduziu ao seu ponto de vista o argumento de que si, com efeito, viesse por infelicidade a triunfar a pretensão argentina de levar os seus limites até aos rios Chapecó e Chopin, ficaria êsse govêrno vizinho assim de posse de posições que, situadas no centro da região constituída pelas três províncias do Paraná, Santa Catarina e Rio

Grande do Sul, importariam numa das mais graves ameaças para a segurança dessa parte do Império.

Afonso Celso meditou em todos esses pormenores e, prevendo as consequências de um juízo arbitral sugerido por Quezada, opinou pela inoportunidade de ser tomada em consideração aquela proposta, mesmo porque o novo reconhecimento da região disputada já havia sido solicitado por Irigoyen, em 1879, e o govêrno Imperial não o admitira.

Eis o seu argumento:

Consistirá a diferença em que a fronteira uma vez traçada seja obrigatória para as partes litigantes, enquanto o novo reconhecimento serviria apenas de base para acôrdo posterior? Mas, é completamente illusória tal *obligatoriedade*. A demarcação depende não só de combinarem os membros da comissão mixta entre si, como também de serem seus planos aprovados pelos dois govêrnos. O acôrdo, portanto, é afinal tão indispensável, como sê-lo-ia prevalêcendo a indicação Irigoyen.

Distinguir-se-ão, acaso, os dois projetos, só porque a questão de soberania territorial, conforme o do dr. Quezada, será ventilada *depois de estabelecida a fronteira*, ao passo que no outro ambas as questões deviam ser tratadas simultâneamente? ou ainda porque se suscita agora a ideia de indenização pecuniária? Mas, tudo isto é também illusório, — salvo havendo uniformidade de vistas no seio da comissão mixta e entre os dous govêrnos. Ora, se fôsse lícito esperar essa conformidade de pensamentos da parte de contendores, que se mostram igualmente obstinados na sustentação do que supõe ser o seu direito, não haveria perigo, nem inconvenientes no que propunha o dr. Irigoyen e o Império regeitou por motivos que subsistem em toda a plenitude.

Daqui concluo — e esta é a segunda observação que ofereço ao parecer da ilustrada maioria da Sessão — que a proposta não sugere meio eficaz para apurar-se esta velha controvérsia. Perseguido-me que a semelhante tentativa estaria reservado o mesmo

malôgro das anteriores. Desde que a demarcação fica dependendo da opinião acorde dos membros da comissão mixta e da aprovação dos respectivos governos, o resultado afigura-se-me tão problemático como o de um novo reconhecimento. Os commissários ou delegados inspirar-se-ão nas instruções recebidas, que cada um dos interessados pautaria pelas convicções e conveniências contrárias que os dividem. Não é razoável nem prático esperar que os brasileiros accedam à linha do Chapecó e do Chopin ou os argentinos à do Pepiri-Guaçú ou Santo Antonio.

Portanto, as dificuldades não se resolveriam — adiar-se-iam apenas.

Demais, que encargo se comete à comissão mixta? Escolher a fronteira que melhor consulte as necessidades comerciais, administrativas e estratégicas dos Estados confinantes. Porém, não está ela já assinalada desde 1759? Não o temos nós, e nossos predecessores, insistentemente afirmado no decurso de mais de um século? Não é o caso de reproduzir-se a resposta dada em 1876 — *é desnecessário fazer o que está feito e bem feito?* Por outro lado, as novas explorações e demarcações não virão enfraquecer os argumentos de que nos temos servido até hoje e aos quais muito provavelmente socorrer-nos-emos ainda no futuro?

Receiou-se, ao tempo, uma reacção pelas armas por parte da Argentina. A isso êle ponderou:

Não tenho dados seguros para conjecturar os sucessos do futuro, mas admitindo como possível a hipótese extrema a que acabo de referir-me, presumo-a pouco provável. A Confederação Argentina não pode desejar a guerra de êxito mais duvidoso para si do que para o Império.

À illustrada maioria da secção de Estrangeiros, na citada consulta de 29 de janeiro, ponderou que a resistência do governo argentino às nossas justas pretensões provém menos do desconhecimento do nosso direito à fronteira de 1759, confirmada pelo tratado de 1857, do que do temor de afrontar a susceptibilidade na-

cional. Nisto acompanho, e se não estamos em erro, o apêlo ao juízo arbitral e a eventualidade de obter compensação pecuniária (aceita a proposta e sendo o julgamento a seu favor) devem atenuar aquele receio, porque habilitarão o govêrno a moderar os exaltamentos de seus irritadiços concidadãos.

Estou igualmente convencido de que as classes dirigentes na Confederação, os homens de ilustração e verdadeiramente patriotas, não alimentarão jamais intenções hostis contra o Brasil; a propaganda de ódio que ali se levantou não podia provir sinão das camadas inferiores da população. A iniciativa agora assumida pelo ministro, sem dúvida por ordem do seu govêrno, os esforços que empregam para liquidar-se a questão pacificamente, ao menos segundo parece, fazem crer que, ou os progressos da razão pública, ou o pêsso dos sacrifícios pecuniários de dia em dia mais gravosos fortalecerão o partido da paz, avigorando a opinião de que importa à República viver tranquilamente ao nosso lado como bons vizinhos.

E', pois, possível que as nossas reclamações, mantidas com firmeza, não encontrem a mesma opposição de outros tempos, e que longe de atear-se a guerra, obtenhamos alguma concessão. Em tal caso, cumpre que de nossa parte cedamos em tudo quanto fôr razoável e digno, no interesse supremo de occuparmo-nos exclusivamente de satisfazer nossas necessidades internas, e aproveitarmos melhor nossos recursos.

O govêrno imperial, dispondo de informações que não possuo, pode bem aquilatar tudo quanto deve ser considerado em tão melindrosa questão e deliberar com o costumado acêrto.

Supostos, Senhor, nos argentinos os mesmos sinceros desígnios que nos animam, penso que a proposta Quezada é susceptível de uma modificação que, ressaltando inteiramente o nosso direito, torna-la-á mais prática e eficaz para o desejado fim.

Parto da hipótese de estar averiguado ser a linha do Phipiri-Guaçú e Santo Antonio a que mais nos convem, sob todas as relações em que deve ser encarado o assunto, o que infelizmente

não está bem esclarecido nas informações ministradas ao Conselho de Estado.

Teceu, após, considerações em tórnó da linha do Chapecó e Chopin, que guardava extensas zonas de terrenos ubérrimos e em parte povoados, mostrando que não poderíamos abrir mão delas mesmo porque seria deixarmos expostas a fácil invasão as províncias do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e Paraná. Lembrou, ainda, ter o visconde de Maracajú, em trabalho elaborado poucos anos antes sôbre o território das Missões, dado como linha divisória preferível o Rio Merinay, desde a sua embocadura no Uruguai até às vertentes na lagôa Iberá, pela qual continuaria até à margem esquerda do Paraná, na tranqueira de Loreto. Daí, e atendendo a que a proposta do ministro argentino não excluía a possibilidade de conformar-se a Confederação Argentina com essa raia, sugeriu a conveniência de ser formulada pelo Góvêrno Imperial uma contra-proposta que tivesse por base:

1) — ficar a dita fronteira definitivamente reconhecida, de acôrdo com a demarcação de 1759 e os tratados de 1777 e 1857, mas,

2) — recorrer-se a arbitramento para decidir se naquele tempo podiam os espanhois, hoje representados pela Confederação, alegar algum direito a qualquer parte do território comprehendido na divisa, sendo, portanto, justo que se lhes houvesse concedido uma compensação pecuniária, à qual, ainda naqueles dias, não se recusara o Império para com os seus sucessores, fixado pelo árbitro o *quantum* respectivo.

Persuadido de que, dessa forma, se adotaria alvitre menos falível e mais claro do que a proposta Quezada, resumiu o seu voto nos seguintes itens:

a) Não se devia adotar nem o primeiro nem o segundo alvitre formulados no questionário que serviu de base à reunião, e que eram, respectivamente, novo reconhecimento dos rios litigiosos e, no caso de não chegarem os governos interessados a acôrdo, recorrer-se a arbitramento de uma potência amiga, sem proceder-se a novo arbitramento;

b) O plano do dr. Quezada não resolveria a questão e tão somente a adiaria, complicando-a cada vez mais;

c) Entretanto, na iminência de uma guerra, seria de utilidade accitá-lo, como expediente dilatório, que nos daria tempo de superar as nossas dificuldades internas (308).

Na reunião de 27 de agosto de 1885 o assunto tratado foi o da dissolução da Câmara. A situação ia cada vez mais difficil. As crises, contínuas e múltiplas, começavam a superar os esforços dos políticos mais experimentados. E Cotegipe, na tentativa de estancar os abusos e coibir as expansões de insolência que se vinham tornando dia a dia mais patentes, pedira a dissolução da Câmara. Mas Afonso Celso não concordou com essa medida. Achou-a antes um mal do que um bem, e isso provocou da parte de Paulino de Souza longo parecer, onde a situação foi analisada com inegavel agudeza política. Paulino aproveitou, aliás, o ensejo para refutar o ponto de vista de Afonso Celso, mas o mineiro insigne não se deu por vencido e voltou a reafirmar o seu voto, esclarecendo:

O que eu sustento, assim como o Cons. Dantas, e não pode contestar o illustre Cons. de Estado é que o Poder Moderador não deve mudar a situação política representada na maioria da câmara

(308) Atos do Conselho de Estado Pleno.

dos Deputados, sinão quando se convencer de que essa maioria está divorciada da nação, que a sua opinião não é a da maioria do país.

Então, sim, é lícito e regular apeiar o partido do poder, confiando-o a outro, para consultar o país, que definitivamente resolverá o conflito.

Ora, pergunto, em que pode fundar-se a convicção ou crença de que a maioria da câmara dos Deputados está divorciada da maioria do país? O que autoriza afirmar que a sua opinião não é a da nação? Que fato ali se deu, qual questão foi resolvida de modo a supor-se que os interesses, as necessidades ou o modo de pensar dos comitentes (?) foram sacrificados? O que fez a Câmara? Eleita para resolver o problema do elemento servil, aprovou o projeto sôbre o assunto. E', porventura, êsse projeto que exprime o antagonismo da Câmara com o país? Se é, como se condena aqueles que o combateram em grande maioria, para elevar os principais responsáveis pela sua adoção? Sei que o nosso direito político está escrito na Constituição do Império, como ponderou o ilustrado Cons. de Estado e não nos livros estrangeiros, muitas vezes escritos para despertar a atenção pública e agitar os espíritos. Mas, se nos devemos ater só à Constituição do Império, a que vieram os precedentes ingleses com que S. Excia. procurou justificar a sua opinião? Deixemo-los, pois, de parte e contentemo-nos com a nossa Constituição, cujos preceitos acêrca da nomeação e demissão de ministros estão sujeitos aos princípios e regras que S. Excia. judiciosamente consubstanciou no trecho do seu parecer que ha pouco li. A expressão — *livrement* — de que ela se serve, tem um limite natural que lhe assinala a índole do sistema representativo. Se estivesse verificada a impossibilidade de organizar-se um govêrno que encontrasse no seio da maioria apôio suficiente para dirigir os negócios públicos, não haveria quem deixasse de aconselhar a mudança da situação, porque a sorte do país não pode ser preterida pelos interesses do partido. Averiguou-se, porventura, práticamente, essa impossibili-

dade? Não, logo a mudança de situação não está de acôrdo com os princípios constitucionais.

Sobreleva ponderar, Senhor, e nisto sou ainda coerente com o parecer que tive a honra de emitir quando o gabinete do Cons. Dantas pediu a dissolução da Câmara em 1884, a menos que se empreguem medidas que a época não comporta, a composição da futura Câmara não oferecerá menos dificuldades do que aquelas com que lutaram os gabinetes passados depois da reforma eleitoral.

Quebrou-se, felizmente, o *modus-vivendi* das Câmaras unânimes, ou das maiorias esmagadoras. Se não houver violência ou fraude a opinião decaída ha de ser representada por número suficiente para embaraçar a marcha do govêrno e os obstáculos de hoje hão de ressurgir novamente, porventura mais sérios, atento o maior tempo decorrido sem que receba solução a questão, tantas vezes declarada urgente e de cujo desenlace dependem providências que já tardam.

Em conclusão, Senhor, não posso aconselhar a dissolução da Câmara dos Deputados (309).

Essa atitude, manteve-a sempre Afonso Celso. Não era contra a dissolução para agravar a situação dos conservadores. Isso não. Era contra a dissolução porque achava que só se devia applicá-la quando em circunstâncias especialíssimas, ou melhor, quando perigasse realmente a soberania do Estado. Este outro parecer seu, proferido na reunião de 31 de maio de 89, às vésperas, portanto, de ser chamado a formar gabinete, demonstra sua superioridade de vistas e sua coerência a respeito:

A dissolução — fundamentou êle — a dissolução da Câmara dos Deputados somente pode ser determinada por sério motivo de ordem pública, que põe em perigo o bem do país, ou, na frase expressiva da Constituição do Império, quando o exigir a salvação do Estado. Presentemente, nenhuma questão se agita, nenhum

(309) Atas citadas.

conflito surgiu entre a Câmara e o Ministério que justifique tão extraordinária medida.

E' certo que ela não tem funcionado, mas a responsabilidade de fato cabe ao Gabinete, que obriga seus amigos a não comparecerem para não haver número. Não é, pois, a Câmara que procede irregularmente, tornando-se facciosa: é o Gabinete que se socorreu de expedientes condenáveis para evitar dificuldades. O que está averiguado é que não dispõe ele de maioria necessária para viver, e a solução natural é obvia — a retirada do Ministério. Dir-se-á que nenhum outro conseguirá reunir maioria suficiente. A isto responderei que, por muito fundada que pareça a conjectura, não é lícito tomá-la como base de resolução tão grave e melindrosa, como a nulificação dos poderes conferidos aos imediatos mandatários da nação.

Verificada a impossibilidade, reconhecido praticamente que novo gabinete não pode coexistir com a Câmara, então, sim, caberá cogitar dos meios de solver a crise, que assumirá desde esse momento maiores proporções, exigindo também providências mais enérgicas.

Antes de tirada essa prova, convocar os comícios eleitorais é consultar a nação sobre se determinados indivíduos devem continuar na posse do poder, o que desvirtuará o recurso extremo, sugerido pela sabedoria do legislador para salvaguarda dos grandes princípios, ou das altas conveniências públicas.

Isto em tése; apreciada, porém, a hipótese occorrente, além dessas considerações gerais acodem outras que com todo o respeito, mas franca e lealmente, devo submeter ao esclarecido critério de V. M. Imperial em desempenho de meu cargo.

Por seus êrros administrativos, como pela incapacidade política que ha revelado, o ministério de 10 de março incorreu não só na desconfiança e desconsideração públicas, sinão na animadversão da grande maioria do país.

A verdade, que debalde tentar-se-á obscurecer, é que êle apoia-se no funcionalismo que teme ou espera, e, salvas raríssimas

exceções, os devotamentos que se alcançam com preterição e sacrifício dos interesses do Estado.

Classes numerosas e importantes odeiam-no; a parte sã e genuína do partido que pretende representar, mas dividiu em todas as províncias, nem sequer tolera-o; o partido adverso entende mover-lhe guerra sem trégua; e aquele que fóra da esfera constitucional se está formando, e de dia em dia ganha força, se não o hostiliza desde agora com igual energia, é por ver nêle inconsciente, porém prestimoso auxiliar de seus intúitos subversivos contra a ordem de coisas existentes.

Nessas condições — o que resultará da luta que a dissolução vai acender em todo o Império? O govêrno naturalmente quererá vencer, e como os meios legítimos de que dispõe são ineficazes, de que outros lançará mão? Da violência ou da corrupção; mas êsses, no descontentamento e irritação que lavram por todo o país, hão de provocar enérgica reação, cujas consequências não é dado prever, mas com certeza não serão vantajosas para as instituições.

Nem se diga que estando prestes a findar-se a legislatura, inevitável será a próxima eleição, na qual dar-se-ão os mesmos inconvenientes; primeiro, porque não ha paridade entre um fato normal, ordinário, e um acontecimento excepcional e anômalo, que em todos os tempos exacerba as paixões; segundo porque nas eleições, feitas com a periodicidade legal, trava-se a luta entre os partidos, e nas que resultam de uma dissolução está em causa também um ato da coroa; terceiro porque um ministério novo não terá contra si os descontentamentos, os ódios e as cóleras que o atual tem sublevado; quarto porque um ministério novo poderá contar com o poderoso elemento de um partido forte, arregimentado e unido, o que não acontece ao de 10 de março, que só dispõe de uma pequena fração e daqueles que possa aliciar ou corromper.

Por êsses motivos voto contra a dissolução, que, concedida ao atual ministério, seria verdadeira calamidade (310).

(310) Idem, idem.

Este o pensamento político de Afonso Celso e o sentido patriótico que pusera em todos os seus pareceres emitidos perante o Conselho de Estado Pleno, entre os quais se poderiam salientar ainda o de 5 de dezembro de 85, sôbre a abertura de um crédito extraordinário para ocorrer não só à continuação das obras do Lazareto, na Ilha Grande, como também às despesas de instalação do serviço quarentenário, quando opinou se adiasse a conclusão das obras do referido Lazareto até que o Poder Legislativo resolvesse o assunto, e, no caso de ser absolutamente imprescindível o estabelecimento da quarentena, dêsse-se-lhe o crédito indispensável; o de 27 de novembro de 86, favorável à adoção de despesas tendentes a prevenir a invasão do cólera-morbus no Brasil, que então grassava violentamente na Argentina; o de 18 de janeiro de 88, sôbre suplementação de verba para atender às despesas com essa epidemia, que continuava, e abertura de outro crédito extraordinário para resguardar as obras dos edifícios em construção na praia da Saudade; o de 13 de junho de 88, sôbre matéria eleitoral; o de 12 de janeiro de 89, contra a abertura de crédito extraordinário para a conclusão dos trabalhos de exploração do território das Missões; e o de 1 de fevereiro de 89, ainda sôbre a necessidade de nova abertura de crédito extraordinário para fazer face às despesas com o cólera, que se manifestou na Capital do Império, e com a sêca nas províncias do norte.

* * *

Entrementes, e porque, pela imprensa, um jornalista, que se ocultava sob o pseudônimo de Clarkson, voltasse a atacar o seu voto, emitido quando da consulta feita pelo Visconde do Rio Branco, em 71, sôbre a questão

negreira, êle escreveu notável trabalho em que reafirmou, com largueza de concepção e erudição jurídica, o seu ponto de vista, qual o da inalienabilidade do *statu liber*, isto é, o escravo que, ainda não tendo a plena disposição de sua vontade, de sua pessoa e direitos, nem por isso deixa de ser livre. A tese que defendeu é fascinante e convincente. E, sôbre refletir toda a evolução do Direito através do domínio da ideia cristã na civilização do mundo, mostra as diversas modificações por que passaram os escravos entre os povos que os possuíram (311).

Em 1883, fez parte, a pedido de Leão Velloso, ministro do Império, da comissão incumbida de organizar um projeto de reforma administrativa das províncias e dos municípios. Elaborou, então, extenso e bem fundamentado estudo de quanto se vinha tentando realizar nesse sentido, desde os primeiros anos de ação do Segundo Império, para melhor esclarecer a conveniência da medida. Como sempre fiel ao seu partido, manifestou-se pela descentralização, propondo providências que, se fossem postas em prática, ainda hoje dariam ao país possibilidades inteiramente novas e de extraordinário alcance moral e financeiro (312).

Terminada essa incumbência, foi designado para servir na secção do Conselho a que estavam afetos os negócios do Império (312a), daí passando, oito meses após, para a dos assuntos de Marinha e Guerra, cumulativamente (312b), comissão que deixou, por sua vez, a 6 de maio

(311) Este trabalho foi reproduzido na íntegra, na Revista do Instituto Histórico Brasileiro, tomo 103, vol. 157, que é inteiramente composto de trabalhos do visconde e sôbre o visconde.

(312) Veja-se a Revista do Instituto Histórico Brasileiro, vol. 161, tomo 107, de 1930.

(312a) *Aviso* de 25 de outubro de 1883.

(312b) *Idem* de 26 de junho de 1884.

do ano seguinte, quando lhe atribuíram os setores da Justiça e do Estrangeiro, no impedimento do visconde de Paranaguá. Aí permaneceu até 22 de agosto de 1885. Um ano mais tarde (312c.), foi incumbido, de novo, das seções de Guerra e Marinha, na vaga do visconde de Bom Retiro (312d.).

Enquanto Afonso Celso assim trabalhava, ia o ambiente nacional adquirindo tonalidades diferentes. Crescia em população. Crescia em recursos. E em inquietação política. Transmudava-se ao fragor da campanha abolicionista e republicana, ao mesmo passo que, pelo influxo do descontentamento de militares influentes, e das ideias positivistas, se desgarrava da tradição de seu sistema governamental. Ia sendo levado pela torrente das aspirações revolucionárias. E assim continuaria, irrefreavelmente, até fins de 89, quando sôbre os precários alicerces da monarquia brasileira seria implantada a arcatura do regime republicano.

Todavia, o que mais sobressaía nesse período fôra a campanha anti-escravagista, que, evoluindo, passara do impulso individual ao coletivo, sucedendo-se, dessarte, às vozes isoladas, os esforços conjugados de tribunos, jornalistas, poetas e parlamentares de largos vãos, de imaginação fertilíssima (312e.). E' compreensível: pela lei de 28 de setembro de 71, conseguira o visconde do Rio Branco libertar os filhos dos ventres escravos existentes no Brasil. Não obstante, essa lei não dera os resultados entrevistos. Permanecia incerta e ameaçada de

(312c) Idem de 6 de setembro de 1886.

(312d) Por aviso de 28 de dezembro do mesmo ano de 86 foi Ouro Preto dispensado dessa comissão.

(312e) Afonso Schmidt, em "*A Marcha*", romance da abolição, estuda essa luta social nos seus lances mais dramáticos e comoventes.

múltiplos perigos a situação dos nascituros, porque as autoridades conspiravam contra ela. Surgiram, então, dois titãs para defender em tudo e por tudo a causa negra. De um lado, ou seja, no cenário parlamentar — Joaquim Nabuco, que, com André Rebouças, Gusmão Lobo e Joaquim Serra, formava um grupo homogêneo, seguido, ainda, de Jerônimo Sodré Pereira, Barros Pimentel, Correia Rabelo, Marcelino de Moura e Manoel Pedro Cardoso Vieira, que veio a falecer no comêço da luta. De outro lado, na imprensa e na tribuna popular — Patrocínio, resplandecendo aos clarões de sua genialidade verbal, e acompanhado de Ferreira de Menezes, Vicente de Souza, Nicolau Moreira, João Clapp, Lopes Trovão, Ciro de Azevedo, João Brasil Silvado, Ubaldino do Amaral, Antônio Teixeira da Rocha e outros. Nabuco era a palavra aristocrática, que denunciava a escravidão como o fratricídio de uma raça, o fratricídio de uma nação. Patrocínio, como bem assinala Tobias Monteiro, era a combinação de tôdas as notas da paixão humana, desde as mais sublimes até as mais sombrias, a formar uma peça assustadora, em que se erguiam as mais altas aspirações do nosso espírito, gemiam as mais angustiosas lamentações da raça negra e reboavam as mais cruéis imprecções do cativo. Em sua pena, a liberdade, o trabalho, a dignidade, a resignação, a piedade, o perdão, a caridade, a submissão, a lisonja, a mentira, a calúnia, a confissão da culpa, o arrependimento, o cansaço, a dor, a revolta, o crime — tudo era lembrado e passava de roldão, ferindo todas as gamas, levando a cada ouvido a impressão que o devia abalar (313).

(313) Tobias Monteiro, *Pesquisas e Depoimentos para a História*.

É à medida que o prélio ia cada vez mais tomando vulto, atraíndo adeptos, conquistando terreno, mais o ambiente se tornava congesto. A paixão partidária inflamava os sentimentos. E os gabinetes se sucediam a miude: Paranaguá, que substituíra o precário ministério, de pouco mais de cinco meses, de Martinho Campos, mal conseguiu sustentar-se por dez meses e dias (314). Sucedeu-o Lafayette, a 24 de maio de 83, (315) que, mau grado o prestígio de sua sabedoria jurídica e política, apenas pôde manter-se até 6 de junho do ano seguinte, quando Dantas assumiu o govêrno (316). Mas, tão agitados estavam os parlamentares, que a 3 de setembro, isto é, com pouco mais de um mês de permanência no govêrno, a Câmara foi dissolvida e convocada outra para 1.º de março do ano seguinte. Em meio à balbúrdia, entraram em ação os maçons-republicanos, a coadjuvar a vitória da causa libertária, não por ela em si, mas na esperança de, através dela, aniquilarem a monarquia. Era a "revanche" que queriam tirar da forma como foi epilogada, sob influência e decisão de Isabel, a famosa questão dos bispos... Urdiam a trama com cautela: temendo que a abolição atraísse, como era natu-

(314) Formado a 3--7-82, o gabinete de Paranaguá se desfez em fins de maio do ano seguinte.

(315) Gabinete: Presidência do Conselho e Fazenda, Lafayette; Império, Francisco Antunes Maciel; Justiça, Prisco Paraiso; Estrangeiros, Soares Brandão; Marinha, Antônio de Almeida Oliveira; Guerra, Rodrigues Junior, subst. interinamente em 1/3/84, por Afonso Pena, que serviu até 22 de março, data em que ocupou a pasta definitivamente Franço de Sá; Agricultura, Afonso Pena.

(316) Gabinete: Presidência do Conselho e Fazenda, Dantas; Império, Franco de Sá; Justiça, Sodré Pereira; Estrangeiros, João da Mata Machado, subst em 22/12/84, por Dantas, interino; Marinha, Joaquim Raimundo de Lamare; Guerra, Candido de Oliveira; Agricultura, Carneiro da Rocha.

ral, as simpatias do povo para a princesa, ao mesmo tempo que auxiliavam o desenvolvimento da marcha abolicionista, cuidaram de disseminar por todo o âmbito nacional extenso noticiário contra o possível Terceiro Reinado, alegando ser Isabel uma fanática, além de consorciada com um estrangeiro, de origem francesa, raça que os jacobinos dos meados e fins do Segundo Império não toleravam (317).

Com isso tudo, a confusão foi-se alastrando e tornando-se dia a dia maior. Saraiva, a 6 de maio de 85, voltou ao poder. Formou o seu segundo gabinete (318), que, atendendo à excitação geral em torno do abolicionismo, tentara alforriar os sexagenários. Entretanto, não se prolongou na administração do país: três meses e quatorze dias após, passou a atribuição a Cotegipe (319), que, escravocrata convicto, embora terminasse sancionando a lei, não conseguiu satisfazer aos abolicionistas, que viram nela uma hábil paralização da causa. Já aí, todos

(317) O autor estuda esse aspecto, pormenorizadamente, em seu livro "*A Princesa Isabel no cenário abolicionista do Brasil*".

(318) Presidência do Conselho e Fazenda, Saraiva; Império, Meira de Vasconcelos; Justiça, Afonso Pena; Estrangeiros, Visconde de Paranaguá; Marinha, Souza Leão; Guerra, Antônio Eleutério de Camargo; Agricultura, João Ferreira de Moura.

(319) O gabinete de Cotegipe, formado a 20 de agosto de 85, ficou assim constituído: Presidência do Conselho e Estrangeiros, Cotegipe; Império, Barão de Mamoré, subst. em 21/7/87, por Manoel do Nascimento Machado Portela, subst. em 19/9/87, por Cotegipe, que serviu interinamente; Justiça, Ribeiro da Luz, subst. em 10/5/87, por Mac-Dowell; Fazenda, Soares de Souza; Marinha, Fernandes Chaves, subst. em 12/6/86, por Mac-Dowell, subst. em 10/5/87, por Carlos Frederico Castrioto; Guerra, Junqueira, subst. em 12/6/86 por Fernandes Chaves, subst. interinamente em 12/2/87, por Ribeiro da Luz, que foi efetivado em 10/5/87, por Rodrigo Silva.

se voltaram para a possibilidade da abolição total, e a simples presença de Cotegipe no govêrno importara, para eles, num dos maiores impecilhos. Reacenderam a campanha em favor do negro escravo, enquanto violenta opposição pela imprensa, pelos teatros e nas praças públicas desabou contra o ministério constituido. Mas, Cotegipe era homem de fibra. Reagiu. Reprimiu os excessos, que não foram poucos. E, para agravar mais ainda a situação, sobreveio novo caso com o tenente-coronel Madureira, que, repellido nos seus ideais abolicionistas, no Rio Grande do Sul, requereu conselho de guerra e foi indeferido, suscitando êsse fato manifestações quase que sediciosas de militares, consentidas, aliás, por Deodoro. Este terminou também sendo demittido do cargo de comandante das armas e vice-presidente daquela província; e, tornando ao Rio, presidiu o celebre *meeting* militar do teatro *Recreio Dramático*, feito para aprovar uma moção ao govêrno, “no intuito de conseguir uma solução completa do conflito, digna do mesmo govêrno e dos brios da classe militar” (320).

Como se não bastassem tôdas essas alterações, eis que o Imperador adoeceu. Mota Maia, Médico da família imperial, dignosticou impaludismo e diabetes. Havia necessidade de haurir ares novos. Foi, então, o soberano à Fazenda das Aguas Claras, em Petrópolis, mas não melhorou. Ibituruna e Souza Franco sugeriram, daí, um veraneio na Europa. A princesa, que se achava em Nice, regressou imediatamente, e o monarca, acompanhado da esposa, de Nioac, Carapêbús e Mota Maia, demandou o Velho Mundo, a bordo do “Gironde”. Isabel voltou a reger, pela terceira e última vez, o Império

(320) João Dornas Filho, *Silva Jardim*.

conturbado. Os abolicionistas, que conheciam os altos sentimentos humanitários da princesa, exultaram. Os republicanos, ao mesmo tempo que os acompanharam nas suas manifestações em prol da cidadania dos cativos, desenvolveram sua violenta campanha contra a Monarquia. Silva Jardim, apóstolo do novo crêdo político, dando ressonância a uma indicação da edilidade de S. Borja, sugerindo fôsse consultado o país sôbre a oportunidade de se pronunciar desde logo relativamente à destruição de Monarquia pela morte de D. Pedro II, chegou a afirmar, com o intuito de desprestigiar a princesa, que só para tornar simpática a sua sucessão no trono bragantino é que ela alforriaria o elemento servil; Coelho Bastos, chefe de Polícia, amestrado por Cotegipe, tentou reprimir os excessos dessa campanha temerária. Não foi, porém, contra os republicanos apenas; massacrou, igualmente, os abolicionistas, que, longe de esmorecerem, se multiplicaram em número e em fôrça. Uns aspirando mais, outros aspirando menos, a verdade é que, nessa altura de nossa vida social, quase tôda a elite do pensamento e da política nacionais aderira ao prêlio, que, no seu desenvolvimento, passou a contar ainda com idealistas do porte de Leopoldo de Bulhões, Aristides Espinosa, José Mariano, João Dantas, Adriano Pimentel, José Bonifácio, Cristiano Ottoni, Inácio Martins, Franco de Sá, Martinho Campos, Dantas e Sinimbú. Rui, das tribunas das conferências, analisava com a segurança da sua palavra torrencial os novos rumos da abolição total da escravatura.

Por fim, ocorreu o êxodo dos escravos. As senzalas foram ficando vazias. As zonas negreiras, desertas. Coelho Bastos exasperara-se; mandara tropas impedir a fuga dos cativos, e, aos que eram capturados, rasparylhes a cabeça e a barba... Os militares tornaram a se

envolver no assunto. Com Deodoro à frente, mandaram uma representação à princesa Isabel, onde, em nome dos mais santos princípios de humanidade, em nome da solidariedade humana, em nome da civilização e da caridade cristãs, em nome das dôres do Imperador e do futuro dela própria e de seus filhos, apelaram não consentisse o govêrno imperial fôsses os oficiais e praças do exército desviados de sua nobre missão (321). Afinal, sendo um dia Leite Lobo, oficial reformado da marinha, preso por engano, sobrevieram conflitos sangrentos entre policiais e marinheiros, do que resultou a queda do gabinete Cotegipe e a subida de João Alfredo, a 10 de março de 1888 (322), e a quem coube, em harmonia com a vontade da princesa e os sentimentos gerais da nação, declarar extinta a escravidão no Brasil.

Verificou-se, então, um bailado convulso de alegria. E dessa alegria nasceu o *Isabelismo*. A princesa viu-se endeusada com todos os matizes da admiração e dos louvores do reconhecimento. Em derredor de seu nome, houve, em todo o país, um verdadeiro delírio de emotividade e uma candente exaltação de fetichismo. Surgia,

(321) Hermes Vieira, *op. cit.*

(322) Presidência do Conselho e Fazenda, João Alfredo; Império, José Fernandes da Costa Pereira Jr., subst. em 4/1/89 por Ferreira Viana; Justiça, Ferreira Viana, subst. em 4/1/89 por Rosa e Silva; Estrangeiros, Antônio Prado, subst. em 27/6/88, por Rodrigo Silva; Marinha, Vieira da Silva, subst. em 4/1/89 interinamente por Tomás José Coelho de Almeida, que serviu até 8/2/89, data em que foi nomeado o Barão de Guai; Guerra, Tomás José Coelho de Almeida; Agricultura, Rodrigo Silva, subst. em 27/6/88, por Antônio Prado, que obteve licença em 5/1/89, data em que voltou Rodrigo Silva, visto ter-se Antônio Prado retirado do ministério.

agora, aos olhos dos patriotas como uma figura divina e intangível. Ai de quem tivesse a mais vaga ideia de ofendê-la! (323). Criou a Guarda Negra, por cujo intermédio os monarquistas mais hábeis procuraram preparar o caminho ao terceiro reinado. Entendiam chegada a hora de tratar-se do assunto, tanto mais quanto o imperador estava passando muito mal na Europa e, mesmo que se salvasse, teria poucos anos de vida. O declínio de suas fôrças físicas era evidente. Seu alheamento às cousas políticas, dia a dia mais acentuado. Pensavam ser natural, pois, desenvolverem-se os trabalhos em tórno da sucessão.

Entretanto, Joaquim Nabuco, com aquela agudeza que já havia adquirido, com a serenidade dos observadores profundos, dez dias depois da libertação negreira, escrevia ao barão de Penedo: “Eu vejo a monarquia em sério perigo e quase *doomed*. A princesa tornou-se muito popular, mas as classes fogem dela e a lavoura está republicana” (324). Tinha razão o grande tribuno abolicionista. A realidade era esta. Enquanto alguns elementos mais ligados ao trono buscavam colocar a princesa à frente dos destinos do país, com o previsto desaparecimento do imperador, outra corrente avançava, agora mais decisiva do que nunca, no rumo da República. Outro que via claro também era Glicério. Amigo de Afonso Celso, a quem costumava consultar sôbre assuntos forenses, e sabendo-o um dos mais fortes esteios da monarquia, após a abolição, escreveu-lhe: “Não se iluda: a República não tarda. Sincero admirador seu, estimaria que não se incompatibilizasse com ela, pois, assim, representará, de certo, papel preponderante, maior talvê

(323) Viriato Correia, *O Isabelismo*.

(324) *Carta* existente no arquivo do Itamarati, citada por Heitor Lyra, *op. cit.*

do que sob o Império, quando se estabelecerem as instituições republicanas” (325). Afonso Celso respondeu-lhe: “Profundamente democrata, continuo a achar, entretanto, que a República por ora não nos convém. Se ela vier já, não lhe poderei prestar serviços. O modo como a monarquia realizou a abolição tornou evidente que com ela se podem conseguir rápida e eficazmente quaisquer reformas de melhorias, desde que a opinião pública devesse o queira. O meu dever, de acordo com a minha consciência e as minhas convicções, é defender a Monarquia com toda a lealdade e esforço” (326).

Todos estavam certos. Nabuco e Glicério viam, distinta, a aproximação da República. Afonso Celso, embora não a julgasse tão próxima, dispunha-se a repeli-la em defesa da monarquia, quando viesse...

Assim aconteceu.

Sem demora o ministério João Alfredo começou a perder o prestígio que havia conquistado na fase fervida e reluzente da campanha abolicionista. A imprensa, habilmente sustentada, passa a refletir a guerra que lhe faziam os opositores, insistindo na necessidade de reformas liberais mais amplas, maiores do que as até ali obtidas, para que se processasse condignamente a evolução do país. Sob a cortina oposicionista, o influxo republicano estava a minar as linhas de resistência dos conservadores, debilitando-lhe o ministério e afastando-o das simpatias da corôa. Tão confuso se tornou o ambiente, que os parlamentares integrantes dos grupos da oposição promoveram uma coligação entre si.

Negrejou o panorama político. O temporal avizinhou-se da zona central da Côrte. O partido liberal sen-

(325) Conde de Afonso Celso *op. cit.*

(326) *Idem idem.*

tiu a ameaça da procela. E, querendo evitar-lhe o perigo, resolveu, pelas suas figuras mais eminentes, dirigir uma circular aos seus diretórios nas províncias e no Município Neutro no sentido de realizarem a eleição de delegados que, vindo a reunirem-se no Rio, no começo de 89, resolvessem sôbre o que cumpria fazer-se relativamente à situação do país e aos trabalhos da próxima sessão legislativa (327). Certo, não evitariam com esse congresso o desdobrar vertiginoso dos acontecimentos. Mas, dos estudos que então se procederam resultou alguma coisa de útil, que viria a ser muito proveitosa à futura estruturação do sistema governativo republicano, como o alargamento do voto, a reforma da administração provincial (depois estadual), o casamento civil obrigatório, a plena liberdade de cultos, a temporariedade do Senado e a reforma do Conselho de Estado, a liberdade e o melhoramento do ensino. Programa, como se vê, objetivo e de larga penetração nos meandros administrativos do país. Nem era para acontecer de modo diferente. Iniciadas a 1.º de Maio de 89, essas reuniões contaram com a presença de 61 congressistas, entre eles Dantas, que, tendo assumido a presidência, convidou para exercê-la, em caráter definitivo, ao visconde de Sinimbú; Tomás Alves e Carlos de Laet, secretários do conclave; Francisco Otaviano, Paranaguá, Custódio Martins, Gavião Peixoto, Moreira de Barros, Ruy Barbosa, Lourenço de Albuquerque, Manoel Vitorino, Inácio Martins, Franco de Sá, Leão Veloso, Carlos Afonso, Afonso Celso Junior e o visconde de Ouro Preto, que integrou a Comissão Executiva or-

(327) Assinaram esse documento os senadores: Sinimbú, Lmare, Silveira da Mota, Liberato de Castro Carreira, Cândido de Oliveira, Franco de Sá, Soares Brandão, Silveira Martins, Henrique Francisco d'Ávila, Inácio Martins, Viriato de Medeiros, Meira de Vasconcelos, Lima Duarte, Souza Leão, Leão Veloso, Francisco Otaviano, Lafayette, Dantas, Paranaguá e Ouro Preto.

ganizadora do congresso. E, note-se: não se resumiram às medidas citadas. Foram além. Cuidaram, ainda, da abolição ou máxima redução possível dos direitos gerais de exportação, e da larga imigração, com as cautelas precisas para que realmente aproveitasse à produção nacional e não servisse de pábulo à especulação e descrédito para o Brasil. Trataram da adoção de uma lei que facilitasse a aquisição de terras públicas, permitindo a pronta colocação de operários nacionais e estrangeiros. Cogitaram da criação de estabelecimentos de crédito que proporcionassem à lavoura recursos necessários. Sugeriram a redução de fretes e o desenvolvimento dos meios de rápida comunicação, conforme plano que préviamente combinariam. Por outro lado, tão claros foram os debates, que a Comissão, ao fim da elaboração do programa, declarou não poder a Monarquia subsistir sinão apoiando-se em fortes bases de democracia e de larga e sincera liberdade.

Mas, lamentavelmente, não chegaram a executar tão formoso programa. O ambiente continuava cada vez mais turvo, mais carregado. João Alfredo, impotente para dominá-lo, solicitou substituto. Não sendo atendido de pronto, dias depois voltou a insistir no desejo de retirar-se do governo. D. Pedro tornou a sugerir-lhe calma. As nuvens, porém, não se dissiparam. Antes, mais se adensaram e mais próximas ficaram dos homens... O chefe do Gabinete, persuadindo-se de que com um golpe na Câmara conjuraria a crise, apelou para o soberano no sentido de dissolvê-la. Mas não obteve assentimento para isso. Reunido o Conselho, conservadores e liberais opinaram contra. Afonso Celso deu o parecer que transcrevemos páginas atrás. Paulino de Souza sentenciou que a dissolução, naquele momento, importaria, pelo exercício de uma das mais importantes atribuições do Poder

Moderador, na intervenção da Coroa para sustentar o gabinete contra a fração do partido conservador, contra o partido liberal e contra os republicanos (328). Paranguá seguiu-lhes as pegadas, e bem assim Sinimbú, que declarou ser êsse um dos maiores, sinão o último dos desafortunados possíveis. Lafayette, por seu turno, disse que, em seu conceito, conceder-se a dissolução da Câmara, quando era inegável que o ministério não tinha por si a opinião nacional, e, ao contrário, pelas suas gravíssimas faltas e culpas incorreu na animadversão pública, seria um grande erro político, o maior que se poderia cometer naquela situação do país (329).

Diante dessa rejeição, reiterou João Alfredo o seu pedido de exoneração em caráter irrevogável. Então, e só então, o soberano se decidiu a sondar os seus domínios.

(328) Paulino, embora conservador, não ocultou sua impressão sobre as dificuldades com que então se debatia o governo, comentando nesse mesmo parecer, que bem reflete a inquietação política daqueles dias: "E como os atos e contratos, tão veementemente increpados pela opinião, estão sujeitos a um inquérito ordenado pela Câmara dos Deputados, a dissolução concedida ao gabinete terá ainda o efeito inconveniente de subtrair o indiciado aos juizes competentes para averiguar e formar-lhe a culpa. A mais grave das suas consequências em que insiste novamente, ao terminar, deixando de parte o mais que lhe ocorre sobre a constitucionalidade do ato, é fazer recrudescer talvez além de todas as previsões a agitação que existe no espírito público, com uma eleição violenta e talvez ensanguentada sem que uma única consideração de interesse público justifique a opção por tão arriscado alvitre, quando a retirada do gabinete somente pode trazer vantagens ao serviço público e concorrer para a pacificação dos espíritos. É portanto o meu parecer que S. M. Imperial não use, nas condições da atualidade, da atribuição que lhe confere o Art. 101 § 5.º da Constituição.

(329) Opiniões extraídas das Atas do Conselho de Estado Pleno, existentes no Arquivo Público Nacional.

Preferindo a continuidade dos conservadores no poder, chamou Correia, que alegou impossibilidade proveniente de motivo pessoal. Acenou ao visconde de Cruzeiro, que se excusou, em consequencia de seus padecimentos fisicos. Apelou para Vieira da Silva, a quem havia agraciado com o titulo de visconde, e tambem ele não aceitou o convite; declarou francamente não encontrar companheiros para a formação de um ministério à altura da situação. D. Pedro sentiu que, de tão profunda a crise já não permitia o congraçamento dos conservadores; a administração João Alfredo havia-os dividido irreconciliavelmente. Foi a outros rumos. Chamou Saraiva, chefe supremo dos liberais. Este, igualmente, não poudo assumir o govêrno pelo mau estado de sua saúde. Depois, fez sentir ao imperador que se inclinava para o voto em separado que Ruy havia dado no Congresso Liberal, voto que, segundo se afirmava, reunia na ocasião as mais aciantadas aspirações de uma parte do partido (330), mas que havia sido sacrificado diante do parecer da maioria da Comissão daquele certame político. D. Pedro pediu-lhe por fim que indicasse alguém nas condições de formar ministério, donde a lembrança do nome de Afonso Celso, “como um dos mais habilitados para organizar gabinete nas atuais circunstâncias” (331).

A bomba ia estourar nas mãos do eminente mineiro que tantos serviços de inestimável valia vinha prestando à pátria convulsionada. E ia estourar em suas mãos porque, como já demonstrou Agenor de Roure, “foi êle chamado tarde demais, quando já não era possível resistir à onda formada pela propaganda, auxiliada por atos de indisciplina militar sem castigo e por descontentamentos

(330 e 331) Palavras de Saraiva proferidas na sessão do Senado de 11/6/89.

resultantes da lei que aboliu a escravidão” (332). Realmente, havíamos chegado a isso, consoante no-lo diz o mestre Clovis Bevilacqua: “as forças que elaboram os movimentos sociais iam transpondo a curva, que conduzia à República, e nada as poderia mais deter”. Quer isso dizer que, “por mais forte que lhe fôsse a fibra de estadista — o depoimento é ainda de Clovis Bevilacqua — por mais amplo que imaginasse o seu programa de governo, para adaptar a monarquia enfraquecida às imperiosas exigências da vida nacional, a expandir-se, achava-se diante de forças morais desencadeadas, que ambitionavam novas fórmulas de equilíbrio. Não estava em forças humanas impedir-lhes a expansão” (333).

Não tinha importância, porém. Ele, sem exagero, era, então, dada a energia de que dispunha e o prestígio, realmente extraordinário, de que gozava entre os seus próceres, o único capaz de assumir o governo naquelas horas agitadas e duras. Além disso, o único em condições de salvar a Monarquia de uma queda humilhante, mercê de sua bravura e de sua imperturbabilidade cívica

E' o que se vai ver.

(332) *Justiça da História*, in Rev. do Inst. Hist. Bras., vol. 160, 1929.

(333) *Uma Figura Histórica*, in Rev. do Inst. Hist., Bras., vol. 161, 1930.

NA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

O IMPERADOR, já então, depositava inteira confiança em Afonso Celso. Reconhecia nele qualidades intelectuais, políticas e morais da mais alta expressão, qualidades que começavam a rarear naqueles instantes crepusculares do Império. Se não o convidara antes, e só alvi-trára o seu nome depois da recusa do Messias da Pojuca, chefe supremo dos liberais, e da dos líderes conservadores, é porque, na conturbação em que estava a política, não queria propiciar a formação de gabinete chefiado por elementos novos. Agora, porém, podia fazê-lo sem constrangimento, já que os velhos administradores recusavam. Chamou, assim, Afonso Celso. Preferia-o entre os novos, ou melhor, entre os que ainda não haviam tido oportunidade de formar gabinete. Acompanhara de perto a sua ascensão e, nesse ênsejo, pôde admirar-lhe as atitudes vezes sem conta, razão por que o vinha prestigiando com promoções e títulos significativos sempre que as ocasiões se apresentavam. Havia-o feito senador em 79; havia-o elevado três anos mais tarde a Conselheiro de Estado; tinha-o designado, em 87, veador de S. M. a Imperatriz, e, ao empreender sua terceira viagem ao exterior, querendo premiar-lhe a atuação nas duas altas corporações nacionais, aconselhara sua filha a titulá-lo visconde com grandeza, o que se verificou a 13 de junho de 1888.

As distinções eram merecidas. Tôdas lhe foram concedidas para ressaltar-lhe a forma ativa, eficiente e proibidosa com que trabalhava na esfera pública do país. E elas maior relêvo adquirem quando notamos

que Afonso Celso jamais se insinuou na simpatia do monarca, da imperatriz, da princesa ou do conde d'Eu. Jamais exerceu o aulicismo. Não procurara, nunca, os paços imperiais para se fazer lembrado ou solicitar o que fôsse. Antes, viveu sempre arredio dos solares régios. Tudo quanto conquistou lhe veio pelo valor do trabalho, em que ninguém o excedeu. "Fui ao Paço — disse ele, lá do exílio, em maio de 1890, em resposta a Cristiano Ottoni — pela primeira vez em 1864, no caráter de representante de Minas, acompanhando, como tôda a deputação, o illustre Teófilo Ottoni, que ali se apresentara para agradecer a sua escolha de senador. Lá voltei com a mesma Câmara, quando, sob proposta do deputado Nébias, incorporada felicitou o sr. D. Pedro II, por ocasião de uma das grandes vitórias contra o Paraguai, e, mais tarde, em 1866, 67 e 68, como ministro de Estado. De 1868 a 1878 ali apareci duas vezes: uma para dar pêsames à família imperial pelo passamento da augusta princesa D. Leopoldina; a segunda para solicitar de S. M. o imperador providências que contivessem a compressão eleitoral, que se estava exercendo na minha província. Em 1879, escolhido senador e nomeado ministro da Fazenda; em 1882, conselheiro de Estado, acorri ao Paço sempre que o meu dever de funcionário o exigia e fóra disso *unicamente* por motivo de moléstia de SS. MM., ou de despedida, quando se ausentavam do país. Nunca vaguei pelas imediações dos paços da cidade, nunca me fiz, como o sr. Ottoni, enconração na estação de Petrópolis, para exhibir-me em presença augusta. Tão pouco frequentei jamais o palácio Isabel. Para os bailes e partidas, que ali se davam, e nos quais eram assíduos tantos que hoje apedrejam a grandeza decaída, só tive a honra de dois convites: um em 1879, porque era ministro, outro depois de conselheiro de Estado. Respeitoso sempre para

com SS. AA., não tinha razões para acreditar nas suas simpatias e menos para aspirar à sua privança ou familiaridade" (334).

Que procedimento mais digno, mais discreto se pode manter? No entanto, cansado da subserviência dos áulicos, o imperador gostava e admirava a maneira de proceder de Afonso Celso. De sorte que a sua escolha para organizar ministério deveu Afonso Celso às virtudes de seu trabalho, à capacidade de suas realizações. Ninguém, realmente, teve maior dedicação do que ele pela causa pública. Tôda a sua operosidade, todo o seu preparo administrativo, todo o seu conhecimento, que era profundo, dos problemas nacionais foram postos em prática nos cargos que ocupara. Conhecia o imperador todos os seus méritos e os acatava, sendo prova evidente e incontestada essa designação. Em contraposição porém, à atitude do soberano, e apesar do relêvo que assumiu a sua personalidade de homem público; apesar de encarnar uma das maiores fôrças mentais e morais do partido liberal, ao ser chamado a formar o 36.º gabinete, que seria o último da monarquia no Brasil, houve nas fileiras de seus correligionários, segundo refere Carlos de Laet, "um grande movimento de expectativa hostil, sendo que a animosidade contra o novo Presidente do Conselho mais ainda se acentuou ao saber-se, já muito tarde, a deshoras, na *Tribuna Liberal*, para onde haviam afluído muitos políticos, qual a composição do futuro ministério. Principalmente o grupo filiado ao velho senador Saraiva, estava mal-disposto em relação ao incipiente governo". (335).

(334) Visconde de Ouro Preto, resposta ao sr conselheiro C. B. Ottoni datada de Paris, 28 de maio de 1890.

(335) Carlos de Laet, artigo publicação no "*Jornal do Brasil*" de 2 de fevereiro de 1913.

O momento e o ambiente, como se vê, eram dos mais difíceis e adversos. A inveja, a intriga, a ambição do poder dominava tudo e quase todos. Devido ao declínio da saúde do Imperador, mais se assanhavam as cobiças dos republicanos, triplicemente servidos pelas ressentidas máguas dos fazendeiros, pela agitação do exército e, cada-ladamente, pelos manejos da maçonaria, a quem assustava a piedade da futura imperatriz (336). Afonso Celso, contudo, não esmoreceu. Côncio dos valores de que dispunham os nossos meios políticos, logo buscou acercar-se de homens que o ajudassem com eficiência naquelas horas pré-agônicas do reinado bragantino em terras do Cruzeiro. Seu pensamento principal era o de formar um gabinete de coligação das fôrças monárquico-liberais com reformas descentralizadoras, mas em que não perigasse o princípio monárquico. Convidou para a pasta da guerra o visconde de Taunay, adversário conservador, mas devotado monarquista. Como Taunay não aceitasse (336a.), voltou-se

(336) Carlos de Laet, "*O visconde de Ouro Preto*", "Diário do Comércio", de 14 de junho de 1908.

(336a) Relata Taunay em suas "*Memórias*", à pag. 599: "Com êle (Ouro Preto) me encontrei na barca de Petrópolis e colegas como éramos do Senado, começamos a conversar amistosamente.

— Então, organiza gabinete?

— Creio, ou antes, é certo...

E depois de alguma pausa:

— A propósito, por que é que o senhor não entraria nele?

Fiz um gesto de surpresa.

— Sim, não há motivos de admiração... Vamos apresentar ao parlamento não poucas ideias progressistas, pelas quais ha tanto tempo se tem batido, e fazer tudo por consegui-las. Declara com verdade ao país o movel que o levou a querer ajudar-nos e não colherá sinão aplausos da parte sensata da nação, desejosa de caminhar para adiante, pondo de lado a esterilidade da politicagem, que já tanto a tem prejudicado. Preciso de um nome simpatico ao Exército, e o fato do senhor não pertencer mais às fileiras,

para Maracajú, ex-presidente de província, official general do Exército, portador de brilhante folha de serviços ao país, notadamente no exercício de comissões científicas. A pasta do Império quis dá-la a Ruy, que a não aceitou; foi cair às mãos de Franklin Dória, barão de Loreto, que tinha ocupado as pastas de Estrangeiros e da Guerra no primeiro gabinete Saraiva, e fôra ex-presidente de província e da Câmara dos Deputados, parlamentar e homem de letras de alto mérito. Para a Agricultura, Comércio e Obras Públicas escolheu Lourenço Cavalcanti de Albuquerque, que também já havia sido ministro de Estrangeiros, parlamentar, literato e orador insigne. A pasta de Estrangeiros cedeu-a a José Francisco Diana, antigo deputado e seguro conhecedor das questões internacionaes e, em particular, sul-americanas. A da Justiça confiou-a a Cândido de Oliveira, que havia ocupado a liderança da opposição liberal na Câmara, ex-ministro da Guerra, orador, jurisconsulto de sólida erudição. A da Marinha en-

depois de ter prestado bons serviços sob as armas, é circumstancia favoravel no momento presente, em que as muitas e crescentes difficuldades mais devem incitar o patriotismo de todos nós.

— Não, repliquei com gravidade depois de algumas frases de gracejo; mas que faria eu do eleitorado de Santa Catarina, a quem sou tão ligado e a quem tanto devo? Ele não me rogatou uma só das minhas opiniões e só me impôs um dever, implicito, já se sabe — fazer opposição aos seus adversarios, os liberaes. Como abandoná-los agora? A simples possibilidade me conturba a consciencia.

Estou em extremo honrado com a sua lembrança tão espontanea e inesperada; mas não me é lícito entrar para um gabinete ministerial, sobretudo como este seu que precisa de muito prestigio, fraco ante os meus próprios olhos.

Conheço bent e sei, que os chefes do partido, a quem me filiei desde mocinho, em mim nunca viram, com exceção do grande Paranhos, nem jamais hão de ver, senão um espirito irrequieto e um propagandista perigoso até; mais que fazer? J'y suis, j'y reste, a lutar contra a maré, mas batendo energicamente o pé, como

tregou ao barão de Ladário, official general da Armada, caráter inteiriço, e que desempenhara importantes comissões dentro e fóra do país. A pasta da Fazenda reservou-a para si. Formou, assim, um gabinete homogêneo, com homens afeitos aos rigores da política, traquejados, talentosos e de boa moral comprovada, todos escolhidos por êle próprio.

Isso, porém, não foi o bastante para vencer a tormenta. O curso revolucionário dos acontecimentos tinha mais força do que todos eles reunidos. Chegara a um ponto que não seria mais possível detê-lo. O credo republicano, amadurecido no tempo e na confiança dos homens, assumia a sua emancipação e caminhava para os esponsais com a realidade. A confirmação do perigo teve-a Afonso Celso quando, formado o seu gabinete, foi apresentá-lo ao país, em sessão de 11 de junho de 89, da Câmara dos Deputados. Mal começou a comunicar a forma como se havia entendido com o Imperador, para organizar o ministério, caíram os apartes, como raios violentos, no ambiente tempestuoso. Exaltaram-se os ânimos dos repúblicanos quando ouviram Afonso Celso reproduzir, com a lealdade e o desassombro que lhe caracterizam o caráter, os termos da entrevista que tivera com o impera-

fiz com Cotegipe, a quem me queria dar passaportes... Atribuirão logo a minha presença no seu ministério a mil razões deprimentes, nunca ao desejo sincero de fazer vingar os ideais porque tenho combatido desde 1872, na Câmara e no Senado... Eu me havia de tornar a bigorna em que todos malhassem...

Após longas considerações recíprocas, ainda no momento de tomar lugar no seu vagão especial, o illustre estadista perguntou sorrindo amavelmente:

— Então, sim?

— Não, tornei-lhe dizendo-lhe adeus.

E, nas condições da política brasileira, que aliás poucos meses depois ia ser tão violentamente subvertida, tinha e tive tóda a razão”.

dor, sôbre a situação do país. Nada menos (declarara o chefe de gabinete) do que ser necessário neutralizar a propaganda que se agitava em algumas províncias com intuito de mudar a forma de govêrno, tanto mais quanto essa propaganda era precursora de grandes males, porque tentava, no seu modo de ver, expôr o país aos graves inconvenientes de instituições para que não estava preparado, que não se conformavam com as suas condições e não podiam fazer a sua felicidade. Achava, em suma, que era preciso inutilizar essa torrente de ideias, mas ressaltava não serem com a violência e a repressão que se deveria extirpá-la dos círculos políticos, e sim com a demonstração prática de que o sistema monárquico de govêrno tinha elasticidade bastante para admitir a consagração dos princípios mais adiantados, para satisfazer tôdas as exigências da razão pública esclarecida, consolidar a liberdade e realizar a prosperidade e grandeza da pátria, sem perturbação da paz interna em que vínhamos vivendo durante tantos anos. A esse resultado, devêras auspicioso, julgava Afonso Celso que se chegaria empreendendo com ousadia e firmeza largas reformas na ordem política, social e econômica, inspiradas na escola democrática. Passou, pois, a referir-se às medidas que lhe pareciam indispensáveis, e que estavam compreendidas no programa aprovado pelo congresso do partido liberal ha pouco realizado, tais como o alargamento de direito de voto, a plena autonomia dos municípios e províncias, a efetividade das garantias já concedidas por lei ao direito de reunião, a liberdade de cultos e seus consecutários, a temporariedade do Senado... Ia continuar, quando o interromperam vozes atropeladas. A Pedro Luis as proposições de Ouro Preto pareceram avançadas de mais. Aparteou o grande épico:

— E' o começo da República.

— Não — respondeu Afonso Celso; é a inutilização da República. Sob a monarquia constitucional representativa podemos obter com maior facilidade e segurança a mais ampla liberdade.

A natureza da resposta excita alguns deputados, que, apaixonados, aparteam de todos os lados. O recinto se agita. O presidente faz soar os tímpanos. Reclama calma e silêncio. E Afonso Celso, com um acento de tranquilidade na voz:

— Não se incomode v. excia., sr. presidente; esta tempestade não me assusta. Ao contrário, alegro-me com ela. Eu prefiro esta agitação, sinal de vida e movimento, ao morno silêncio, que por tantos dias reinou nesta casa, que devera ser a oficina atívisima do trabalho nacional!

Os liberais aplaudem-no. Ele continua:

— Eu a prefiro, porque é da luta ativa dos partidos, é do choque das ideias, que surgirá a grandeza da pátria!

Os conservadores monarchistas o apoiam. Cessam, por minutos, as invectivas da opposição. O presidente do Conselho, aproveitando a trégua, fala na reforma do Conselho de Estado, para constituí-lo como órgão meramente administrativo, tirando-lhe todo o caráter político. Refere-se à liberdade de ensino e seu aperfeiçoamento, à máxima redução possível nos direitos de exportação, à lei de terras que facilitasse a sua aquisição, respeitado o direito dos proprietários. Promete a redução de fretes e o desenvolvimento dos meios de rápida comunicação, de acôrdo com um plano previamente assentado. Diz estar disposto a animar e promover a criação de estabelecimentos de crédito, que proporcionassem ao comércio e

especialmente à lavoura os recursos pecuniários de que careciam. Abordando, a seguir, outra ordem de interesses, declara pretender realizar também a elaboração dum código civil, a conversão da dívida externa, a amortização do papel moeda e o equilíbrio da receita pública com a despesa pelo menos ordinária.

A Câmara, porém, estava dominada por irreprimível exaltação de sentimentos contrários ao ministério recém-formado. A objetividade do programa, a inteireza de caráter do chefe do Gabinete, seu passado refeito de realizações decisivas à defesa e elevação da Pátria, nada serviu naquele instante em que os grupos políticos atingiam o paroxismo das paixões partidárias. Ao contrário, os gestos, a forma dos apartes, a intenção das intrigas, a inquietação reinante, tudo denunciava a cortina cerrada de opposição em que se empenhava a maioria dos parlamentares.

Afonso Celso percebe a hostilidade, que vai crescendo, avolumando-se, exorbitando-se à medida que a histórica sessão se desenvolvia. Ao concluir sua participação à Câmara sobre a maneira como se entendeu com o Imperador e escolheu os companheiros de governo, disse:

— Sr. presidente, tenho revelado como se organizou o ministério a que presido e quais os fins a que se propõe; não posso esperar, nem peço a confiança desta augusta Câmara, em que é predominante o voto dos meus adversários. Reclamo apenas os meios de governo, que não me podem ser recusados, e, em circunstâncias idênticas, concederam os meus correligionários a um gabinete conservador.

Mal se afastou da tribuna, Gomes de Castro fundamentou uma moção onde declarava que a Câmara dos

Deputados, informada do programa do gabinete, lhe recusava a sua confiança (337).

Os liberais reagiram. A atmosfera tornou-se mais pesada ainda. A discussão acalorou-se. Com surpresa para a casa, Cesário Alvim fez profissão de fé republicana, sendo secundado pelo padre João Manoel, que terminou com um brado insólito de: abaixo a Monarquia e viva a República! (338). Das galerias, como de certa parte do recinto, choveram aplausos às últimas palavras do prelado republicano. Mas, de repente, cessam, como se uma força misteriosa as contivesse de chôfre. E' que Afonso Celso, erguendo-se impetuosamente, lançou um olhar fulmíneo pelas galerias e bancadas, para repelir com a energia que o caracterizava:

— Viva a República, não! Não e não! pois é sob a monarquia que temos obtido a liberdade, que outros países nos invejam e podemos mantê-la em amplitude suficiente para satisfazer as aspirações do povo mais brioso!

A vibração que Afonso Celso deu à sua réplica, dir-se-ia ter esmagado os adeptos do novo regime que ali se encontravam. Conteve-os no silêncio, imóveis e quase diríamos amedrontados, eles que, pouco antes se haviam derramado em ataques tremendos ao govêrno e à Corôa. Tal foi o ímpeto de Afonso Celso, que de todos os lados e mesmo das galerias partiram aplausos prolongados. Ele continuou, como nos velhos tempos em que capitaneava as discussões daquela mesma casa:

— Viva a Monarquia! Forma de govêrno que a imensa maioria da nação abraça e a única que pode fazer sua felicidade

(337) Anais da Câmara, sessão de 11 de junho de 89.

(338) Idem, idem.

e sua grandeza! Sim! Viva a Monarquia brasileira, tão democrática, tão abrigada, tão patriótica, que seria a primeira a conformar-se com os votos da nação e a não lhe opôr o menor obstáculo, se ela, pelos seus órgãos competentes, manifestasse o desejo de mudar de instituições!

Estas frases foram pronunciadas, segundo se verifica nos *Anais* da Câmara, por entre "entusiasticos aplausos do recinto e das galerias que abafaram por momentos a voz do orador", significando "grandes demonstrações de adesão" (339). Já agora, porém, embalado e disposto a definir o curso da luta, ele prossegue:

— Lavrando assim o meu protesto em nome das minhas convicções, em nome da lei e dos sentimentos da generalidade dos meus compatriotas, contra as palavras com que terminou o seu discurso o orador precedente, e que jamais deveriam ter soado neste recinto, eu vou, senhores, tomar em consideração os pontos capitais dos discursos que acabámos de ouvir. Os debates desta natureza devem ser rápidos e incisivos. O momento, como bem ponderou o nobre deputado pelo Maranhão, é grave e solene; cumpre antes obrar do que falar.

O ministério, disse-se, compõe-se de áulicos. Mas quem é o áulico? Será o ministro da guerra? S. Excia. já havia ganho todos os seus postos, tôdas as condecorações que lhe adornam o peito, expondo sua vida em prol da honra e do serviço da Pátria, nos campos de batalha ou nos pântanos pestilentos das fronteiras setentrionais do Império; tinha administrado brilhantemente várias províncias quando entrou para o paço. E' um dos generais mais ilustres do exército; não foi o paço que lhe deu merecimento, foi o seu merecimento que para lá o chamou. Será o nobre ministro da Marinha? E' a primeira vez que se formula contra s. excia. semelhante arguição, si é que tal nome merece

(339) Idem, idem.

ã pretendida suspeição. Todos aqueles que já tiveram assentido nesta casa sabem quais os princípios políticos do meu ilustre colega; quanto aos jovens deputados, procurem nos *Anais* desta Câmara as ideias do liberalismo mais adiantado e encontrá-las-ão firmadas pela iniciativa, pela assinatura ou pelo voto do bravo marinheiro. Mas, áulico será o nobre ministro do Império?! S. excia. era o presidente desta Câmara, quando nela predominava o elemento liberal. E' o companheiro de ministério do sr. conselheiro Saraiva, a quem não se acusará de cortesanismo. E' o presidente de várias províncias, em cuja administração deixou vestígios luminosos. E' aquele a quem foram confiados os destinos de Pernambuco em uma época difícil, com a anuência da Câmara, que mais tarde lhê consagrou, unânimemente, moção de louvor. E' o professor laureado, o literato distinto, o homem de estado, que se sobreleva em qualquer país do mundo.

Se a monarquia brasileira tem como cortezãos homens desta ordem é a melhor das monarquias, porque os oficiais da sua casa não são meros medalhões, cobertos de bordados; sim, servidores distintos do país.

Acaso, o áulico será o presidente do Conselho? Senhores, eu não careço defender-me a este respeito; o país conhece-me. Se me resolvi a aceitar honras do paço, foi somente quando aceitá-las era motivo para incorrer na censura e odiosidade de certos indivíduos. Títulos de nobreza já eu os possuía, e os meus forais estavam registrados em arquivos superiores aos de tôdas as mordomias régias! Esses arquivos são os *Anais* parlamentares de uma e outra casa eletivas, os volumes da legislação do Império, que encerram frutos do meu trabalho, os jornais que tenho redigido, os livros que tenho publicado. Não são ainda êsses os melhores de que me posso ufanar. Porém, sim, a moralidade do meu lar, e a educação que dei a meus filhos, que hão de elevar o nome humilde que herdei de meus honrados páis!

Com a defesa de seus colegas e a justificativa de seus méritos, feitas de maneira ímpolita como vinha fa-

zendo, o chefe do gabinete começou a ganhar terreno na simpatia dos grupos adversos. Mas Coelho Rodrigues, só por espírito de opposição, num aparte pouco elegante, tenta confundí-lo, para cortar-lhe o vôo do raciocínio seguro:

— Mas mudou de nome.

— Mudei; é certo — diz Afonso Celso sem se perturbar. Mas, primeiro porque seria um ato de fraqueza regeitar um título, quando me foi novamente oferecido, e também porque, graças a Deus, transmiti êsse nome a um filho, que pode levantá-lo!

Todos o aplaudiram mais uma vez. Coelho Rodrigues encolheu-se. Passando, sobranceiro, a outros pontos das acusações recebidas, Afonso Celso as foi analisando tôdas, reduzindo-as às devidas proporções, defendendo-se brilhantemente e à Corôa. Afinal, inspirou tanta simpatia a alguns, que um deputado resolveu anunciar uma moção de confiança ao ministério. Mas, sabendo perfeitamente a sorte que o aguardava, logo opinou pela inutilidade dela:

— Ela virá provar um fato — disse ele — que o ministério conhece e ninguém contesta, isto é, que não tem maioria nesta casa. Entretanto eu a aceito. Para responder, porém, à interpelação de s. excia. preciso de um esclarecimento, que espero da gentileza dos meus adversários. Que preferem ss. excias.: conceder-me uma simples prorrogativa ou um orçamento regular?

— O govêrno diga o que quer, responderam alguns deputados.

— O govêrno não pode ter vontade nesta casa, onde os seus amigos se acham em tão insignificante minoria. Aceitará o que lhe quiserem dar. Renovo, pois, a pergunta: o que me querem conceder?

Esta questão não é indiferente, senão séria. Um dos meus primeiros cuidados foi pedir aos meus colegas que verificassem

o estado de cada um das verbas dos respectivos orçamentos. Ao entrar nesta casa, recebi do nobre ministro da Guerra a demonstração relativa à sua pasta. Interessa à Câmara saber o que ela contém? Algumas verbas estão quase esgotadas e achamo-nos ainda no princípio do sexto mês do exercício; conseqüentemente, hão de faltar recursos antes do seu encerramento. Em outros ministérios, segundo estou informado, dá-se o mesmo caso ou pior; a consignação para algumas despesas foi já consumida. É indispensável providenciar a este respeito.

— Eu por mim dou orçamento, esclareceu Costa Pereira.

— Com v. excia. sempre dar-me-ei perfeitamente bem, responde Afonso Celso; mas v. excia. não é a maioria.

O presidente do Conselho faz uma pausa. Espera alguma voz que decida o assunto. Mas, ninguém se manifesta. O silêncio lhe é significativo. Então, concluiu, resolutivo:

— Aceito a moção; é intolerável a situação de um governo diante de uma maioria hostil. Cumpre decidir o conflito. Não é mesmo digno da maioria e do governo disputarem entre si mais alguns dias de vida. Ou o governo ou a Câmara.

Deixa a tribuna sob magnífica apoteose de aplausos. Recebe-a, porém, sem ilusões de que significasse mudança de pensamento da maioria que tanto o causticara. Realmente, Carlos Peixoto, velho e constante adversário político, logo requereu fôsse procedida a votação nominal da moção de desconfiança formulada por Gomes de Castro, e ela foi aprovada por 79 votos contra 20. O resultado, porém, não alterou sequer o semblante de Ouro Preto, que o esperava. Mas, se o esperava, também havia planejado suas providências. Dito e efeito. Ao retirar-se, redigiu uma exposição ao imperador, onde historiou o ocorrido e solicitou a dissolução da Câmara, o que fez

reunir-se o conselho de Estado, a 15 de junho, perante o qual Afonso Celso, na qualidade de ministro, assim se dirigiu ao soberano:

— Senhor: Ao apresentar-se perante a Câmara dos srs. Deputados, no dia 11 do corrente, o Gabinete a que tenho a honra de presidir, fiz desde logo sentir que o ministério, certo de não poder encontrar na atual maioria daquela Câmara o apóio necessário para a realização de seu programa político, limitar-se-ia, no decurso da corrente sessão, a promover a votação das leis de orçamento e fixação de fôrças de mar e terra, a fim de não se embaraçar a marcha regular da administração, reservando para a Câmara, que fosse novamente eleita, o pronunciamento sôbre a política ministerial.

Não obstante essa declaração, entendeu a maioria dever imediatamente acentuar a sua divergência com o Gabinete, e por 79 votos contra 20 adotou a seguinte moção: "A Câmara dos Deputados, inteirada do programa do Gabinete, nega-lhe a sua confiança".

Esta votação, estabelecendo um conflito entre o ministério e o ramo temporário do Parlamento, constitucionalmente só pode solver-se por um dos dois alvites: demissão do Ministério, ou dissolução da Câmara.

O Gabinete não hesitaria em depositar nas augustas mãos de V. M. Imperial a confiança com que o distinguiu, se, ponderada a gravidade do atual momento político, não chegasse à convicção inabalável de que o alvite que lógica e necessariamente dimanava dos últimos acontecimentos parlamentares é o recurso do artigo 101 § 50, da Constituição do Imperio.

Negada, depois da audiência do Conselho de Estado, a dissolução solicitada pelo gabinete de 10 de março, e verificada, após o malógro de mais uma tentativa, a impossibilidade de organização ministerial, tirada do seio do partido conservador, julgou V. M. Imperial que era oportuno inaugurar a nossa situação que surgiu com o Gabinete de 7 de junho.

Anunciando esse Ministério uma política francamente reformista em execução do programa firmado pelo partido em que se apoia, não podia duvidar da sorte que lhe estaria reservada na Câmara dos Deputados se pretendesse iniciar perante ela os projetos e medidas que julga reclamados pela nação.

Foi por isso que limitou-se a solicitar a decretação da lei de meios, procurando deessarte evitar o conflito levantado pela votação de 11 do corrente.

Não dissolver a Câmara, na qual tem grande maioria o partido conservador, cuja divisão intestina foi confessada, seria abandonar a política reformista que se inauguroy.

Mas isso importaria passo grave e quiçá perigoso ante as irrecusáveis manifestações da opinião nacional em prol das alterações do nosso regime político e administrativo, que expús a V. M., quando se dignou ouvir-me antes de cometer-me a penosíssima tarefa de uma organização ministerial.

A nação, Senhor, está trabalhada por um largo espírito reformador, derivado exatamente do progresso e desenvolvimento da civilização brasileira, exigindo adoção de medidas que não se amoldariam à índole do partido conservador, sob pena de desvirtuar-se a missão desse partido, em detrimento desse equilíbrio e manêjo regular do regimen constitucional representativo.

Esse regime não tolera, sem grande perturbação e abalo, a anomalia de tomar a si um partido a execução de reformas de que outro fez o seu programa, ou de que é o natural propugnador.

A manutenção da Câmara traria inevitavelmente a restauração da política que V. M. julgou não ser a mais conveniente à causa pública nas circunstâncias atuais, e, que, depois da tentativa de uma situação liberal, necessariamente ressentir-se-ia de maiores complicações.

Acresce que no estado de agitação em que se acham os espíritos, continuando os trabalhos legislativos, são de receiar-se novas cenas desagradáveis, como as da sessão de 11 do corrente, tumultuária e anárquica, e na qual mostram-se imprestáveis os recursos regimentais.

Resta a questão dos meios de governo.

E' certo que ainda não foram votadas as leis de fôrça e do orçamento para o exercício de 1890, mas com as fáceis comunicações de que hoje dispomos, pode-se reunir o Corpo Legislativo ainda a tempo de, no corrente ano, dotar o país das leis indispensáveis para o seu govêrno regular.

Em vista do exposto, Senhor, o Ministerio tem a honra de pedir a dissolução da Câmara dos Srs. Deputados (340).

Finda esta exposição, retiraram-se todos os ministros, como era de praxe, da sala das Conferências da Quinta da Boa Vista, onde funcionava o Conselho de Estado Pleno, dando o imperador, a seguir, a palavra aos conselheiros presentes. O primeiro a falar foi Paulino de Souza, que em brilhante, erudito, mas apaixonado parecer se manifestou contra a dissolução. Andrade Figueira foi outro conservador que não apenas votou contra a dissolução, como também opinou pela retirada do ministério, dando-o como causa de perturbação da ordem política estabelecida. Contudo, foram os únicos que se declararam contra o Gabinete. Os demais, Paranaguá (341), Dantas, Lafayette, Sinimbú, Vieira da Silva, Visconde de S. Luís do Maranhão, Correia e Beaurepaire Rohan, foram pela dissolução da Câmara e manutenção de Ouro Preto no poder.

Poude, assim, Afonso Celso dar a lição que lhe cabia aos mantenedores da agitação política, por decreto que recebeu o n.º 10.251, ao mesmo tempo que convocou outra para reunir-se extraordinariamente a 20 de novembro daquele ano. Quer dizer que nunca mais a Câmara se reuniria em sessões ordinárias sob o regime monárquico. E tudo devido àquela reunião de 11 de junho, que, de tão

(340) Atas do Conselho de Estado Pleno.

(341) Paranaguá mandou o voto por intermédio de Dantas.

anárquica e tormentosa, dera ideia perfeita a d. Antônio de Macedo Costa, bispo do Pará, que estivera envolvido na famosa questão epíscopo-maçônica, do que deveria ter sido uma sessão da Convenção Francesa (342). Carlos de Laet por sua vez diria, anos após, que todo aquele tumulto nada mais refletia sinão as declamações do ódio que ensaiava os primeiros vôos para a rapina de 89... (343).

A verdade é que a balbúrdia então verificada valia como séria advertência. Infelizmente, assim não julgou Afonso Celso. Supôs que, com uma administração ativa e acertada, se removeriam os obstáculos que os políticos extremados criavam ao seu govêrno. Deu de costas para os adversários e começou sua tarefa administrativa. Articulou-se com os companheiros, combinou os dias em que discutiria, de per si, os assuntos ligados à pasta que lhes estava afeta, e encetou a fase plenitudinária de sua realização política.

A Côte tornou-se, tal como ele sonhara, uma oficina ativíssima de trabalho. O chefe do gabinete a tudo atendia e tudo dispunha com impressionante precisão, comunicando aos companheiros o estímulo de sua febril atividade.

Tudo se reajusta ao influxo da sintonia do trabalho conjunto dos ministérios, e eis que o país compreende a solidificação de sua base economica, amplia o seu setor educacional, reafirma os seus direitos territoriais e equilibra o seu prestígio político no cenário internacional.

Afonso Celso preside com tanto zelo o desenvolvimentode de seu ministério que a sua fase governamental apresenta ao analista imparcial tôdas as características essenciais da personalidade que a animara: intensidade de ação, largueza de concepção programática e plena liberalidade.

(342) Conde de Afonso Celso, *Oito Anos de Parlamento*.

(343) Carlos de Laet, "Jornal do Brasil" de 2 de fevereiro de 1913.

Começa por facultar ao cidadão, ao município e à província a maior soma possível de iniciativa, de liberdade e de autonomia administrativa e política, sem enfraquecimento do Estado. E, para firmar e elevar o nosso crédito, promove, simultaneamente, o fomento das fontes de riqueza do país.

Entrementes, entende-se com a Santa Sé no sentido de criar o cardinalato brasileiro, e elabora projetos de reforma provincial e dos municípios; cuida de dotar as zonas industriais de habitações operárias; reforma a Guarda Nacional e instala a Guarda Cívica; efetua acòrdos sanitários com a Argentina e o Uruguai; celebra com Portugal uma convenção, garantindo direitos autorais; encaminha a revisão da lei de falências e do Código Criminal; inicia a redação do projeto do Código Civil; dá concessão para a estrada de ferro de S. Paulo ao Rio Grande do Sul; enseja a união, por via férrea, entre Recife e Valparaíso; ocupa-se da navegação de rios; estimula os engenhos centrais; amplia a exploração de minas, diquès, canais, docas e burgos agrícolas; decreta o arrazamento de mórros, o abastecimento de água e as obras do porto do Rio de Janeiro.

Faz mais ainda: providencia a conversão da dívida externa; redige o contrato para pronto e completo recolhimento do papel-moeda; aumenta a circulação metálica; presta auxílio à lavoura; funda a *clearing-house*; equilibra a receita pública; reduz ao máximo os direitos de exportação; funda estabelecimentos de crédito, principalmente de emissão e empréstimo hipotecário; enceta o plano tríplice de remodelação bancária, inicia o reajustamento das tarifas alfandegárias e do crédito agrícola.

Isso, no que se refere à administração interna.

Quanto às medidas de carácter externo, busca estreitar a amizade do Brasil com o Chile, faz que participe-

mos da Primeira Conferência Pan-Americana, a reunir-se em Washington (344) e ultima o antiquíssimo litígio das Missões com a Argentina, mediante o tratado de 7 de setembro de 89, que, submetendo a questão ao arbitramento norte-americano, nos proporcionou triunfo esplêndido, degráu inicial da glória de Rio Branco, o barão (345).

Um halo de renovação e consubstanciação da linha política do Império, de que os últimos gabinetes se vinham afastando, transpira e se eleva do organismo administrativo do país. E todos os que trabalhavam para dar melhor expansão e maior fôrça ao elemento democrático da Constituição imperial de pronto ofereceram o seu concurso ao gabinete de 7 de junho. Os monarquistas sinceros sentiram na ação de Afonso Celso não só a garantia da manutenção da monarquia, como a garantia da integridade nacional. Os liberais obedientes aos ditames de seu partido não ocultaram também sua satisfação ao verem aprovadas nessa diretriz política todas as ideias que haviam sido consagradas em solene congresso de suas sumidades (346). O próprio grupo filiado ao velho senador Saraiva, que se vinha mantendo à distância,

(344) Designou Ouro Preto a Lafayette e Salvador de Mendonça para representarem o Brasil. Salvador de Mendonça, em seu livro "*A situação internacional do Brasil*", enaltece a decisão, o esclarecimento e o patriótico empenho com que o visconde procurou sem deslize da altivez nacional aproximar-se dos Estados Unidos. Essa conduta de Ouro Preto, aliás, vinha de ha muitos anos. Quando deputado, em 1877, muitas vezes pugnou pela maior e mais estreita aproximação do Brasil com as nações americanas, principalmente os Estados Unidos.

(345) Conde de Afonso Celso, "*Visconde de Ouro Preto*".

(346) Visconde de Ouro Preto, resposta a Cristiano Ottoni, citada.

rendera-se à evidência dos grandes méritos governamentais do mineiro notável (347).

Afonso Celso impõe-se. Domina. Ha um momento em que o seu prestígio acompanha, num paralelo admirável, o ápice de sua carreira política. Tudo isso, porém, não o consegue apenas pelo dinamismo de sua ação, pela sua operosidade realmente fenomenal, mas, e sobretudo, pela inteligência e senso de oportunidade que suas mínimas deliberações revelam.

O que ocorreu com os representantes do alto comércio da Côrte ilustra brilhantemente este aspecto de seu govêrno. Afonso Celso chamara-os para com eles discutir os pontos mais íntimos, e essenciais, das questões de tarifas e outras que de perto interessavam aos legítimos interêsses da classe. Sua intenção era resolver o assunto da melhor e mais eficiente maneira possível. E de tal forma portou-se, que, após os estudos e as resoluções tomadas, com as quais ficavam salvaguardadas tôdas as vantagens do govêrno, os comerciantes votaram, em sessão solene realizada entre si, esta extraordinária distinção ao ministro operoso e benemérito do país: erigir-lhe uma estátua em ouro, que deveria ser colocada na Bolsa! (348).

Contudo, Afonso Celso não consentiu na efetivação da homenagem. Bastava-lhe a satisfação de agir acertadamente em benefício de sua terra. Assim é que sabia dar largas ao seu civismo. E, inegavelmente, foi em virtude dessa forma de trabalhar, tendo sempre a retidão como norma e a elevação do país a dominar-lhe a preocupação, que conseguiu eliminar todos os maus prenú-

(347) Carlos de Laet, "Jornal do Brasil" de 2 de fevereiro de 1913.

(348) Carlos de Laet, "Diário do Comércio" de 14 de junho de 1908.

cios daqueles que supuseram assinalasse o seu govêrno declínio da vida nacional. Bem diversamente disso, o que se viu foi, pelo equilíbrio e simultaneidade dos esforços administrativos, tudo crescer e prosperar. Houve quem pensasse, logo que ele assumiu o govêrno, que o câmbio, mantido por João Alfredo ao par, apesar dos maus agouros dos ex-senhores de escravos, em breve caísse e compromettesse os nossos balanços comerciais. Entretanto, tal não aconteceu. Ouro Preto logo firmou a taxa favorável, e tanto, que os fazendeiros, esperançosos de receber a indenização que não haviam conseguido com João Alfredo, pouco a pouco se foram aproximando e congraçando com o govêrno. O que o gabinete abolicionista nunca lograra fazer, gradualmente o realizava Ouro Preto (349).

Tôda essa intensidade e inteligência de ação de Afonso Celso repercutiu favoravelmente no âmbito político-administrativo brasileiro. Os conservadores observaram, com surpresa, que o novo gabinete celeremente ganhava as simpatias dos núcleos populares. Perceberam que o conceito dos liberais, dada a atuação de Ouro Preto, tornava a subir vertiginosamente em todos os quadrantes do Império, onde os atos do governo levavam os bafejos de uma administração viril e rigorosamente patriótica. Enciumaram-se. Encheram-se de inveja. E, procurando perturbar e invalidar essa reabilitação dos liberais, que valia, ao mesmo tempo, por tácita condenação a todos os conservadores, pois nada haviam feito nos últimos anos de govêrno, reiniciaram tenacíssima campanha de desprestígio e intranquilidade, a que se aliaram homens da estatura mental de Ruy e Quintino Bocaiuva. Estes, pelo *Diário de Notícias* e pelo *País*, capitanearam a divulgação de todos os absurdos possíveis e imagináveis contra

(349) Carlos de Laet, "Jornal do Brasil", de 2 de fevereiro de 1913.

o ministério de 7 de junho. E mais cerrada ficou a oposição, quando o governo promoveu a reorganização da Guarda Nacional. A medida, incontestavelmente, era justa. Visava premiar a colaboração que essa corporação civil em todos os tempos e em todas as campanhas prestara ao país, como o mais pronto auxiliar da tropa de linha, seu principal contingente e eficaz reforço. Mas o exército não gostou. Já resolvidos a firmar seu domínio exclusivo — quem isso afirma é o próprio Ouro Preto — compreenderam os militares que, se a Guarda Nacional chegasse a receber a necessária instrução, lhes ofereceria séria resistência no dia, que não estava longe, em que saíssem da legalidade (350). A Imprensa contrária ao ministério Ouro Preto explorou o descontentamento da classe militar, e aproveitou-se do ensejo para tornar o gabinete odioso às forças armadas. Enquanto redobrava o furor das objeções ao govêrno, adulterando e exagerando os mínimos fatos da administração pública, concitava os bríos do exército e da armada, atribuindo imaginárias ofensas às duas classes, não só naquilo que o governo fazia, como também nos seus planos futuros (351).

Com o suscitar da antipatia da corrente militar ao ministério Ouro Preto, a situação tomou o seu rumo definitivo, em cuja preparação se vinham empenhando homens de valor indiscutível. Não mais, agora, as simples questiúnculas inter-partidárias. Através da oposição movida pelos conservadores e do afastamento das simpatias das forças armadas ao gabinete de 7 de junho, passaram a movimentar-se os republicanos, coadjuvados pela mentalidade positivista da época e pelo maçons, sempre receiosos de que Isabel se tornasse Imperatriz.

(350) *Advento da Ditadura Militar no Brasil.*

(351) Conde de Afonso Celso *op. cit.*:

Súbito, a ideia da instalação da República se amplia e se revigora, livre e audaz, principalmente diante da atitude de indiferença de Ouro Preto às críticas que lhe fazem. A Corôa periga. Periga o govêrno, sem que o seu chefe o sinta. Absorvido nos complexos problemas administrativos, Afonso Celso não dá a necessária importância ao assunto. Não revida. Não desmente os boatos. Não se defende. Não desfaz os equívocos. E quando lhe lembram a conveniência de coibir os excessos das diatribes, ele a repele. Que falem! Que o maldigam! Pouco se lhe dá. O que quer é administrar. E' construir. E' governar no amplo e transcendente significado do termo. Liberal por índole e convicção, achava que tudo se dissiparia em face dos benéficos efeitos das medidas que ia pondo em prática, destinadas a dar ao país impulso mais decisivo e mais condizente com as nossas possibilidades econômicas e sociais.

A ilusão afastava-o da realidade. Mais tarde, confessaria a sua ingenuidade: "Jamais acreditei que tais manejos pudessem surtir efeito, calando no ânimo da maioria dos oficiais do exército e menos da marinha, tão correta e circunspecta até então no desempenho dos seus árduos deveres. Admitia apenas a possibilidade de arastarem a alguma inconveniente manifestação um ou outro jovem exaltado e inexperiente. Supunha, porém, que os contivessem os conselhos e os exemplos dos superiores mais avisados e prudentes, persuadido de que, em todo o caso, se qualquer abuso ou excesso fôsse praticado, o coibiriam os meios disciplinares ordinários, enquanto não se preparasse ação mais vigorosa para o futuro" (352).

(352) O Visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos — manifesto publicado em Lisboa, no suplemento do "Comércio de Portugal", de 20 de dezembro de 1889.

Assim pensando, deixou de lado tudo quanto diziam, e, longe de restringir e limitar os rasgos da oposição perniciosa, constituiu-se, ele próprio, o árbitro das garantias de liberalidade do pensamento e da ação da imprensa política. Era coerente com os seus áureos tempos de deputado, em que se batera veementemente pela manutenção da liberdade de crítica. Esse sentimento de respeito à inteligência e à vontade do cidadão lhe era tão fundo, que, nas eleições por ele presididas a 31 de agosto de 89 — as últimas que se realizariam sob o regime monárquico no Brasil — podendo perfeitamente, a exemplo de seus antecessores, intervir e cabalar o pleito, outra não foi a sua atitude sinão a de conservar-se na dignidade de seu pôsto. Enquanto os conservadores por tôda parte buscaram auxiliar os candidatos republicanos, em detrimento dos liberais, — porque tomaram como senha de combate bater o govêrno a todo custo, ainda que em benefício dos candidatos republicanos — ele, o governo, instrua os seus fieis amigos no sentido de não hesitarem em apoiar o candidato monarquista, onde quer que este em segundo escrutínio se encontrasse em concorrência com o republicano (353). Esteiava, assim, na sua esplêndida envergadura, o terceiro reinado, planeando reviver as energias conservadoras das tradições monárquicas desfalecidas (354).

Certo, venceria, como venceu, limpa e honestamente, o pleito eleitoral (355). Mas não chegaria a salvar, como

(353) Ouro Preto, resposta a Cristino Ottoni, citada.

(354) Euclides da Cunha, *op. cit.*

(355) Diz o visconde no seu *Manifesto*: “Finalmente, sem a menor violência, sem se socorrer aos meios de corrupção, sem o emprêgo de expediente algum ilegal para a aliciação de votos, e, ao contrário, garantindo a todos os partidos a mais plena liberdade de ação, sem o mais leve estremecimento da ordem pública, o gabinete de 7 de junho triunfou nas eleições de 31 de agosto, em

pretendia, o reinado da futura imperatriz. Antes, lançar-se-ia com ele como uma represa na torrente... Porque os republicanos, batidos nas urnas, apelariam para a sedição política do Império.

Com o resultado das eleições de 21 de agosto de 89, o que se verificou foi exatamente isto: aos anseios dos precursores, à vibração dos signatários do manifesto de 70, às esperanças dos ratificadores ituanos de 73 e às pregações inflamadas de Silva Jardim, sucedeu-se a ação habilidosa e incisiva de Benjamin Constant, que, tornado chefe da conspiração, rápido se articulara com militares, políticos e intelectuais para atingir o fim entressenhado.

A trama que se desenrolara nos últimos meses da vida da monarquia foi curiosa. Primeiro, Benjamin indispôs os militares com o Gabinete, sob o pretexto de que Ouro Preto vinha desprestigiando a classe, e por isto deveria ser substituído. Valeu-se o ilustre professor de matemática dos netos de D. Pedro II das mais pequeninas cousas para dar o grande, o imorredouro golpe de sua vida política. Depois, convencera a Deodoro e a Pelotas de que o governo lhes era infenso, e, senhor dessas valiosas adesões, que se limitavam apenas à destituição do ministério, avançara temerariamente no caminho da República.

Tudo, então, se acelera e o turbilhão se precipita. Com Quintino Bocaiuva, Antônio Prado, Rodrigo Silva, Elias Chaves, Cockrane, Campos Sales, Glicério, Ruy e outros, reaviva a máguia dos antigos senhores de escravos e trabalha o elemento político civil. Com o Major Solon,

todas as províncias, reunindo imensa e ilustrada maioria na Câmara dos Deputados, que viria coadjuvá-lo na pronta adoção das reformas políticas e administrativas do seu programa, já consignadas em projetos que, como era notório, teriam de ser submetidos ao parlamento logo no primeiro dia útil das sessões legislativas”.

Eduardo Wandenkolk, Mena Barreto, Aristides Lobo e quantos mais se dedicaram à causa, promove a catequização das forças armadas com tal eficiência que, em breve, cadetes e alferes, alunos e oficiais, altas patentes do exército e da marinha, todos, todos estavam envolvidos no movimento.

Mas tudo era feito em surdina. Silenciosamente. Cautelosamente. Agiam com discreção tão grande, que, quando alguma cousa transpirava e chegava aos ouvidos de Afonso Celso, vinha de maneira tão imprecisa e vaga que ele, já de si contrário a acreditar em conspirações contra o governo, não se sentia atraído a aprofundar a investigação do que poderia haver de real a respeito. De mais a mais, tinha consciência, ou melhor, estava persuadido de que a sua administração a tudo atendia com solícitude e oportunidade, principalmente no que se referia às fôrças armadas. (355a.) Se eram as promoções, Maracajú vinha fazendo quantas lhe aprazia, sem a mais ligeira contestação dos colegas. Tôdas as pensões solicitadas para famílias de militares eram obtidas. Aos que desejou o ministro da guerra galardoar com títulos e condecorações, conseguiu sem restrição alguma. Ao próprio Deodoro, que João Alfredo, chefe do gabinete anterior, havia mandado para Mato Grosso, não só o fez regressar à capital do Império, como recomendou que o aproveitassem em comissões correspondentes ao seu elevado posto. Entregara, ainda, o corpo policial a um oficial do exército, insuspeito aos seus camaradas. A secção de cavalaria dera-a a outro oficial do exército, aparentado com o marechal Deodoro. E, pelo que tocava

(355a) Amador P. G. Nogueira Cobra, em seu livro "*Brios de Gente Armada*", estuda bem esse aspecto da administração de Ouro Preto e a crescente indisciplina a que vinham obedecendo os militares.

à Guarda Nacional, nomeara negociantes, capitalistas, proprietários, industriais, homens de letras e da imprensa, naturalmente interessados na conservação da ordem e da paz, na marcha regular dos negócios públicos e no progresso do país, onde tinham muito que perder, e, portanto, os menos indicados para servir de instrumentos a uma política de violências e despotismos. Por outro lado, esforçara-se decididamente no sentido de preencher os claros, abertos por morte, nos quadros das praças de pret, não poupando para isso sacrifícios pecuniários nem o emprêgo dos meios coercitivos a seu alcance, com o que contrariara as tendências naturais da população, em geral avêssa ao serviço das armas.

Se esta, pois, era a realidade; se a sua boa vontade era tão clara e tão patente nesses atos de inequívoca atenção aos militares, como poderiam os principais elementos do exército dar ouvidos às inverdades dos inimigos do govêrno? Além disso, sempre que falava sôbre esses rumores a Floriano, que era a segunda autoridade militar de seu gabinete e o homem de maior prestígio em todo o exército, bem como a Maracajú, ministro da guerra, as notícias que obtinha eram todas inteiramente tranquilizadoras. Mesmo às vésperas do advento republicano, ao dar ordem para que se providenciasse o embarque de um dos corpos da guarnição do Rio para o Amazonas, apesar de a imprensa oposicionista espalhar que o batalhão desobedeceria as ordens superiores, tudo se processou sem o mais ligeiro embaraço, como já havia acontecido dias antes com a guarnição que fôra destacada para a capital de Minas, a fim de evitar se generalizasse o conflito ocorrido entre praças do 9.º Regimento de Cavalaria e as de polícia da Província. (356).

(356) O general barão do Rio Apa, irmão de Maracajú, e que era comandante da respectiva brigada, ao comunicar-lhe a

Diante disso, que poderia ele pensar, realmente, da situação? Entretanto, na manhã de 1 de novembro, Cândido de Oliveira, ministro da Justiça, mandara-lhe uma carta que Floriano lhe havia escrito na tarde anterior, em que dizia: “A esta hora deve v. excia. ter conhecimento de que tramam algo por aí além: — não dê importância, tanto quanto seria preciso, confie na lealdade dos chefes, que já estão alertas” (357). A comunicação era hábil. Ao tempo que avisava, imprecisamente, que algo ocorria, logo tranquilizava o governo. Seria um meio de ganhar tempo e assegurar liberdade ao movimento? O indiscutível é que foi por ela que o visconde sentiu haver fundamento no que se murmurava. E, tendo de presidir o tribunal do Tesouro, convidou a seu irmão Carlos Afonso, presidente da província do Rio e aos ministros da Guerra e da Justiça para no próprio recinto conferenciarem, ouvindo, ainda nessa ocasião, de Maracajú palavras seguras de que a ordem pública não seria alterada, mesmo porque estava persuadido de que ao governo sobriariam elementos de repressão no caso de algum levante. Foi então que Ouro Preto o inquiriu:

— Consta-lhe alguma coisa a respeito do marechal Deodoro?

— Nada me consta e suponho que não se envolverá em distúrbios, até porque está enfêrmo.

partida daquela força, escreveu: “Disse a v. ex. que nada me constava sobre a relutância do 22.º embarcar e asseguro a v. ex. que os corpos da minha brigada são todos muito disciplinados e que cumprirão sempre as ordens do governo; e se não fôsse assim teria pedido exoneração do comando”. E mais adiante: “A disciplina é uma religião para o soldado e eles amam muito sua bandeira para darem-se em espetáculo triste, à vista da população, desobedecendo ao seu governo”.

(357) *Manifesto* do Visconde, *cit.*

— Em todo o caso cumpre que v. excia. esteja atento e não perca um instante. Mande chamar o general Deodoro e abra-se com ele. Um oficial general não pode nem deve consentir que envolvam seu nome em manifestações contra a autoridade constituída. Conferencie com o ajudante-general (Floriano), indague de tudo quanto o levou a escrever ao nosso colega da justiça e tome logo as providências que o caso requer, mandando-me à noite informar do que souber e tiver feito.

— Mandarei o próprio Floriano.

— Tanto melhor: estimarei ouvi-lo pessoalmente; queira comunicar-lhe que o espero em minha casa, entre 7 e 8 horas da noite.

Maracajú ia saindo, quando Ouro Preto o deteve:

— Se o marechal Deodoro não der explicações satisfatórias, será preciso tomar providências contra êle, reformando-o até se necessário for. Concordará v. excia. com esta medida?

— Conforme o procedimento que haja tido ou venha a ter.

— Estamos de acôrdo. Vá providenciar sem perda de tempo.

Ouro Preto voltou-se para o ministro da Justiça e com ele combinou as ordens necessárias para ficarem de prontidão o corpo policial e a guarda cívica. Ao chefe de Polícia, conselheiro Basson, incumbiu de ativas diligências para descobrir o que se tramava. E ao irmão Carlos Afonso encarregou de reunir na capital, imediatamente, tôda a força de que pudesse dispôr, preparando-a para embarcar com destino à Côrte, devidamente muniada, ao primeiro aviso.

Tomadas essas medidas, ficou aguardando os acontecimentos. Dirigiu-se para casa, e postou-se junto ao leito de um parente gravemente enfêrmo. No fim da tarde recebeu uma carta, cujo portador não se deixou identificar, narrando os preparativos que se faziam no Quartel do 1.º Regimento de Cavalaria e citando os nomes de alguns

oficiais mais decididos e ativos na propaganda contra o governo (358). Continuou, porém, à espera de Floriano, que não o procurara. Quem lhe veio ao encontro novamente foi Basson, que, depois de dar-lhe conta das diligências tomadas, não ocultou sua apreensão porque realmente alguma coisa de anormal acontecia. Sentiu aí o visconde que o texto da carta recebida, e cuja assinatura lhe pareceu um disfarce, merecia a mais séria atenção. Pediu ao chete de Polícia, pois, que o apresentasse, pessoalmente, a Floriano, a fim de que o ajudante general de campo viesse vê-lo sem mais delongas. Basson cumpriu a sua missão. Mas Floriano não apareceu.

Com o crepúsculo daquele dia, apagavam-se, também, as luzes do Segundo Império...

Ouro Preto, sem que o espreitasse, aguardava, por sua vez, o lance decisivo de seu magno instante histórico. Tinha os olhos no enterno querido, mas o pensamento passara a correr, velocíssimo, acionado pela inquietação. Por um, noite cerrada já, dez horas dadas, foi procurado pelo conselheiro Souza Ferreira, redator principal do *Jornal do Comércio*, que viera saber se era ou não exato, como se dizia, ter sido ordenada a prisão do marechal Deodoro e o embarque de vários batalhões da guarnição da capital. O visconde desmente o boato. Nem pensara em tal coisa. Souza Ferreira alegra-se com as declarações do presidente do Conselho:

— E' bom ouvir isto de v. excia., sr. visconde. Porque, no meu conceito, tais ordens poderiam trazer as mais graves consequências.

Ouro Preto extranha a ponderação do jornalista:

— Que consequências?

— Não seriam cumpridas.

(358) Idem, idem.

— O govêrno far-se-ia obedecer.

— Não teria meios.

— Meu caro sr. conselheiro, já lhe afirmei e repito que não se lembrou o ministério de mandar prender o marechal Deodoro, nem de fazer sair da Côrte nenhum dos corpos da guarnição, mas se as conveniências do serviço público o exigirem, não hesitarei em dar as ordens necessárias, sejam quais forem as consequências. Se for desobedecido, recorrerei aos batalhões que se conservarem leais, recorrerei à marinha, recorrerei à guarda nacional e ao povo; em todo o caso cumprirei o meu dever. Hei de manter o poder com dignidade ou resigná-lo-ei.

— Mas a dignidade não exclui a prudência.

— Tenho-a tôda, quanto é possível. De que atos de precipitação me arguem?

— A prisão do general Deodoro seria uma imprudência — insistiu Souza Ferreira.

— Mas já lhe disse que não a ordenei!

— Porque não manda desmentir o boato pelo *Diário Oficial*?

— Não o farei, porque isso me obrigaria a desmentir tôdas as balelas que a opposição se lembrasse de inventar. Desminta-o o *Jornal do Comércio*, já que chegou ao seu conhecimento, se o julga necessário. Para isso o autorizo.

Souza Ferreira faz outras considerações a respeito, e, ao despedir-se, declara ter cumprido um dever não só de amigo, senão de jornalista que se interessava pela manutenção da ordem pública.

— Agradeço-lhe — redarguiu Afonso Celso — agradeço-lhe muito a intenção; mas se os grandes interesses sociais perigarem e a ordem pública fôr perturbada, a responsabilidade não será minha, sim dos que promovem a propaganda subversiva e também dos órgãos de publicidade que, devendo combatê-la, não o fazem, deixando-a sem contestação (359).

(359) Idem, idem.

Retirando-se o jornalista, o visconde foi despachar os papéis da pasta da Fazenda. E enquanto escrevia, meditava sobre se tudo aquilo não teria relação com a conferência que tivera, pela manhã, com o ministro da Guerra. Por que Maracajú se afastara para o alto de Santa Teresa, em lugar de difícil acesso, justamente num instante incerto como aquele?

Conversava Ouro Preto com o coronel Gentil de Castro, seu amigo e hóspede, nos intervalos dos seus despachos, quando, às 23,45, o conselheiro Basson lhe deu aviso, pelo telefone, de que o primeiro regimento estava em armas e os chefes do exército reunidos no quartel general. Deixa a casa em companhia do amigo, desce a rua de S. Francisco Xavier, toma o carro do chefe de polícia que no momento passava na ponte do Maracanã, conduzindo o capitão Lírio, e ruma para a secretaria de polícia, onde Basson o esperava, bem como os demais ministros, cuja chamada já havia providenciado. Tão logo chegou, pediu Ouro Preto que lhe viessem falar o comandante do Corpo de Bombeiros e Floriano Peixoto, que compareceram pouco depois.

“O sr. Marechal Floriano Peixoto — evocaria no seu famoso manifesto, datado de Santa Cruz de Tenerife — confirmando e ampliando as notícias dadas pelo sr. conselheiro Basson, disse-me que fora avisado pelo capitão Godolphim, de ordem do tenente-coronel Silva Teles, que se declarava coacto, de que tanto o 1.º Regimento de Cavalaria, como toda a 2.ª Brigada, se armaram e que s. excia. tinha mandado recomendar ao mesmo tenente-coronel, comandante interino da brigada, que aconselhando prudência aos oficiais e procurando detê-los no aquartelamento, viesse falar-lhe ao Quartel General do Exército, onde o fora esperar. Acrescentou que tomara, no entanto, as providências precisas, sendo êsse o motivo pelo qual deixara de me procurar naquela noite, conforme

lhe ordenara o ministro da guerra. Perguntei se havia prendido o capitão Godolphim, que se lhe apresentara, em nome de uma força sublevada, porquanto o fato de armar-se, sem ordem superior, constituía já de si grave crime militar. Respondeu-me que o não prendera, para ganhar tempo e se poder acautelar, porque, se aquele oficial não regressasse ao quartel, muito provavelmente os corpos, desconfiando de que o govêrno estava prevenido, pôr-se-iam imediatamente em movimento, antes de reunidos e dispostos os meios de contê-los. Comunicou-me ainda o sr. marechal Floriano Peixoto que mandara intimar à 1.^a Brigada que deixasse as armas e guardasse ordens posteriores. Ponderei não ser bastante o desarmamento dos corpos, porque o simples fato de tomarem armas sem ordem superior importava, como já disse, crime grave, sendo mistér prender oficiais e soldados, distribuindo-os pelas fortalezas e estabelecer logo rigorosa sindicância para conhecimento de tôda a verdade e punição dos culpados, em desaffronta da lei. Ordenei-lhe que assim procedesse, convindo o sr. marechal em que era essa a marcha a seguir.

Inquirindo se já reunira tropa bastante para executá-lo, respondeu-me que precisaria talvez de mais alguma, por lhe constar que parte da 1.^a Brigada (a do comando do sr. barão do Rio Apa) era simpática aos amotinados, não tendo plena confiança senão no 10.^o Batalhão de Infantaria. Pediu-me que mandasse vir o 24.^o da mesma arma aquartelada na ilha do Bom Jesus e o 4.^o de Artilharia, destacado na fortaleza de Santa Cruz.

Fazia o sr. ajudante-general grande empenho, sobretudo na vinda dêste ultimo corpo, por não ter à sua disposição nenhuma força daquela arma.

Tranquillizei-o, assegurando que expediria imediatamente as ordens precisas, podendo s. excia., no entanto, contar desde logo com o corpo de polícia da côrte, que já deveria estar reunido, e assim também com o de bombeiros. Além dessa força poder-se-ia lançar mão do corpo policial do Rio de Janeiro e dos corpos da marinha.

Observou-me o marechal Floriano Peixoto que a intervenção de qualquer contingente da marinha seria de grande efeito moral, pois os amotinados propalavam que ela os apoiaria, desiludindo sua presença muita gente.

Pediú ma's que se preparassem logo os transportes para o 4.º Batalhão de Artilharia, e esperassem no Arsenal de Marinha o comandante tenente-coronel Pego, que ali compareceria para ir buscá-lo, e outrossim que se fizesse ocupar por alguma força da provincia do Rio de Janeiro a ilha do Boqueirão, onde havia grande depósito de material de guerra.

Não me recordo bem si antes ou depois da chegada do sr. ajudante-geral apresentou-se o coronel Neiva, comandante do Corpo de Bombeiros, a quem determinei que imediatamente o formasse e convenientemente armado se puzesse à disposição de s. excia.

Lembro-me, porém, perfeitamente de que, declarando-me o sr. coronel Neiva não ter aquele corpo espingardas, disse o sr. marechal Floriano Peixoto que as poderia receber no Quartel General do Exército.

Ao retirar-se assegurou-me s. excia. que eu podia contar com-sigo" (360).

Após essa entrevista, Floriano foi para o Quartel General, e Afonso Celso seguiu para o Arsenal de Marinha, de onde, após telegrafar ao imperador, dando noticia da sublevação (361), se passou para o Quartel General, a convite de Maracajú, acompanhado dos ministros da Justiça e de Estrangeiros. Já ali o esperavam

(360) Idem, idem.

(361) Eis o texto do telegrama: " Senhor: — Esta noite os 1.º e 9.º Regimento de Cavalaria e o 2.º Batalhão de Artilharia, a pretexto de que iam ser atacados pela Guarda Negra e de ter sido prêso o Marechal Deodoro, armaram-se e mandaram prevenir o chefe do Quartel General de que viriam desagrarvar aquele Marechal. O Govêrno toma as providências necessárias para conter os insubordinados e fazer respeitar a lei. Acho-me no Arsenal de Marinha com os meus colegas da Justiça e da Marinha".

os ministros do Império e o da Agricultura. Ouro Preto, porém, não experimentou alegria pelo encontro com os companheiros. Notou, logo que se aproximou do Quartel General, absoluta falta de defesa. Desolou-se. Realmente, nenhuma barricada, nenhuma boca de rua guarnecida, nenhuma casa próxima ocupada. Quis, então, providenciar alguma cousa, mas ninguém se movimentou. As forças que ali se achavam não o obedeceram! Em dado instante, apareceram e tomaram posição no Campo de Santana as vedetas de Deodoro com o marechal à frente. O chefe do governo tentou reagir. Pediu que as prendessem, mas inutilmente. O que viu foi da coluna sublevada destacar-se um oficial que em alta voz disse trazer uma mensagem de Deodoro a Floriano, propondo uma conferência. Floriano consultou Ouro Preto, que não transigiu:

— Conferência! Pois o marechal Deodoro, não tendo recebido do governo nenhum comando militar, aqui se apresenta à frente de força armada, em atitude hostil, e pretende conferenciar com o ajudante-general do exército?!... Em tais circunstâncias, não ha conferência possível. Mande v. ex. intimá-lo a que se retire, e empregue a força para fazer cumprir essa ordem. Esta é a decisão única do governo (362).

Ouro Preto proferiu estas palavras com veemência. Na inflexão da voz e na súbita reação do semblante abatido pelas repetidas emoções experimentadas na vigilia daquela noite intranquila, os circunstantes mediram melhor a sua dignidade. Muitos militares, no íntimo, admiraram-lhe a nobreza da atitude. No olhar, no gestos, todo ele era energia, coragem e desassombro. De repente, Floriano monta a cavalo e, seguido de seu estado-maior, vai à frente do Quartel. Ouvem-se passos corri-

(362) Ouro Preto, *Manifesto* citado.

dos, início de luta, desfêcho de tiros. O rosto do visconde se ilumina. Julga que se iria ferir o combate, em desagravo da lei. Mas, não. Ocorrera apenas isto: Ladário, ministro da Marinha, acudindo ao apêlo de Maracajú, viera reunir-se naquele momento aos companheiros de ministério. Intimado a render-se, resistiu. E foi baleado. Ao inteirar-se do sucedido, o visconde estremeceu. Não conteve a indignação. E vibrou no ar a ordem de ataque à coluna sublevada. Maracajú, no entanto, declara-lhe não ser possível esperar vitória, diante da disposição da officialidade e da tropa ali aquartelada, sugerindo-lhe, ainda mais, a retirada pelos fundos do edificio, o que Ouro Preto recusa, juntamente com os demais ministros, ponderando-lhe que a artilharia poderia ser tomada a baioneta, pois, na pequena distância em que se achava, entre o primeiro e o segundo tiro de uma peça, havia tempo para cair sôbre a guarnição.

— É impossível — respondeu-lhe Maracajú. As peças estão assestadas de modo que qualquer sortida será varrida a metralha.

— Por que deixaram então que tomassem tais posições? Ignoravam isso? Não, não creio na impossibilidade senão diante do fato. No Paraguai, os nossos soldados apoderaram-se de artilharia em piores condições!

— Mas lá — disse Floriano, que retornava para junto de Ouro Preto, — lá, tínhamos em frente inimigos e aqui somos todos brasileiros...

Num relance, Ouro Preto compreendeu que a sua causa estava perdida. As palavras de Floriano tudo lhe revelaram. No seu manifesto assinalaria: "Se eu pudesse ainda manter ilusões, elas se teriam dissipado ante essa frase".

Apercebido da situação, resolve reunir o ministério para tomar uma deliberação compatível com as circuns-

tâncias, e, da conferência realizada com a presença inclusive de Floriano e do barão do Rio Apa, opinaram os seus colegas pela capitulação do gabinete. Acentuara, então, Floriano que Deodoro exigia a retirada do ministério. Destituído de elementos de ação, e diante da opinião dos representantes do exército e de seus companheiros de governo, outro jeito não vê Ouro Preto senão o de resignar-se à situação. Pega da pena, redige um telegrama pedindo a exoneração do ministério (360) e o entrega ao diretor geral da secretaria da guerra, barão de Itaipú, para transmiti-lo pessoalmente ao imperador, pela estação central dos telegráfos.

Ao entregar Ouro Preto o telegrama ao barão de Itaipú, soaram no interior do Quartel estrepitosas aclamações. Mas não eram pela resolução do chefe do Gabinete, que ninguêem ainda sabia fora da sala onde se realizava a conferência. Era pela entrada do marechal Deodoro, que, ao passar em frente às linhas dos diversos corpos, ia recebendo vivas, toques festivos e salvas de artilharia. Ao chegar o velho marechal à sala em que todos estavam, deu-se a rude solenidade do encontro que a história regista. Acompanhavam-no Benjamin Constant, o dr. Pizarro, o marquês de Paranaguá, o ge-

(363) São os seguintes os termos desses telegrama: "Senhor: — o ministério, sitiado no Quartel General da guerra, à excepção do sr. ministro da marinha, que consta achar-se ferido em casa próxima tendo por mais de uma vez ordenado debalde por órgão do presidente do conselho e do ministro da guerra, que se repelisse pela força a intimação armada do marechal Deodoro, para pedir sua exoneração e diante das declarações feitas pelos generais visconde de Maracajú, Floriano Peixoto e barão do Rio Apa de que, por não contarem com a tropa reunida, não há possibilidade de resistir com eficácia, depõe nas augustas mãos de Vossa Majestade o seu pedido de demissão. A tropa acaba de fraternizar com o marechal Deodoro, abrindo-lhe as portas do Quartel".

neral Amaral, barão de Miranda Reis, visconde de Souza Fontes, major Serzedelo, o reporter da *Gazeta de Notícias* e outros militares e civis. Erecto e marcial, o grande soldado rompe o silêncio que se fizera ao perceberem sua presença, cientificando ao chefe do Gabinete exonerado de que se pusera à frente do exército para vingar as gravísimas injustiças e ofensas recebidas do govêrno. Acentua que, apesar de enfermo, não se pudera excusar de dirigir os seus camaradas, não sendo homem que recuasse diante de cousa alguma, pois teme só a Deus. Alude aos seus serviços nos campos de batalha, mencionando que pela pátria estivera durante três dias e três noites combatendo no meio de um lodaçal, sacrificio que Afonso Celso não podia avaliar. E, finalizando:

— O ministério está deposto. Será organizado um outro, de acôrdo com as indicações que irei levar ao imperador. Todos os srs. ministros podem retirar-se para suas casas, exceto o sr. visconde, homem teimosíssimo, mas não tanto como eu, e o sr. ministro da Justiça, que ficarão presos até serem deportados para a Europa. Quanto ao imperador, tem a minha dedicação, sou seu amigo, devo-lhe favores. Seus direitos serão respeitadqs e garantidos.

Ouro Preto, que o ouvira sereno e imperturbável, responde-lhe do ápice de sua dignidade:

— Não é só no campo de batalha que se serve à pátria e por ela se fazem sacrificios. Estar aqui ouvindo o general neste momento, não é somenos a passar alguns dias e noites num pantanal. Fico ciente do que resolve a meu respeito. E' o vencedor: pode fazer o que lhe aprover. Submeto-me à fôrça (364).

Todos os presentes, sem excepção de um só, adiniraram a compostura e destemor do chefe deposto do go-

(364) Ouro Preto, *op. cit.*

vêrno. Floriano, o barão de Miranda Reis e o dr. Pizarro manifestaram-se contra a sua deportação e a de Cândido de Oliveira. O marechal relaxa a prisão e retira-se para percorrer as ruas em triunfo. Ouro Preto também quer sair, mas opõem-se vários oficiais e amigos que se haviam encaminhado para o Quartel General, ponderando-lhe que no estado de agitação em que se achava a cidade poderia ele sofrer algum desacato. Permaneceu, pois, ali até quase 2 horas da tarde, quando o filho, conde de Afonso Celso, o veio buscar e o levou para a casa do barão de Javari, cunhado do visconde, à rua da Ajuda.

Não teve Ouro Preto, contudo, tempo bastante para descansar. Pouco depois, o ajudante de campo do imperador, tenente-coronel barão de Miranda Reis, fôra procurá-lo a mandado de D. Pedro, a quem Afonso Celso comunicou os pormenores do acontecimento e renovara o pedido de demissão do ministério. O soberano, a princípio, nega-se. Mas Ouro Preto excusa-se:

— É impossível, senhor. À vista do ocorrido, faltam-me os meios de bem servir ao meu país e a V. M.; o gabinete está desprestigiado; sem o concurso da força armada, ou antes hostilizado por ela, não posso responder pela ordem pública. O único serviço que neste momento me é dado prestar a V. M. é aconselhar a organização de novo ministério.

— Quem indica para organizador?

— O senador Silveira Martins; é o homem para a situação.

— Lembra bem; avise-o para vir falar-me.

— Mas ele está em viagem. Deverá chegar amanhã ou depois.

— Pois sim. Logo que chegar, diga-lhe que venha entender-se comigo. Advirta, porém, que só lhe concedo a demissão porque o sr. entende não poder absolutamente continuar.

Instantes depois, recolhia-se novamente o visconde à casa do cunhado, de onde mais facilmente se comunicaria com os seus colegas e lhes diria da resolução imperial, e também providenciaria a imediata conferência com Silveira Martins, tão logo ancorasse o navio que o conduzia.

Aí já o esperavam intimos amigos e parentes. O grande estadista começava a apresentar no rosto vestígios de uma tristeza resignada. Carlos de Laet, seu muito afeiçoado auxiliar de gabinete, ao contemplá-lo, recorda-se de uma estátua que vira de Napoleão, já no destêro, tendo junto a si uma águia, mas uma águia a que o gênio do artista soubera dar expressão sobreumana, indescritível mescla de altivez e tristeza, uma dôr intensíssima, porém sobranceira. No momento em que Laet meditava nessa analogia, alguém lhe diz, penalizado da expressão fisionômica de Ouro Preto.

— É um homem morto. Não se resiste a uma queda como esta.

— Enganas-te, responde Laet com decisão. Íntegro fica o aço onde a argila se esboroa. Ele viverá muito e bastante para assistir ao entêrro destes ódios! (365).

A mudança não se operara só nele àquelas horas. Também a fisionomia política do país estava em franca transmutação naqueles instantes incertos e angustiados. Benjamin, que ouvira com surpresa a declaração de Deodoro sôbre o reconhecimento que tinha ao Imperador, e que passara pedaços amargos ante a possibilidade de o marechal não consentir no advento da República, ao saber que o substituto de Ouro Preto seria Silveira Martins, a

(365) Carlos de Laet, *O Visconde de Ouro Preto*, no "Diário do Comércio", de 15 de junho de 1908.

quem o velho militar não tolerava, procurará-o e fará-lhe ver que, se não admitisse a implantação do novo regime político, suas vidas se achariam todas em perigo (366), pois a “Guarda Negra” iria em breve atacar o Quartel General e, em seguida, efetuar suas prisões, depois do que os deportaria para inhóspitas regiões do país (367). Com esse lance de audaciosa intriga é que Benjamin atraía Deodoro à sorte dos republicanos. E inaugurou a República dos Estados Unidos do Brasil.

E tornou-se, daí, necessária a imediata prisão do ex-chefe do Gabinete. Às 6 horas da tarde, a casa do barão de Javari foi cercada, e o tenente Veiga intimou o visconde, de ordem do marechal Deodoro, a entregar-se. O estremecimento foi geral na residência em que se achava Ouro Preto. Todos ficaram presa de enorme inquietação. Ouro Preto, sem mostrar receio ou hesitação, pergunta ao oficial do estado-maior que o viera buscar, se estava autorizado a empregar a violência, no caso de não se entregar. A resposta veio pela afirmativa. Declarase, à vista da confirmação do oficial, ao seu dispôr. E desenrola-se uma cena dolorosa. Uns soluçam. Outros o fitam, estarrecidos. Todos se irmanam no anseio de saber o que lhe aconteceria. O conde de Afonso Celso, filho diletíssimo, angustiado ante os vexames por que passava o genitor, roga que o deixem acompanhá-lo. Mas Ouro Preto fôra o primeiro a não consentir, recomendando-lhe ficasse ao lado da família, que precisamente naquele momento velava o cadáver de um dos seus. Consentiu, entretanto, que o seguisse o dr. Honório Augusto Ribeiro, amigo dedicado e generoso, para dar noticias oportunas do seu destino. E partiu. Seguiu a caminho do Quartel da 2a. Brigada, precedido de batedo-

(366) J. Pandiá Calógeras, *op. cit.*

(367) João Dornas Filho, *op. cit.*

res, com numeroso piquete de cavalaria por escolta e um oficial que galopara sempre ao lado do carro em que ia preso. Já era noite, quando o tenente Veiga o confiou ao comandante da brigada, tenente-coronel Silva Teles, que o recolheu a uma sala de ordens, iluminada por dois bicos de gas, tendo, de um lado, um leito comum, e, de frente do leito, pequeno sofá. No mesmo minuto, o prisioneiro político apreendeu todo o ambiente, delimitado e singelo. Não perdeu a compostura nem a serenidade. A incerteza e a solidão do presídio não lhe tiraram a decência das atitudes. Não se acovardara. Permanecera o mesmo homem de sempre. Não se despersonalizara. Nem sequer denotara alteração no semblante.

No entanto, o choque íntimo era tão grande e tão profundo como o contraste das circunstâncias ocorridas entre a alvorada e o crepúsculo daquele dia. De manhã, esse homem, a quem as horas de infortúnio não tinham conseguido abater, representava o árbitro da situação. Era, como bem comentára Laet, o homem mais poderoso do Brasil. Do estrangeiro recebia os telegramas que lhe aplaudiam e consagravam a diretriz financeira. O capitalista aceitava a redução da taxa de nosso empréstimo externo, feito por ele, e assim dava máxima prova de confiança ao país sem que motim nem abalo houvesse efetuado a abolição do cativo. A comunidade agrícola, fundamente golpeada pela medida humanitária, aproximava-se dele, como govêrno, bem disposta a receber, sob a forma de indispensáveis auxílios, uma compensação dos males de que se queixava. Por entre as melancólicas apreensões suscitadas pelo declínio do Imperador, fulgiam as esperanças do terceiro reinado, que ao trono ergueria a mulher excepcional e incomparável que, por duas vezes, em gesto nobilíssimo, espedacara os grilhões da raça escravizada.

Ouro Preto, forte pelo seu passado, robustecido então pelo prestígio do poder e pela adesão de um partido em que ele conseguira, em seu ministério, reunir os bons elementos, baseado nas simpatias das classes conservadoras, na lavoura, que ele ia chamando a si, no comércio que solenemente lhe tinha votado uma estátua — o visconde podia, ao amanhecer aquele dia 15 de novembro, considerar-se o primeiro dos seus compatriotas, logo após a Família que constitucional e sábiamente se achava colocada fóra das competições da política.

Ao anoitecer, porém, era um prisioneiro, cercado de figuras hostis, que mais de uma vez o ameaçariam de morte, ante quiméricos temores de um contra-levante que aos vitoriosos disputasse o vencido. Em poucas horas estava ele medindo, assim, toda a distância que vai do sumo poder às agruras do cárcere. Estava curtindo tôdas as ansiedades desse dia memorável; padeceu a deserção dos elementos com que arquitetara seu plano, ouviu do adversário implacável as mais pungentes imprecações. Prenderam-no, soltaram-no, tornaram-no a prender, como naquele inenarrável suplício que a crueza do felino impõe à mísera prêa. Tudo quanto a desgraça pode em amargas decepções oferecer a um homem político, tudo ele sofreu; mas impertérrito, fitando de frente o inimigo, com um meio sorriso transmutando em confusão o arrojo do vencedor, inacessível às conturbações e dominando a ameaça pelo desprezo da morte (368).

Eis como ele próprio narra as peripécias passadas na prisão:

Nas duas primeiras noites, arranjaram-me um leito numa sala de ordens, abertas a porta e duas janelas gradeadas, que

(368) Carlos de Laet, "*Jornal do Brasil*", de 25 de fevereiro de 1912.

deitam para o pátio interno do Quartel, dois bicos de gás acesos, duas sentinelas à mesma porta e uma força de prontidão à próxima distância. Transferiram-me depois para um compartimento mais reservado, mas onde também não se perdia um só dos meus movimentos.

Na segunda noite tive de abandonar a cama por um pequeno sofá, porque a ensopara a chuva que do tecto caía a cântaros. Nessa mesma noite, a de sábado, 16, mal conciliava o sono, quando (seriam 12 horas) fui repentinamente despertado por extraordinário clangor de cornetas, estrépito de armas e a irrupção no compartimento de um oficial de espada desembainhada e um cadete empunhando enorme revólver.

Obrigado a levantar-me, vi-me durante cêrca de tres horas, entre a ponta de uma daquelas armas e o cano da outra, sob as repetidas ameaças de que a minha vida *pagaria o que ia acontecer.*

Ao mesmo tempo que isto acontecia, no pátio retiniam espadas, soava o tropel de cavalaria, a sair e a entrar, o passo apressado das praças que chegavam à forma, vozes de comando, recomendações imperiosas para que as armas estivessem carregadas, as patronas cheias de cartuchos, os cunhetes de outros convenientemente distribuidos, em uma palavra, percebia distintamente que se aprestavam ali os preparativos de um combate a todo o transe, aparato que não presenciara na madrugada de 15, quando, a chamado do sr. visconde de Maracajú, me fui meter no Quartel-General.

Por vezes ouvia, ao serenar a espaços o tumulto, a palavra irritada naturalmente das praças de pret, — que se queixavam de não poderem dormir por causa de um homem e paisano, que tamanho incomodo causava a tanta gente, sendo tão fácil sossegar tudo com um tiro de fuzil!

O mais interessante é que perguntando eu aos que me custodiavam *o que ia acontecer e eu pagaria com a vida*, não m'o souberam dizer ao certo! Ora afirmavam que o Quartel-General estava em chamas, ateadas pelos meus correligionários, ora

que a marinha se batia com o exército; que a contra-revolução estava na rua, e, finalmente, que o quartel de S. Cristóvão ia ser atacado pelos meus amigos, que pretendiam libertar-me!

Observei-lhes que tudo aquilo era uma crueldade inútil. Não se interrompia o sono de um homem, que não podia fugir nem se defender, para o ameaçar de provável fuzilamento de um momento para outro: fuzilava-se *incontinenti*. Se toda aquela inferneira se destinava a amedrontar-me, para o fim de me arrastar a alguma humilhação, iludiam-se, porquanto não era preciso ser soldado, e disso os convenceria, para afrontar a morte com dignidade.

Esta cena prolongou-se até quase ao amanhecer, vindo pôr-lhe termo o próprio oficial que me anunciara estar próximo o fim da existência, o qual tendo saído a colher informações, voltou para me dar licença de novamente deitar-me e dormir sossegado, porque houvera apenas falso alarma!" (369).

Aí está o ardil de que se valeram alguns militares exaltados no seu republicanismo, para o torturar e o constranger a uma atitude menos decorosa. Mas não lograram êxito com essa simulação de iminente sacrifício de sua vida. O visconde, cujo destemor jamais deixara de estar à altura da dignidade de suas ações, não se alterara. Não perdera a calma nem o sangue frio que sempre manifestara nos transes agudos de sua carreira política. Resistiu às ameaças com superioridade, conformado como estava com a sorte que o aguardasse, qualquer que ela fôsse.

Um instante houve, é verdade, ali na prisão, em que sofreu grandemente. Foi quando recebeu a notícia, para ele de todo inesperada, da implantação da República e o conseqüente deportamento do velho monarca e sua soberana família. Aí, sim, aí estremeceu ante a surpresa

(369) Ouro Preto, *op. cit.*

do comunicado. Sentiu-se violentamente abalado. Ele, que havia suportado com admirável compostura a resolução do governo provisório, no sentido de expatriá-lo, ao saber que também o imperador seria afastado do Brasil, não compreendia como recebesse D. Pedro II essa paga de seus compatriotas depois de uma vida tãda consagrada à prosperidade e à harmonia nacional. Feriu-o o saber que os políticos mais ligados à corõa não reagiram ante a recusa de Deodoro de entrar em entendimento com Saraiva, que fõra escolhido na última reunião do Conselho, para formar gabinete. A passividade de seus colegas fê-lo vergar ao pêsso das mais sombrias perscrutações em tõrno de nossos homens públicos. Valeu-lhe pela mais crua desilusão dos arraiais políticos em que por tantos e tantos anos vivera. Entretanto, fidalgo de espõrito, heroico na desventura, não formulãra uma queixa sequer nem atacãra pessoa alguma. As grandes decepções trazem aos homens superiores essa espõcie de reclusão no silêncio, e que mais não é senão o testemunho de sua corajosa resignação. A nenhum dos que o visitaram naqueles dias de prisão apresentou o mais leve lamento. Verdade é que não lhe permitiam falar a sós com os que o visitaram, e sim em presença constante de um official. Mas isso não impediria, se o quisesse, de gemer sua desdita, de referir-se com mágua sõbre alguem. Não se lamentara nem com os mais íntimos e respeitãveis, como o venerando visconde de Sinimbú, a quem servira como ministro da Fazenda de seu gabinete, nem com os mais afeiçãoados, como Dantas, o velho companheiro nas brilhantes e memorãveis campanhas parlamentares, nem com os conselheiros Mafra, Costa Ferreira e Bandeira de Melo, nem com os senadores Viriato de Medeiros e Leão Veloso, nem com o comendador Manoel Joaquim Pereira da Silva, e nem mesmo com o cunhado, barão de Javari,

que, arrostando tôda a sorte de dificuldades, conseguiu ir vê-lo com a esposa e o filho, dr. Henrique Dodsworth. Ao próprio filho, o conde de Afonso Celso, a quem escrevera pedindo cigarros, ao tê-lo sob o seu olhar carinhoso, abatido pelos vexames por que estavam passando todos da família, não fez mais do que indagar dos afetos, concitá-los à coragem e instruí-los sôbre as providências que deveriam tomar no sentido de premunir certos interêsses comuns aos seus lares e satisfazer os compromissos que tinham.

A discreção de suas maneiras, a elegância na desdita desses dias amargos tornaram-no simpático à officialidade que antes o recebera mal disposta. E a cordialidade os aproximou melhor. Ele diria mais tarde:

“Devo, em abono da verdade, declarar que, salvo os incidentes já referidos e que attribuí a ordens superiores, em geral fui bem tratado pela officialidade do exército com a qual me achei em contacto. Alguns de seus membros fizeram mesmo jus ao meu reconhecimento, repelindo e contendo com cavalheirismo e espontâneo impulso manifestações desagradáveis a que dois únicos alferes se entregaram. Não declino o nome dos primeiros para os não expor à odiosidade dos dominadores; guardo-os todavia em eterna lembrança.

Pude verificar, porém, que no ânimo deles e especialmente dos mais jovens, aliás inteligentes e muito mais instruídos do que se supõe, dominam infundadas prevenções contra as classes civis, que julgam lhes serem infensas, não levados por fatos que exprimam tais sentimentos, mas pela astúcia e pertinácia com que falsos amigos trataram durante muito tempo de incutir-lhes tão injusta quão errônea crença. Dela esperavam tirar partido grosso, sem absolutamente se preocuparem com os verdadeiros interêsses daqueles que assim arrastavam a infringir o principal dever e a mais nobre virtude do militar — a disciplina, — que, ao mesmo tempo, constitúi sua força e suprema garantia.

Os agravos do exército contra o govêrno, quais os ouvi articulados, são puramente imaginários, como demonstrei, e em caso algum poderiam autorizar a deposição do govêrno legal e muito menos a mudança das instituições pela força armada." (370).

Era exato. Não havia razão para tanto. Queixavam-se eles da nenhuma influência do elemento militar no govêrno do país, quando a verdade é que não estavam tolhidos os meios pelos quais os representantes do exército e da armada podiam, como quaisquer outros cidadãos, aspirar ao voto popular, ter entrada no parlamento, e ascender aos mais altos cargos da governança do Estado (371). Alegavam insuficiência do sôlido, e, no entanto, o militar tinha sôbre todos os outros servidores da nação uma grande vantagem: — legar à família metade dos seus vencimentos. Supunham, ainda, houvessem injustiças nas promoções, o que não era verdade, pois o govêrno não exercia arbítrio: tinha de cingir-se a uma lista organizada pela comissão, cujo pessoal era naturalmente interessado em que não fôssem preteridos os direitos da corporação a que pertencia. Trabalhadas pela intriga e insufladas pelos absurdos de uma política insidiosa, esqueciam-se as forças armadas das vantagens auferidas e criavam supostas preterições à classe, quando a realidade é que as patentes militares eram tôdas vitalícias. Nenhum oficial podia ser privado de seu posto, honras ou privilégios, senão por sentença passada em julgado dos tribunais compostos dos seus pares e por delitos previstos na legislação respectiva que, embora antiquada, lhes assegurava plena defesa. As distinções honoríficas da nação, os títulos nobiliárquicos e

(370) Ouro Preto, *op. cit.*

(371) Para exemplificar anotaremos que Caxias, Rego Barros, Manoel Felizardo, Bellegarde, Jeronimo Coelho, Delamare, Osório, Pelotas e muitos outros eram militares e governaram.

condecorações lhes eram facilmente concedidos, sendo quase exclusivamente militares os que os tinham mais elevados. Os mais altos cargos administrativos, como as presidências de Província e o Conselho de Estado, foram em todas as épocas conferidos aos generais habilitados. O exercito era pago em dia, alimentado abundantemente, seu fardamento regular, seu serviço levíssimo, de vez que, há muitos anos, se limitava apenas a guarnecer as cidades. O Estado liberalizava-lhe escolas de todos os gráus de instrução, mantendo-as até em número e luxo talvez excedente às fôrças do erário público. Onde, pois, a sorte adversa, as injustiças que tornassem imperioso o levante contra os poderes legalmente constituídos e determinassem a imediata mudança das instituições do país?

No contacto que manteve com alguns officiais do 1.^o Regimento de Cavalaria e de outros corpos, durante sua reclusão no Quartel da 2a. Brigada, em S. Cristóvão, soube também Ouro Preto que a sedição militar de 15 de novembro estava ha muitos dias preparada e teria lugar na noite de 9, em que se realizou o famoso baile da Ilha Fiscal, se já então contassem os conspiradores com o apóio de uma parte, ao menos, da marinha. O plano concebia o cêrco da Secretaria de Estado em que conferenciavam os ministros, para os prender e os conduzir a fortalezas e quartéis. Finalmente, ficara assentado que o pronunciamento se efetuasse por ocasião da festa que Sua Alteza Imperial pretendia oferecer, na noite de 17, à officialidade do couraçado chileno, sendo, dessarte, a um tempo sequestrados todos os membros da família imperial, o ministério e quaisquer outras pessoas de que pudessem receiar. O abandono dessa combinação, pela que se realizou na madrugada de 15, foi determinado pelas conferências que o visconde tivera na manhã do dia 14, no Tesouro, com os ministros da Guerra e da Justiça, e

com o seu irmão Carlos Afonso, presidente do Rio de Janeiro. Suspeitaram os conjurados que o governo havia recebido denúncia da rebelião, e apressaram-se para que não houvesse tempo de completar as providências porventura tomadas.

Todas essas revelações constituíram curiosa novidade para o grande político deposto da culminância de sua posição administrativa. E trouxeram à sua consciência esta realidade; o movimento não fora súbito, nem obra de um dia. O golpe vinha sendo preparado de muitos anos.

“Os primeiros pródromos — diria ele no seu *Manifesto* — da insubordinação do exército datam da terminação da guerra do Paraguai. Ao regressarem as tropas, nas ruas do Rio de Janeiro foram desacatados os ministros por aqueles que entendiam terem sido poucos todos os sacrifícios feitos pela nação para recompensar a sua colaboração na vitória.

Desde essa época, sintomas graves de indisciplina foram-se reproduzindo e generalizando. Acalmaram sob o ministério Simbú em 1878 e 1879, graças ao prestígio do legendário general Osório, mas ele, o intemerato e avisado, bem os sentia latentes, advertindo ser arriscado desprezá-los.

Acentuaram-se sob o gabinete Paranaguá, mas dominou-os a energia do ministro da guerra Carlos Afonso, até que, sob a administração de seu sucessor, explodiram, tingindo as ruas da capital o sangue de um homem, assassinado pelas espadas e revólveres do exército, posto estivesse sob a proteção de um de seus oficiais.

Cêrca de dois anos depois, os militares compreenderam que tudo podiam ousar, desde que, para evitar luta fratricida, o ministério Cotegipe transigiu com suas imposições, confessando nobremente não ter ficado ileso a dignidade do governo. Ao tempo do ministério João Alfredo, levantaram sérios distúrbios em S. Paulo, arrancando-lhe a exoneração do chefe de Polícia, que cumprira o seu dever, e se não exigiram e não obtiveram mais,

sob o mesmo gabinete, foi por virtude do derivativo da expedição de *Corumbá*, a qual proporcionou mandos e comissões rendosas ao grupo mais irrequieto e turbulento.

Recordem-se esses fatos, estude-se a sua concatenação e gradação, atenda-se a que não só tão graves quanto condenáveis manifestações não encontraram corretivo, já pela benevolência e tolerância de nossos costumes, já pela fraqueza dos governos, continuando, ao invés disso, a ser promovidos e galardoados exatamente os que mais sobressaíam no desacato à lei e à autoridade, atenda-se também a que uma certa parte da imprensa, esquecida dos princípios que regem as sociedades cultas, sob pena de se aluírem as bases em que elas se firmam, aconselhava, animava e aplaudia tantos desmandos, e ninguém se admirará dos sucessos de 15 de novembro (372).

Se Ouro Preto estivesse liberto da profunda impressão causada pelos acontecimentos a que vinha assistindo, de surpresa em surpresa, certo alongaria um pouco mais o pensamento, e ele, que sempre foi tão penetrante, sem perder de vista essas manifestações militares — que realmente influíram e decidiram, afinal, a implantação da República — iria buscar as causas remotas principais, os pródromos históricos do pronunciamento de 15 de novembro, nas longínquas ocorrências que se vinham desdobrando no país, desde os albores do século XVIII, em pleno período colonial, até a abolição do elemento servil, que é a causa mais próxima do advento republicano. Remontaria, então, às tentativas de Pedro Ribeiro da Silva e Bernardo Vieira de Melo, em 1711, em Pernambuco, e às de Felipe dos Santos em 1720, em Minas. Daí, passaria à Inconfidência Mineira, de 1789, às lutas deflagradas pela *Prensa dos Rebeldes*, de Pernambuco, em 1817, e pelos heróis da *Confederação do Equador*, em

(372) Ouro Preto, *op. cit.*

1824. Recordaria, a seguir, o ensaio da *República de Piratinim*, ou *Farrapos*, que se estendeu entre 1835 e 1845, em solo gaúcho, bem como a *Sabinada*, na Bahia, em 1837; a *Balaçada*, no Maranhão, em 1838; a Revolução dos *Pruíeiros*, novamente em Pernambuco, em 1848; o surto radical de 1868; o grito insurrecto do manifesto de 1870; a convenção de Itú, de 1873. Lembraria, ainda, a grande influência da republicanização da França, com a queda do Império em Sedan, em 1870, pois é fora de dúvida que ela equivaleu a um terceiro e poderoso foco, acrescentada a estes dois outros, que atraíam permanentemente o Brasil para a República: a Constituição americana e a adoção da forma republicana por toda a América, com exceção única do Brasil (373). Isso, na ordem das considerações objetivas. Do ponto de vista subjetivo, ele poderia ter visto na insurreição de 1889 o que Max Fleiuss apontaria pouco depois: um reflexo da influência mesológica dos *pronunciamentos* armados, um fruto adventício do caudilhismo hispano-americano que imperava no século passado, e, acima de tudo, um consecutário lógico e uma conquista inevitável do ideal da geração nova (374). Atingindo este último ponto, poderia, enfim, concluir com esta outra determinante da mudança governamental ocorrida: a transfiguração de uma sociedade em que penetrava pela primeira vez o impulso tonificador da filosofia contemporânea. Porque, como nos informa com precisão Euclides da Cunha, em sua formosa análise sobre a evolução política nacional, as novas correntes, forças conjugadas de todos os princípios e de todas as escolas — do comtismo ortodoxo ao positivismo desafogado de Littré, das conclusões restritas de Darwin às generalizações ouzadas de Spencer — o que nos trouxeram, de fato, não

(373) Joaquim Nabuco, *op. cit.*

(374) Max Fleiuss, *op. cit.*

foram os seus princípios abstratos, ou leis incompreensíveis à grande maioria, mas as grandes conquistas liberais de nosso século; e estas, compondo-se com uma aspiração antiga e não encontrando no Brasil arraigadas tradições monárquicas, removeram, naturalmente, sem ruído — no espaço de uma manhã — um trono que encontraram... (375).

Infelizmente, porém, dadas as atribulações por que estava passando, não lhe ocorreram essas considerações, o que é compreensível.

O fato é que Ouro Preto, naqueles poucos dias de reclusão, se impôs ao acatamento da oficialidade, pela retidão de seus gestos e a altivez de suas atitudes. Para ali entrara sob olhares receiosos e mesmo a prevenção de quase todos, tido que era como inimigo do exército e da marinha. A remodelação da Guarda Nacional, isto é, a criação de uma reserva cívica e a instrução militar do povo, ideia hoje vigente na formação das companhias de atiradores, foi indigitada como pródromo da aniquilação do exército nacional. Entretanto, quando Quintino Bocaiuva, na qualidade de ministro das relações exteriores do governo provisório, foi buscá-lo às 7 horas da manhã do dia 19, para acompanhá-lo a bordo do vapor alemão *Montevideu*, que o levaria à Europa com os de sua família, observou, com surpresa, que ele já era objeto de respeitosa admiração. A bravura, qualidade primordial do legítimo soldado, impunha-se naquela nobre e correta figura. De sorte que, ao deixar o quartel, muitas foram as mãos que lealmente se lhe estenderam e não poucos os corações em que a intrepidez do vencido fizera um refúgio de simpatias (376).

(375) Euclides da Cunha, *op. cit.*

(376) Carlos de Laet, "*Jornal do Brasil*", de 25 de fevereiro de 1912.

Isto diz tudo. Fixa bem a maneira impávida e inflexível com que se portou o grande filho da cidade-monumento do Brasil, no instante mais crítico não só de sua carreira política, mas da própria política nacional. E, sobre dignificá-lo perante a história, mostra que nenhum outro político representaria e defenderia melhor do que ele os fóros de nobreza e dignidade do regime que, não obstante os defeitos que se lhe possam apontar, muito contribuiu, pela inteligência e honradez da maioria dos homens que o serviram, para o evolver de nossa civilização.

A LUTA E A PAZ DOS ÚLTIMOS ANOS

A BORDO o visconde voltou a respirar melhor. A sensação do retôrno à liberdade e o confôrto que lhe trouxe a presença de pessoas amigas, de velhos afeiçoados, de admiradores e correligionários de longos anos, deram-lhe novo alento, reavivaram-lhe o espírito e tornaram-lhe o instante da partida menos penoso. Teve tanto prazer no reencontro com os seus afetos que, por ligeiros segundos, quase olvidára o trágico roteiro a ser seguido. Mas não tardou a desaparecer a ilusão alviçareira. Todo aquele bulício, toda aquela aglomeração, que se fez no tombadilho do navio e o encheu de vozes claras e sonoras, passou breve. Logo surgiu o aviso do imediato sobre a próxima desatracação do transatlântico, o que apressou a despedida de quantos o foram visitar. Pouco depois, já o eminente político se achava rodeado apenas dos familiares que o acompanhariam ao exílio, compartilhando das tristezas que a desventura política lhe reservara no brusco rolar das bases pouco firmes do sistema monárquico brasileiro. Vê-lo, então, naquelas circunstâncias, entre a esposa, o primogênito, a nora, o genro e os netos, era receber uma das mais singulares lições da história política nacional. Quase quarenta anos de luta, ou melhor, toda uma vida consagrada à mística de servir como homem público ao meio em que vivera, resumia-se naquele afastamento doloroso. Em vez do reconhecimento de todos, a acusação dos adversários. Em lugar da recompensa, por tudo quanto fizera, a

sonegação de seu nunca esmorecido valor cívico. Mas, se nunca fraquejara e se não havia perdido a presença de espírito e a clareza das ideias, que realmente jamais o abandonariam, mau grado as inconstâncias da sorte, tinha, contudo, agora, visível no olhar e mesmo na expressão do rosto, certa sombra de melancolia, que mais aviventada foi ficando à medida que o vapor avançava sobre o tapete azul da Guanabara. Repentinamente, suas pupilas e seu semblante refletiram os pensamentos que se desdobraram, tumultuariamente, em sua cabeça, ainda mais respeitável pelo encanecimento quase completo dos cabelos bastos. As esperanças, os projetos administrativos, as realizações com que conseguira dignificar o seu governo perante a História, chocaram-se, às súbitas, e com violência na esfera do sentimento, com as decepções, os desencantamentos e a parte que ficara em suspenso, a parte frustra do vasto e formoso programa de seu gabinete. Isso, porém, não era tudo. Doía-lhe, também, naquele momento em que deixava, forçado, a terra de seu berço, da qual nunca se havia afastado, o fato de terem os responsáveis pelo governo provisório da recém-instalada República promovido a sua deportação às suas próprias expensas, obrigando-o, assim, a recorrer ao cunhado, barão de Javari, não só para fazer face às despesas da viagem, como à consequente estadia em terras distantes e desconhecidas (377).

E não sofria só o visconde. Não só êle carpia o lado travoso das ocorrências desenroladas nas horas primêvas do dia 15 de novembro. Os que o seguiam amargavam, pelo amor que lhe tinham e pelos reflexos que

(377) É curioso isto: Afonso Celso foi deportado pelo governo provisório mas teve de pagar a sua e a passagem dos membros de sua família que o acompanharam. O barão de Javari foi quem tudo providenciou então.

aquele exílio projetava em suas vidas, todos os dissabores que enlutavam a alma do notavel cidadão deposto. Notadamente o filho mais velho, êsse recolhia no mais íntimo de seu sêr tudo quanto o respeitavel genitor suportava estoicamente. Era natural que assim acontecesse. Afonso Celso Junior era homem de cultura. De largo descortino. Legislador de amplos conhecimentos jurídicos e poeta espontâneo, de sensibilidade, seguro no domínio na frase métrica bem rimada. Era político de prestígio, não obstante a pouca idade. Tendo sido eleito deputado ainda muito moço, em 1882, quando mal acabava de sair da Faculdade de Direito de São Paulo, logo advogou a causa abolicionista, defendendo-a com brilho e eficiência. Sugeriu, ainda, medidas em prol da instrução pública, defendeu a descentralização administrativa e o revigoreamento do município, proclamou a necessidade do registro civil, o auxílio ao teatro nacional, a abolição da pena de morte, o recenseamento no país (378). Fizera — como a vida tem coisas singulares! — no discurso de estreia na Câmara dos Deputados, sua profissão de fé republicana, a cujo credo se manteve fiel até o seu advento. Sonhara-o, porém, sem as vicissitudes revolucionarias que acompanham as transições radicais. Pleiteara-o como sadia aspiração de liberdade, fortalecido no ânimo das gerações novas (379). Entretanto, sobrevindo os acontecimentos que se seguiram à implantação do novo regime, e dado o sacrifício que impuseram a seu pai, repudiou-o com todas fôrças de sua consciência.

Assim, êle, que fora republicano na Monarquia, tornara-se monarquista na República.

(378 e 379) Clementino Fraga, *A Cadeira* 36, discurso de posse na Academia Brasileira.

O grande e sincero amor filial gera dessas metamorfoses curiosas, que se dignificam na nobreza do impulso que as motiva. Razão teve pois Clementino Fraga quando disse que, na evolução de sua vida, ha de pairar como imperativo de ombridade política êsse lance admiravel de reversão, de aspecto contraditório, mas genuinamente nobre e desprendido, capaz de definir nos domínios da orientação generosa os impulsos heroicos da personalidade (380).

O próprio conde confessara certa feita: “Manifestei-me outrora republicano e presentemente monarquista. Modificaram-se as convicções. Deu-se comigo o mesmo que se deu com a quase totalidade dos políticos ora figurantes. A diferença consiste em que o meu republicanismo terminou no momento em que o deles emergiu, isto é, a 15 de novembro”. E pouco adiante: “Desvanço-me de confessar que me subordinei a meu pai, em quem sobre considerá-lo o melhor dos páis, eu via um estadista de primeira ordem, de alta envergadura, profundamente patriota, preparado como nenhum outro para promover a felicidade do Brasil” (381).

Por essa alta concepção moral é que pai e filho mais se uniram e mais se compreenderam no instante supremo de suas decepções, e, irmanados no mesmo sentimento, passaram a palmilhar o mesmo caminho de renúncia das atividades políticas: o pai, por sentir desfeito o clima em que se iniciara e se emancipara como homem público; o filho, por não se conformar com as injustiças feitas ao estremecido genitor.

Assim identificados, consagraram os primeiros dias da viagem às evocações dos fatos e das pessoas envolvidas no movimento de 15 de novembro. Enquanto o navio

(380) Clementino Fraga, *op. cit.*

(381) Conde de Afonso Celso, *Guerrilhas*.

corria, o conde ia pondo o pai ao corrente de tudo, inclusive das absurdas responsabilidades que lhe atribuíam pela inauguração da era republicana. Falou-lhe das calúnias, das incompreensões, dos aleives, das estranhas fantasias criadas em tôrno de sua personalidade e dos repúblicos vitoriosos. Deu-lhe, ainda, os recortes dos jornais que a ele se referiam. Nas horas de repouso, o visconde quedava-se a rememorar as revelações do filho e a meditar nas leituras dos noticiários e artigos feitos sôbre ele. E, habituado que estava a coordenar as ideias ao sabor da natural evolução do pensamento, ia mentalmente agrupando os antecedentes que determinaram o golpe na monarquia no Brasil e compondo, sem esforço, o diagrama do quadro progressivo dos sucessos republicanos.

Surgiu-lhe, daí, a ideia de escrever um *Manifesto* aos seus concidadãos, onde rebatesse todas as inverdades assalhadas contra ele e esclarecesse, com aquela lealdade que lhe era inata, os pontos que lhe pareciam essenciais quanto aos últimos acontecimentos.

Ao chegar a S. Vicente, no arquipélago do Cabo Verde, em Portugal, recebeu amavel bilhete do imperador, que tambem estava de passagem por ali, com a família, a bordo do "*Alugous*", e no qual o monarca destronado lhe dava notícias de sua saúde e lhe dizia que se consolasse, como ele, servindo lealmente ao Brasil em todas as partes do mundo. "Desejo-lhe excelente viagem — acrescentara o soberano — e tomara falar-lhe o mais breve possível". As letras incertas e trêmulas de D. Pedro reavivaram-lhe as chagas que o desterro vinha abrindo em seu coração e solidificaram-lhe a vontade de redigir o documento que tinha em mente. Mas não o quis fazer enquanto viajava. Deixou para depois que fixasse domicílio na Alemanha. Entretanto, ocorrendo enfermidade em pessoa da família, desembarcou, a conselho do médico de

bordo, em Santa Cruz de Tenerife, onde permaneceu de 3 a 10 de dezembro. Aí redigiu o seu *Manifesto*. E resolveu mudar de itinerário: em vez de Hamburgo, como haviam determinado os republicanos, rumou para a capital da Lusitânia, terra de seus maiores, onde, afinal, chegou no dia 14, instalando-se no hotel Atlântico.

De pronto, o sensacionalismo jornalístico se alastrou nos círculos lisboetas. Todos quiseram ouvi-lo. Cercaram-no os representantes da imprensa portuguesa e de outros jornais dos pontos civilizados da Europa e da América. Esquivou-se, contudo. Retraiu-se, receioso de alguma referência levemente reproduzida. Declarou, francamente, que o que tinha a dizer sobre as ocorrências que motivaram o seu exílio, de sua família e da família imperial brasileira, seria exposto no depoimento que, visando a História, acabava de redigir e iria publicar em um jornal português.

E assim aconteceu. No dia 20, o *Comércio de Portugal*, de Lisboa, estampava a sua recapitulação do que presenciou e da parte que tivera nos memoráveis acontecimentos de 15 de novembro. “E’ esse um dever — disse inicialmente — e ao mesmo tempo um direito de que não prescindo. Alvo principal de todos os ataques, centro e direção da resistência que aqueles sucessos poderiam encontrar, o alto cargo que ocupava na situação política, tão violentamente deposta, me pôs a par de circunstâncias, que poucos conhecem, e são da maior importância para bem se aquilatar como, em poucas horas, se mudou a forma de governo do meu saudoso país, quando geralmente a supunham fortemente consolidada. Incumbe-me fornecer à história esses subsidios indispensáveis para que ela profira juízo imparcial e seguro. Cometeria eu uma falta se os ocultasse. Por outro lado, para que se aprecie com exatidão o meu procedimento,

cumpre ter em vista as circunstâncias em que me achei, o meio em que me coube agir. Perante os meus próprios adversários de boa fé nada mais quero, nem preciso, para que reconheçam haver sabido manter com dignidade o meu posto" (382).

A seguir, recordou a tarefa ingrata que o "*Diário de Notícias*" e o *País*, orientados por Quintino Bocaiuva e Rui, tomaram a si, qual a de promover a sedição militar ocorrida, e a atuação pouco satisfatória, para os destinos da monarquia, do visconde de Maracajú, ministro da guerra de seu gabinete, e do irmão deste, barão do Rio Apa. Focalizou, ainda, a posição do chefe de divisão Wandenkolk, primeiro ministro republicano da Marinha brasileira. Analisou tudo quanto havia procurado fazer em favor do exército, as promoções, as condecorações, os preenchimentos dos claros de seus quadros efetivos, enfim, todas as atenções que tivera para com a classe militar e a confiança que depositava em seus elementos principais e com os quais não contara na alvorada de 15 de novembro. Valendo-se da oportunidade, pormenorizou as demais atividades de seu governo, assinaladamente as que se estenderam a todos os ângulos da vida administrativa, jurídica, social e econômica do país. Tudo dito com aquela segurança, aquela impavidez, aquela força moral que sempre imprimiram aos seus trabalhos o cunho da nobreza de seu espírito. E, inconformado com o destino que haviam dado ao imperador, após declarar que não acreditava na duração do novo regime, porque se tinha realizado por meio de um atentado sem precedentes na história, inquiriu:

"Quais as faltas, ou os crimes do sr. D. Pedro II, que, em quase cinquenta anos de reinado, nunca perseguiu ninguém, nunca

(382) *O Visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos.*

se lembrou de uma ingratidão, nunca vingou uma injúria, pronto sempre a perdoar, esquecer e beneficiar, — que aboliu de fato a pena de morte, apoiou com dedicação e promoveu por todos os meios a seu alcance o progresso, a felicidade e a grandeza da Pátria, sacrificando ao bem comum interesses, repouso e saúde?

Quais os males causados pelo príncipe, que despendia em obras beneficentes ou de utilidade pública a mór parte do que o Estado lhe oferecia, para o fausto de sua alta posição?

Quais os grandes êrros praticados que o tornaram merecedor da deposição e do exílio, quando, velho e enfêrmo, mais devia contar com o respeito e a veneração dos seus concidadãos?!...

Pois trata-se como a um déspota, ou a um tirano, o chefe de Estado, que soube impôr-se ao respeito e à admiração de todas as nações civilizadas, de modo que não se sabe dizer si mais simpatias e confianças inspirava às monarquias da Europa, si às repúblicas da América, aos Estados Unidos, onde deixou um nome popular, ao Chile, que o escolheu para árbitro nas suas questões mais complicadas, à República Argentina, à Oriental e à do Paraguai, para cuja liberdade direta e poderosamente contribuiu?!

A república brasileira, qual foi proclamada, é uma obra de iniquidade; não pode perdurar.

Nada significam as adesões que apregôa surgirem de todos os pontos do império. Originam-se do terror ou partem da multidão interesseira dos descontentes da situação decaída e daqueles que, ainda em maior número, esperam lucrar com a que se inaugurou, massa flutuante que adere a quem pode, no momento, fazer o mal ou distribuir favores.

Hoje, ela já não será tão compacta como nos primeiros dias, porque muitas esperanças cedo se frustraram, muitas ilusões desappareceram. Querendo viver com todos, a ninguém sustenta; insaciável, nada a satisfaz.

Devorar-se-ão entre si os que se aliaram para dominar o país, contra o voto por ele solenemente expresso de manter as instituições que o regiam, aperfeiçoadas pelas reformas indispensáveis ao

seu progresso moral e material, isto é, desenvolvido o pensamento democrático, do Ato Adicional à Constituição do império, e avigorada a autonomia dos municípios e províncias, até onde o permitisse a conservação da grande unidade brasileira”.

Na expectativa de que em breve seus concidadãos reagiriam contra o novo estado de coisas, principalmente aqueles que permaneciam fieis ao passado monárquico brasileiro, concitou-os:

“A missão dos antigos partidos constitucionais, portanto, não está extinta: — tornou-se mais grave e mais melindrosa, e não incumbe já a eles sós, mas a todos os homens de critério, coração e consciência, porque é exatamente agora que a manutenção da paz e da tranquillidade públicas, a segurança dos interesses sociais, a fidelidade aos compromissos e o futuro da pátria correm perigo no Brasil.

Assim pensando, e visto que, compelido a ausentar-me do país, nada mais posso fazer para auxiliar os meus concidadãos, aconselho e daqui os exorto a que, sem recorrerem a desforço material, que apenas daria azo a maiores violências do que as já cometidas, não poupem esforços nem sacrificios para conjurar as calamidades que ameaçam a terra comum, que tanto estremecemos.

O terreno da luta deve ser o da tribuna, da imprensa e dos comícios eleitorais, que os dominadores prometem franquear a todas as opiniões.

Mais adiante:

“Os bons concidadãos desempenharão o seu dever e lavrarão solene protesto. Quando nada mais possam conseguir, evitarão a vergonha e a humilhação de passarem aos olhos do mundo como um bando sem crenças, nem energia, incapaz de defender os próprios direitos, e, portanto, digno da prepotência que o oprime.

Serão poucos? Não importa; formarão o nucleo das futuras legiões, que hão de levantar-se, porque essa causa é a da lei, a da justiça e a dos grandes interesses sociais.

O sr. D. Pedro II não abdicou; subsistem seus direitos, assim como os dos seus sucessores diretos e legítimos, quais os garantiu a lei fundamental do estado; cedeu à violência; está privado de fato das suas prerrogativas, mas não as perdeu, porque só a nação podia tirar-lhas e a nação não se pronunciou no dia 15 de novembro.”

Rematou o assunto com esta ponderação bem de sua fibra moral:

“Entretanto, se ela livremente sancionar o atentado, confirmando o advento da República, dever é de todo o brasileiro, que preze esse nome, respeitar o veredictum supremo e contribuir, na medida da sua capacidade, para que, observadas as normas do direito, da moralidade e da moderação, possa o novo regimen aumentar a grandeza e a prosperidade da Pátria (383).”

Este manifesto, conquanto vasado em linguagem distinta, elevada e criteriosa, provocou enorme excitação nos círculos republicanos, em certas patentes do exército e da armada e mesmo entre alguns dos antigos elementos ligados ao seu ministério. Cristiano Ottoni, Maracajú e Ruy foram os principais entre os que logo se levantaram para contestar-lhe as afirmações feitas. Ottoni, que se havia passado para as fileiras dos pró-homens da situação, e que já havia levado sensíveis desvantagens na Câmara, quando deputado, nas lutas que travara com Ouro Preto, apressou-se na desforra. Mas, ainda uma vez, não logrou êxito em sua agressão gratuita; o visconde deu-lhe uma resposta tão viril e tão soberba no seu tom polêmico, que o levou ao silêncio imediato. Maracajú, por não se sentir muito bem nas páginas do *Manifesto*, procurou invalidar as opiniões do antigo chefe do gabinete a

(383) Idem, idem.

que servira como ministro da guerra. E também aí Ouro Preto reafirmou a sua reputação de analista agudo e memorialista honesto; recapitulou as suas referências, aduziu comentários de alta força persuasiva e poz termo à contenda sem recuar nas suas afirmações e sem ferir, com a mais leve expressão restritiva, o adversário posto em brios. Dos três contendores, o mais ferrenho, o mais violento, o mais rude foi Ruy. No arrebatamento de seu idílio com o novo regimen, o gênio bahiano investiu com todas as forças de sua paixão política contra o patricio exilado em terras de além-mar. Inflamado a ponto de não se conter nos limites da linguagem conveniente, Ruy chegou a mandar a Latino Coelho, arauto da imprensa republicana de Portugal daqueles dias, telegramas de teor apaixonadíssimo. Fez mais: enveredou pela exposição pública da situação da Fazenda Nacional, com o intuito declarado de mostrar os êrros e os abusos que julgou fossem praticados por Ouro Preto, com prejuizo para o país. Acontece, porém, que, em matéria economico-financeira, o exilado era mais conhecedor, mais profundo do que o grande civilista. E, sôbre pisar terreno firme, sôbre dominar de pleno as nossas possibilidades, havia feito uma política que só beneficiava o Brasil. De sorte que Ruy, tão extraordinário, tão enciclopédico, tão seguro na redação, não levou a melhor. Não esmagou o visconde como queria. Ao contrário, foi vencido por Ouro Preto, que era o maior técnico em economia que o Brasil possuia naquele momento. A luta, entretanto, foi notável. Apesar do azedume de que às vezes se revestiu e do abrasamento da linguagem do atacante, guardara, todavia, conceitos esplêndidos, assumira proporções maravilhosas. Mas foi, de alguma sorte, desigual. Ruy era, neste particular, a efusão, a impulsividade, o assomo das apóstrofes, o colorido literário, o homem que, mal

tomava contacto com um assunto, já o queria e o conseguia dominar, se bem que em termos, mormente em se tratando de especialidade como esta, complexa e sutil. Ouro Preto era o homem que se havia tornado mestre naquilo que trouxera do berço como vocação irresistível. Além disso, havia sido auxiliado pela experiência adquirida nas várias ocasiões em que a situação política o levára às fontes mais puras do conhecimento da vida econômica nacional. Assim, os problemas econômicos para elle eram o mesmo que uma frase simples para um filólogo. Não tinha dificuldade na interpretação dos phenomenos dessa ordem, como não conhecia mistério na classificação de qualquer que fosse a rubrica atinente à receita ou à despesa pública brasileira. Poude, pois, responder a Ruy dessa forma:

“Mostrarei com os próprios dados do célebre relatório, que a República achou o Tesouro Nacional provido de meios abundantes para ocorrer a todos os compromissos, e necessidades do Estado.

Efetivamente, que despesas havia a saldar até à liquidação do exercício? 1.º — as ordinárias da manutenção dos diversos serviços, orçadas em 40 mil contos; 2.º — parte exigível da dívida flutuante calculada em 7.840 contos; 3.º — prestações a que o Tesouro se obrigara para auxiliar a lavoura e que não poderiam, em caso algum, elevar-se a mais de 59.850 contos; 4.º — compra de prata para cunhagem de moeda, 2.995 contos.

Nos 7.840 contos de dívida flutuante estão contemplados 4.500, importância do papel moeda resgastado pelo Banco Nacional, que seria paga, não em dinheiro, mas em apólices de um conto de réis, ao par, e juros de 4% ao ano. Consequentemente, apenas esse juro, correspondente a um semestre, ou 90 contos de réis, deveria ser contado, abatendo-se a diferença — 4.410, o que reduz desde logo os 111 mil contos a 106.590; digamos 107 mil contos de réis.

Os 59.850 contos para auxílios à lavoura teriam de ser despendidos em prestações, à proporção que os bancos, com os quais

o governo contratara tais auxílios, empregassem nos empréstimos 26.150 contos, já recebidos com o mesmo fim, além de soma igual das suas carteiras, na forma estipulada.

Ora, tais operações de sua natureza são morosas, dependendo da apresentação de documentos, do exame das propriedades, sua avaliação, etc.; e ainda que se houvesse procurado simplificar e facilitar todas essas diligências, fora de dúvida era que, até liquidar-se o exercício, como os fatos vieram comprovar mais tarde, não teria o Tesouro de desembolsar a quantia total. Levá-la-ei, entretanto, em cálculo, para com todas as concessões argumentar na peor hipótese.

Temos, pois, a despesa de 107 mil contos e mais a dos socorros às províncias assoladas pela sêca. Não avalia o relatório a que quantia subiria esta verba, e, portanto, é mistér conjecturá-lo.

No mês de novembro, segundo as últimas notícias, a intensidade do flagelo ia diminuindo; já havia chovido em algumas localidades, e, executando as instantes recomendações do governo, os presidentes das províncias reduziam consideravelmente os socorros e consequentemente as despesas. Na Paraíba e no Rio Grande do Norte, por exemplo, cessariam completamente em pouco tempo.

Sem embargo, admitirei que essas despesas continuassem em proporção avultadíssima. De começo do ano a novembro abriram-se para elas créditos extraordinários no valor de 18 mil contos, que nem todos estavam gastos.

Tomarei soma igual para os socorros prestados de 15 de novembro a 30 de junho, o que é manifestamente exagerado. Acrescendo tal soma aos 107 mil contos já apontados, vê-se que a despesa máxima não excederia de 125 mil contos de réis”.

Aprofundando a análise, acrescenta :

“Examinemos, agora, os recursos de que podia dispor o governo provisório. O próprio Ministro da Fazenda assim os enumera :

Saldo em dinheiro existente no Tesouro	7.522 contos
Saldo em dinheiro no Banco Nacional do Brasil	2.672 contos
Saldo em dinheiro na Agência Financeira de Londres	21.362 contos
Quantia enviada para a compra de prata nos Estados Unidos	2.995 contos
Produto do empréstimo de 1889 a realizar-se até abril de 1890	65.000 contos
Renda a arrecadar até ao fim do exercício	28.000 contos
	<hr/>
Total	127.551 contos

Assim, para o dispêndio máximo, grandemente improvável, de 125 mil contos, havia recursos seguros e disponíveis no valor de 127 mil.

Mas não era só isso. Outros e abundantes existiam, outros acautelara o ministério, e foram omitidos no relatório, afim de carregar o quadro *de ruínas amontoadas pela monarquia*.

Com efeito, em virtude de convenções antigas, que datavam de 1879, ao tempo em que geria a pasta da Fazenda o presidente do Conselho do mesmo gabinete de 7 de junho, podia o governo retirar do Banco do Brasil a soma de 10 mil contos pelo crédito ali aberto em conta corrente. Podia ainda mais, e por contrato firmado por esse ministro, depois de junho de 1889, levantar em condições idênticas 5.000 contos do Banco Nacional; e, finalmente, podia sacar a descoberto sobre a Europa até 5 milhões de libras esterlinas, importância do crédito que negociara e conseguira abrir, logo que assumiu a administração do país, crédito válido por dois anos.

Portanto, as *dificuldades*, os *compromissos*, as *exigências imperiosas*, que o abominável último ministério da não menos abominável monarquia legou à República, consistiam em recursos prontos, reais, efetivos para toda a despesa possível, calculada com grande exagêro até junho de 99 e um saldo superior a 61 mil contos de réis!!!”

E cumpre acrescentar, que poucos dias antes da revolução, realizara o governo em condições vantajosíssimas a conversão da maior parte da dívida externa, conseguindo economia superior a 3.800 contos de réis na despesa anual.

Se tudo isto, se o crédito público fortalecido, se a cotação dos fundos do Estado em alta, o amplo desenvolvimento do comércio e das indústrias e a renda em escala ascendente não constituíam situação financeira animadora e próspera, — eu não sei que país do mundo possa ufanar-se de tê-la jamais alcançado”.

Ao concluir a réplica, fez esta formosa síntese da política monárquica:

“O Império não foi a ruína, foi a conservação e o progresso. Durante meio século manteve íntegro, tranquilo e unido território colossal; converteu um país atrasado e pouco populoso em grande e forte nacionalidade, primeira potência sul-americana, considerada e respeitada em todo o mundo civilizado, fator eficiente da civilização moderna, uma de suas mais sólidas garantias no futuro. Aos esforços do Império, principalmente, deveram três povos vizinhos o desaparecimento do despotismo mais cruel e aviltante; o império foi generoso sempre com seus adversários, protegeu-os muitas vezes; ninguém proscreeveu, aboliu de fato a pena de morte, extinguiu a escravidão, deu ao Brasil glórias imorredouras, paz interna, ordem, segurança, e, mais que tudo, liberdade individual, como não houve jamais em país algum. Se teve êrros, resgatou-os nobremente, por serviços sem conta, por desinteressado e inexcedível patriotismo.” (384).

Foi ainda neste trabalho que Ouro Preto, numa atitude máscula, traçou o seu testamento político. E’ uma página que não poderia deixar de ser também transcrita

(384) *Advento da Ditadura Militar no Brasil*, Paris, 29/5/90.

aqui, para que se tenha mais este soberbo aspecto de sua estrutura moral.

“A forçada ausência do meu país — escreveu ele — o aniquilamento da minha posição não me preservam das agressões de alguns adversários, que não cessam de procurar ferir-me no meu caráter público e privado. Ultimamente e em falta de novos assuntos, ocuparam-se dos meus haveres. Em artigo de jornal se disse que eu passara para a Europa, durante o ministério e ainda depois de prêso, a soma de 4 a 5 mil contos de réis. Alguem, numa publicação feita sob os auspícios oficiais e que traz por título — *Primeiras Linhas da História da República no Brasil*, afirma que, em especulações de praças, e, mediante excepcional favor de poderosos amigos, ganhara eu maior quantia, da qual remeti para Londres 2 mil contos, reservando o resto, *o que sabe por informações de pessoas de conceito*. O escritor acrescenta que, encontrando naquela praça, ao incumbir-me do govêrno, um saldo de 40 mil contos e no Tesouro 2 mil em ouro, — gastei-os para vencer eleições.

De par com isto, noutro jornal, depara-se-me a notícia de que estou lutando com dificuldades para aqui subsistir, consumidos os recursos que trouxera.

Quanto aos 42 mil contos despendidos em eleições, logo que se restabeleça no Brasil o império da lei e que me seja permitido invocá-la, chamarei a juízo o escritor para dar as provas de tal assêrto.

Pelo que toca à minha fortuna particular..., posso fazer dela o uso que me aprouver, e, portanto, aqui solenemente prometo doá-la aos escritores, se indicarem, como ser-lhes-á fácil, o estabelecimento ou casa por onde e para onde fiz os saques sobre a Europa, uma ou alguma das especulações de praça, em que adquirí tamanha opulência, ou os bens, títulos e rendimentos de que ela se forma.

A pessoa de conceito que forneceu as informações poderá seguramente desvendar o segredo.

Fiquem certos de que a isso não se hão de opor nem a esposa e meeira, nem os filhos e genros, porque, não só estamos de pleno acôrdo, mas são também riquíssimos. Só meu filho mais velho, segundo as mesmas versões, possui nada menos de 400 contos de réis, ganhos, já se sabe, à sombra do meu govêrno.

Não lhes sirva de embaraço, por generoso escrúpulo, a notícia de que estour lutando com dificuldades pará subsistir, pois me cumpré informá-los, visto que o homem público deve habitar em casa de vidro, que não é isso exato.

Dois amigos espontâneamente entregaram-se cartas de crédito sobre a Europa (outros m'as ofereceram) e de uma delas me aproveito. Não lhes declino os nomes, porque seria expô-los à suspeita de conspiração contra a República, no que há perigo; mas algum dia o farei, e se, antes disso, morrer, meus sucessores fá-lo-ão por mim. Servi-me de um desses créditos, porque, como é fácil compreender-se, pode-se possuir grande fortuna e não se ter momentâneamente dinheiro disponível, maximé estando ele empregado.

Como, porém, acostumei-me a não viver à custa alheia, meu genro, o dr. Feliciano Mendês de Mesquita Barros, para apurar com que saldássemos alguns débitos, pagar o que aqui retirei e continuar a manter-me, hipotecou, em dias do mês de março findo, no Banco de Crédito Real do Brasil, uma pequena fazenda que possuímos em Ubá, província de Minas.

Para maiores explicações e minudências, quem quiser dirija-se à respeitavel casa dos srs. Araujo Ferraz & Cia., rua Municipal, n.º 28, na cidade do Rio de Janeiro: eu autorizo-as e peço que as dêem.

Não me affligem comentários dessa ordem; não me abatem o ânimo os trabalhos que tenho afrontado ou ainda me reserva o futuro. Ao contrário, redobram-me as forças, enchendo-me de íntima satisfação.

Ha alguma cousa de mais glorioso que o triunfo: — ser vencido na defesa do direito, — o sacrifício pelo cumprimento do dever.” (385).

Eis aí um belo documento que precisa de ser lido e meditado pelos estadistas e parlamentares de hoje. O homem que age com retidão, receio não tem, em absoluto, de expôr, abertamente, dificuldades como as que experimentou o chefe do último gabinete monárquico do Brasil. Porque a sua declaração, pela honestidade com que é formulada, invalida de todo em todo as versões tendenciosas que porventura veiculem.

Vê-se, outrossim, por esse testamento político, como proliferavam, ao tempo, as difamações contra Ouro Preto. Lamentavelmente, os republicanos, assanhados com as perspectivas abertas pela mudança de regime, fizeram dele o alvo preferido de suas invectivas desarrazoadas. Não obstante, jamais semelhantes acusações o fizeram menos interessado pelas mínimas coisas do Brasil. Lançaram-lhe calúnias, odiaram-no, forçaram-lhe a malquerença no estrangeiro, crivaram-no de invencionices as mais vis, magoaram-no, feriram-no, torturaram-no, mas não conseguiram afastá-lo de sua linha de cidadão que se manteve, sempre, e invariavelmente, fiel ao amor à sua pátria.

Chegaram, um dia, a responsabilizá-lo por tudo quanto se dizia, na Europa, de desfavoravel sobre a República, o que o levou a escrever uma carta aberta ao “*Jornal do Comércio*”, defendendo-se do que falsamente lhe atribuíam. Mais tarde, ao recordar a ofensa por essa forma recebida, reafirmou:

(385) Idem, idem.

"Abstenho-me muito propositadamente de enunciar aqui juízos sobre os negócios do meu país. Nem é no estrangeiro que eles hão de decidir-se, sim lá, e por exclusiva deliberação dos brasileiros. Estes estão em seu direito deixando-se governar como quiserem, sem que a nenhuma nação ou influencia estranha seja lícito imiscuir-se nas suas questões domésticas. No dia em que tão inadmissíveis e ultrajantes pretensões se manifestassem de qualquer modo, no mundo político como no financeiro, eu seria o primeiro a tudo esquecer e preterir, para colocar-me ao lado dos que cumprissem o dever de repeli-los com a máxima energia e à custa de quaisquer sacrifícios".

A declaração é modelar em seu sentido cívico. Reflete a força das atitudes altaneiras, corajosas, respeitáveis. Mostra que ele continuava o mesmo homem de dantes, que, como no-lo demonstra o seu filho, sem renunciar às suas crenças, sem capitular, sem transigir, ia, com serenidade, isenção, civismo superior, isento de despeitos, de ódios, de paixões naturais em vencidos e despojados, prégando a paz, a união, a solidariedade de esforços para o bem comum da nacionalidade (386). Tão sincero era Ouro Preto em seu patriotismo que não apenas ficou no terreno da intenção e das palavras. Agiu também, o que testemunha a lealdade de suas expressões. O leitor deve ter tomado conhecimento, pela leitura do primeiro capítulo deste livro, do incidente ocorrido, certa tarde, em Lisboa, quando o visconde visitava um amigo português, e, porque um outro português criticasse homens e cousas do Brasil, ele o repeliu energicamente, retirando-se, a seguir, da casa onde estava.

Com esse amor todo à sua terra e sua gente, natural é que andasse pelos chãos da velha Europa com a imagem da Pátria a bailar-lhe na inteligência e na saudade

(386) Conde de Afonso Celso, *op. cit.*

cada vez mais viva. E natural, também, é que, depois de ter vagado sob os ceus da Italia (387), a percorrer cidades e museus, monumentos e praças, achando, aqui e ali, que o Brasil tinha coisa melhor, — natural, sim, é que, ao receber a notícia da revogação de seu banimento (388), todo ele vibrasse de satisfação e, rápido, cuidasse de seu retôrno à paisagem social e ao meio físico em que nascera e trabalhara em toda a existência. E' certo que em Paris, onde por fim havia fixado residência, vivia vida decente, rodeado da intimidade de amigos como Rio Branco, o barão, e Eduardo Prado, e aprazia-se, ainda, com o frequentar as aulas de Economia Política e Finanças, regidas pelos professores Stourm e Cheysson (389). Mas, ao ter ciência da cessação do impedimento de seu regresso ao Brasil (390), procurou imediatamente voltar. Paris não era seu ambiente preferido, como não o era Lisboa, nem nenhuma das cidades italianas por onde excursionara. Seu ambiente era o Brasil. Era o Rio, com todas as suas imperfeições e todas as suas virtudes. Daí seu pronto regresso, em julho de 91.

(387) O itinerário do Visconde na Italia foi êste: Mônaco, Monte Carlo, Génova, Piza, Roma, Nápolis, Pompeia, Florença, Veneza, Milão. Visitou, demoradamente, entre outras preciosidades históricas e religiosas dali, a Basílica de S. Pedro, as ruínas romanas, o Forum Trajani, o Capitólio, o Vaticano, o Museu de Nápolis, o Palácio Pitti e a Basílica de S. Marcos.

(388) Decreto de 19 de novembro de 1890, assinado por Deodoro.

(389) O Conde de Afonso Celso d'z que Ouro Preto seguiu esses cursos com exemplar assiduidade, tomando notas que desenvolvia, discutindo, rebatendo, muita vez, a opinião dos professores. Acrescenta que os alunos tratavam com especial deferência o colega de cabelos brancos, cuja gravidade, discreção e nobreza de porte a todos impressionavam.

(390) Foi Gabriel de Piza quem comunicou, na qualidade de Ministro Plenipotenciario da República em França, o teor do decreto de revogação do banimento do Visconde.

Conhecendo-o relativamente pouco, supuseram alguns que, à sua volta, destituído da situação política outrora fruída, perdesse ele aquela inamolgabilidade que o caracterizava. Iludiram-se. Logo na Bahia, onde vários amigos o foram esperar e onde teve honrosa recepção por parte da sociedade local, ao agradecer o cavalheirismo e a gentileza dos bahianos, aproveitou o ensejo para traçar a diretriz de seu modo de proceder em face da situação republicana.

“Sem dúvida — disse em resposta a um dos oradores que aludira à possibilidade de ele volver à situação política. — sem dúvida, a Pátria tem direito aos meus serviços como aos de todos os seus filhos e eu lh'os hei de prestar com a mesma dedicação que sempre lhe consagrei, desde os mais verdes anos, mas, nos limites das minhas forças, de acordo com as minhas convicções e na esfera de atividade, na ordem de interesses em que possa digna e honradamente cooperar.

Ora, no atual cenário político do Brasil não ha lugar para mim, não ha papel que eu possa desempenhar.

Venho de cumprir uma pena que a consciência me diz, e espero que a história di-lo-á também, ter sido imerecida; porém venho, eu vo-lo juro, sem rancores, sem paixão, tão perfeitamente calmo que no íntimo do meu coração não recusaria bençãos aos que a decretaram, se ela houvesse sido o preço da felicidade nacional que eles promovessem.

Venho de cumprir uma pena, mas se ela, no entender de meus juizes, remiu as faltas que cometi, declaro que não teve a virtude de regenerar-me: sou um vencido, não sou um penitente, um convencido.

Sou um vencido que não guarda ódios por motivos da derrota que não me envergonha, antes me honra, porque se o triunfo seduz, fascina, deslumbra, há também glória em cair cumprindo um dever.

Os meus adversários, ainda os mais intransigentes, mas de boa fé, não contestarão que apenas procurei satisfazer as responsabilidades do cargo que ocupei.

·Pois bem; penso hoje como pensava a 15 de novembro de 1889" (391).

Valeu-se o visconde desse discurso, ainda, para rebater os que o julgavam infenso às classes armadas. Declarou que se havia impedido o predomínio delas na direção política do país, isso não significava ter sido inimigo do exército e da marinha. Era, apenas, alta noção civilista de administração pública. Realmente, as suas realizações em favor do aparelhamento militar e naval do Brasil desmentem tudo quanto se aprégoou contra ele nesse sentido. Tinha, ademais, um filho no Colégio Militar. Não podia, pois, ser inimigo das forças armadas nacionais. Contudo, a política forçou a notícia de que ele só se preocupava em travar o desenvolvimento da vida militar no Brasil, e assim ficou julgado pelos que não o conheciam de perto. Encarou, porém, toda essa intrigalhada com a mesma superior indiferença que manifestou ao saber das substituições que fizeram, durante sua ausência, na denominação de ruas, praças, edifícios e instituições que lhe guardavam o nome em homenagem. Não deu maior importância. Só o fato de rever terras de sua predileção e amigos de longa data se lhe representava recompensa plena.

E, diga-se a verdade, as manifestações de carinho que lhe tributaram os amigos e admiradores compensaram, com vantagem, todas as tristezas porventura experimentadas diante da maldade dos inimigos políticos. Começaram com o aproveitar dos festejos comemorativos da passagem de Humaitá para brindá-lo com um grande quadro a óleo, trabalho de Tomasino, reproduzindo o episódio

(391) Conde de Afonso Celso, *op. cit.*

épico do monitor *Alagoas*. Outro grupo de afeiçoados litografou-lhe o retrato e distribuiu-o por todo o país. Outros, ainda, ofereceram-lhe dois magníficos retratos — o dele e o da viscondessa — a óleo e em tamanho natural, nos quais colaborou Vitor Meireles, a quem Ouro Preto, quando ministro da Marinha, encomendara os painéis rememorativos da Batalha de Riachuelo e da passagem de Humaitá (392). Também o primeiro barão de Oliveira Castro deixou em testamento uma verba para que se colocasse o busto do visconde em bronze na sala magna da Associação Comercial do Rio de Janeiro, o que se realizou, havendo sido executor da bela obra de arte o insigne Rodolfo Bernadelli (393). Além disso, o professor Benevenuto Berna esculpiu-lhe o busto em mármore, que se erige na sala da Congregação da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, por votação unânime dos professores (394). Pouco depois, numerosos signatários de cativante subscrição ofereceram-lhe solenemente outro busto em bronze, feito por d. Nicolina Vaz, o qual encima, presentemente, o seu monumento funerário no cemitério de S. João Batista, monumento esse construído com o valioso concurso do Estado de Santa Catarina (395). Por fim, o general Serzedelo Correia, que presenciara as cenas da deposição de seu govêrno, participante que foi da revolução republicana, ao assumir o cargo de Prefeito do Distrito Federal não só restituiu o nome do visconde a uma das ruas da cidade, proferindo, no dia da inauguração da placa, elogioso discurso justificando o ato, como denominou também com o seu título nobiliárquico uma grande escola

(392) Esses retratos ornarn hoje o salão da antiga chacara da rua da Mangueira, atual Convento e Escola de Nossa Senhora de Lourdes.

(393 a 395) Conde de Afonso Celso, *op. cit.*

pública modelo da rua Frei Caneca (396). Mais tarde, o prefeito Carlos Sampaio, desejando homenagear, de sua parte, o ilustre estadista monárquico, transferiu aquela placa para a antiga rua D. Carlota, mais importante e mais central. Procedimento semelhante tiveram os prefeitos das cidades de S. Paulo e Belo Horizonte (397).

Os poetas também lhe decantaram a personalidade, elogiando-lhe as atitudes, a rijeza moral, a retilidade do caráter. Entre eles, Leoncio Correia, João Bastos e Jarbas Loretto. Este último, em suas "*Visões da Raça*," apresentou alexandrinos assim entusiastas:

Apraz-me um vulto assim, inteiriço e sereno.
Como um muro feudal sôbre as margens do Reno.
Percorreu, como um astro, as posições do Império,
Para, vencido, ter mais resplendor sidéreo!
Fulgurou e caiu, mas sempre respeitado,
Como o cedro que tomba ao vendaval irado!
E' um caráter de bronze, um caráter sem jaça,
Formoso no poder, sublime na desgraça!
Retrata sua terra, as montanhas mineiras,
De perfis colossais, e grimpas altaneiras...
Pouco se lhe dará de morrer solitário,
Com tal que suba, honrado, ainda mesmo um Calvário...
Não se humilha a ninguém esse Avô carinhoso,
E, assim, na solidão do seu sonho radioso,
Simboliza o rochedo encravado nas águas,
Surdo até para a dor de suas próprias maguas!

Curioso é que quando as homenagens começaram a se suceder, cada qual mais espontânea e mais brilhante,

(396) Idem, idem.

(397) Idem, idem.

muitos pensaram que nada menos se preparava do que a volta do visconde à política. Ele, porém, cortou a impressão dos menos avisados sobre as manifestações do seu caráter, repetindo a declaração feita na Bahia:

— No atual cenário político do Brasil não há lugar para mim, não ha papel que eu possa desempenhar.

Dito isto, recolheu-se à vida privada. Com o filho mais velho, modêlo de dedicação filial, instalou banca de advocacia e começou vida nova com a mesma serenidade e a mesma confiança com que desenvolvera, outrora, as atividades políticas. E' que, nele, o homem público, o árbitro da situação nacional morrera a 15 de novembro de 89, para sobreviver, dali em diante, no todo desse mineiro extraordinário, o simples cidadão, o chefe de família, que se comprazia, agora, entre as alegrias domésticas, as afeições mais íntimas, e as sensações de sua nova modalidade de existência, como jurista, como catedrático e, também, como melancólico espectador do desenvolvimento da vida administrativa de seu país (398).

Eu teve muito que observar.

Benjamin Constant, o fundador do novo regime político, pouco depois, ou mais precisamente, a 22 de janeiro de 91, falecia, desgostoso, declarando aos de sua confiança não ter sido aquela a República com que havia sonhado. Silva Jardim, que tanto fizera, com o seu verbo inflamado, em favor do advento republicano, sucumbira inesperadamente, seis meses depois, em terras italianas, aonde o ati-

(398) Contou-me o dr. Afonso Celso de Paula Lima que, certa feita, mostrando-se preocupado com a situação política, ouvira de Ouro Preto, seu avô, este conselho que nunca mais olvidara: "Olhe, meu neto — disse-lhe — não se preocupe tanto com essas crises políticas. Na hora em que se tornar difícil a situação financeira de um de nossos homens públicos atuais, imediatamente a agitação desaparece. Faz-se a conciliação, não pelo bem do país, mas pela conveniência dos grupos em luta"...

raram os desgostos políticos, tragado peias chamas do Vesúvio. Deodoro, após ter dissolvido o Congresso, que lhe movia tenaz oposição, foi deposto da suprema magistratura da Nação, a 23 de novembro do mesmo ano, pelas próprias forças armadas, passando o governo a Floriano, seu substituto legal, que não logrou, também, realizar uma administração tranquila (399). Inúmeros obstáculos surgiram em seu govêrno, provocados, notadamente, pelos companheiros de farda e de sonho revolucionário. Só conspirações teve que abafar três: a da fortaleza de Santa Cruz, de 20 de janeiro de 92, capitaneada pelo 2.º sargento Silvino Macedo, que foi, mais tarde, fuzilado em Pernambuco, durante a revolta da Armada em 93 (400); a de 10 de abril, promovida por Wandenkolk, Mallet, Manhães Barreto, Severiano da Fonseca e outras altas patentes do Exército e da Marinha; e a Revolta da Armada, que durou de 6 de setembro de 93 a 13 de março de 94, sustentada por Custódio José de Melo, seu primeiro ministro da Marinha (401). Alterou-se tanto a política e tamanha foi a anarquia que Floriano, que havia dito a Ouro Preto, na manhã de 15 de novembro, que brasi-

(399) Eloy Pontes, em seu alentado estudo da vida e da poética de Olavo Bilac, reflete as críticas sofridas pelo Marechal de Ferro, no decurso de seu govêrno. O admirável e fecundo estilizador da epopeia do "Caçador de Esmeraldas" zurziu, de maneira terrível, a lâmina cintilante do seu talento contra o político bisonho. E como Bilac, outros intelectuais e companheiros de armas. Amador P. G. Nogueira Cobra — "Brios de Gente Armada" — também pormenorizou as lutas não só de Floriano, mas de todo o período de ditadura militar que inaugurou o sistema de Govêrno Republicano no Brasil. Vê-se, por suas páginas, o deplorável declínio político que o país vem observando daí para os nossos dias.

(400) Max Fleiuss, *op. cit.*

(401) Os lances essenciais dessa revolta reuniu-os Custódio José de Melo nos dois volumes que posteriormente publicou, denominados — "O Govêrno Provisório e a Revolução de 1893".

leiros não iam contra brasileiros, decretou o estado de sítio, prendeu civis, reformou militares, encarcerou-os nas fortalezas da Barra e deportou vários deles para S. Joaquim, Cucuí e Tabatinga, no Alto Amazonas, inclusive José do Patrocínio, que como os demais sómente obteve anistia a 19 de setembro de 95 (402). Ruy, que se revelara um dos mais poderosos apoios aos militares na formação do novo sistema governamental, e que por isso mesmo procurara deprimir a administração do último Gabinete da monarquia, já na presidência de Floriano voltou às fileiras da oposição, o que o forçou a emigrar para a Europa, num exílio que muito lhe custou também, e, ao perceber, no decorrer dos anos, a constante ascendência do militarismo na política nacional, buscou reagir contra ela, promovendo a famosa campanha civilista que ecoou por todos os quadrantes do país. E Quintino Bocaiuva, que foi outra figura de singular expressão entre as principais do movimento de 89, depois de ter conquistado os mais altos postos na política da República, terminou pedindo que, ao falecer, o sepultassem em cova rasa, sem qualquer outro símbolo material que recordasse a sua existência (403).

A tudo isso assistira Ouro Preto. Sem comentar, Sem discutir. Como mero observador da nova ordem de cousas. Aparentemente, era um desinteressado das ocorrências que se desenvolviam. Era dos que pertenciam ao passado, não achando que houvesse lugar para ele no meio de tudo aquilo, nem papel que pudesse desempenhar. No íntimo, porém, todas essas tramas conspiratórias, todo esse clima de insatisfação, bem como o sensível agrava-

(402) Max Fleuss, *op. cit.*

(403) Disposições traçadas de próprio punho, em julho de 1907, para serem cumpridas depois de sua morte.

mento da situação economico-financeira (403a) e o sofrimento de certos políticos, pela incompreensão de que eram vítimas, dadas as tentativas de conterem o impulso das desmedidas ambições pessoais da maioria dos que se agitavam no cenário republicano, todo esse aspecto depressivo da nova política muito o abalava e o fazia sofrer. Tinha extraordinário devotamento ao Brasil. Amava-o com todas as forças de sua consciência cívica. Mas não se envolvia. Continha-se em sua órbita de advogado. Assim ia vivendo sem maiores emoções, quando uma notícia o veio abalar, arrancando-lhe gemidos do coração: a morte do imperador, ocorrida em Paris, no Hotel Bedford, a 5 de dezembro de 91. Fiel ao soberano e à representação política que êle encarnara durante meio século, arregimentou os amigos e providenciou a celebração de atos religiosos em sufrágio da alma do grande e magnânimo monarca patricio. E, decorridos alguns dias, cuidou, ainda, com a efusão de seu carinho e de seu reconhecimento por tudo quanto D. Pedro havia feito

(403a) Para se observar como ficaram comprometidas as nossas finanças, após o afastamento de Ouro Preto, basta recordar isto: A 15 de novembro de 89, havia em circulação 192.800 contos, que valiam em ouro réis, 196.308:960\$000. Tinha, assim, o nosso papel-moeda, ao sobrevir a República, valor mais alto que a moeda ouro, na razão de 1,82%. Pois bem: já em 1890 foram jogados à circulação mais cento e cinco mil contos, e o valor de nosso papel-moeda assinalou sensível desvalorização. Em face do padrão ouro passou a valer, apenas, 249.555:400\$000, ocorrendo, dessarte, a depreciação de 16,20%. Em 1891, novas emissões: o meio circulante passou a 5.12.727 contos, enquanto que diante do padrão ouro o declínio se apresentou maior ainda: 311.010.325\$800, ou seja, 39,46% de desvalorização. E assim foi até 1898, quando havia em circulação 785.941:750\$000, que valia, em ouro, simplesmente 209.296:290\$155, quer dizer, depreciação de 73,37%. O câmbio, que em 89 se manteve na média de 27 1/2, desceu no ano seguinte a 22,5/8, foi em 91 a 16 11/32 e, de descaída em descaída, chegou, em 98, a 73/16. Isso diz do que foram os primeiros anos republicanos no Brasil...

pela unidade e dignificação do Brasil, da fundação da "Sociedade de Reverência à Memória de S. M. o Imperador D. Pedro II", cuja sede ficou sendo o seu escritório, onde passaram a fazer ponto de reunião, às tardes, os mais devotados monarquistas.

A eminente escritora e poetisa patricia, d. Maria Eugênia Celso, nas evocações que fez especialmente para nosso uso neste livro, sobre o seu admirável "Vôvô Celso" na intimidade, ao referir-se a esse escritório, escreveu:

"No escritório da Rua do Rosário, 45, onde advogava com meu Pai, tendo por solicitador Carvalho Verani, um velho amigo da família, recebia Vôvô os companheiros de oposição, se assim me posso exprimir, tendo à testa a figura inconfundível de Carlos de Laet, com o fuzilar percuciente de seus óculos e a temível causticidade de sua ironia. Era um sobrado modesto, tendo à frente duas pequenas salas, divididas por um tabique. De um lado, trabalhava Vôvô Celso; de outro, Papai. Na sala dos fundos funcionava a "Sociedade de Reverência à Memória de S. M. o Imperador D. Pedro II", associação de monarquistas fundada por Vôvô. No gabinete de Vôvô reunia-se a velha guarda, como nós lhe chamávamos; no de Papai, a ala moça. O de Vôvô era mais político. O de Papai mais literário. Nele tive eu, menina, ocasião de encontrar Eduardo Prado, Afonso Arinos, Raimundo Corrêa, Franklin Sampaio, Melo Matos e quando vinham ao Rio, Assis Brasil, Garcia Redondo, Fontoura Xavier e Antonio Ferreira de Castilho, o monarquista mais monarquista que jamais conheci. A nossa atmosfera de não adesismo militante envolvia o escritório da Rua do Rosário, mais combativa talvez ali do que na Chácara e que nós crianças sentíamos sem poder entretanto definir. Foi nesse escritório, sem grande clientela, porquanto a boicotagem aos monarquistas era um fato concreto nos pri-

meiros tempos da República, que se discutiu e comentou a atitude e o manifesto do Diretório Monárquico, a Revolta da Armada, os artigos da Liberdade, a vinda do Príncipe D. Luiz e o seu não desembarque no Rio, etc. etc. O escritório da Rua do Rosário ficou na minha memória como a célula-mater de fidelidade à monarquia e de culto às gentes e cousas do passado.”

(Eis aí, na formosa evocação da insigne poetisa de “*Solar Perdido*”, o que era o escritório do visconde. De seu ambiente de trabalho cotidiano fez a célula cultuadora da memória daquele que havia votado a sua existência inteira ao bem estar comum da nacionalidade brasileira. Aí palestravam, perdendo-se entre as lembranças vivificadoras dos tempos idos. As tertúlias, porém, não tinham outra força sinão a do impulso cívico dos que as alimentavam. O prestígio do Brasil, a dignificação de nossos maiores, o anseio de ver a terra-mater em pleno fastígio do aproveitamento de suas possibilidades eram os temas que se desenvolviam na essência das palestras.

Um dia, a 18 de julho de 92, o visconde recebeu uma carta de Rodrigues Alves, ministro da Fazenda do governo de Floriano, em que o futuro presidente da República lhe dizia, após a protocolar apresentação dos respeitosos cumprimentos:

“Desejava, ha muito tempo, ouvir a competentíssima opinião de v. ex. sobre a nossa situação financeira e meios de remediá-la. Tenho, porém, tido acanhamento de incomodar a v. ex.

Homem de govêrno e cheio de aptidões, v. ex. pôde bem ajuizar das dificuldades, com que estou lutando para cumprir as obrigações do meu cargo.

E’ para minha exclusiva orientação, pois, que tomo a liberdade de pedir a opinião de v. ex. sobre os meios que julga eficazes para melhorar essa situação tão embaraçosa.

Muito agradeceria ainda a v. ex. a fineza de dizer-nos si entende oportuna, no momento, a atual reconstituição do Banco da República e dos demais emissores e sobre que bases.

Compreendo bem que é muito o que desejo ouvir de v. ex., mas os estadistas têm o dever de resumir em breves conceitos numa carta os mais importantes planos de administração.

E' isso que peço a v. ex., esperando que me desculpará de importuná-lo.

Tomo a liberdade de enviar, com esta, um exemplar do nosso relatório para completar a coleção de v. ex.

Com muito apreço, sou de v. ex. respeitador e adm. colega —
Francisco Paula Rodrigues Alves.

O tom de sinceridade em que o ilustre ministro lhe pedia conselhos e o assunto, que só dizia respeito ao bem do Brasil, mereciam-lhe consideração. Não tinha relações pessoais com o futuro Presidente da República. Antes, haviam sido adversários políticos sob o Império, pois Rodrigues Alves militava no partido conservador; mas, como falava claramente, patrioticamente, sem tardança lhe respondeu não só apreciando o relatório recebido, como sugerindo, com interesse e agudeza, o que achava que devia ser posto em prática, para a reabilitação das finanças nacionais, comprometidas sensivelmente a partir de 88 e agravadas, sobretudo, com o encilhamento ocorrido nos primeiros instantes da existência republicana (404). Tão preciso, sensato e objetivo, tão oportuno e esclarecido foi Ouro Preto, que Rodrigues Alves, concordando com ele inteiramente, procurou executar todos os pontos feridos pelo visconde, tornando-se ambos, daí para o futuro, amigos muito cordiais.

Era assim Ouro Preto: estava, sempre, onde estivesse o interessê de sua pátria. Não importava que o não compreendessem, que o difamassem e o caluniassem. O

(404) J. Pandiá Calogeras, *op. cit.*

que lhe importava, isto sim, era a tranquilidade de sua consciência, era poder servir sem reservas e sem desfalecimentos à sua Pátria. E por esse amor todo especial e insuplantável, que o fizera voltar ao Brasil tão logo Deodoro revogou o decreto de seu banimento e desterro, foi que, em 1894, quando revoltada estava toda a Armada Nacional, escreveu o seu alentado estudo sobre "*A Marinha de Outrora*", onde, sobre propiciar o retôrno ao conagraçamento de todas as patentes navais, pela evocação dos exemplos de disciplina e superioridade dos interesses da nacionalidade, dava eloquente desmentido aos que o faziam passar por inimigo de nossas forças armadas. Por esse amor elaborou ele o belo parecer sobre a liberdade de testar, destinado a figurar no livro didático do dr. Américo Werneck, e, porque julgasse, ainda, que a República não estava satisfazendo ao espírito público, estimulou o movimento monarquista esboçado em São Paulo, em 95, com João Mendes de Almeida, Eduardo Prado, Antonio Ferreira de Castilhos, Bento Francisco de Paula e Souza, Augusto e Francisco de Souza Queiroz, Rafael Corrêa da Silva Sobrinho e outros, e, com João Alfredo, Andrade Figueira, Lafayette e seu irmão Carlos Afonso, firmou o manifesto *A Nação Brasileira*, publicado no "*Jornal do Comércio*" de 12 de janeiro de 96, apresentando-se como diretores do centro monarquista constituído em S. Paulo e então ramificado no Rio, ao mesmo tempo que explicavam as razões por que o seu partido se havia abstinido até ali de tomar parte nas lutas políticas do país.

Nessa mesma época é que criaram o *Libertador*, sob a direção de Cândido de Oliveira e redigido por Carlos de Laet, general Cunha Matos, Luiz Bezamat, conselheiro Basson, o conde de Afonso Celso e outros, e logo depois a *Liberdade*, secundada imediatamente pela *Gazeta da Tarde*, de propriedade de Gentil de Castro, que era o

gerente da *Liberdade*. Tomando impulso rápido, o movimento passou a contar com o *Comércio de S. Paulo*, dirigido por Eduardo Prado, Afonso Arinos e mais alguns elementos devotados à causa monárquica.

Mas não puderam ir muito longe. Logo Campos Sales, que estava na presidência de S. Paulo, mandou varejar, pela polícia, o Centro Monarquista e apreendeu-lhe todos os papeis. No Rio, grupos exaltados, comandados não se sabe por quem, tentaram invadir a *Gazeta da Tarde*. E, ocorrendo o duro revés que atingiu as forças de Moreira Cezar, no combate aos fanáticos de Canudos, dada a imperícia desse militar, os republicanos, que procuravam um pretexto para estancar o impulso assustador dos monarquistas nos círculos políticos do país, aproveitaram-se disso para atribuir o insucesso à colaboração dos alentadores da volta ao regime monárquico. Foi a conta. Empastelaram as tipografias da *Gazeta da Tarde*, da *Liberdade* e do *Apóstolo*, queimaram-lhes os papeis, os livros e os móveis, em pleno largo de S. Francisco, sem que a polícia, cuja séde ficava próxima, tomasse conhecimento da chacina, e, a seguir, foram à residência de Gentil de Castro, à rua do Passeio, defronte do quartel da Brigada Policial, apedrejaram-na, invadiram-na, saquearam-na. No dia imediato, ao tomar o cel. Gentil o trem para Petrópolis, onde estava veraneando, foi barbaramente assassinado na estação de S. Francisco Xavier. Ouro Preto, que com ele estava, em companhia do filho, só escapou à fúria devastadora dos amotinados, que também o queriam exterminar, porque a dedicação corajosa e enternecedora do conde de Afonso Celso o salvou, num lance de extraordinária expressão dramática, das mãos homicidas da capangagem estúpida e desenfreada.

Agravando-se a situação, mesmo depois da morte de Gentil de Castro, viu-se o visconde na contingência de,

com o filho, recolher-se, a conselho do dr. João Tomás Porciúncula, na fazenda do cel. Augusto Cezar de Miranda Jordão, em Bemposta, a poucas horas de Petrópolis, donde — por sugestão do ministro da Justiça, Amaro Cavalcanti, genro do conselheiro Souza Ferreira, antigo presidente do conselho do Império — acompanhado do conde e do outro filho, dr. Vicente de Toledo de Ouro Preto, partiu para a Europa, a 8 de abril de 97, a fim de ficar melhor garantida a sua existência, tal o perigo que ela então corria (405).

Seis meses após, regressou. O ambiente já havia retomado o seu ritmo normal. E, como não sabia ficar inativo e adstrito apenas à matéria das questões jurídicas que defendia, pôs-se a coligir todos os dados possíveis sobre a situação geral do Brasil durante o período republicano. Era também uma forma de erguer seu libelo contra os que o haviam espoliado de seus direitos políticos. E em 1899, ano de encerramento de um século de lutas tão intensas para a humanidade, empreendeu ele, com um grupo de amigos eminentes, a publicação da *Década Republicana*, ficando a seu cargo a análise das *Finanças* e da *Armada* (406), através da qual os dez primeiros anos do regime presidencialista foram expostos com serenidade, largueza e segurança, à vista dos dados oficiais. Era, ainda, o político interessado pelo desenvolvimento do país, ao qual estivera inteiramente ligado ao longo da existência. Era o homem que, procurando justificar-se perante a nova gera-

(405) Conde de Afonso Celso, *op. cit.*

(406) As *Décadas* contaram com os seguintes colaboradores: Angelo do Amaral, Barão de Loreto, Carlos de Laet, Afonso Celso Junior, conselheiro Silva Costa, Candido de Oliveira, barão de Paranapiacaba, general Cunha Matos, Corrêa Bittencourt, Frederico Martins, Artur Guimarães, Ruy Barbosa (artigos sobre a segurança individual, a propósito do processo Andrade Figueira e outros), e Andrade Figueira.

ção política, pelo comparativo das duas situações distintas — a do final do Império e a do início da República — não só deixava patente a probidade com que ele e seus companheiros de administração pública haviam agido, como, ao fixar as realizações do primeiro decênio do governo republicano em terras brasileiras, subia ao nível desapassionado do historiador e recolhia no seu trabalho todos os ângulos essenciais objetivados pelo novo regime, para que o próprio país futuramente os julgasse.

Fez, com isso, obra de alta valia documental e interpretativa.

Depois desse empreendimento, não mais se envolveu em assunto político. Pretenderam ligá-lo à *Conspiração Policial* ocorrida em março de 1900 e à sublevação de 14 de novembro de 1904, na Escola Militar, mas não o conseguiram porque realmente já ele estava afastado de tudo quanto dissesse respeito às competições partidárias. Quisera agir a princípio, é bem verdade, com a instalação de núcleos monarquistas, mas, verificada a impossibilidade de seu êxito, preferiu abandonar em definitivo o plano que ideara com os velhos correligionários políticos.

Desde então, só os estudos econômicos e jurídicos o ocupavam — velha e constante preferência! — sem que as naturais deficiências da idade, que já ia avançada, e os incomodos da moléstia que o haveria de vitimar pouco adiante, lhe esborrassem a continuidade das leituras e o meditar sobre as novas interpretações decorrentes do desenvolvimento da vida brasileira. Mantivera-se até os últimos instantes de sua vida em dia com a evolução teórica e prática dos problemas fundamentais do Direito e das Finanças públicas, o que lhe valeu, graças à grande atividade de que era dotado, expressivos triunfos na sua arejada e nobre senectude. Um deles, foi quando, instalada a Assembléia, em 1905, do Congresso de Expansão Económica, contribuiu com a sua experiência e a sua sa-

bedoria, relatando teses notáveis, discutindo como verdadeiro mestre e impondo à consubstanciação dos princípios que deveriam reger a vida economico-financeira do país, o seu ponto de vista realmente técnico. Agiu com tamanha elegancia e compostura, com tal discernimento e capacidade, que Sílvio Romero, que outróra lhe contrariava as idéias, se converteu em seu apreciador e amigo. O outro foi quando do litígio de limites entre o Paraná e Santa Catarina. O Paraná escolheu para seu defensor o republicano convicto Ubaldino do Amaral. Santa Catarina apelou para o visconde, que obteve ganho de causa. O mais admiravel, porém, foi a lisura, o íntegro comportamento de ambos, quer nos debates escritos, quer nos da tribuna, perante o Supremo Tribunal, onde o vivo ardor na defesa dos direitos e interesses que cada um patrocinava, como no-lo refere o conde de Afonso Celso, não empanou sequer de leve a atitude de cortezia e deferência recíproca, irrepreensível nos dois exímios contendores (407).

Ganha essa defesa e ultimado aquele Congresso, o visconde passou novamente a ser cortejado pelas mais importantes figuras da política e da cultura nacionais. Mas, o que mais o satisfazia, nos seus dias de crepúsculo, onde melhor se sentia, além dos umbrais de sua casa, em que o cercavam o carinho e a veneração de seus familiares, era no meio jovial e álaure dos seus discípulos de Direito Civil e Comercial, na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais. Ai, a mocidade estudantina o cumulava das mais vivas e espontâneas simpatias, e entre ela o venerando mestre se reencontrava com as horas menos árduas de sua juventude distante...

Repousava. E, à medida que os dias iam avançando, maior tranquilidade sentia no íntimo de seu sêr, pela

(407) *O Visconde de Ouro Preto.*

certeza que tinha de tudo ter feito pela família e pela pátria, dentro de sua capacidade de realização. Com o maior ardor, repetia, ao despertar, todas as manhãs:

— “Meu Deus, esclarecei-me; Meu Deus, ajudai-me; Meu Deus, perdoai-me”.

Após essa breve mas expressiva oração, dispunha-se às tarefas cotidianas.

Uma manhã, ao vir de sua casa de veraneio em Petrópolis, foi vítima de ligeiro acidente. A notícia correu, ampliando a gravidade do fato. Todos se alarmaram. Das mais longínquas partes, afluiram manifestações de pesar. Ao levantar-se, fizeram celebrar, no Rio, missa solene em ação de graças pelo seu restabelecimento, o que muito o confortou, e aos seus, pois dava testemunho da projeção de seu valor na consciência e na sincera afetividade dos que o conheciam. Era, não há dúvida, a recompensa a quem, como ele, vivia esclarecidamente, perdoado por Deus e por Deus ajudado...

Ao completar 70 anos, resolveu traçar suas disposições testamentárias. Falou dos pequenos haveres, fez as declarações de filiação, estado civil, religião e recomendou fossem ao falecer rezadas missas por sua alma, e de alguns parentes e amigos. Lamentara não ter podido legar aos seus os meios que os pusessem acobertos de necessidades, mas, em compensação, tinha a consciência de que em tudo se havia esforçado em cumprir os seus deveres. E, após agradecer à viscondessa a coragem e a lealdade com que o alentara em uma convivência de quase cinquenta anos e pedir-lhe relevasse a ele as faltas nesse largo decurso porventura cometidas, declarou, com vistas aos filhos:

“Agradeço igualmente a meus filhos Afonso e Vicente a solidariedade de que me deram provas, aliás excusadas, prescindindo de aspirações legítimas e de posições, para as quais estavam

habilitados. Esse procedimento não só me penhorou como me encheu de orgulho.

Aconselho-os, porém, a não persistirem nessa abstenção e que prestem à pátria os seus serviços, mormente nas grandes dificuldades que para ela antevejo com a mais profunda tristeza.

Assim possam prestar-lhe melhores do que me foi dado consagrar-lhe.

Por último, declaro-lhes que nenhuma tão grata homenagem poderão render à minha memória do que continuando a inspirar-se na dignidade e na honra, a dedicar o costumado consolo à sua mãe e irmãs e a prestar-lhe todo amparo ao seu alcance, vivendo todos na mais perfeita união de família, única verdadeira felicidade neste mundo. Deus que os abençoe a todos" (408).

O documento diz o que era o homem que o redigiu. E torna evidente que o visconde não deixara fortuna, sinão a que emanava de sua alevantada moral. É sabido, porém, que a falta de bens materiais não o afligia nem o tornava menos inteiriço no fim da vida. Sua ambição foi outra, muito diversa da riqueza material: foi a de viver digna, honrada, independentemente. E jamais abandonou essa concepção, que encontra a sua mais eloquente e frisante exemplificação na recusa por ele dada ao general Couto de Magalhães, ao pretender este ilustre militar, que fôra o último presidente de S. Paulo no regime monárquico, deixar-lhe toda a fortuna que possuía, avultada e sólida. Já o tabelião Evaristo de Barros estava incumbido de lavrar o instrumento, quando Ouro Preto, ao saber de suas intenções, foi demovê-lo de seu intento, a custo conseguindo, enfim, instituisse o general como legatário de quase todos os seus bens um filho natural, a que por lei não pudera reconhecer (409).

Esta é mais uma face de sua personalidade e de seu desprendimento.

(408) Idem, idem.

(409) Idem, idem.

Em 1909 presidiu às sessões do Congresso Católico realizado em Petrópolis. E, no ano seguinte, a 2 de janeiro, tendo os bacharelados feito recair nele a preferência para paraninfar a sua turma, coube-lhe proferir um discurso que é um verdadeiro primor pela conceituação e pela firmeza de suas ideias. O ambiente e a assistência comportavam, aliás, o vôo seguro e largo das suas palavras. A cerimonia realizou-se no salão de honra do Externato D. Pedro II, à tarde, e contou com a presença de Nilo Peçanha, presidente da República, de todos os membros de suas casas civil e militar, de vários ministros, e do grande adversário de outróra, já com ele reconciliado, Ruy Barbosa. Disse então:

“Meus jovens colegas e amigos.

Neste lance triunfal de vossa existencia, nesta culminância da vossa carreira escolar quisestes vos falasse, em vez de uma voz forte e fecunda, a palavra esmorecida do mais velho dos vossos lentes, daquele que nas galas desta solenidade, onde tudo desperta esperanças, mais evoca o passado, isto é, a saudade, a desilusão.

Patenteia a escolha que fizestes a vossa indulgência e cavalheirismo; demonstra o vosso acatamento para com as cans, não muito comuns no meio da irreverência moderna; encarece, por outro lado, a simpatia e o recolhimento em mim despertados pela distinção recebida.

Preponderou, talvez, em vosso propósito, a consideração de que, sendo o Direito a vida, conforme alguém o definiu, quem mais houvesse vivido, melhor sobre ele poderia exprimir-se.

Assim é, até certo ponto. No meio dos variáveis acidentes de extenso percurso durante o qual, como é próprio da contingencia humana, abundaram espetaculos de prepotencia, falsos juizos, violação das leis, iniquidades, nunca me abandonou, antes cada dia mais se me fortaleceu, a fé nas normas jurídicas, convicção de que na aplicação delas está a salvação, a prosperidade, a gloria do homem e das sociedades.

Eis o testemunho, a certeza, o programa que vos ofereço.

Sofre eclipse o Direito, como os maiores astros; mas a sua trajetória fúlgida e fecunda, jamais se interrompe, obedecendo a um código pre-estabelecido, imanente, eterno, contra o qual impotentes e irrisórias são as veleidades rebeldes dos indivíduos e dos povos.

Os atentados de que é vítima o Direito assemelham-se aos clamores insolentes lançados contra o sol pelos monstros bárbaros profligados pelo poeta. O deus prossegue impassível o seu caminho, derramando torrentes de luz sobre os seus obscuros blasfemadores.

Não é de agora que me alentam estas seguranças.

Ha 23 anos, em 1886, quando não ereis ainda nascidos, e eu já tinha a honra de pertencer ao Senado do Império, encarregou-me o governo de elaborar um projeto de reforma das faculdades de Direito, aproveitando esclarecimentos fornecidos pelas congregações das duas únicas então existentes, a de S. Paulo e a do Recife.

Desempenhei-me da incumbência, escrevendo uma monografia que corre por aí impressa, e em que procurei propugnar doutrinas, cujo acerto o perpassar do tempo me corroborou.

Precisamos elevar o nível dos estudos secundários. Desde que recebam em seu seio alunos mal aparelhados, somente poderão os institutos superiores preparar mediocres, sem as habilitações precisas para as diferentes carreiras a que os diplomas dão acesso.

As perniciosas consequências da insuficiência secundária não se farão sentir desde logo, porém, mais tarde e no decurso dos longos anos, em que os diplomados de turmas ignorantes exercerem as profissões e cargos proporcionados pelo grau acadêmico.

Cuidando convenientemente do ensino secundário, o que mais concorre para o desenvolvimento da intelligencia, e de cuja solidez depende o progresso da instrução ulterior, não se devem os poderes públicos preocupar do suposto ou real excesso de bacharéis ou doutores, oriundos das Faculdades officiaes ou livres.

O que importa é que os alunos se formem com habilitações.

Da super-abundancia dos homens formados nenhum mal pode advir, de ordem a determinar medidas restritivas; ao contrário com eles lucrará a massa geral da nação.

Envolvendo-se na turba-multa das diversas camadas sociais, disseminarão proveitosamente e com lucro próprio as noções de instrução secundária e superior que houverem assimilado.

Insignificantes, nulos, se antolham os inconvenientes derivados do avultado número de bachareis, ante os benefícios susceptíveis que daí se originarem.

Na vida prática, o excedente encontrará eficaz corretivo quando, pelas dificuldades sempre crescentes, trazidas pelos progressos da riqueza e da cultura, a luta social (o que constitui providencial incentivo para que essa luta de dia em dia mais se nobilite), todos se convencerem de que a simples posse da carta de bacharel ou doutor, não depara meio seguro de conseguir vantajosa colocação.

Advertidos pelos fatos de que não é essa posse a credencial única a abrir as portas das posições lucrativas e honrosas, somente se hão de consagrar aos estudos superiores os que para eles se sentirem com decidida vocação.

Si o bacharel ou doutor não sair das Academias devidamente aparelhado, o restrito número deles pouco influirá sobre a reparação do mal.

O problema consiste não tanto em limitar a quantidade dos diplomados, como em torná-los idôneos.

Melhor do que da liberdade, pode se afirmar do Direito que ele eleva o espírito dos povos, porque faz homens, dá influência no exterior, a concordia e o bem-estar no interior. Desgraçadas as nações que deixam desfalecer em si o sentido do Direito; nada, nem a instrução, nem a liberdade, nem as artes, nada lhes impedirá a queda.

Missão alguma é tão digna das vossas legítimas ambições, meus jovens colegas, como a de contribuir, e certo, galhardamente, o fareis para que tamanha desgraça jamais deprima o Brasil.

A nenhum mais levantado e profícuo escôpo podeis consagrar vossos esforços e sacrificios do que melhorar as leis más ou defectivas, pelos meios regulares.

Mas não esqueçais nunca que maiores perigos e males mais lamentaveis ha em desobedecer e iludir as existentes. Leis se executam ou se reformam; os povos somente sofrem, quando não se animam a resolutamente querer.

No vosso quadro de honra reunidas resplendem de juventude e confiança as vossas figuras.

É um simbolo de que constantemente solidárias devem vibrar as vossas almas e harmonicas agir as vossas energias.

Seja vosso lema na vida pública e particular o que vos lembrei para escrever esse quadro: "LEGUM SERVI SUMUS, EST LIBERI ESSE POSSIMUS". (410).

Ainda uma vez, e para encerrar a sua soberba atividade oratória, o visconde conquistou, com este seu canto de cisne, formosa lição de Direito, os mais frementes aplausos da multidão que ali o ouvira atenta, respeitosa e maravilhada, já pela alcandorada expressão de seu pensamento jurídico, já pela sua imponencia sem afetação, pela sua voz trêmula mas bem enunciada e pela própria presença augusta do cidadão que, ao ser vencido, outrora, não se deixara contudo humilhar diante das sombrias circunstâncias que o rodearam. Não caíra, realmente, o grande mineiro, naquela ocasião. Não tivera maculada a sua personalidade integérrima. Afastara-se, apenas, do cenário político brasileiro, pelo imperativo das occurencias revolucionarias. Homens como ele não caem nem morrem. Distanciam-se do ambiente, quando este se transmuda bruscamemente, e invizibilizam-sê das pessoas, quando falecem, mas permanecem redívivos, como iluminada expressão de uma raça, no milagre da seleção dos legítimos valores humanos, consignados na História.

(410) "Jornal do Comércio", de 3 de janeiro de 1910.

Saindo dali, daquele recinto festivo, sob as vistas admiradas e enternecidas de quantos o ouviram, recolheu-se, confortado pelo carinho nunca esmorecido da companhia de sonhos, de triunfos e de tristezas, às bemaventuranças de seu ambiente doméstico, onde a presença constante da descendência enorme (411), trêfega e palradora, contrastava singularmente com a sua velhice serena e grave.

O que foi o visconde na intimidade de seu lar profundamente bem equilibrado, revelam-nos estas palavras de carinhosa reminiscência de d. Maria Eugénia Celso :

“A chácara foi a morada que ele mais tempo ocupou, de lá saindo para o exílio em 1889, quando o surpreendeu a República, como Presidente do Conselho. Era uma dessas antigas vivendas apalacetadas, de linhas arquitetônicas muito simples e de amplas acomodações, erguida ao centro de um vasto jardim. Um imerso gramado e um repxo a meio escondido num bosque de arbustos, bancos de pedra e dois tanques redondos cheios sempre de uma água fresquíssima, o ornamentavam.

Atrás do renque de palmeiras imperiais que se enfileiravam ao longo do gradil da rua, tinha singular majestade. A entrada se fazia pela alameda da direita que contornava o prédio e para onde dava o largo terraço lateral do vestíbulo. Notabilizava-se a sala de entrada por dois quadros de Vitor Meireles: “A passagem de Humaitá” (pertencente hoje ao dr. Paulo Parreiras Horta, neto do visconde) e a “*Batalha do Riachuelo*” (pertencente hoje à Escola Nacional de Belas Artes) recordando a gestão do Ministro da Marinha, na primeira fase da guerra do Paraguai.

(411) Ao falecer tinha o visconde, segundo necrológio do “Jornal do Comércio” de 22 de fevereiro de 1912, 26 netos e 7 bisnetos.

Uma porta sempre aberta fazia comunicar essa entrada com a grande sala de jantar, ornada de quadros a óleo, um espelho, um grupo de couro, cadeiras de balanço, etc. . . Duas janelas e uma porta abriam para um pátio interior onde floria lindo pé de manacá. Era nesta sala de jantar, onde todos os domingos se reunia a família no jantar obrigatório, que Vóvô Celso mais tinha contacto com a miuçalha dos netos. E' aí que mais o recordo, descido das esferas olímpicas em que o imaginavamos, simples, afável, familiar, acessível. A cabeça prateada recoberta sempre do indefectível bonnet de alpaca preta, de pince-nez, o porte instintivamente altaneiro, dando-lhe mais altura do que tinha realmente, era um chefe, na mais inata expressão da palavra. Emanava dele, mesmo quando brincava e gracejava, instintiva autoridade. De temperamento alegre, aliás, não obstante a natural seriedade, com uma ponta de "humor", muito pronunciada, que o levava a rir mau-grado ele próprio, quando uma resposta mesmo impertinente tinha a sorte de ser espirituosa. Para conosco, os netos, era exigente no cumprimento do dever, o que se resumia em estudarem direito, os rapazes, e terem "modos" as meninas. Não dispensava lhe tomarmos a bênção, quando o víamos pela manhã. À noite à hora de deitar e quando se acendia o grande lustre a gás da sala de jantar, o que sucedia geralmente à sobremesa, pois jantava-se muito cedo naquela época, 5 e 1/2, 6 horas no mais tardar. De gênio muito sociável, gostava de ter a casa cheia, recebendo a todos com extrema cortezia, embora de maneiras um pouco distantes. Não havia luxo no seu lar, mas simplesmente aquela tradicional largueza da casa brasileira onde existia sempre o quarto de hóspede e dois ou três convivas a mais nas refeições. Cercava-o, todavia, tal aura de respeito que só velhos companheiros de S. Paulo o tratavam realmente sem cerimônia. Impunha, sem que o quisesse, a todos

Instintiva deferência. -Nós, os pequenos, mesmo quando era apenas para bulir conosco ou saber das nossas leituras e brincadeiras, fazíamos incontinentemente um exâmesinho de consciência para ver se estava tudo em ordem, pois o “velho” em questões de caráter não tergiversava. Severo mas justo, não me lembro de o ter visto castigar de fato ninguém e, com os pequeninhos, mostrava uma infinita e sorridente indulgência. Era um chefe de clan que não declinava da responsabilidade moral da sua gente. Uma peculiaridade notória: o seu culto pela inteligência, tendo para ela secretas e inesgotáveis tolerâncias.

Este ambiente da Chácara, no entanto, em cuja pequena capela muitos batizados e casamentos festivamente se realizaram, na pacatez patriarcal de um *modus vivendi* modesto mas digno, em torno daquele Vovô Celso em que se condensava toda a legenda gloriosa da família, era entretanto secretamente agitado pelo extraordinário interesse com que ali se seguia e julgava os acontecimentos da República. Como o borbulhar de subterrânea corrente, uma onda contida mas vivaz de paixão política latejava ainda sob o aparente ramerrão do dia a dia. A leitura dos jornais constituía indeclinável obrigação. Vovô Celso vivia por assim dizer mergulhado neles. Havia uma palavra pejorativa entre todas, que ouvi inúmeras vezes pronunciar aplicada a uns e outros, e que me parecia marcar como um ferrete aquele que designava: adesista, aderiu. . .

Criei-me positivamente na atmosfera de reprovação que a envolvia e da qual Vovô Celso era a antítese viva e admirável. Não se conspirava naturalmente na Chácara contra o novo regime, mas o ar que se respirava era de indefinível conspiração. Pelo menos a conspiração da crítica exercida livre e cáusticamente, embora com absoluto espírito de equidade.

Naquela sala de jantar viu a minha infância desfilar tudo o que restava da monarquia: tio Carlos Afonso, irmão de Vovô, terrível de mordacidade e arrogância; o barão de Ibituruna, com a sua eterna sobrecasaca, vagamente parecido com o Imperador; o visconde de Saboia, médico da família; o desembargador Valle, chegando sempre apressado de S. Paulo, e crivando o "Afonso", como chamava Vovô, de perguntas e remosques; o major Galvão; meu avô materno, o barão de Itahipe; o general Couto de Magalhães; o visconde de Lima Duarte; o barão de Javari, cunhado de Vovô; o comendador Maфра; o conde de Figueiredo com suas longas suíças esvoaçantes; o conselheiro Cândido de Oliveira; o barão e a baroneza de Loreto, e, quando vinham da Europa, os barões de Muritiba; o comendador Sampaio, o coronel Gentil de Castro, seu Gentil como era chamado na intimidade; Max Fleiuss, moço e recém-casado, e, às vezes, qual meteóro revolucionário pela sua originalidade, sua ironia, o seu espírito; Martim Francisco, o terceiro, o Martimzinho da família, em atropelada visita a "tio Afonso" como chamava a Vovô. Vovô Celso era o centro de toda aquela convivência social e, quando se referia aos acontecimentos do passado, ouviam-no todos com a expressão viva da verdade tal a isenção de ânimo com que falava. Descria naturalmente dos possíveis benefícios da República, mas nunca lhe ouvi palavra de descrença ou de azedume contra o Brasil. Punha-o, por assim dizer, acima dos partidos e dos homens. Naquela vida retirada, simples e trabalhosa da Chácara, dava-nos sem querer um alto exemplo de dignidade e compostura. Se, realmente, o triunfo de muitos adesistas lhe trazia por vezes aos lábios um sorriso de sarcasmo, não se detinha em lamúrias sobre o que perdera com o advento republicano".

Êstã a vida íntima e edificãnte do visconde de Ouro Preto.

* * *

Jã entã, a saúde não lhe era muito boa. Os duros embates de sua vida política, embates sucessivos e longos, e os sofrimentos que se vieram acumulando gradativamente propiciaram o aparecimento de pertinaz artério-esclerose. Mas, como em matéria política, tambem em questão de saúde não se queixava. Não desanimava, embora compreendesse a aproximação do fim.

Em comêço de 1912 caiu gravemente enfêrmo. Seus parentes, receiosos dum possivel desenlace, chegaram a providenciar-lhe a confissão e a comunhão. Após o ato religioso, houve ligeira trégua nos padecimentos. A família pensou viesse o seu organismo a reagir com segurança. Assim não aconteceu. Um mês mais tarde o mal voltou com violência, acreditando o seu devotado, extraordinário filho mais velho que a recaída brusca se verificara devido ao choque experimentado pelo visconde com a notícia, que se lhe não pode ocultar, do falecimento do barão do Rio Branco e do velho e particular amigo, o marquez de Paranaguá, seu companheiro no ministério de 3 de agosto de 66 e colega nos saudosos tempos do Senado; e que, poucos dias antes de falecer, o visitara, saíndo comovidíssimo pelo estado em que o encontrou, mal suspeitando que o precederia, embora de muito breve, no túmulo.

A crise, todavia, não foi fulminante. Dominando o organismo, permaneceu estacionária, para evoluir e vencê-lo uma quinzena depois.

Entrementes, os seus amigos, desejosos de prestar-lhe carinhosa homenagem, elegeram-no para a presidência do

Instituto Histórico Brasileiro, em substituição a Rio Branco, o que o sensibilizou sobremaneira. Havia exercido, após sua admissão nesse sodalício, a 9 de novembro de 1900 (412), as funções de terceiro vice-presidente, por designação da assembléia de 21 de dezembro de 1905, e, um ano mais tarde, as de primeiro vice-presidente. Mas, por bem pouco tempo esteve no nobilitante encargo de presidente do Instituto Histórico Brasileiro. A 19 de fevereiro dele desistia, devido a ter sua saúde manifestado sensível debilidade.

Era a aproximação do fim. O gigante sustentador de tantos e tão memoráveis prélios parlamentares preparava-se para o instante supremo da transmigração espiritual. O dialecta extraordinário, que tão alto soube colocar os debates políticos, norteador que sempre estivera pela superior aspiração de bem servir à Pátria em que nascera, sentia, agora, o rápido declínio das reservas defensivas de seu organismo. Aproximava-se da linha de sombra, ou melhor, apresentava-se para o reencontro com os que, como êle, haviam feito das grandes causas do Brasil a razão de ser de sua existência e, depois, alaram-se, felizes, aos planos insondáveis, às iluminadas

(412) O visconde foi eleito por unanimidade e sua posse ocorreu a 7 de dezembro do mesmo ano. Compareceram a ela, além de grande número de pessoas ligadas à família do recipiendário, altas figuras da sociedade e das letras nacionais do porte de Max Fleiuss, Rocha Pombo, Capistrano de Abreu, Tristão de Alencar Araripe, Paula Freitas, Marquez de Paranaguá, Barões de Loreto e de Ribeiro de Almeida, Castro Correia, Antonio Ferreira de Souza Pitanga, Machado Portela, Souza Ferreira, conde de Afonso Celso e outras. Saudaram-no o conselheiro O. O. d'Aquino e Castro, na qualidade de presidente do Sodalício, Souza Pitanga, orador oficial e Max Fleiuss, que externou o seu júbilo por ter sido o primeiro signatário da proposta de Ouro Preto para o quadro dos sócios efetivos do Instituto. Agradecendo as expressões de carinho com que o homenagearam, disse o visconde:

regiões da Eternidade... Estava apto, na realidade, a desaparecer da terra para ressurgir na morada resplandecente do Cristo. Vivera bem: com decência, com dignidade, retilíneo nos atos, sereno na glória, pundonoroso no infortúnio. Podia partir sem receio, antes levando a alma satisfeita, a consciência tranquila. Ao debater entre os homens os assuntos que lhe pareceram substanciais à nacionalidade, fê-lo com tamanha sinceridade e elevação que adquirira relêvo incomum no cenário político do País, ao mesmo tempo que fôra construindo, sem o sentir, talvez, límpido e honroso passado, dia a dia enobrecido com as conquistas que obtivera em favor do enal-

“Ao comparecer perante esta conspícua assembléa, sinto-me emocionado pelo reconhecimento, pelo respeito e por íntima satisfação.

Provém o reconhecimento da generosidade com que foi honrado o meu nome, da votação unânime que o sufragou, e das palavras altas e imerecidamente benévolas com que acaba de acolher-me o venerando Presidente do Instituto. Aceitem os meus dignos consócios os protestos de minha sincera gratidão.

Inspira-me respeito a lembrança de que me acho no grêmio da mais antiga e mais ilustre associação literária do Brasil, e quiçá da América, associação que contou sempre, e conta, entre seus membros, vultos eminentíssimos da nossa Pátria.

Sobreleva esses vultos o de D. Pedro II — o Magnânimo — cuja tradição o Instituto conserva como seu melhor título de glória, e cujos incomparáveis exemplos de trabalho, de dedicação e de civismo devem ser os nossos guias.

A satisfação que experimento se origina de vários motivos, faceis de compreender. Cultiva-se aqui a História. A História não é só, na frase do Cícero, a testemunha dos tempos, a luz da verdade, a memória viva, a mestra da vida, a mensageira do passado. E' também a geradora da fé, nos resultados do esforço e nos sacrifícios da virtude. E' a amiga dos proscritos, e consoladora dos oprimidos, e, sobretudo — a *grande justiceira!*

Grato, reverente, jubiloso, tomo o lugar que me designaram, prometendo desempenhar os respectivos deveres, tanto quanto m'os permitirem as debilitadas forças” (Rev. do Inst. Hist. Bras., tomo LXIII, Parte II, 1901).

tecimentô gradual e constante de seu berço — conquistas que foram o fundamento mesmo das altas distinções com que o condecoraram, como a da gran-cruz de Izabel, a Católica, de Espanha; a de Cristo, de Portugal; a da Ordem da Rosa, do Brasil; a de Leão Neerlandez, da Holanda e a Oficial da Instrução Pública, da França.

De repente, acentuaram-se os sintômas agravantes da moléstia. A uréia, encontrando o organismo mal disposto, multiplicou-se em demasia e dominou-o. Mas, não o inquietou a crise manifestada. Recebeu-a naturalmente. E a cada hora que passava, maior ia sendo o seu desprendimento pelas cousas da vida. Tornou-se, de certo momento em diante, duma calma admirável. Duma placidez de quem possui a consciência tranquila. Duma serenidade absoluta. Macerado o rôsto, imóvel no leito, contemplava com um olhar profundamente brando os familiares que o assistiam consternados.

Afinal, madrugador que sempre fôra, aos primeiros albôres do dia 21 de fevereiro de 1912, quando completava 76 anos, sob um novo acesso de uremia, partira ele, da sua casa do alto da Serra, à rua Teresa (413), para os mistérios da vida eterna... Vestiram-no, então, com a beca de lente e sôbre a sua eça estenderam uma bandeira do

(413) Nas notas inéditas fornecidas ao autor por D. Maria Eugenia Celso, disse ainda a apreciada escritora: "Numa outra residência, a casa térrea do Alto da Serra de Petrópolis, onde passava os verões e onde o vi morrer, é que mais viva ficou a lembrança de Vovô Celso. Na desataviada simplicidade daquela vida de roça, pode-se dizer, Vovô aparece bem mais velho e abrandado em sorridente tolerância, brincando conosco de entrudo no carnaval, divertimento que ele adorava, reunindo a família no jantar domingueiro ou recebendo no dia do seu aniversário. Lembra-me, como se fosse hoje, das visitas do Barão do Rio Branco e do barão de Teffé, duas verdadeiras figuras impressionantes de imponência a primeira e de elegância aristocrática a segunda.

Foi no Alto da Serra que ele saiu para a Europa quando ameaçado de morte, por ocasião do assassinato do Cel. Gentil de

Império. A mesma bandeira monárquica que flutuara no mastro do *Amazonas*, quando ganhámos a Batalha de Riachuelo. Aquela bandeira que guiara os nossos bravos na peleja de Tuiuti e que, também, em terras do exílio, havia coberto o féretro de D. Pedro II. Carlos de Laet, que não cessou de contemplá-la enquanto conduzia o grande amigo morto, ao evocar, anos depois, sua figura portentosa assim se exprimiria:

“Naquele féretro que eu conduzia ao túmulo, debaixo do sol faiscante, havia uma bandeira e um cadáver — mas um e outra imortais na sua imaculidade—...”

Castro. Foi no Alto da Serra que ele fechou os olhos para sempre, após o longo sofrimento tão corajosamente suportado da última enfermidade. Assisti-lhe os derradeiros instantes, naquela brumosa manhã de fevereiro de 1912, e tive a sensação de assistir à morte de um justo na mais larga, mais alta e mais justa expressão da palavra. Vovô Celso na intimidade não desmentiu nunca o que foi na vida pública o visconde de Ouro Preto”.

BIBLIOGRAFIA

- A. Tavares de Lyra* — Organização Política e Administrativa do Brasil.
- Afonso Arinos de Melo Franco* — A Sociedade Bandeirante das Minas.
- Afonso Celso* (Conde de):
- Visconde de Ouro Preto
 - Oito Anos de Parlamento
 - O Parlamento, in Vol. II das *Décadas*
 - Guerrilhas.
- Afonso de E. Tauuay*:
- O Senado do Império
 - História Geral das Bandeiras
 - Guia do Museu Republicano da Convenção de Itú
 - O Bandeirismo e os Primeiros Caminhos do Brasil.
- Afonso Schmidt* — A Marcha.
- Afrânio Peixoto* — História do Brasil.
- Agenor de Roure* — Justiça da História, in Rev. do Inst. Hist. Bras., vol. 160, 1930.
- Alfredo Ellis Jr.* — O Bandeirismo na Economia do Século XVII.
- Almeida Nogueira* — Tradições e Reminiscências.
- Alvaro Lins* — O Visconde de Ouro Preto.
- Amador P. G. Nogueira Cobra* — Brios de Gente Armada.
- Anais da Câmara*, de 1864, 1865, 1866, 1867, 1868, 1879, 1880, 1889.
- Anais do Senado*, de 1866, 1867, 1868, 1879, 1882, 1883, 1884, 1885, 1886, 1887, 1888, 1889.
- Andrade Figueira* — Coisas da República, Vols. VI, VII e VIII das *Décadas*.
- Angelo do Amaral* — Riqueza Pública, in Vol. I das *Décadas*.
- Arthur Guimarães* — Comércio, in Vol. V das *Décadas*.
- Atas do Conselho de Estado Pleno* — de 1882 a 1889.
- Barros Barreto* — Discurso no Senado em 1879 e 1880.
- Basílio de Magalhães* — Estudos de História do Brasil.
- Batista Pereira* — Figuras do Império e outros ensaios.
- Bezerra Cavalcanti* — Discurso na Câmara em 1879.
- Buarque de Macedo* — Discurso na Câmara em 1879.
- Cândido de Oliveira* — A Justiça, in Vol. 3.º das *Décadas*.

Capistrano de Abreu:

- Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil;
- Capítulos da História Colonial.

Carlos de Laet — Artigos sobre o Visconde em:

- “Diário do Comércio”, de 14-6-1908;
- “Jornal do Brasil”, de 22-2-1912 e 2-2-1913.

Carvalho Franco — Bandeiras e Bandeirantes de S. Paulo.

Carvalho Reis — Discursos na Câmara em 1865.

Cardoso — Marcha para Oeste

Cesario Alvim — Discurso na sessão da Câmara de 11-6-1889.

Clementino Braga — A Cadeira 36 (Discurso de posse na Academia Brasileira).

Clovis Bevilacqua — Uma Figura Histórica (Conferência sobre o Visconde, in Revista do Instituto Histórico Brasileiro, vol. 161, 1930).

Corrêa Bittencourt — Saúde Pública, in vol. IV das *Décadas*.

Crazeiro Costa — O Visconde de Sinimbu.

Cristiano Ottoni — Discursos na Câmara em 1879.

Cotagipe (Barão de) — Discursos no Senado em 1879 e 1880.

Custódio José de Melo — O Governo Provisório e a Revolução de 1893.

Cunha Matos (General) — O Exército, in Vol. IV das *Décadas*.

Dantas (Conselheiro) — Discursos na Câmara e no Senado nos últimos anos do Império.

Diogo Velho — Discursos no Senado em 1879 e 1880.

Dunshée de Abranches — Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil.

E. C. Jourdan — História das Campanhas do Uruguai, Mato Grosso e Paraguai.

Eloy Pontes — A Vida Exuberante de Olavo Bilac.

Eduardo Prado — Fastos da Ditadura Militar no Brasil.

Eulides da Cunha — À Margem da História.

Felício dos Santos — Discursos na Câmara em 1879.

Fernão Cordim — Tratado da Terra e gente do Brasil.

Frederico Martins — Municipalidade, in Vol. IV das *Décadas*.

Frei Vicente do Salvador — História do Brasil.

Galdino das Neves — Discursos na Câmara em 1879 e 1880.

Garnião Peixoto — Discurso na sessão da Câmara de 7-4-1879.

Gastão Pereira da Silva — O Romance de Osvaldo Cruz.

Gilberto Freyre:

- Casa Grande & Senzala;
- Sociologia.

Gomes de Castro — Discurso na sessão da Câmara de 11-6-1889.

Heitor Lyra — História de D. Pedro II.

Hermes Vieira — A Princesa Isabel no cenário abolicionista do Brasil.

- J. G. d'Oliveira Mendonça Cortez* — Arquivo Histórico e Cronológico.
- J. Pandiá Calógeras* — Formação Histórica do Brasil.
- Jarbas Loretto* — Visões da Raça.
- Jerônimo Sodré* — Discursos na Câmara em 1879.
- João Alfredo* :
- Discursos no Senado em 1880;
 - Discurso de apresentação de seu Gabinete.
- João Bastos* — Poesias.
- João Dornas Filho* :
- Silva Jardim.
 - Apontamentos para a História da República.
- João Manoel* (Padre) — Reminiscências sobre Vultos e Fatos do Império e da República.
- Joaquim Nabuco* :
- Um Estadista do Império;
 - Abolicionismo.
- José Bonifácio, o Moço* — Discursos na Câmara em 1868 e no Senado em 1879.
- Joaquim Ribeiro* — Problemas Fundamentais do Folklore dos Bandeirantes.
- Julio Cezar de Faria* — José Bonifácio, o Moço.
- Julio de Mesquita Filho* — Ensaios Sul-Americanos.
- Junqueira* — Discursos na Câmara em 1865.
- Leôncio Corrêa* — Poesias.
- Loreto* (Barão de) — A Instrução, in Vol. II das *Décadas*.
- Manoel Bomfim* — O Brasil.
- Manoel Pedro* — Discursos na Câmara em 1879.
- Maria Eugênia Celso* — Notas inéditas sobre "Vôvô Celso", para uso do autor neste livro.
- Mario de Lima* — Coletânea de Autores Mineiros, Vol. I, História e Oratória.
- Martim Francisco* — Discursos na Câmara em 1879.
- Max Fleiuss* — História Administrativa do Brasil.
- Mendes de Almeida* — Discursos nas sessões do Senado de 30-5 e 1-6-1880.
- Nabuco de Araujo* — Discurso na Assembléia, a 26-5-65.
- Nelson Werneck Sodré* — Panorama do Segundo Império.
- Olinda* (Marquês de) — Discurso de Apresentação de seu gabinete de 17-6-65.
- Oliveira Viana* :
- O Ocaso do Império.
 - Problemas de Política Objetiva.

Otávio Tarquínio de Souza — Diogo António Feijó.

Ouro Preto (Visconde de) — Livros:

- A Armada Nacional;
- A Construção do Couraçado “Independência”;
- A Esquadra e a Oposição Parlamentar;
- A Marinha de Outrora;
- Advento da Ditadura Militar no Brasil;
- Algumas ideias sobre Instrução;
- Aos Mineiros;
- As Décadas;
- Assessor Moderno;
- Excursão na Itália;
- Finanças da Regeneração;
- Marcas de Fábrica;
- O Crédito Móvel;
- O Visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos;
- Razões de Defesa;
- Reforma Administrativa e Municipal;
- Reforma das Faculdades de Direito;
- Statu Liberi;
- Terceira Secção Política, Economica e Aduaneira;
- A Nação Brasileira, manifesto publicado no “Jornal do Comércio” de 12-1-1896, e firmado juntamente com o seu irmão Carlos Afonso, João Alfredo, Andrade Figueira e Lafayette.

Discursos pronunciados na Câmara:

Sessões de — 1865: 17 e 19 de maio, 14 de junho e 4 de julho; 1866: 4 de abril; 1868: 4 de julho; 1877: 6, 7, 9, 16, 20, 21 e 22 de fevereiro; 5, 13 e 20 de março; 3, 4, 6, 7, 10, 20 e 24 de abril; 4 e 14 de maio; 5, 8, 12 e 27 de junho; 2, 4, 16, 20, 21, 23 e 30 de julho; 3, 8, 10, 16 e 28 de agosto; 3, 6, 12, 20 e 27 de setembro; 1, 4, 8 e 10 de outubro; 1879: 7, 13, 14 e 24 de janeiro; 11 e 12 de fevereiro; 5, 18 e 22 de março; 3, 7 e 18 de abril; 6 de junho; 25 de outubro; 1889: 11 de junho.

Discursos pronunciados no Senado:

Sessões de — 1879: 12, 23, 26, 27, 28 e 30 de maio; 5, 10, 11, 13, 17, 18 e 20 de junho; 2, 3, 8 e 11 de julho; 20, 24, 25 e 26 de setembro; 1, 14 e 17 de outubro; 6 de novembro; 1880: 11, 29, 30 e 31 de maio; 1, 6, 13, 16 e 17 de junho; 6, 10, 13 e 24 de julho; 2, 19, 22, 26 e 30

de agosto; 5, 15, 21, 27 e 29 de setembro; 11, 12, 13, 16, 17, 20, 25 de outubro; 1882: 11 de outubro.

Pareceres emitidos no Conselho de Estado Pleno:

Reuniões de 12 de setembro e 24 de outubro de 1884; 27 de agosto, 1 de outubro e 5 de dezembro de 1885; 27 de novembro de 1886; 18 de janeiro e 13 de junho de 1888; 12 de janeiro, 1 de fevereiro, 13 e 31 de maio de 1889.

Relatórios como Ministro da Marinha, 1866 a 1867.

Relatórios como Ministro da Fazenda, 1878 a 1880.

Paranaíacaba (Barão de) — Eleições, in Vol. III das *Décadas*.

Paulo Cursino de Moura — S. Paulo de Outrora.

Paulo Prado — Retrato do Brasil.

Paulo Setubal:

— A Bandeira de Fernão Dias;

— El Dorado;

— O Ouro de Cuiabá;

— O Romance da Prata;

— O Sonho das Esmeraldas;

— Os Irmãos Leme.

Pereira da Silva — Palavras à Câmara, sessão de 12-1-77.

Quintino Bocaiuva — Editoriais em "O País".

Revistas do Instituto Histórico Brasileiro, ns. 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 157, 160 e 161.

Revista do Instituto Histórico de Ouro Preto, número comemorativo do Centenário do Visconde, 1936.

Vol. V das *Décadas*.

Rio Apa (Barão do) — Carta ao Visconde de Ouro Preto.

Rio Branco (Visconde do) — Discursos no Senado em 1871 e 1880.

Rocha Pombo — História do Brasil.

Ruy Barbosa:

— A Queda do Império;

— Editoriais de Imprensa, sobre segurança individual, in Vol. V das *Décadas*.

Salomão de Vasconcelos — Bandeirismo.

Salvador de Mendonça — A Situação Internacional do Brasil.

Saraiva (José Antonio) — Discursos de Apresentação de seus Gabinetes de 28-5-80 e 6-5-85.

Sayão Lobato — Discursos na Câmara em 1879.

Sergio Buarque de Holanda — As Monções e Raízes do Brasil.

- Silva Costa* (Conselheiro) — Direito Privado, in Vol. II das *Décadas*.
- Silveira Martins* — Discursos na Câmara e no Senado em 1878 e 1879.
- Silveira da Mota* — Discursos no Senado em 1879 e 1880.
- Silvio Romero* — História da Literatura Brasileira.
- Sinimbú* (Visconde de) — Discursos na Câmara e no Senado de 1878 a 1880.
- Souza Carvalho* — O Imperialismo e a Reforma.
- Souza Doca* — Causas da guerra com o Paraguai.
- Spencer Vampré* — Memórias para a História da Academia de S. Paulo.
- Taunay* (Visconde de) :
 — Memórias;
 — D. Pedro II.
- Tavares Bastos* :
 — Cartas do Solitário;
 — Discursos na Câmara em 1865.
- Teixeira Junior* — Discursos no Senado em 1879 e 1880.
- Teófilo Otoni* — Discursos na Câmara em 1864.
- Tito Franco de Almeida* — Conselheiro Francisco José Furtado.
- Tobias Monteiro* — Pesquisas e Depoimentos para a História.
- Urbino Viana* — Bandeiras e Sertanistas Bahianos.
- Vieira* — Cartas.
- Virgílio Corrêa Filho* — O Bandeirismo na Formação das Cidades.
- Viriato Correia* :
 — Mata Galego e Outras Histórias;
 — O Izabelismo.
- Walter Raleigh* — The discovery of the large, rich, and beautiful empire of Guyana, with a relation of the great and goldier city of Manoa (which the spaniards call El Dorado).
- William E. Barrett* — Woman on Horseback.
- Wanderley Pinho* — Política e Políticos do Império.
- Zacarias de Góis e Vasconcelos* — Discursos na Câmara e no Senado em 1866, 1867 e 1868.

PERIÓDICOS ACADEMICOS:

- Acaíaba*;
A Academia;
A Atualidade;
A Arcádia Paulistana;
Ateneu Paulistano;
Arassoyaba;

A Hora;
O Acadêmico do Sul;
O Guaianá;
Ensaio Filosófico;
Iris;
Revista Paulistana;
O Publicador Paulistano.

JORNAIS POLÍTICOS:

A Lei;
A Liberdade;
A Reforma;
Correio Paulistano;
Gazeta de Notícias;
Jornal do Brasil;
Jornal do Comércio;
O Globo;
O País;
O Progressista;
Tribuna Liberal.

INDICE

Introdução	9
Ouro Preto — a cidade e o homem ..	11
Primeiros Anos	49
Iniciação Política	81
No Ministério da Marinha	114
O líder dos Liberais	172
No Ministério da Fazenda	227
No Senado e no Conselho	291
Na Presidência do Conselho	340
A Luta e a Paz dos Últimos Anos ...	395
Bibliografia	446



AFONSO CELSO DE ASSIS FIGUEIREDO
VISCONDE DE OURO PRETO



CASA EM QUE NASCEU O VISCONDE, EM OURO PRETO, MINAS.
CONSERVA AINDA HOJE A MESMA DISPOSIÇÃO INTERNA E A
MESMA FACHADA.



AFONSO CELSO, COM A FARDA DE MINISTRO DO IMPÉRIO.

Quirino Guterres e Honra e Conselheiro
 do Estado e Serenissimo Príncipe de
 Beira de Caballero de S. M. e
 de nome de S. M. e de nome de
 título de Visconde de S. M. e
 Honras de Brazil e de nome de
 Janeiro, em 29 de Junho de
 1808 e oitenta e oito, no
 Independencia e de S. M. e



Iza...
 Princesa

(Selo)

B. G. 1808

FOTOCÓPIA DO ORIGINAL DO TÍTULO DE VISCONDE, ASSINADO
 PELA PRINCESA IZABEL, EXISTENTE NO ARQUIVO PÚBLICO,
 DO RIO.



O VISCONDE E A VISCONDessa rodeados de descendentes e amigos